



**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**VICTOR SALOMÃO LACERDA BRANDÃO**

**SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM A TEORIA SOCIAL DE  
MARX**

**JUIZ DE FORA**

**2023**

**VICTOR SALOMÃO LACERDA BRANDÃO**

**SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM A TEORIA SOCIAL DE  
MARX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ednéia Alves de Oliveira.

**JUIZ DE FORA**

**2023**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Brandão, Victor Salomão Lacerda.

SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM A TEORIA SOCIAL DE MARX / Victor Salomão Lacerda Brandão. -- 2023.  
191 p.

Orientador: Ednéia Alves de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023.

1. Teoria Social de Marx. 2. Serviço Social. 3. Revista Serviço Social e Sociedade. I. Oliveira, Ednéia Alves de, orient. II. Título.

# VICTOR SALOMÃO LACERDA BRANDÃO

## Serviço Social e sua aproximação com a Teoria Social de Marx

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 21 de dezembro de 2022.

### BANCA EXAMINADORA

**Dra Ednéia Alves de Oliveira** - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Dra Luciana Gonçalves Pereira de Paula**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Dr Ricardo Lara**

Universidade Federal de Santa Catarina

Juiz de Fora, 30/11/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edneia Alves de Oliveira, Professor(a)**, em 23/12/2022, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lara, Usuário Externo**, em 03/01/2023, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Coordenador(a) em exercício**, em 09/01/2023, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1059073** e o código CRC **90D3D7B0**.

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pela oferta e financiamento de condições que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Agradeço, em especial, à orientadora deste trabalho e de todo meu caminho acadêmico, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ednéia Alves de Oliveira. Responsável por grande parte das reflexões aqui presentes e das inquietações que moveram essa pesquisa. Registro agradecimento pela abertura e iluminação de caminhos que jamais acreditei alcançar, por compartilhar seu conhecimento, por todo apoio e encorajamento, pelas novas descobertas e dúvidas. Espero muitos outros anos de parceria e ensinamentos. Aproveito ainda para agradecer a Laura, aluna de graduação em Serviço Social e bolsista de projeto de pesquisa da Prof.<sup>a</sup> Ednéia, pela coleta de parte grande dos dados que aqui utilizamos.

Registro ainda amor e agradecimentos à minha companheira, Nízia, por sua dedicação, amizade, intimidade e principalmente estímulo para continuidade da pesquisa, não medindo esforços para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Sua influência, apoio e conversas foram essenciais para a conclusão dessa dissertação. Agradeço ainda a seus familiares que sempre me acolheram, ofereceram cuidados e me incentivaram.

Agradeço a meu pai e sua companheira, Alexandre e Giovana, pelo tremendo esforço ao longo da vida para que eu pudesse estudar e seguir os planos que desejei. Agradeço a meus irmãos, em especial a Izabela e Isadora que me ajudaram em momentos difíceis e me apresentaram o mundo.

Por fim, anoto agradecimentos aos membros da banca de avaliação dessa dissertação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Gonçalves Pereira de Paula e Prof. Dr. Ricardo Lara, por toda a disponibilidade, paciência, e principalmente considerações e indicações. Sinto-me horando pela participação de ambos em momento tão importante para mim.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender qual a influência da teoria social de Marx no Serviço Social brasileiro. Para tal, nos aprofundamos em pesquisa e coleta de dados a partir de artigos de assistentes sociais brasileiros publicados pela revista *Serviço Social e Sociedade* desde 1979 até 2020. Visando cumprir tal objetivo, realizamos ainda breve recuperação biográfica da trajetória intelectual de Marx. Em seguida, nos aproximamos do ‘método’ em Marx, seus imperativos e seu estamento de novo paradigma científico no entendimento da realidade social. Abordamos o Serviço Social brasileiro, inserido na dinâmica capitalista de entificação colonial (CHASIN, 2000) e sua aproximação com a teoria social de Marx. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa realizada na revista *Serviço Social e Sociedade*, expondo dados quantitativos e nossas considerações a respeito. Faz-se mister salientar, a título de exemplificação, que nos 42 anos de divulgação, foram registradas 139 revistas, contendo 1159 artigos ao total, deste quantitativo, apenas 66 artigos foram publicados por assistentes sociais auto identificados e trouxeram Marx em sua bibliografia, o que representa apenas 5,68% do total de artigos, indicando distanciamento na relação entre Serviço Social e teoria social de Marx.

Palavras-chave: Teoria Social de Marx. Serviço Social. Revista *Serviço Social e Sociedade*.

## ABSTRACT

This research aimed to understand the influence of Marx's social theory on Brazilian Social Work. To this end, we delved into research and data collection from articles by Brazilian social workers published by the *Serviço Social e Sociedade* magazine from 1979 to 2020. In order to fulfill this objective, we also carried out a brief biographical recovery of Marx's intellectual trajectory. Then, we approach the 'method' in Marx, his imperatives and his status as a new scientific paradigm in the understanding of social reality. We approach Brazilian Social Work, inserted in the capitalist dynamics of colonial entification (CHASIN, 2000) and its approximation with Marx's social theory. Finally, we present the results of the research carried out in the *Serviço Social e Sociedade* magazine, exposing quantitative data and our considerations in this regard. It is necessary to point out, by way of example, that in the 42 years of dissemination, 139 journals were registered, containing 1159 articles in total, of this amount, only 66 articles were published by self-identified social workers and brought Marx in their bibliography, the which represents only 5.68% of the total number of articles, indicating a gap in the relationship between Social Work and Marx's social theory. Keywords: University library. User study. Federal University of Juiz de Fora.

Keywords: Marx's Social Theory. Social Service. *Serviço Social e Sociedade* magazine.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. A TRAJETÓRIO INTELECTUAL DE MARX .....</b>	<b>11</b>
1.1 A dialética do conflito .....	11
1.2 Marx e Engels .....	20
1.3 Convites inegáveis .....	31
1.4 Londres: centro do mundo capitalista .....	40
<b>2. A TEORIA SOCIAL DE MARX .....</b>	<b>53</b>
2.1 Novo paradigma metodológico .....	53
2.2 O método em Marx .....	64
2.3 Abstração e categorias .....	77
2.4 Imperativos metodológicos .....	84
<b>3. PARTICULARIDADE BRASILEIRA E SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>108</b>
3.1 <i>Aurora burguesa, via colonial e revolução passiva: a que pé estávamos quando aqui se consolidava o domínio do capital industrial?</i> .....	108
3.2 Dos desdobramentos da via colonial: características gerais da dependência .....	127
3.3 O reino de 40 anos do politicismo (e tudo indica que outros muitos virão) .....	135
3.4 Do politicismo ao democratismo .....	143
3.5 Desdobramento do Serviço Social na particularidade brasileira .....	152
3.6 Serviço Social e teoria social de Marx: um encontro casual .....	168
<b>ANEXOS .....</b>	<b>182</b>
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>	<b>183</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou compreender, a partir de um critério material e objetivo, qual a influência da teoria social de Marx no Serviço Social brasileiro e como está a relação entre profissão e teoria. Para tal nos aprofundamos em pesquisa e coleta de dados a partir de artigos de assistentes sociais brasileiros publicados pela Revista Serviço Social e Sociedade<sup>1</sup> desde 1979 até o ano 2020. Lá, pudemos compreender em que medida quantitativa estão Marx e alguns clássicos do marxismo presentes no referencial teórico da categoria.

Tal pesquisa ocorreu a partir da definição de alguns critérios metodológicos. Primeiramente analisamos todo o referencial bibliográfico de todos os artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade no período definido, visando indicar o quantitativo de artigos que carrega identificação e referencial bibliográfico de alguma das referências estipuladas. A contagem das aparições se deu a partir da definição de alguns dados orientadores a serem buscados:

- 1) Procuramos identificar se o artigo é de autoria ou não de um profissional do Serviço Social, como não há muitas vezes definição clara, adotamos como critério de seleção a auto identificação do autor como assistente social no campo de apresentação e currículo presente em cada artigo, tal escolha se justifica não apenas pelo fato da referência direta ao Serviço Social, mas também como indicativo da relação do sujeito com a profissão. Essa definição permite-nos contabilizar a produção da categoria e a influência de outras áreas de conhecimento no principal periódico desta.
- 2) Em sequência, buscamos claramente identificar a presença de algum texto de Marx no referencial bibliográfico, contabilizando a presença por artigo e catalogando o texto usado para citação. Essa busca permitiu não só avaliar como Marx aparece no bojo total de publicações na revista como também cruzar dados, analisando como se dá a presença de Marx nos textos publicados por assistentes sociais auto identificados.
- 3) Além disso, rastreamos a presença de textos listados no referencial bibliográfico dos artigos de dois grupos de autores pré-estabelecidos por relevância – também catalogados numericamente e por autoria (se assistente social ou não) -, isto é, autores da tradição marxista clássica: Marx, Engels, Lenin, Luxemburgo, Trotsky, Stalin, Lukács, Gramsci, Mészáros, Hobsbawm e Mandel; e referências

---

<sup>1</sup> Conforme site da revista: “A Revista Serviço Social & Sociedade (Qualis A1) é uma publicação quadrimestral da Cortez Editora que vem sendo publicada ininterruptamente desde 1979, constituindo-se em um espaço de manifestação de questões do Serviço Social e das Ciências Humanas e Sociais, da teoria social e das políticas públicas e de temas da realidade brasileira e mundial”. E ainda, “É a primeira Revista de circulação nacional na área do Serviço Social, mantendo-se como um dos mais importantes periódicos de consulta obrigatória de professores e estudantes universitários, de pesquisadores e profissionais que buscam sintonizar-se com o debate de grandes questões nacionais e internacionais que incidem no Serviço Social e nas ciências humanas e sociais”.

brasileiras com notório reconhecimento pelo Serviço Social no campo do marxismo, tais como Behring, Yamamoto, Ianni, Fernandes, Coutinho, Chasin, Netto e Antunes.

Diante da coleta destes dados numéricos e catalogação foi possível traçar panorama geral dos 42 anos de publicações analisados, além de um panorama comparativo entre períodos específicos, e ainda a formulação, via cruzamento, de dados estatísticos que indicam diferenças absolutas e relativos. Estes dados estão organizados em tabelas ao final do texto e contribuem diretamente para traçarmos o panorama que indicamos, tendo em vista que sabemos em que medida quantitativa absoluta e relativa os assistentes sociais que publicaram na Revista Serviço Social e Sociedade entre 1979 a 2020 citaram diretamente, com presença no referencial bibliográfico, algum texto de Marx, isto é, quanto assistentes sociais se referenciaram exatamente a teoria social do autor.

Mas para além da pesquisa quantitativa realizada, esta pesquisa conta com uma recuperação bibliográfica que nos auxilia a compreender não apenas o processo de tentativa (consolidada ou não) de aproximação entre Serviço Social e teoria social de Marx, como também nos ampara a resgatar a gênese da própria teoria social em questão, de seu formulador, além obviamente do resgate do Serviço Social brasileiro, levando em conta determinações fundamentais da particularidade brasileira que determinarão em larga medida os caminhos assumidos pela profissão. Desse modo, a recuperação bibliográfica permeia os três capítulos deste trabalho e sua elaboração se deu em sentido de fazê-la dialogar ao longo de todo o texto, recuperando, adensando e relacionado elementos já apresentados.

Assim, o primeiro capítulo pretendeu, como não poderia deixar de ser, realizar a aproximação com o fundador da teoria social a qual nos referendamos. Neste capítulo, faremos breve recuperação biográfica da trajetória intelectual de Marx. Desde modo, buscamos recuperar como Marx torna-se o Marx comunista, formulador de uma teoria social própria, de elevação paradigmática assentada na realidade social em questão. Focamos em alguns momentos chave da trajetória do autor que darão o tom das formulações realizadas e comporão o quadro geral de sua teoria social. Nesse momento nosso foco estava voltado ao entendimento de quem é esse sujeito produtor de tal teoria, quais elementos os levam a tal, quais os desdobramentos da formulação e em que descobertas chegará.

Em sequência, no segundo capítulo iremos nos aproximar do ‘método’ em Marx, seus imperativos e seu estamento de novo paradigma científico no entendimento da realidade social. Assim, apresentaremos os resultados daquela trajetória intelectual, não recuperando suas categorias mais conhecidas, mas sim, a forma de construção de tais categorias históricas, os procedimentos e imperativos que tornam a teoria social de Marx o que é, isto é, teoria com mais capacidades e potencialidades de compreender a realidade como tal, tendo em vista a definição de sujeito e objeto bastante particular do autor. O fazemos pois consideramos que, para além da descrição abstrata de

categorias, aliar-se a teoria social de Marx exige a recuperação de certos procedimentos e estamentos, assim, ignorar a forma como Marx o fez é por vezes ignorar grande parte daquilo que há de paradigmático na sua reconstrução do real em forma de conhecimento. Deste modo, não se inteirar do ‘método’ de Marx, a forma como o autor se apropria da dinâmica da realidade social – objetivo vivo, permeado de contradições, é desconhecer sua teoria social, sua lógica de construção das categorias históricas que se apoia.

Já o terceiro capítulo tratará especificamente do Serviço Social brasileiro, inserido na dinâmica capitalista de *entificação colonial* (CHASIN, 2000), e de sua aproximação com a teoria social de Marx. Para tal, recuperaremos a formação sócio histórica do país a partir de determinados momentos exemplificadores de suas generalidades. Em seguida efetivaremos recuperação dos momentos de *reconceituação e renovação*, do surgimento da *intenção de ruptura* (NETTO, 2011), da pretensa vitória desta corrente, da formação dos espaços representativos, das legislações e regulamentações profissionais, e do desenvolvimento da relação com a teoria social de Marx ao longo deste processo.

Por fim, ainda neste capítulo, apresentaremos então nossa pesquisa realizada na Revista Serviço Social e Sociedade, de acordo com parâmetros metodológicos expostos anteriormente. Nesta etapa, exporemos dados quantitativos e nossas considerações a respeito. Faz-se mister salientar, à título de exemplificação, que nos 42 anos de publicações, foram publicadas 139 revistas, contendo 1159 artigos ao total. Destes, 322 foram registrados como artigos de assistentes sociais auto identificados, 27,78% do total. Deste quantitativo, apenas 66 artigos foram publicados por assistentes sociais auto identificados e trouxeram Marx em sua bibliográfica, o que representa apenas 5,68% do total de artigos publicados, ou 20,49% do número de artigos de assistentes sociais auto identificados. Vale salientar então, que neste tópico realizamos análise melhor sistematizada destes e de outros dados, contemplando nossas hipóteses, mas principalmente, fomentando dúvidas e problemas para pesquisas futuras.

Assim, recuperado o marxismo de Marx, a trajetória do Serviço Social até o Marx e o marxismo, e a considerável produção de conhecimento da categoria na Revista Serviço Social e Sociedade desde então, acreditamos que foi possível atingir, mesmo que parcialmente, nossos objetivos. Vejamos como seu deu tal caminho.

## 1. A TRAJETÓRIO INTELECTUAL DE MARX

Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo (Marx, 2009).

O que leva um jovem<sup>2</sup> nascido<sup>3</sup> e criado<sup>4</sup> numa capital de província da Prússia em meados do século XIX, a propor tal papel revolucionário para a filosofia? Qual o percurso faz Marx entre a posição formal-democrática de seu início de juventude e as descobertas científicas pioneiras acerca do funcionamento do modo de produção capitalista e de sua necessária transformação? Visando responder modestamente estes questionamentos, o presente capítulo objetiva recuperar a trajetória intelectual de Marx, seus marcos, suas descobertas e momentos que o levam até a formulação de uma teoria social capaz não apenas de compreender a realidade social capitalista, mas de propor alternativas para sua transformação e superação. A exposição se baseará em estudos já existentes cuja abordagem da trajetória intelectual de Marx já está explicitada, cabendo a este trabalho a organização e dissertação de pontos consoantes, de aspectos essenciais. O objetivo desta primeira temática liga-se a tentativa de demonstrar que a trajetória intelectual de Marx é retrato de sua décima primeira tese em *Ad Feuerbach*, em que a estrutura contemplativa da filosofia é posta por terra, em que a verdadeira compreensão, interpretação do mundo (do real) exige a sua transformação.

### 1.1 A DIALÉTICA DO CONFLITO

Uma das primeiras circunstâncias que influenciaram o itinerário de Marx está ligada à sua ambição primária de assumir uma cadeira na Universidade de Bonn<sup>5</sup>. Após receber seu título de doutor, com a tese “Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro<sup>6</sup>” vê-se habilitado a realiza tal pretensão, porém, Bruno Bauer, uma de suas primeiras influências filosóficas e ligação com a Universidade de Bonn é expulso de sua cátedra, de modo que Marx, um de seus seguidores àquela época torna-se inadequado à atividade de lecionamento, justamente por sua

---

<sup>2</sup> Stedman Jones aponta que, “Vivendo na zona francófila, filho de um advogado judeu apenas formalmente protestante, de opiniões liberais-iluministas, tudo indica que Marx não teve muitos conflitos de juventude com a posição liberal ou cultural de seu pai”. (1983, p.387). Trier era capital de província, tinha como marco a influência do liberalismo francês, de modo que existia proeminência de certa fração progressista da burguesia na cidade.

<sup>3</sup> Karl Marx nasce em 5 de maio de 1818, na cidade de Trier, capital da província do Reno, Prússia (atual Alemanha).

<sup>4</sup> Marx passa toda sua infância e adolescência em Trier, ingressa na Universidade de Bonn em 1836, muda-se posteriormente para Berlim ao se transferir para a Universidade de Berlim.

<sup>5</sup> Cidade no interior da Alemanha.

<sup>6</sup> Tese de doutoramento na Universidade de Iena, recentemente publicada no Brasil em: Marx, K. Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro. São Paulo, Boitempo, 2020.

afinidade programática, derivada da participação no Clube dos Doutores, cuja liderança era de Bauer e de seu hegelianismo. A expulsão de Bauer dá-se por conta de uma acusação de ateísmo.

A partir de tal fato, Marx encontra-se “[...] privado da possibilidade de seguir a carreira acadêmica, o contato com o mundo real lhe é dado por seu trabalho como jornalista na *Rheinisch Zeitung*” (MCLELLAN, 1983, p.70). Diante da impossibilidade da cátedra em Bonn, Marx volta-se a busca de outra atividade, encontrando-se no jornalismo, justamente via *Gazeta Renana* (*Rheinisch Zeitung*<sup>7</sup>), periódico alemão editado entre 1842 a 1843, cuja temática central ligava-se aos ideais democráticos de parte da burguesia liberal de Colônia. Assim, atesta Lowy (2012, p.55) que “Marx só se lançou no jornalismo e na vida política depois da exoneração de Bauer”.

É no posto de editor do jornal que Marx estreitará relação com os jovens hegelianos e tratará de assuntos mais terrenos que os até então estudados por ele. Seus artigos serão os mais repercutidos no jornal, que durante fase de editoração sob sua responsabilidade atinge significativa reputação na Prússia, atraindo inclusive atenção da censura do governo Prussiano<sup>8</sup>. Lowy (2012) aponta que o governo de Frederico Guilherme IV é responsável, levando em conta suas ações repressivas e antagonismo à burguesia liberal, por estreitar relações entre neo-hegelianos e burguesia, de modo que as ideias democráticas tomam corpo em periódicos como a *Gazeta Renana*. “Assim, a intervenção reacionária do Estado prussiano desalojou os hegelianos de esquerda da crítica literária, teológica e filosófica, na qual se aquartelaram até 1840, e jogou-os na oposição política, nos braços da burguesia renana” (Lowy, 2012, p.54).

É neste contexto que Marx se aproxima de temáticas que até então quando às tocou, tocou superficialmente, como a relação entre Estado e Igreja, a liberdade de imprensa<sup>9</sup>, a democracia, a miséria alemã<sup>10</sup> e primeiras menções ao socialismo. O próprio atestará anos depois que “Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*), encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 2008, p.46). Além desta primeira possibilidade de avizinhamiento das questões “materiais”, a atuação na

---

<sup>7</sup> *Rheinische Zeitung für Politik, Handel und Gewerbe* (*Gazeta Renana para Política, Comércio e Ofícios*).

<sup>8</sup> Frederico Guilherme IV é coroado em 1840 como Rei da Prússia. Existia esperança, alimentada pelos neo-hegelianos, em parte pensadores representantes da fração progressista da burguesia prussiana, de que Guilherme IV formasse um parlamento que atendesse aos anseios liberais burgueses, fato que não ocorre, marcando assim o início de seu reinado por forte repressão e censura aos setores críticos ao regime monárquico prussiano.

<sup>9</sup> “Marx observa que a ausência de uma imprensa verdadeiramente livre exerce uma ação desmoralizadora, que desvia o povo da vida política e o transforma num “populacho privado” (*Privatpobel*)”. (LOWY, 2012, p.60).

<sup>10</sup> “Depois de ter criticado o egoísmo dos proprietários ricos, Marx se debruça sobre o problema da miséria na Alemanha, mas, ao contrário de Hegel, faz uma defesa ardorosa dos pobres e de seus direitos ameaçados” (LOWY, 2012, p.60).

Gazeta Renana é responsável pelo primeiro encontro com Engels, cujos artigos, depois componentes de ‘*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*’ são enviados para publicação no jornal.

Sob tal contexto de observação censora do governo prussiano, aproximação dos hegelianos com a burguesia progressista e tematização de aspectos frescos da realidade prussiana, é possível atestar que ‘‘O período da *Gazeta Renana* foi decisivo para a evolução do Jovem Marx: marcou sua entrada na vida política e ao mesmo tempo seu primeiro contato com as questões materiais’’ (LOWY, 2012, p.55). A experiência fruto de uma frustrada intenção de seguir carreira acadêmica, é decisiva para a virada de Marx rumo a construção de uma nova exigência para a filosofia. A carreira jornalística de Marx seguirá ao longo de toda sua vida, responsável por vezes pela elaboração de textos magistrais, vezes outras pelo cumprimento de obrigações laborativas como forma de sobrevivência.

Deste período, há impressões como a de Vilar (1983, p.97), compreendendo que ‘‘[...] esses artigos de 1842-1843 constituíam a prova de uma sensibilidade humanista e anarquizante nas origens do pensamento de Marx, chegando-se a dizer que Marx, naquele tempo não era Marx’’. O que nos leva a crer a intenção de afirmar certa dissonância entre esse período do pensamento de Marx e suas posteriores reflexões de maturidade. Já Mészáros (1983, p.161) entende que,

Falar de uma fase filosófica juvenil de Marx como algo contraposto à sua imersão tardia na ‘‘ciência’’ e na economia política é uma representação grosseiramente equivocada, por trás da qual oculta-se uma singular ignorância ou distorção dos fatos mais elementares.

De modo que, pode-se auferir uma síntese de ambas as concepções, levando em estima que, o escopo compreensivo de Marx no período da *Gazeta Renana* não carrega ainda grande parte daquilo que comporá sua obra em plenitude, mas, ao mesmo tempo, carrega já em germe elementos que serão essenciais e permanentes em suas teorizações futuras. De modo que, o desenvolvimento intelectual posterior de Marx será marcado pela assimilação, utilização e superação das influências e concepções primárias que o serviram como escada ao desenvolvimento de sua crítica, crítica necessariamente revolucionária. Movimento cujo princípio é bem captado se percebido que, ‘‘[...] é característico de seu procedimento intelectual [*de Marx*]<sup>11</sup>, precisamente, ler ou escutar apaixonadamente os outros, para rechaçá-los com o mesmo ardor, mas não sem utilizá-los para a sua própria construção’’ (VILAR, 1983, p.94).

Ademais, vale menção ainda que a *Gazeta Renana* é fechada em 1843, devido à condução cada vez mais expressiva de Marx quanto à realidade alemã, o governo prussiano decreta o

---

<sup>11</sup> Colchetes não estão presentes no trecho original.

fechamento do periódico. Os meios liberais e a fração progressista da burguesia demonstram nula reação a tal interdição, de modo que, há início da constatação por parte dos hegelianos de esquerda de que essa burguesia não será capaz em longo prazo de derrubar a monarquia, por conta das sistemáticas capitulações e opções voltadas ao próprio interesse econômico, apesar dos abusos monárquicos de Guilherme IV. Será deste momento em diante, que Marx começará a estender sua crítica à concepção hegeliana de Estado e ao papel da burguesia. Ainda em 1843, Marx casa-se com Jenny Von Westphalen, casamento que terá sua lua de mel marcada pela elaboração dos manuscritos que desembocam em “*Crítica da filosofia do Direito de Hegel*”<sup>12</sup>, demarcação definitiva e vital das diferenças entre Marx e Hegel, e sucessivamente entre Marx e os neo-hegelianos de esquerda e de direita.

Assim, depois da experiência na Gazeta Renana, derivada de uma frustrada intenção, por conta já de suas associações filosóficas, de assumir cátedra na Universidade de Bonn, Marx deixa a Alemanha após seu casamento. Impossibilitado de seguir carreira jornalística em seu país de nascença, por conta do fechamento do jornal em que era editor, segue para Paris, onde conhecerá uma nova face das contradições sociais, isto é, aproximar-se-á dos movimentos operários socialistas e com suas sociedades secretas.

A sua “*Crítica da filosofia do Direito de Hegel*” coloca-se como marco de uma alteração substancial na compreensão marxiana da realidade, toda a base filosófica que até então lhe servia de sustentáculo, e era a força central nas elaborações da Gazeta Renana, será por Marx passada a limpo. Após o fechamento do periódico, onde a burguesia liberal alemã e seus pares praticamente ignoram o processo de censura imposto pelo governo prussiano, somada a uma série sucessiva de contradições entre as expectativas neo-hegelianas e a já radical leitura de realidade de Marx, levam-no definitivamente ao rompimento crítico com a tradição hegeliana existente na Alemanha, seu acerto de contas inicial será com o fundador da tradição e até aquela etapa histórica, o fio condutor da filosofia, Hegel. Após, partirá para o conflito intelectual com os representantes de direita e de esquerda do neo-hegelianismo alemão.

Para Netto, existem dois problemas centrais que se interpõe no caminho de Marx, que o levam a cruzar definitivamente a fronteira filosófica do hegelianismo.

O primeira se conectou à liberdade de imprensa: as peripécias da *Gazeta Renana*, submetida à censura imperial, mostraram-lhe o caráter social da burguesia alemã – os acionistas do periódico, representantes da oposição liberal, nunca foram capazes de um enfrentamento com o poder da nobreza fundiária e seus apêndices burocráticos (NETTO, 2004, p.17).

---

<sup>12</sup> MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo: 2010.



No momento da censura da Gazeta Renana, os hegelianos de esquerda aguardavam alguma reação da burguesia alemã, levando em conta que o periódico era em certa medida o portador dos interesses democrático-liberais dessa classe, além de carregar como força acionista central sujeitos dessa burguesia. O silêncio burguês e o afastamento das atividades políticas por parte dos hegelianos remanescente foram estacas definitivas, que assentaram as bases para a compreensão da incapacidade da burguesia alemã quanto ao seu papel de assunção do posto de condutor revolucionário rumo ao rompimento com a monarquia autocrática que vigorava na Prússia naquele momento. Estava dado para Marx, pela primeira vez, que a burguesia alemã carregava interesses próprios, vinculados exclusivamente a suas possibilidades econômicas. De modo que, não cabia mais a juventude hegeliana, que pretendia alterar a ossatura do Estado prussiano, vincular-se a este estrato liberal “progressista” burguês, clarifica-se assim, a percepção que os interesses sociais ali dispostos não coadunavam em direção similar, os neo-hegelianos de esquerda acabaram usados e descartados pela burguesia alemã.

Há ainda uma segunda determinação para a virada compreensiva de Marx, onde Netto (2004, p.17) aponta que, “O segundo [*problema*]<sup>13</sup> foi posto pelos furtos de madeira dos camponeses: pela primeira vez em sua vida, Marx viu-se a braços com situações particulares da vida social, aquelas atinentes às formas de *espoliação* econômica<sup>14</sup>”. Diante desta situação, Marx formula o esboço de uma compreensão de que há uma luta entre interesses diversos, e que esse essa luta dá-se entre grupos sociais opostos, percebe a fraqueza da burguesia e sua vinculação única com seus interesses e possibilidades econômicas, ao passo que percebe em outra ponta a existência de um grupo de sujeitos, alijados de qualquer forma de propriedade e que são impedidos de recolher lenha, por conta da definição de limites impostos, recorrentes da situação de propriedade privada que espaços territoriais antes abertos ao acesso dos camponeses assumem. Assim, a partir de uma situação particular, Marx antevê uma característica histórica determinante da história da humanidade.

Diante da elucidação de um conflito de interesses sociais componentes da realidade prussiana, a crítica e o estudo de Marx estão definitivamente direcionados aos problemas materiais, objetivos. As elucubrações contemplativas do idealismo, a crença na universalidade do Estado, a percepção da inépcia da burguesia alemã, a mais de uma vez constatada miséria prussiana, são as bases dos novos questionamentos de Marx, sua construção intelectual se norteará a partir deste estágio rumo à compreensão definitiva destas questões, rumo à busca e confirmação no real daquilo primariamente compreendido. Marx rumará à destruição do idealismo alemão, a alteração da compreensão da

---

<sup>13</sup> Colchetes não estão presentes no trecho original.

<sup>14</sup>MARX, K. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

natureza do Estado e ao entendimento da base genética que sustenta a miséria alemã e sua relação com a propriedade privada. Em síntese temos para Netto (2004, p.17) que,

Vale dizer: fatos sociais e econômicos, indicadores de conflitos e contradições que operavam no bojo da estrutura social, compeliram-no a indagar como se engendrava a articulação dos interesses que os criavam com os aparatos e processos asseguradores da ordem política e jurídica.

O Marx que envereda para o acerto de contas com o idealismo hegeliano é o Marx que buscará o fundamento de sua produção intelectual na realidade, nos conflitos e contradições que se apresentam, aquilo que marcará posteriormente sua radicalidade científica nascerá justamente de sua análise do real pautada naquilo que o próprio real lhe oferecia. Deste ponto em diante, o processo analítico de Marx seguirá sempre as exigências e imposições que a conflituosidade da realidade imporá ao pensamento e a sua compreensão. É o começo do fim da filosofia contemplativa que até então o acompanhou.

Diante desta nova forma de abordagem do conhecimento da realidade, Marx aproximar-se-á de novas influências na construção do pensamento, duas são apontadas como centrais por McLellan (1983, p.70),

[...] dois fatores contribuíram para seu ataque contra o nevoeiro metafísico que envolvia não apenas Hegel, mas também a literatura dos jovens hegelianos. Em primeiro lugar, de ter lido uma grande quantidade de obras sobre a política e a história: conhecia os autores socialistas franceses mesmo antes de morar em Paris, e sua cultura sobre a Revolução Francesa era bastante ampla.<sup>15</sup>

Esta primeira influência será central para a construção daquilo que Engels (1981) posteriormente definirá como “socialismo científico”, além de aproximar a compreensão marxiana da noção de luta política e de uma cultura revolucionária. McLellan (1983, p.71), aponta ainda que,

Em segundo lugar, houve influxo de um outro jovem hegeliano, Ludwig Feuerbach. Embora Engels exagerasse, ao afirmar mais tarde que “fomos todos feuerbachianos”, tal influxo foi efetivamente profundo. Feuerbach interessava-se sobretudo pela religião; sua tese principal afirmava que Deus não era mais que uma projeção dos atributos, dos desejos e das potencialidades dos homens.

No caótico quadro político alemão percebido por Marx, Feuerbach (ex-aluno de Hegel) será um dos principais pensadores alemães que não se deixarão levar para o refúgio da especulação idealista após a repressão do governo prussiano, assim, será em primeiro momento um dos grandes aliados intelectuais de Marx na construção de uma crítica primária ao idealismo e a estruturação social

---

<sup>15</sup> Vale lembrar que Trier, cidade de nascimento e de formação de Marx, já existia uma forte cultura liberal, cuja principal influência era justamente o liberalismo francês, logo, o aprofundamento na literatura revolucionária francesa não era um passo no escuro para Marx, exista por conta do ambiente de Trier, certa afinidade com a temática.

que começara a se desanuviar no horizonte marxiano, para posteriormente torna-se alvo do acerto de contas marxiano via dialético conflito teórico.

Diante das possibilidades interrompidas na Alemanha de continuação dos neo-hegelianos como ponto da lança da crítica a autocracia imperial vigorante na Prússia, estabelece-se um quadro político, social e econômico propício a dois tipos de reações diferentes quanto à posição a ser seguida pelos neo-hegelianos. Aquele curso divisório entre hegelianos de esquerda e hegelianos de direita, cujo mote de desmembramento era a tentativa de aproximação ou não com as questões terrenas mesmo que partindo do idealismo, se consolidará com as posturas adotadas por grupos diversos neste campo da filosofia e do conhecimento na realidade alemã. Netto (2004, p.20) adverte-nos claramente que,

O quadro político, portanto, pressionava também os discípulos de Hegel, precipitando a diferenciação intrínseca que se registrava desde os finais da década anterior. Com a clivagem de 1843, a dissolução do hegelianismo se acelera: a herança de Hegel é explorada diversamente – Bauer e *os Livres* de Berlim refugiam-se na pura especulação do ‘espírito crítico’; Feuerbach (e, de modo muito menos forte, Ruge) identifica humanismo e comunismo, numa fração democrático-humanista que se confunde, inicialmente, com o comunismo filosófico de Hess e Engels.

A fração de Feurbach iniciará aproximação mesmo que incongruente com um comunismo filosófico ainda tímido de Hess e Engels, ao mesmo tempo que, Bauer e seus seguidores voltarão totalmente ao idealismo inicial, a especulação filosófica desprendida da crítica da realidade. Diante disso, o retorno a Hegel por diferentes vias era a saída encontrada por esses diferentes grupos para o enfrentamento das contradições da realidade prussiana e do esmaecimento de qualquer postura meramente transformadora da burguesia local. Marx ver-se-á então mais próximo da saída dos hegelianos de esquerda, seu estudo será direcionado a compreensão da natureza do Estado em Hegel, dado as imposições cotidianas na Alemanha e posições políticas inicialmente construídas naquele momento. Assim, ‘*Hegel se impunha a Marx, pois, de forma irrecusável: pela via da prática política e pela via da polêmica filosófica*’ (NETTO, 2004, p.20).

A postura do neo-hegelianismo de esquerda será em partes a separação entre a tradição ortodoxa original hegeliana rumo a sua crítica tendo-a como base de sustento para efetivação. A polêmica, mesmo que em termos comuns aos de Hegel, era o dístico da construção do pensamento dos hegelianos de esquerda e sucessivamente de Marx. Espelhando-se na crítica *Feuerbachiana*, Marx apontava a atecnia da concepção hegeliana de Estado e de sua afirmação de ente universal. MacLellan (1983, p.72), sintetiza esse processo, afirmando que,

Seguindo Feuerbach, a crítica fundamental que Marx fazia a Hegel consistia em afirmar que, assim como no campo da religião os homens haviam imaginado Deus

como criador e o homem como um ser dele dependente, também Hegel partira erradamente da Ideia de Estado, fazendo com que tudo o mais – a família e os diversos grupos sociais – dependesse dessa Ideia.

Diante disso, vale ainda ressaltar que a escolha de Marx pela crítica aos hegelianos em geral se dá por: Hegel era o filósofo alemão que carregava em seu arcabouço produtivo a mais relevante definição da natureza do Estado moderno; e também pela posição de Hegel referente ao rompimento com a tradição em desencanto de certo liberalismo, em que a pauta central orientadora e afirmativa era estreitamente jusnaturalista e a-histórica (NETTO, 2004), cujo objetivo era a justificação de seus interesses relativos à propriedade privada como condição inalterável e natural. A crítica de Feurbach será responsável por conduzir ainda esses jovens hegelianos de esquerda rumo ao ateísmo e ao radicalismo, dada a sua crítica a religião e a proximidade com as questões sociopolíticas.

Nessa esteira, um dos pontos centrais que marca a diferença entre Hegel e Marx será a definição do ente ou sujeito social portador dos interesses universais da sociedade. Hegel aponta o Estado como fim universal em seu sistema de pensamento, no Estado estariam contidos os interesses gerais dos homens, o Estado é razão universalizada dos homens, o portador de todos os interesses, cujo sujeito social condutor dessa finalidade universal é a burocracia, assim, o Estado precede a sociedade. Já Marx, partindo de sua crítica da natureza do Estado em Hegel e de sua noção de universalidade, aponta que o sujeito social portador, diretor dos interesses universais para o desenvolvimento da sociabilidade encontra-se no proletariado, papel esse que deriva justamente da posição revolucionária desse sujeito social, dado às contradições presentes na realidade, assim, a sociedade precede o Estado. Desta forma, “Para Marx, portanto, era claro qual seria o veículo revolucionário: o proletariado destinava-se a assumir o papel universal que Hegel, equivocadamente, atribuíra à burocracia” (MCLELLAN, 1983, p.77).

Neste acerto de contas, outras diferenças são claramente demarcadas por Marx, a primeira refere-se à concepção de homem e sua interação com o mundo, com a realidade. A segunda refere-se a compreensão dos processos de objetivação da práxis humana e suas potencialidades ou não libertadoras. Essas diferenças são apontadas por David McLellan certamente em,

Hegel concebia o homem como uma consciência não corpórea, e o mundo como algo necessariamente hostil a realização do homem; Marx, ao contrário, considerava que era errado apenas o atual relacionamento do homem com o mundo: o homem tem necessidade de uma relação recíproca com os objetos externos para poder se desenvolver, ou “objetivar” a si mesmo. Para Hegel, toda objetivação é alienação; para Marx, o homem poderia superar a alienação tão-somente se se objetivasse usando a natureza em colaboração com outros homens (MCLELLAN, 1983, p.83).

Assim, está clara a relação de complementaridade orgânica homem-natureza, como necessária ao efetivo processo de objetivação das ações humanas, como elemento central na compreensão posteriormente desenvolvida por Marx, qual seja, o homem ao transformar a natureza, via processo de trabalho, conhece-a, apropria-se dela, adéqua-a a suas finalidades e nesse processo transforma a si mesmo, ao mesmo tempo em que intervém e transformou a realidade, num processo criador de novas necessidades, cujo ampliação do conhecimento e complexificação da práxis social são a definitiva expressão das potencialidades do gênero humano em sua condição de ser social. Marx centra o essencial do homem na sua práxis, no seu processo de trabalho, o que faz do homem humano é o decurso de objetivações pós-interações com a natureza, com os outros homens e seus desdobramentos.

A alienação identificada por Hegel como definitiva do processo de objetivação do homem é posta por Marx em seu lugar de equívoco parcial, ao apontar definitivamente que dadas relações sociais historicamente datadas - correspondentes a uma forma específica de objetivação e produção do necessário para o atendimento das necessidades humanas – carregam, por sua estrutura, aspectos alienantes, porém, tais relações sociais por conta de seu aspecto histórico, e efetivamente material podem ser alteradas, justamente pelas potencialidades humanas de transformação dos aspectos sociais e matérias da realidade em que se encontram. A produção social é essencial para o rompimento com a alienação, porém o modo como se dá, se organiza e se efetiva pode perpetuar a alienação. Além disso, a orgânica relação homem-natureza é também produtora dessa alienação se há desequilíbrio, se a relação passa a ser vista pelos homens como mera relação sujeito-objeto, cujo objeto natureza é afastado do homem, como se o homem não fosse efetivamente parte da natureza.

Outra questão fundamental de bifurcação entra o que separa Marx de Hegel liga-se a dialética. Vaz (1987, p.168) aponta-nos que, “Na dialética hegeliana, a mediação se exprime numa imagem circular, ao passo que na dialética de Marx a imagem de mediação é linear”. Assim, o movimento dialético que é força motriz da interpretação de ambos aparece significativamente diferenciado, para Marx, por exemplo, a potencialidade humana aparece com algo infinito, desde que existam condições históricas que impulsionem seu desenvolvimento, isto é, a potencialidade transformadora dos homens pode desenvolver-se de forma incomensurável e ilimitada a depender do grau de conhecimento e do curso das condições materiais, em suma a história não possui um fim universalmente dado.

Já em Hegel, a história possui um limite geral, qual seja; a universalização definitiva do Estado como forma final e ideal de racionalização dos interesses e da consciência dos homens, então, “Eis onde Marx vê o idealismo em Hegel, caracterizando, segundo ele, pela exaustão do movimento dialético na compreensão da realidade, sem efetivamente transformá-la” (VAZ, 1987, p.170). Isto é,

a dialética linear de Marx representa a possibilidade efetiva e ilimitada de transformação da realidade por parte dos homens. Em definição, “Para Hegel, o vetor fundamento do movimento dialético aponta para a explicitação do sentido na consciência, para Marx aponta para a transformação da realidade” (VAZ, 1987, p.171).

Diante das sumárias diferenciações apresentadas, concordamos com Mészáros quando aponta que, “[...] Marx não conseguia ver outra solução para os problemas do Estado além de sua radical negação e superação, com todas as implicações necessárias com relação à família e à sociedade civil” (1983, p.187). Desta forma, após o rompimento com o hegelianismo e evidentemente com sua compreensão do homem, da natureza, da ação humana, do Estado e do movimento dialético da realidade, está dado o processo de contraposição, armazenamento e superação<sup>16</sup> da estrutura conceitual universal de Hegel efetivada por Marx.

Parece-nos impossível e tampouco correto afirmar que Marx apenas inverte a base conceitual de Hegel. Apresenta-nos ainda incompleto a consideração de que Marx é um mero tributário e continuador de Hegel, como também nos mostra caricaturesco a alegação de que Marx é meramente um superador de Hegel. Em nossa compreensão, há sim certa inversão das categorias hegelianas, porém estas permanecem base para a formulação marxiana, ao mesmo tempo em que se apresentam superadas, aprimoradas pela apreensão de Marx da realidade. Desta forma, Netto é definitivo ao apontar o balanço essencial desse movimento para a trajetória posterior de Marx,

A originalidade do manuscrito de 1843, nessa linha interpretativa, reside no giro que ele documenta: Marx transcende os limites da crítica anti-hegeliana ao encaminhar a sua resolução para fora da política, ao impeli-la para o domínio do social. A *crítica do Estado* – e de sua reconstrução filosófica abstrata – é *hipotecada à crítica da sociedade civil (burguesa)*. Marx, está encontrando, aqui, a ponte daquele “fio condutor” a que permanecerá aferrado até seus últimos dias (NETTO, 2004, p.30).

## 1.2 MARX E ENGELS

Após a clivagem com a compreensão hegeliana, mesmo que intermediada por um procedimento metodológico específico, há ainda outro momento de trajetória de vida de Marx que marcará a viragem rumo a tematizações ligadas à economia-política. Este momento essencial é seu

---

<sup>16</sup> Em alemão o termo “*Aufhebung*” porta o preciso significado do movimento efetuado por Marx quando de seu acerto de contas com Hegel, precisamente por trazer significado que abrange o triplo processo de "negar", "conservar" e "elevar". A prática desse movimento triplo, dessa *aufhebung* é constante na dialética do conflito adotada por Marx e sua trajetória intelectual e política.

encontro com Friedrich Engels<sup>17</sup>, seu fiel parceiro intelectual e político, quase familiar e ao mesmo tempo responsável por vezes pelo sustento da família Marx, visando oferecer ao companheiro condições de continuar seus estudos. No sepultamento de Marx em 1883, Engels lê um conhecido discurso de despedida em que afirma,

Pois, Marx era, antes do mais, revolucionário. Cooperar, desta ou daquela maneira, no derrubamento da sociedade capitalista e das instituições de Estado por ela criadas, cooperar na libertação do proletariado moderno, a quem ele, pela primeira vez, tinha dado a consciência da sua própria situação e das suas necessidades, a consciência das condições da sua emancipação — esta era a sua real vocação de vida. A luta era o seu elemento. E lutou com uma paixão, uma tenacidade, um êxito, como poucos. A primeira Rheinische Zeitung em 1842, o Vorwärts! de Paris em 1844, a Brüsseler Deutsche Zeitung em 1847, a Neue Rheinische Zeitung em 1848-1849, o New-York Tribune em 1852-1861 — além disto, um conjunto de brochuras de combate, o trabalho em associações em Paris, Bruxelas e Londres, até que finalmente a grande Associação Internacional dos Trabalhadores surgiu como coroamento de tudo — verdadeiramente, isto era um resultado de que o seu autor podia estar orgulhoso, mesmo que não tivesse realizado mais nada (ENGELS, 2018, p.368).

E é nesta luta incessante pelo ‘derrubamento da sociedade capitalista’ que Engels se colocará como autêntico e devotado parceiro. Participará de todos os grandes momentos de Marx, além de ser coautor de muitas de suas obras, é responsável pela edição póstuma de tantas outras que Marx deixa a publicar. Diante destes fatos, acompanhemos sucintamente a seguir, como o encontro entre os dois se fez e quais desdobramentos deságuam no poço de conhecimento que transbordará de ambos posteriormente.

A amizade que se consolidaria em Paris em 1844<sup>18</sup> entre Engels<sup>19</sup> e Marx é formada por dois sujeitos cujo desenvolvimento de vida até aquele momento, as raízes e influências familiares tinham muito de distante. Aproximavam-se na compreensão de mundo e na percepção inicial de suas contradições, compactuavam ainda no talento literário e na dedicação aos estudos, porém, eram inegavelmente diferentes em suas origens sociais. Uma primeira diferença de formação é apontada por Stedman Jones quando afirma que, ‘A formação de Engels foi completamente diferente. O pietismo protestante dos comerciantes de Barmen opunha-se ferozmente às associações pagãs da *Aufklärung*<sup>20</sup>, a qualquer coloração racionalista da interpretação bíblica e à filosofia ambigamente

<sup>17</sup> Há um rápido encontro entre os dois em 1842, encontro que ainda não desembocará na parceria e amizade central na vida destes futuramente.

<sup>18</sup> Aliás, encontro esse bem retratado na cinebiografia ‘O Jovem Karl Marx’, de Raoul Peck, 2017.

<sup>19</sup> Friederich Engels nasce em Barmen em 1820, seu pai é proprietário industrial, sua mãe de família tradicional destacava-se pela erudição. Passa por escolas de comércio na Alemanha, após experiências frustradas na visão de seu pai, é enviado a Manchester para administração dos negócios da família, onde trabalho na fábrica da família chamada ‘*Ermen and Engels*’, responsável pela fabricação de linhas de costura. Nas definições enciclopédicas de Engels encontramos a aparentemente confusa definição em sua ocupação: ‘empresário industrial, filósofo e revolucionário’, o que em primeiro momento parece paradoxal, será na verdade carregado de significados quando analisado na totalidade de vida de Engels.

<sup>20</sup> *Iluminismo*.

protestante de Hegel” (1983, p.387). Isto é, por conta dos padrões morais e religiosos da família de Engels, este é educado nas bases pietistas, de outro modo, via negação de qualquer tentativa de entendimento racionalista da religião, de negação de qualquer explicação de seus fenômenos, de afirmação da superioridade das experiências de fé sobre a razão. Assim, o caminho de Engels a aproximação com o hegelianismo e, posteriormente com humanismo e com o socialismo é um caminho contrário a expectativas e limites impostos a sua criação. Marx, por outro lado, apesar das limitações liberais, tem em sua criação um caminho um pouco mais próximo do racionalismo.

Desta forma, os planos de formação para Engels serão direcionados desde 1838 para o comércio e administração, de modo que Engels ingressa no estudo do comércio em Barmen. O estágio comercial, que durará cerca de três anos, será acompanhado por outra atividade, a produção literária. Destacar-se-á na imprensa local pela publicação de ensaios, poemas e críticas sociopolíticas. Stedman Jones aponta que, “O dissenso do jovem Engels e de seu grupo de Barmen assumiu inicialmente a forma de uma revolta estética contra a mesquinhez do mundo dos comerciantes, e foi sucedida por tentativas juvenis de emular a vanguarda literária contemporânea” (1983, p.389).

Neste início de afastamento crítico com a assimilação da realidade de mundo conservadora burguesa dos industriais e comerciantes a sua volta, é que Engels começará a produção de textos indagadores, radicalmente idealista no começo, com traços de “revolta estética” e questionamento a forma de vida dos comerciantes. Anexo a esse movimento, Engels, por conta do estágio comercial ver-se-á próximo das condições de vida dos proletários alemães e da característica miséria que a constituía. Já em 1839 iniciará a produção literária ligada ao relato sistemático dessas condições na Alemanha, a vida proletária passa assim a interessá-lo, não em sentido romântico, mas de apreensão do pauperismo que os acompanha e de suas consequências e causas.

É por volta de 1839-1840 que Engels ingressará definitivamente no estudo de Hegel, da filosofia em geral e da política. Em conjunto com suas produções literárias e com o registro das condições operárias, será motivação suficiente para que seu pai interrompa sua passagem por Bremen, considerando-a um fracasso, e o designe para o cuidado dos negócios da família como tentativa de afastamento de Engels do caminho desviante em termos burgueses e pietistas. Assim, em 1841 Engels deixa Barmen, e presta serviço militar em Berlim. Nesta cidade irá se aproximar dos jovens hegelianos. A descrição de Netto sobre a trajetória de Engels diz que,

A conduta do rapaz, aos 22 anos, prenunciava uma forma de vida que colidia inteiramente com a visão de mundo do Sr. Engels<sup>21</sup> (obrigado, porém, a reconhecer que o filho revelava dotes intelectuais incomuns, seguramente na tradição familiar materna). O Sr. Engels tinha fundados motivos de preocupação. O estágio comercial

---

<sup>21</sup> Pai de Friederich Engels, proprietário industrial, capitalista na Inglaterra.



a que compelira o moço, em Bremen, entre julho 1838 e março de 1841, fora de uma tragédia: o filho não só se metera com marinheiros e se tornara poliglota – pior: lera o ambíguo Hegel, fizera-se poeta e começara a admirar os poucos recomendáveis elementos da *Jovem Alemanha* (2004, p.31).

Diante de tais fatos, o pai de Engels empreende definitivamente sua cartada recuperadora, envia o jovem Engels definitivamente a Manchester em 1842, para administração da fábrica da família, visando afastá-lo o máximo possível da filosofia alemã, de seu democratismo progressista e ateísmo ostentado. Tal escolha por parte do Sr. Engels significará exatamente o contrário de suas intenções, será na Inglaterra, em confronto com as condições de vida dos operários, que o Engels filósofo revolucionário se revelará por completo. “O Sr. Engels fracassou rotundamente em seu inequívoco projeto. Como Lênin observou [...], *foi na Inglaterra que o jovem Engels tornou-se comunista*” (NETTO, 2004, p.32).

A Inglaterra naquele momento, e em especial Manchester, é o seio germinante da moderna sociedade industrial, é ali, que o capitalismo e seu respectivo modo de produção até aquele estágio estão mais consolidados, Barmen, Bremen ou Hamburgo eram mero arremedo ensaístico do que acontecia na Manchester, na Londres, Leeds ou em outras cidades inglesas em 1842. As diferenças de classe são gritantes, as condições impostas ao operariado carregam o que há de mais desumano na desumana produção industrial capitalista<sup>22</sup>. As contradições são evidentes e, estavam em momento de crescimento exponencial. Assim, “É com as lutas de classe na ordem do dia que Engels chega à Inglaterra” (NETTO, 2004, p.35).

Para autores como Netto, é neste momento que Engels entenderá a real dimensão das contradições sociais em curso,

É aí, então, que Engels se defronta com a efetiva problemática do mundo moderno – a sociedade burguesa constituída e dilacerada pelas contradições que, no seu interior, *estruturam* a possibilidade de sua negação. E, como velho Engels diria, *ce n'est pas par hasard*<sup>23</sup>. A Inglaterra que o recebe em 1842 é um país muito especial, é a ‘oficina do mundo’ (NETTO, 2004, p.31).

Diante deste cenário fervilhante, Engels definitivamente não assumirá o papel de aprendiz de burguês, seus registros sobre a condição dos trabalhadores que começam na Alemanha em 1839, voltaram-se agora para a condição operária inglesa, assim, Engels fará questão de aproximar-se dos meios operários, de compreender como viviam, a quais condições de trabalho estavam expostos e quais as formas organizativas tomavam. Numa destas excursões ao cotidiano operário Engels conhecerá Mary Burns, jovem mulher, trabalhadora de origem irlandesa, comunidade cujo numerário

<sup>22</sup> Interessante e de fácil leitura, é o ensaio sobre o tema, “Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza”, de Maria Stella Bresciani.

<sup>23</sup> *Não é por acaso.*

compunha quantitativo significativo no número total de trabalhadores na Inglaterra àquela época. Mary além de companheira de Engels ao longo de sua vida, será responsável por apresentá-lo definitivamente as circunstâncias de miséria da classe proletária na Inglaterra, será assim, o elo essencial de Engels com o ambiente operário. Temos assim que,

[...] a sua inserção nos meios operários – sem a qual a sua observação do proletariado não ultrapassaria a superficialidade própria do olhar distanciado -, que se dá no decorrer de 1843, garante-lhe uma perspectiva privilegiada: o que ele pode apreender é a dinâmica mesma da situação operária, tomada como um processo e não como um estado (NETTO, 2004, p.36).

Desta forma, a soma de fatores como - um jovem interessado no hegelianismo, avesso aos costumes burgueses, dedicado aos estudos, gestor e herdeiro de um fábrica, ao mesmo tempo arrebatado pelo conhecimento da vida operária e das causas de sua miséria e ainda, companheiro de uma jovem operária -, formaram um produto deveras interessante, nas suas incursões, na observação da vida cotidiana e do trabalho operário, no conhecimento da mentalidade burguesa e na sua ação enquanto classe proprietária, Engels parte para uma análise literária, estatística e econômica da situação dos trabalhadores ingleses, este movimento estará por fim finalizado em sua magnífica obra, responsável por forte influência em Marx, chamada de ‘*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*<sup>24</sup>’. Obra essa que será resultado, de um movimento em que,

Analisando as condições dos trabalhadores nos diversos ramos industriais (inclusive a agricultura capitalista), o jovem Engels oferece o painel das misérias operárias. Fá-lo, contudo, não mais a moda dos socialistas contemporâneos, aos quais o proletariado aparece como massa indiferenciada, sofredora e passiva; o jovem Engels apreende na situação proletária a dinâmica que possibilita a alternativa da *autoliberação* (NETTO, 2004, p.41).

Deste momento em diante, Engels é definitivamente o Engels comunista, cuja vida será dedicada à compreensão da natureza do modo de produção capitalista e das formas de destroná-lo.

Após uma temporada em Londres, onde aprofunda definitivamente seu conhecimento sobre a condição proletária, produz material sobre o tema, publica na imprensa cartista, e aproxima-se da Liga dos Justos<sup>25</sup>, organização operária onde posteriormente será protagonista de uma significativa mudança, Engels deixa Manchester e vai a Paris. Será lá, que acontecerá o enfático encontro com

<sup>24</sup> ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>25</sup> Lowy conta-nos que, ‘A Liga dos Justos, fundada em 1836, logo se tornou uma sociedade secreta de tendência neobabouvista, com cerca de mil membros e com ligação fraternal com a sociedade das ‘Estações’ (Blanqui, Barbès, M. Bernard)’ (p.108, 2012). Afirmar ainda quem 1839 a Liga participa de um atentado blanquista na França em conjunto com operários, que fracassado, tem seus líderes presos e exilado, e que após tal fato a Liga muda-se para Londres, mantendo ainda uma seção em Paris. A ideologia da Liga transita do babouvismo, comunismo operário francês, comunismo icariano e o socialismo de Cabet e Weitling.

Marx, onde enfim perceberão a afinidade compreensiva que os acompanhará ao longo da vida. Netto é cirúrgico ao destacar tal momento,

As longas conversas entretidas na casa de Marx – que então residia em Saint-Germain, Rua Vanneau, 38 – evidenciaram que ambos, por caminhos muito diferentes, tinham chegado a um estágio teórico-ideológico similar: concordavam em que o próprio movimento histórico real engendrava a solução das contradições econômico-sociais e que, na problemática contemporânea, a alternativa decisiva e emergente era a luta política conduzida pelos trabalhadores (NETTO, 2004, p.38).

Isto é, Marx que de Paris também havia se aproximado da compreensão das condições da vida dos trabalhadores, inclusive vivendo-as por vezes, que, além disso, escreve para a *Vorwärts!*, fundada por operários alemães refugiados, aproximando-se da Liga dos Justos em Paris, onde entabula contato com Proudhon, Bakunin, Weitling e outros (que serão posterior alvo da dialética intelectualmente conflitiva de Marx), faz movimento conclusivamente semelhante ao que Engels havia feito em Londres, assim o encontro de ambos, é o encontro de diferentes trajetórias, cuja rota de colisão propiciaria grandes produções. Os primeiros encontros dão-se por meio da impressão que os trechos publicados de “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” e que “*Esboço de uma crítica da economia política*”<sup>26</sup> causam em Marx<sup>27</sup>. Destes encontros, nasce a intenção de elaboração de “*A sagrada família*”<sup>28</sup>, obra que marcará a crítica definitiva ao neo-hegelianismo.

Para Hobsbawm, deve-se levar em conta que, “Marx e Engels chegaram relativamente tarde ao comunismo. Engels declarou-se comunista no fim de 1842, enquanto Marx provavelmente só o fez na segunda metade de 1843, após um acerto de contas mais complexo e prolongado com o liberalismo e a filosofia hegeliana” (1983b, p.33). Apesar do considerado atraso na chegada ao comunismo de ambos, as conclusões que os levam a tal caminho os atrairão a formulações consideravelmente diferentes do comunismo existente até então, isto é, irão diferenciar-se radicalmente da compreensão utópica existente até o momento (questão a ser tratada posteriormente neste estudo), de modo que os forasteiros neste ramo do conhecimento e anseios políticos em 1844 tornar-se-ão futuramente os fundadores de outra forma, completamente diferente de tabulação do comunismo, não mais como anseio ideal, caminho pré-determinado, conserto dos problemas sociais, mas como alternativa histórica, a ser conduzida pela força de autoemancipação de uma classe

---

<sup>26</sup> ENGELS, F. *Esboço de uma crítica da economia política*”. Tradução de Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 5: 1-29, 1979.

<sup>27</sup> “Todavia, sem a obra de Engels sobre a Inglaterra, a formulação de uma teoria marxista seria no mínimo bem mais lenta do que foi. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* proporcionou uma investigação extraordinariamente lúcida do modo como o desenvolvimento da indústria moderna gerara a luta de classe proletária e, ao mesmo tempo, a possibilidade de libertação final”. (HOBBSAWM, 1983, p.411).

<sup>28</sup> MARX, K; ENGELS, F. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo: 2011.

revolucionária, justamente por ser a portadora da força produtiva dessa sociedade e ao mesmo tempo expropriada dessa força.

Esta forma ainda embrionária de conceber uma alteração societária baseada justamente nas condições que a realidade industrial os apresentava, obviamente carecia de certas influências e experiências cotidianas, exemplo temos quando levando em conta que, “À partir de seus primeiros contatos com Engels, todavia, [Marx] acrescentou à experiência francesa a do movimento proletário de massa, do qual a Inglaterra constituía então, e por vários decênios sucessivos, o único exemplo de nota” (HOBSBAWM, 1983c, p.310). Deste modo, a compreensão da vida operária trazida por Engels, somou-se a uma forma de organização política particularmente mais complexa na França<sup>29</sup>, onde formulações de sujeitos como Weitling e Proudhon já alcançam considerável reconhecimento e acolhimento nos meios operários franceses, onde a Liga dos Justos colocava-se como organização relativamente relevante neste meio. Assim, Marx e Engels aproximam-se de formas de organização política até então distantes da realidade alemã ou inglesa.

Diante disto, dado o movimento feito pela dupla, podemos considerar que “[...] Marx e Engels partem do que já existe, assimilam plenamente o saber acumulado e o submetem a um exame crítico” (MANDEL, 1987, p.15), processo este, que será a força motriz daí em diante da ação política e filosófica de ambos, onde o conflito, no campo das ideias e das ações será o tema central da jornada de ambos, como quando confrontarão o socialismo experimental de Weitling, o anarquismo cooperativista de Proudhon, o idealismo alemão dos ‘santos’ Bauer e Stirner, por exemplo.

Neste movimento, “[...] eles se esforçam por introduzir uma análise científica da sociedade burguesa, suas tendências de evolução, suas transformações sucessivas, as contradições que comandarão seu declínio e queda” (MANDEL, 1987, p.16). Assim, a crítica será a condição especial para a compreensão da realidade, não como crítica pré-concebida, imbuída de premissas estáticas, mas como crítica dialética, que acompanha o movimento da realidade, que esforça em acompanhá-la via categorização sistemática de seus elementos organicamente componentes, crítica esta, que não se contentará com a mera contestação altruísta das contradições percebidas, mas proporá de forma unânime e constante a necessidade de alteração da realidade, de forma que colocará a filosofia nos trilhos de força que para existir e ser como filosofia, deverá necessariamente assumir o caráter revolucionário, acompanhando as inesgotáveis potencialidades humanas.

É nesta cinesia que Mandel constata que,

---

<sup>29</sup> “Marx e Engels, que estão descobrindo os historiadores da Revolução Francesa e a literatura econômica ou para-econômica inglesa, descobrem neles acentos cada vez mais próximos de suas preocupações” (VILAR, 1983, p.102).

O programa que Marx e Engels se propuseram desde suas obras de juventude, e ao qual permaneceram fiéis durante toda sua vida, foi o de *combater todas as instituições e todas as condições nas quais o ser humano é um ser miserável, explorado, oprimido, alienado e, devido a isso, multilado, incapaz de realizar todas as suas possibilidades humanas* (MANDEL, 1987, p.24).

Neste combate, acabam por elaborar concepções inéditas até então no ramo do socialismo e da organização política, ao preencher os buracos deixados pelos formuladores utópicos franceses, imprimindo a noção de classe e de seu papel fundamentalmente revolucionário, propondo em tal processo aparelhos de organização autônomos como o partido operário e o seu contágio forçado em toda a Europa.

Mandel (1987) aponta magistrais marcos derivados do encontro entre Marx e Engels, exemplo primeiro é a apreensão da condição operária, de suas formas de organização e renitência. Exemplos outros são,

A experiência direta da revolução de 1848-1850, adquirida graças à participação pessoal e ativa de Marx e Engels nos desdobramentos da revolução na Alemanha, e à maneira direta e rápida pela qual eles seguiram os desdobramentos da revolução na França, Áustria, Hungria, Itália etc. (MANDEL, 1987, p.77).

A experiência de uma organização revolucionária proletária viva – a Liga dos Comunistas - entre 1847 e os primeiros anos do segundo exílio de Marx em Londres (MANDEL, 1987, p.78).

A experiência da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1863 e 1873, sobretudo o esforço para incluir nela os sindicatos ingleses (MANDEL, 1987, p.78).

A experiência da Comuna de Paris, que foi, sem dúvida, a mais importante experiência política da vida de Marx e Engels [...] (MANDEL, 1987, p.78).

Tais momentos são marcos, justamente, porque guardam ou indicam aquilo que Marx e Engels depuravam da realidade, o dialético movimento da história, a inegável capacidade de alteração das condições sociais, a força da revolução enquanto potência a ser explorada, nestes acontecimentos, bem sucedidos ou não, está a chave para afirmação da revolução como etapa vital para o derrubamento da ordem do capital, vital não por mera afirmação filosófica, mas por ser condicionalidade possivelmente realizável, por ser parte daquilo que constrói a história do homens, desde que estes a realizem, por estar apoiada nas próprias condições matérias presentes. Em 1848, na Liga dos Comunistas, no crescimento dos sindicatos ingleses e do cartismo, na formação a AIT<sup>30</sup> e na Comuna de Paris, há uma fagulha que ou está se acendendo ou já desencadeou considerável explosão, qual seja, a revolução em formulação ou em andamento. E mesmo que do ponto de vista de efetividade, tais processos não tenham terminado em radical transformação societária, Marx e Engels usaram dos erros, fracassos, derrotas e debilidades, impostas pelas condições de luta do

---

<sup>30</sup> Associação Internacional dos Trabalhadores (1864) ou primeira Internacional Comunista.

momento, como matéria constitutiva da formulação de um socialismo científico, de uma revolução comunista que rompa e faça definhar as esferas sustentadoras do modo de produção capitalista.

Diante disso, como saldo final do substancial encontro entre Marx e Engels, Mandel, lista-nos em ordem cronológica e resumida, a força da dialética do conflito que os acompanha. Em primeiro lugar temos, “Seu conflito com os “jovens hegelianos” contemplativos e fundamentalmente liberais, [...]. Essa ruptura é teoricamente expressa na *Ideologia Alemã* e nas *Teses contra Feurbach* (1845), verdadeiro ato de nascimento do marxismo” (MANDEL, 1987, p.79). É neste momento que a dupla fundamenta uma concepção nova da história e das formas de compreensão da realidade, é a pedra definitiva no idealismo neo-hegeliano que vigorava até então na filosofia.

Em segundo lugar temos, “O conflito com o socialismo utópico de Proudhon e o comunismo insuficiente amadurecido de Weitling, que se estende pelo período de 1846 – 1848. Ele resulta na redação da *Miséria da Filosofia* (1846) e do *Manifesto Comunista* (1848)” (MANDEL, 1987, p.79). Tal momento será essencial na compreensão da revolução, do proletariado enquanto sujeito revolucionário ativo e responsável por sua autoemancipação, além da elucidação compreensiva de certas categorias chave para o entendimento da natureza do real. Neste processo, definitivamente fundarão o socialismo radicalmente novo, científico, que tira suas conclusões da realidade.

Outro momento vital destacado por Mandel refere-se à aproximação definitiva de Marx e Engels com a economia política, com seus devaneios interpretativos, com a sua naturalização de estamentos do capitalismo como se fossem a-históricos, naturais. Tal aproximação será responsável pelo suprassumo da produção marxiana, pela sua descoberta científica mais elevada;

O conflito – algumas vezes sob a forma de apropriação intelectual crítica, algumas vezes sob a forma de “diálogo interior” – com os principais representantes da economia política pós-ricardiana inglesa, Hodgskin, Ravestone e Gray, que desembocará na redação das principais obras econômicas de Marx: Os *Gundrisse*, *O Capital* e as *Teorias sobre a Mais-valia*, durante as duas décadas que de 1857 até a morte de Marx (MANDEL, 1987, p.79).

O quarto momento refere-se ao empreendimento da dupla pela criação de uma organização proletária internacional, cujos limites de expansão extrapolam as particularidades nacionais, cujo objetivo é contagiar o maior número possível de forças operárias, visando a construção de órgãos autônomos de representação, que vislumbrassem a revolução. Assim, “O conflito com Bakunin e seus partidários no seio da Primeira Internacional (1865-1873), que se prolonga até um pouco depois da derrota da Comuna de Paris” (MANDEL, 1987, p.79), será um dos marcos vitais na trajetória de Marx e Engels, será ali que a separação do movimento operário começa a se dar entre os sujeitos comprometidos com a autoemancipação dos trabalhadores, entre idealistas cuja revolução não têm

sujeito revolucionário, entre anarquistas cuja compreensão não leva em conta a totalidade de elementos inter-relacionados, entre reformistas e conservadores.

O último ponto deriva justamente dessa cisão constatada pela dupla, onde

O conflito com as diversas tendências direitistas no seio da socialdemocracia alemã, primeiro com os lassalleanos, depois com os primeiros representantes do gradualismo reformista, que vai do congresso de unificação de Gotha de 1875 até a morte de Marx, e que Engels prolongará durante toda a década de 1880, até sua própria morte em 1895. Os principais produtos desses conflitos são a *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), de Marx e o *Anti-Duhring* (1879), de Engels (MANDEL, 1987, p.79-80).

Em que Marx, até onde viveu, e Engels até onde pôde, dedicaram-se ao combate incessante as influências no movimento operário que o afastavam da construção autônoma de suas organizações, da tentativa de evitar estratégias reformadoras, da investida sistemática de exposição das categorias científicas chave de compreensão do modo de produção, da difusão da revolução como possibilidade histórica a ser empreendida. Desta forma, ‘‘Tanto Marx quanto Engels, assim como seus grandes discípulos, declaram abertamente sua opção política e pretendem servi-la com suas obras [...]’’<sup>31</sup> (VILAR, 1983, p.119).

Apesar de todas as confluências e a indispensável fortaleza que a ação conjunta entre ambos possibilitou a produção filosófica empreendida por eles durante toda a vida, onde a dedicaram à construção e propagação da possibilidade revolucionária, deve-se levar em conta certas diferenças entre ambos os sujeitos, suas capacidades literárias e intelectuais, de modo que, seria errôneo compreender a obra da dupla como obra única, como sujeitos que produziram exatamente o mesmo desde que se encontraram e que se dedicaram exatamente aos mesmos temas. Pelo contrário, deve-se compreender a relação intelectual entre ambos muito mais como uma relação complementar, recíproca, onde papéis estão certamente definidos, onde objetivos e frentes de atuação diferencem-se, buscando obviamente resultado simular, mas onde cada um dos dois, produz lugar marcado na trajetória de parceria que viveram. Concordamos com Hobsbawm quando afirma que,

Naturalmente, é obvio que Marx e Engels não foram pensadores idênticos, na medida em que eram indivíduos diferentes, Engels tinha perfeita consciência da maior genialidade de Marx, embora não se tenha conservado nenhum escrito de Marx em que esse se referisse a qualquer sentimento de inferioridade de Engels. Entre os dois, por outro lado, se estabelecera evidentemente uma divisão do trabalho, no qual certos

---

<sup>31</sup> ‘‘Nos tempos de Marx a tarefa essencial – tal como prevista por ele e por Engels – consistia em generalizar o movimento operário, até transformá-lo em movimento de classe, fazendo emergir o objetivo implícito em sua própria existência, ou seja, a substituição do capitalismo pelo comunismo; e, a curto prazo, sua transformação em movimento político, como partido operário distinto de qualquer outro partido das classes possuidoras e voltado para a conquista do poder político’’ (HOBBSAWM, 1983c, p.315).

assuntos cabiam a um ou a outro; as questões militares, por exemplo eram de competência de Engels (HOBBSAWM, 1983, p.29).

De todo modo, vale destacar, que a participação de Engels é essencial, tanto intelectual, como politicamente, além é claro, por conta da sua condição objetiva de reprodução enquanto herdeiro de um fábrica, como fiador de grande parte das obras de Marx, ao lhe fornecer por vezes os recursos necessários para as despesas familiares, enquanto Marx se dedicava a elaboração de suas grandes obras como *O Capital*, que apesar de magistral, não rendia recursos imediatos como as contribuições jornalísticas menos importantes. Engels, destaca-se assim como primeiro grande marxista, como pioneiro na tradição “fundada” por seu companheiro, a fidelidade intelectual entre ambos faz de Engels principal divulgador das obras marxianas e do futuro marxismo como campo científico de conhecimento da realidade. Assim, “Engels foi a um só tempo o cofundador reconhecido do materialismo histórico e o primeiro – e mais influente – entre os intérpretes e os filósofos do marxismo” (STEDMAN JONES, 1983, p.377).

Conforme atesta Stedman Jones, a força e o papel de Engels no marxismo são essenciais para o seu frutífero desabrochamento ao longo da Europa enquanto campo do conhecimento dedicado à interpretação da história e do modo de produção capitalista, temos, por exemplo, de tal movimento a seguinte informação, “A difusão em escala mundial do marxismo com o caráter de socialismo sistemático e científico não se iniciou, realmente, nem com o *Manifesto do Partido Comunista* nem com *O Capital*, e sim com a publicação do *Anti-Duhring* de Engels” (STEDMAN JONES, 1983, p.381). Engels é ainda responsável, no período pós-morte de Marx, pela emissão original daquilo que competia ao marxismo, como elo entre o clássico, produzido por ele e Marx, e os acréscimos das tradições posteriores, de modo que Engels troca correspondência com muitos daqueles que são os caudatários posteriores do marxismo, com aqueles que serão os novos produtores de interpretação da realidade nos moldes legados pela dupla fundadora.

Assim, como síntese final da importância do desprezioso encontro de 1842, que se torna amizade em novo encontro em 1844, que será vital para fazer da produção marxiana o que é, e torná-la um florido campo de variadas formas e cores posteriormente, temos a presença de Engels como algo fundamental, essencial, quase orgânico, visto que apenas sua perspicácia intelectual, sua coragem política e seu apoio diverso, poderiam amparar a construção do marxismo e fundamentalmente das caracterizações marxianas. De feito que,

[...] as debilidades de Engels eram ao mesmo tempo os seus pontos fortes. Se não possuía a tenacidade intelectual e a força de dedução necessárias para ser um teórico rigoroso e original, se suas tentativas de teorização se destacavam mais pela audácia que por seus objetivos, suas grandes virtudes consistiam na relativa abertura às novidades, no tenaz radicalismo do seu temperamento, numa capacidade de



percepção extraordinariamente rápida, numa audaz intuição e na onívora curiosidade por tudo que lhe aparecia ao redor (STEDMAN JONES, 1983, p.393).

### 1.3 CONVITES INEGÁVEIS

Após este pequeno, mas essencial, apanhado do encontro de Marx e Engels e dos futuros resultados que tal relação propiciou, voltemos à vida exclusiva de Marx e a outros marcos fundamentais de sua trajetória. Assim, posteriormente a reunião com Engels em 1844 e entabulação de uma relação político-intelectiva consolidada, em 1845 ainda em Paris, Marx recebe um sugestivo convite do governo francês a se retirar do país, tal invitation *impositiva* devia-se a uma solicitação do governo prussiano, por conta de uma publicação de Marx na *Vorwärts!* em 1844, o famoso artigo ‘‘Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano<sup>32</sup>’’. Neste artigo Marx faz duríssimas críticas ao governo prussiano, ao papel do Estado, a política e ao direito, germes das críticas negativas que já vinha construindo até então. Deste modo, migra para Bruxelas, na Bélgica. Lá escreverá com Engels ‘‘A sagrada família’’, e outros dois textos fundamentais, ‘‘A ideologia Alemã<sup>33</sup>’’ e suas teses sobre Feurbach.

Em 1846, Marx e Engels dedicam-se à elaboração de um Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, cujo centro era construção de uma malha de comunicação entre os comunistas da Europa. Para cumprir esse objetivo, convidam uma série de lideranças políticas e intelectuais do movimento comunista europeu. ‘‘O Comitê de correspondência Comunista, fundado em Bruxelas em 1846, é a *primeira organização política* criada por Marx e Engels’’ (LOWY, 2012, p.160). O comitê possuía um triplo objetivo, a internacionalização, a aglutinação dos comunistas e a fundação de um partido comunista organizado, para Lowy (2012) então, o Comitê é o ‘‘o primeiro partido marxista’’ existente.

---

<sup>32</sup> MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano. Revista Praxis, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>>.

<sup>33</sup> MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Esta obra é uma das mais estudadas e debatidas entre os marxistas atuais, ironicamente Marx e Engels não a publicaram em vida por falta de editor apto a publica-la dada a polêmica envolvida. Marx posteriormente aponta que o escrito sofreu ‘‘a crítica roedora dos ratos’’ justamente por não ter sido devorada pela crítica dos filósofos neo-hegelianos, a alvo central da obra. Tanto em ‘‘A questão judaica’’ como na ‘‘A ideologia Alemã’’ a crítica definitiva e sepultadora do idealismo neo-hegeliano encontra-se presente. Caso tivesse sido publicada, a obra certamente causaria considerável rebuliço no mundo filosófico daquela época. Tonet (2009, p.12) - prefácio da obra citada – aponta curiosamente que, ‘‘Além disso, o escrito de 1845-1846 permaneceu durante muitos anos desconhecido, somente sendo redescoberto em 1932 pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou. Ao longo desse tempo, páginas foram perdidas e outras se deterioraram, dificultando enormemente sua ordenação e compreensão’’.

A fundação do Comitê é em si um grande marco político organizativo, porém a recusa do convite de participação por parte de um famoso intelectual francês desembocará em outra divisa central da construção racional de Marx. Lowy informa-nos da história,

Na França, o “interlocutor notável” escolhido [para participar do Comitê de Correspondência]<sup>34</sup> foi P.-J. Proudhon, por cuja obra Marx tinha um grande interesse desde 1842. Em 5 de maio de 1846, uma carta assinada por “Charles Marx”- com *post-scriptum* de Gigot e Engels – convidava-o a ser correspondente francês do comitê (LOWY, 2012, p.167).

Deste convite, direcionado por Marx e Engels a importantes intelectuais e representantes do movimento comunista europeu, uma resposta em especial mostrou-se decepcionante, tanto em termos estratégicos, quanto em termos teóricos. Esta trazia como resposta do “interlocutor notável” justificativas de recusa de participação que seguiam o inverso caminho trilhado pelos jovens revolucionários rumo ao comunismo e a interpretação científica da realidade.

Ora, a resposta de Proudhon mostra o abismo que separava suas novas concepções das de Marx: ele recusa de início “a ação revolucionária como meio de reforma social” – meio do qual confessa ter sido partidário – e propõe-se “queimar a propriedade em fogo brando”... Do mesmo modo, não compreende o sentido da luta de Marx contra o “socialismo verdadeiro”, luta que qualifica de “pequenas divisões do socialismo alemão<sup>35</sup>” (LOWY, 2012,167).

A recusa de Proudhon, negando as possibilidades revolucionárias, afirmando a impossibilidade de ruptura definitiva com a propriedade privada, além da sua compreensão de que divergências de estratégias teórico-práticas quanto ao socialismo são “pequenas divisões”, explanam claramente a diferença interpretativa entre Marx e uma de suas influências até então. Fica claro neste momento que ambos estão fazendo caminho consideravelmente reverso<sup>36</sup>, Proudhon mostra seu abandono à ação revolucionária rumo à reforma, ao democratismo, as ações etapistas, já Marx que vinha de uma tradição liberal-democrática, idealista, ruma para a percepção, via elementos oferecidos pela realidade, que a saída para as contradições sociais presentes encontram-se na necessária transformação das relações sociais via revolução efetivada pelo proletariado.

As posições apresentadas por Proudhon são reafirmadas em seu “Sistema das Contradições econômicas ou Filosofia da miséria<sup>37</sup>”. Tal obra será alvo de duríssimas críticas por parte de Marx, que desembocará no famoso ensaio de Marx, “Miséria da Filosofia<sup>38</sup>” de 1847. Netto indica que,

<sup>34</sup> Colchetes não estão presentes no trecho original.

<sup>35</sup> Lowy informa que os trechos da carta de Proudhon utilizados estão em “Carta e Proudhon a Marx, de 17 de maio de 1846, em D. Riazanov, “Introducion historique”, cit., p.31-4”.

<sup>36</sup> “Ora, quase no mesmo decurso temporal, Marx cumprira um itinerário inteiramente diverso: ele realizara o trânsito do radicalismo democrático ao comunismo” (NETTO, 2004, p.96).

<sup>37</sup> Proudhon, P. –J. ‘Sistema das Contradições econômicas ou Filosofia da miséria. São Paulo: Icone, 2003.

<sup>38</sup> MARX, K. Miséria da Filosofia; São Paulo: Global, 1985.

“[...] é no livro que escreve e publica, em 1847, contra Proudhon, a *Miséria da Filosofia*, que, além da liquidação teórica do socialismo reformista (utópico-reformista) de cariz pequeno-burguês, Marx explicita e oferece à luz, pela primeira vez, a sua análise do modo de produção capitalista (NETTO, 2004, p.87).

A partir da obra crítica às posições de Proudhon e da organização do comitê, somada a já consolidadas experiências de Marx e Engels com as formas de organização operárias até então existentes, as formulações marxianas direcionar-se-ão rumo ao debate da estruturação de um movimento comunista internacional que coloca em frente, que trave em conjunto ao proletariado ações ligadas a constituição de um estamento auto emancipatório, que cabe justamente a esta classe. A organização política, a exposição sem precedentes da necessária alteração societária como papel dos trabalhadores torna-se o mote, o guia das ações e teorizações de Marx. Sua crítica à Proudhon dá-se exatamente na demonstração, pelas condições materiais, do protagonismo operário, enquanto sujeito revolucionário, no processo de transformação da organização social da produção. Marx beberá principalmente nas ações cartistas e no movimento operário inglês em geral, que apesar das limitações, pautam-se na unificação dos movimentos e sindicatos como forma de fortalecimento frente ao poderio burguês. Onde a potência de dominação burguesa ganha aspecto amplo, altamente dilatado, cabe como resposta, uma organização ampla, internacional, de cunho universal e centralizado dos operários, cujo norte seja a sociabilidade comunista, afastada das utopias socialistas ou da resignação reformista como a assumida por Proudhon.

Assim, “[...] o confronto antecipa o problema que a história colocará em 1848: reforma ou revolução – proletariado como classe que *participa* do processo social ou proletariado que *direciona*” (NETTO, 2004, p.91). É e justamente neste conflito intelectual estratégico, que Marx consolidará posições que já estavam em construção desde sua transição rumo ao materialismo e ao comunismo, quais sejam; a consciência da emergência da revolução como saída histórica para alteração societária - questão provada ao longo da história (*Ex. Revolução Francesa*) e de processo posteriores que se darão na Europa - e, a compreensão consolidada do proletariado como sujeito revolucionário universal<sup>39</sup>, como portador, pelas próprias condições da realidade, da potencialidade revolucionária, processo este em que a autolibertação, a autoconstrução da alternativa revolucionária é parte da própria potencialidade, isto é, o proletário é o criador, condutor e efetivador de seu processo de libertação do jugo do capital, justamente pela sua posição de sobrevivência, por ocupar um mirante mais alto no revelo da observação da história como demonstra Lowy (2013).

---

<sup>39</sup>“A adesão de Marx e Engels ao movimento operário, assim, era mais que uma opção política: era um imperativo da sua concepção teórica” (NETTO, 2004, p.57), ou ainda, “Marx é filho da ilustração de forma que, “[...] ele opera uma superação (no sentido de negação com continuidade ou de continuidade crítica) de tal herança, colocando o proletariado no protagonismo que lhe é devido” (BRAZ, 2011, p.33).

Para Netto, “[...] o *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria* atesta a viragem decisiva de Proudhon no sentido do reformismo ou, mais exatamente, do utopismo reformista” (2004, p.93). E é exatamente esta, a percepção que Marx vinha construindo em relação ao filósofo francês desde a recusa de correspondência no Comitê e das alterações consideráveis que expõe quanto às estratégias adotadas por parte do proletariado e pela Liga dos Justos. Assim, Marx e Engels conceberão uma compreensão do socialismo consideravelmente diversa dos socialistas utópicos e dos resignados reformistas com suas estratégias mirabolantes de fuga do domínio do capital dentro das amarras do próprio. Tal cisão de concepção das formas de atuação do proletariado terá rebatimentos históricos no movimento socialista como um todo, o debate cotidiano é ainda perpassado por tais questões e aparentemente a alternativa do “utopismo reformista” ou do “reformismo revolucionário” como o de Coutinho (1999), tem sido adotada com maior frequência, mesmo com os inúmeros alertas feitos pela tradição marxista ortodoxa e principalmente por Marx.

Diante deste distanciamento claro na compreensão dos elementos constitutivos da realidade entre Marx e Proudhon, é possível constatar um erro analítico/metodológico por parte do francês, questão que provará a eficácia central do procedimento metodológico adotado por Marx, fruto da sua estratégia dialética conflitiva, de apropriação, síntese e superação. Apontando a debilidade mencionada, temos em Netto (2004, p.94) que, “*É porque erra na análise que Proudhon elabora uma proposta política equivocada: ele não é capaz de formular um projeto político revolucionário porque não é capaz de compreender a efetiva legalidade histórico-social*” (2004, p.94).

Diante da inépcia da proposição teórica de Proudhon, que segue o abandono da alternativa revolucionária, isto é, de rompimento com os pilares de sustentação essenciais deste modo de produção e da ausência de um sujeito revolucionário, Marx percebe claramente que o apoio à organização do proletariado por parte do francês não poderia seguir, de modo que, “[...] é a publicação do *Sistema das contradições econômicas ou a filosofia da miséria* que obriga Marx a uma clara tomada de posição que encerra as suas relações pessoais e só arranca de Proudhon, nos seus apontamento, manifestações de azedume e irritação” (NETTO, 2004, p.103).

A “*Miséria da filosofia*” apresenta-se como súpula deste momento elementar na formação do comunista Marx, carrega tanto a construção de uma organização comunista de âmbito internacional, como a cisão interna do movimento socialista, entre aqueles que compreendem a revolução como processo essencial de alteração societária radical e aqueles que guinam morosamente à opção da reforma e da conciliação. “*A Miséria da filosofia* é, portanto, um balanço do ponto a que Marx chega no primeiro semestre de 1847” (NETTO, 2004, p.104).

Será a partir desta produção ainda, que Marx começará a se deter à análise fundamentada e categorizada do modo de produção capitalista, justamente ao identificar os erros de Proudhon, que vão desde falhas matemáticas, confusões categoriais, interpretação equivocada da organização produtiva e oferecimento de saídas ineficazes às contradições sociais e econômicas. Neste texto se aproximará de categorias como *valor de uso* e *valor de troca*, *renda*, *propriedade*, *meios de produção* e *trabalho excedente*. Assim, ‘‘Realmente, o que surge na *Miséria da filosofia* é o primeiro desenho do projeto teórico a que Marx dedicará o essencial da sua vida: *a análise de conjunto do modo de produção capitalista*’’ (NETTO, 2004, p.106).

Após a cisão com Proudhon e os utópicos reformistas em 1847, Marx enfrentará um 1848 extremamente caótico. A Liga dos Justos e seu comitê de correspondência passam por uma considerável transformação, tornam-se, por pressão e ação especial de Marx e Engels, um ‘‘partido’’ de âmbito internacional, abandonando a lógica de sociedade secreta. De Liga dos Justos, assume um caráter teórico, científico e político mais centrado ao tornar-se Liga dos Comunistas. Tal mudança consolida o mergulho nas profundezas do movimento operário, de seu protagonismo e organização por parte dos comunistas como Marx e Engels. A lógica de organização da Liga se pautará nas organizações inglesas e se direcionará como uma das influências teóricas dos trabalhadores a partir de então. Netto afina que,

Na passagem à segunda metade dos anos 40, porém, a direção da Liga começa a evidenciar um giro considerável no seu horizonte político-ideológico. [...] Rebateu, de uma parte, sobre a direção da Liga, a notável experiência inglesa do *cartismo*, com sua ação de massas e sua política de alianças, ambas exitosas; de outra, a áspera crítica à eclética mescla ideológica da liga, que Marx conduzia especialmente desde que se fixou em Bruxelas (NETTO, 2004 p.46).

De forma que, o movimento feito por Marx, reflete e faz-se reflexo dos caminhos tomados pela Liga e dos objetivos então impostos. A organização e aglutinação de quadros intelectuais e operários ao longo da Europa torna-se o destino determinado pela nova Liga, pelo projeto de partido internacional dos trabalhadores. Assim, aponta Netto (2004, p.47) que, ‘‘[...] para além da mudança do nome da organização – não mais dos Justos, e sim dos Comunistas -, foram formulados estatutos depurados de quaisquer ritos sectários e deliberou-se a abertura de discussões sobre o programa da organização, a ser objeto do próximo congresso’’.

Como parte da estratégia de atuação da Liga e de seus novos regimentos, era necessário o lançamento de um programa definitivo àquele momento para os comunistas. Além, é claro, da aparição da Liga enquanto uma organização pública e cosmopolita de reunião e direcionamento de comunistas e revolucionários, que por toda Europa esquentava a evicção popular, dada as condições econômicas e políticas derivadas das antinomias capitalistas. Assim, fazia-se urgente tanto como

explicação pública quanto como solicitação orientativa dos trabalhadores, que a Liga lançasse, sem demora, um programa que apresentasse a compreensão de mundo, as formas de ação e ordenação, além é claro das possibilidades vislumbráveis dado o papel potencialmente revolucionário da classe trabalhadora. Desta forma, como uma das ações inauguradoras da Liga dos Comunistas no cenário aberto da luta de classes, dá-se a apresentação de um manifesto, o *Manifesto Comunista*, cuja elaboração fica a cargo de duas das mentes radicalmente mais revolucionárias da Liga, Marx e Engels. Desta forma,

O manifesto foi encomendado como o programa fundador da Liga dos Comunistas, formada em grande parte por exilados alemães e alguns simpatizantes belgas e britânicos que se reuniram em Londres no verão de 1847. O Comitê Central instruiu Marx, então em Bruxelas, a produzir um manifesto. Marx aceitou, mas não encarou a missão como prioridade. Considerava mais fácil concluir textos quando havia um prazo rigoroso. Poucos meses depois, um triunvirato ligeiramente irritado – os civis Karl Schapper, Heinrich Bauer e Joseph Moll – de fato sugeriu um data-limite e ameaçou represálias caso esta não fosse respeitada [...] (ALI, p.16, 2017).

Apesar da pressão da Liga e do aparente atraso de Marx, o *Manifesto* é concluído no prazo estabelecido. Sua aparente demora deve tanto a minuciosidade de sua elaboração, dado o caráter de manifesto/programa de tamanho consideravelmente reduzido e ao mesmo tempo essencialmente complexo, quanto a sua força sintética de interpretação da realidade do capitalismo até 1848, tudo isto, com direcionamento para leitores da classe trabalhadora<sup>40</sup>. O *Manifesto* apresenta-se como representante do corpo e mente da Liga dos Comunistas, como súpula geral de sua compreensão da história, de seu método e de suas diferenciações a outras correntes que também influenciam os operários àquela época. Além de toda essa suntuosidade intelectual presente no *Manifesto*, há outro acontecimento histórico que marcará a história quase que conjuntamente a sua publicação, a Revolução de 1848 na França<sup>41</sup>.

A versão final foi concluída na primeira semana de fevereiro de 1848 e ainda cheirava a tinta, recém-saída do prelo, quando a Revolução de 1848 estourou na França e se espalhou rapidamente pelo resto do continente. O *Manifesto* nada teve a ver com os preparativos nem com o fomento das lutas, mas foi amplamente difundido e lido por aqueles que desempenharam um papel de liderança ou participaram das revoltas que incendiaram a Europa naquele ano (ALI, p.16, 2017)''

Verdade é que, apesar da força contéudística do *Manifesto*, este não possui nenhuma relação de determinação na intentona revolucionária de 1848, o processo deu-se indiferente do apoio da Liga

<sup>40</sup> Ludovico Silva faz interessante análise do estilo literário do *Manifesto*, afirmando que, ‘‘O *Manifesto*... é um caso exemplar de *adaptação* do estilo literário a determinado efeito que se procura alcançar no público: a apresentação apocalíptica dos fatos, a descrição da história como um teatro da luta de classes dramaticamente configurado, as predições terríveis e, em geral, o aspecto poemático emprestam a esse escrito um ar de ‘‘que é um quebra-mar de eternidades’’ que, com seu certo faro político, Marx e Engels, procuravam exatamente’’ (SILVA, 2012, p.84).

<sup>41</sup> Marx faz interessantíssimas reflexões sobre o processo no trabalho publicado em 1852, intitulado ‘‘O 18 de Brumário de Luís Bonaparte’’, disponível como: MARX,K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

dos Comunistas e de seus membros, de todo modo, a oportunidade fez-se elementar, uma vez que o *Manifesto* recém-publicado poderia tornar-se uma das percepções orientadoras no decorrer do processo revolucionário. Se de fato o *Manifesto* serviu como documento orientador durante o processo, existem discordâncias, Ali (2017) aparentemente aponta uma maior importância do que o que Netto (2004) demonstra, de todo modo, é certo entre estes autores que o *Manifesto* de Marx e Engels é uma sinopse teórica, uma resposta às contradições impostas pelo modo de produção capitalista naquele momento. Ao mesmo tempo em que a Revolução apresenta-se como brevíário experimental às mesmas contradições, de modo que, mesmo que dissociados – *Manifesto* e Revolução – ambos são respostas claras às condições impostas pela realidade de forma que, o insucesso da Revolução deveu-se em muito a sua franqueza teórica, ao mesmo tempo em que a relativa pouca difusão do *Manifesto* à época deveu-se as fracas capacidades acionárias da recém-nascida Liga dos Comunistas.

Compendio de tal movimento imposto pelas contradições materiais, cuja resposta só poderia se dar de forma vigorosa se pela via revolucionária (tanto em nível ‘prático’ quanto em nível ‘teórico’ - formando a unidade lógica que os pode dar força) temos que, “Entre a revolução de 1848 e o *Manifesto* não existem nexos causais e/ou interativos; na verdade, ambos são expressões, em planos diferentes, de uma processualidade sócio-histórica bem mais inclusiva, que os transcende e em relação à qual adquirem plena inteligibilidade” (NETTO, 2004, p.50). De modo que o nexo histórico, mesmo que dissociado de intenção, é a elo entre *Manifesto* e Revolução, o documento expressa o anseio e as possibilidades revolucionárias, a Revolução expressão a possibilidade em execução, com seus erros e acertos, mas como possibilidade real, empreendida por sujeitos, expressão da mobilidade histórica como espírito da ação humana. Apanhado bem definido em Netto, onde aponta que,

[...] a revolução de 1848 colocou [...], a concreta possibilidade de autopercepção do proletariado enquanto classe; o *Manifesto* elaborou teoricamente esta possibilidade – entretanto, esta elaboração não pode ser concebida como uma decorrência imediata dos processos concretos e objetivos (históricos) que vinham se operando desde os anos de 1820. Antes, o *Manifesto* constituiu a resposta teoricamente elaborada que dava conta daqueles processos e, ao fazê-lo, transcendeu-os (NETTO, 2004, p.63).

Como programa propagandístico da compreensão de mundo do primeiro ensaio de partido comunista, com bases científicas e de viés internacionalista, o *Manifesto* coloca-se como pioneiro em muitas das suas exposições. Apesar de considerado datado por uns, determinista por outros, pouco científico por mais alguns, e indigesto pela ampla maioria do escopo intelectual burguês, o *Manifesto* segue mais de 170 anos depois sendo considerado de tempos em tempos um dos livros mais lidos do mundo, batendo recordes de venda em datas comemorativas (aniversários de nascimento e falecimento de Marx e Engels, comemoração das revoluções russa e Chinesa e etc.) e acumulando centenas de edições ao longo do mundo. É ainda, felizmente ou infelizmente, uma das principais (na

maioria das vezes a única) fontes de contato com o marxismo de Marx e Engels, seja em cursos de formação profissional como economia, sociologia ou educação, seja em rodas de estudo de movimentos, partidos e sindicatos, seja em estudos pessoais sem orientação. Apesar de não ser em hipótese alguma suficiente para expor toda a complexidade das teorizações marxianas, o *Manifesto* aponta questões significativas que estarão presentes em outras obras de Marx e Engels. Como exemplo do pioneirismo temos que,

Antes do *Manifesto*, as propostas socialistas (mesmo as gestadas no interior do movimento dos trabalhadores) careciam de uma perspectiva de classe ou, quando a possuíam embrionariamente, seu caráter era tão tosco que delas não se podia inferir o papel protagônico da classe (NETTO, 2004, p.63).

De modo que O *Manifesto Comunista* carrega de forma precursora as bases do comunismo, assentadas teórica e praticamente de modo científico (BRAZ, 2011), cuja “metodologia” é o materialismo-histórico-dialético, com seu mote de abstração mental da processualidade do real, de forma a categorizá-lo progressiva e relacionadamente para melhor compreensão, compreensão que deságua necessariamente (se correta) em processo de práxis transformadora, onde o conhecimento do mundo não é mero dispêndio intelectual vazio e contemplativo, mas base para a transformação da realidade conhecida, a partir dos próprios elementos materiais por ela ofertados. Além desta inovação, será marca do *Manifesto*, conforme aponta Braz (2011), assentar o partido como principal instrumento de ação política dos trabalhadores<sup>42</sup>. De modo que, a partir deste momento, toda e qualquer organização revolucionária dos trabalhadores que esteja minimamente orientada pelo marxismo, terá como referência organizativa, teórica e política o *Manifesto*, uma vez seu contexto de produção, sua função programática partidária e seus princípios teóricos. Netto apontará ainda, outras significativas inovações,

O passo fundamental que se dá no *Manifesto*, vinculado à saturação daquela consideração pela *história em ato*, com a qual o confronto de classes é posto *no centro* da dinâmica da ordem social contemporânea, é a *inteira historicização da centralidade das lutas de classes*: radicalizadas na ordem contemporânea, elas deixam de ser vistas como um elemento *eterno e natural* da socialidade, antes são concretamente situadas (mesmo transitoriamente) e encontram resolução ao propiciar condições para a passagem a um ordenamento social que as suprime, pela supressão das próprias classes (NETTO, 2004, p.65).

---

<sup>42</sup> Há em certo grau uma inegável contradição em Braz (2011) se levarmos em conta que, “É certo que Marx, talvez até mais que Engels, desenvolveu uma notável atividade política prática, particularmente durante a Revolução de 1848, como diretor da “Neue Rheinische Zeitung” e depois da I Internacional. Nenhum dos dois, todavia, dirigiu ou pertenceu a partidos políticos do tipo que se tornou característico do movimento após a morte de Marx” (STEDMAN JONES, 1983, p.304). De todo modo, acreditamos que sua atividade na Liga, tendo o *Manifesto* como documento programático, possa ser considerado de alguma forma uma atividade política pioneira numa espécie de partido, mesmo que não seja considerada por Marx e Engels. A compreensão está aberta e não altera o desenrolar dos fatos.



Isto é, o *Manifesto* carrega uma subversiva compreensão da história, que a retira do aspecto idílico conservador, burguês de naturalização e coesão, e a coloca como história do conflito, da disputa entre os homens, onde “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2017, p.22). Assim, os jovens revolucionários enfrentam a compreensão dominante naquele momento, em que a história era concebida como questão natural e inevitavelmente determinada, em que as cartas já estão marcadas, cabendo aos sujeitos segui-las ou sucumbir. Ao perceberem a história como movimento processual, cuja ação humana é motor central, Marx e Engels expõe das entranhas da realidade a possibilidade revolucionária como potência humana, assim, questionam a vitalidade do modo de produção capitalista, justamente ao recuperaram as determinações históricas anteriores, as condicionalidades presentes e as alternativas futuras. Ao situar o conflito de classes como centro do movimento histórico, demonstram que as classes podem ser passageiras, podem ser um estágio da história humana futura. Assim, questionam radicalmente, a dominação jusnaturalista, a propriedade privada e a forma de organização da produção social (e a derivada troca e distribuição dela).

Desta forma, Hobsbawm apontará três questões centrais do *Manifesto*. “Em primeiro lugar, substituiu uma crítica parcial da sociedade capitalista por uma crítica mais ampla, baseada sobre a relação fundamental – no caso, econômica – pela qual aquela sociedade era determinada” (HOBSBAWM, 1983, p.63). Isto é, ao compreenderem que a história não é fixa, mas se movimenta e, que a combustão do movimento é ação humana, cuja expressão tem sido as sociedades divididas em classes, Marx e Engels questionam estruturalmente a organização econômica capitalista, ao apontarem as debilidades humanas de tal ordenação, ao exporem as contradições econômicas como centro da dominação e da cisão de classe, demonstrando em sequência a revolução - cujo objetivo é a supressão da propriedade privada e das classes sociais - como saída histórica viável, dada as condições objetivas.

Apresenta como segunda questão do *Manifesto* o fato que,

[...] ele inseriu o socialismo na estrutura de uma análise histórica evolutiva, capaz de explicar seja por que motivo o socialismo surgira como teoria e como movimento naquele período histórico, seja porque motivo o desenvolvimento histórico do capitalismo devia produzir, no final das contas, uma sociedade socialista (HOBSBAWM, 1983, p.63).

Em outros termos, dado o estágio de contradições sociais de 1848, impostas necessariamente pela forma de organização produtiva capitalista e sua cisão de classes derivada, o *Manifesto* expõe que, o socialismo, a alternativa revolucionária, não é mera elucubração ideal de meia dúzia de utópicos, mas perspectiva materialmente embasada, tendo em vistas as condições da realidade - tecnológicas, organizativas, produtivas, sociais, cognitivas, etc. Marx e Engels vão enxergar no

*Manifesto* uma possibilidade de sucesso revolucionário próxima, questão equivocadamente otimista se compreendida nos dias atuais, porém possível se levado em conta o estágio das contradições sociais àquele período, reforçada ainda pela tentativa de 1848. Hobsbawm ainda destaca,

Em terceiro lugar, o socialismo marxiano esclareceu as modalidades da transição da velha para a nova sociedade: o proletariado seria seu portador, através de um movimento empenhado numa luta de classes que teria alcançado o seu objetivo tão-somente por meio da revolução, da “expropriação dos expropriadores”. O socialismo deixava de ser “utópico” e se tornava “científico” (HOBSBAWM, 1983, p.63-64).

Ou seja, no *Manifesto* está afirmado explicitamente àquilo que os jovens amigos revolucionários já haviam percebido anteriormente, uma revolução exige um sujeito revolucionário, este sujeito é definido historicamente, de acordo com as condicionalidades conjunturais, no modo de produção capitalista, na luta entre as classes fundamentais – burguesia e proletariado – cabe ao proletariado o papel de classe portadora das potencialidades revolucionárias, isto é, o proletariado é o responsável pela transição da sociabilidade capitalista para uma sociabilidade de outro tipo. Assim, como coube à burguesia a transição do feudalismo ao capitalismo<sup>43</sup>, caberá ao proletariado a construção de outra organização produtiva, onde o fim das classes e da propriedade privada deverá ser o centro de resolução das contradições sociais. De todo modo, vale ressaltar, a luta de classes não tem um fim determinado, pode ou não desaguar no comunismo, certo está que a história é processo em movimento, sendo imprevisível qual sua direção.

#### 1.4 LONDRES: O CENTRO DO MUNDO CAPITALISTA

Deste modo, depois da publicação do *Manifesto* e dos indícios de um possível fracasso da tentativa de revolução na França<sup>44</sup>, Marx, no fim de 1848 muda-se para Colônia juntamente com

---

<sup>43</sup>Há uma clara alteração na condição de classe da burguesia, qual seja, a classe que ocupava no feudalismo o papel de classe revolucionária, tendo empenhado tal processo de transição societária, consolida-se posteriormente, no século XIX, em classe dominante, assim, perde seu caráter transformador e assume perspectiva reiterativa, conservadora. O seguinte abandono do hegelianismo por parte dos intelectuais da burguesia será marco deste processo. A revolução de 1848 e a reação por meio de uma aliança burguesia-monarquia será para muitos o ponto de não retorno da burguesia como classe dominante, reacionária, ligada unicamente aos seus interesses corporativos. “Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sociopolítico conduzido pela burguesia – a liberdade deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a igualdade esgota-se na formalidade jurídica e a fraternidade se resolve na retórica e no moralismo” (NETTO, 2004, p.51). Coutinho (2010) demonstra que, a filosofia burguesa pode ser dividida em duas etapas: 1) etapa progressista: do renascentismo à Hegel – elaboração de uma racionalidade humanista e dialética; 2) etapa conservadora: progressiva decadência a partir de 1830-1848, abandono das conquistas anteriores, rompimento com as categorias *humanismo, historicismo e razão dialética*. Essa etapa de decadência, de abandono da razão acompanha a consolidação do modo de produção capitalista como forma social global de organização das relações sociais. Consolida-se o capitalismo como nova forma de organização social, consolida-se a burguesia como classe dominante. *A burguesia abandona, perde seu papel de classe universal revolucionária (mesmo que tenha sempre portado apenas seus interesses particulares veladamente) e assume o posto de classe dominante conservadora.*

<sup>44</sup> Fracasso que se consolida de 1851 com o golpe empreendido por Luís Bonaparte.

Engels. Será novamente na Alemanha que empenharão esforços na construção da *Nova Gazeta Renana*, cuja orientação é revolucionária, de feroz crítica às ações burguesas e as formas de organização do modo de produção capitalista, assim, a revista estará ligada à Associação Operária de Colônia, cuja direção será por um tempo de Marx. Já em 1849 por conta das publicações da *Nova Gazeta Renana*, Marx e Engels são processados por influenciar ações operárias, de modo que, mesmo absolvidos das acusações, recebem um significativo convite ao qual Marx vinha se acostumando, o convite, deliberadamente intimidante, que sugeria a Marx que deixasse novamente a Alemanha. Diante de tal cenário, Marx retorna a Paris, onde também é impedido de viver, recebendo apenas vinte quatro horas de prazo para saída. De forma que, contando com a ajuda de companheiros muda-se para Londres no fim de 1849.

Em Londres, a partir de 1850 e durante consideráveis anos desta década, a família Marx viverá um calvário financeiro de relevante magnitude. Conforme aponta Dobb,

Os primeiros anos 50 foram os anos da miséria de Marx, vividos nos apertados cômodos do Soho, os anos das frequentes visitas às casas de penhor e da dependência econômica da generosidade de Engels; foi o período no qual Marx utilizou a sala de leitura do British Museum para os profundos e amplos estudos que iriam encontrar seu coroamento, vinte anos depois, em *O Capital* (DOBB, 1983, p.128).

Isto é, enfrentando dificuldades financeiras, aceitando trabalhos jornalísticos de pouca relevância e contando com a ajuda de Engels, Marx ingressará um movimento de estudo da literatura econômica que resultará em sua obra prima dezessete anos depois, movimento este caracterizado pela gigantesca disciplina, pelas pitadas de genialidade intelectual e pela superação das condições paupérrimas de reprodução cotidiana. A partir de 1850, Marx que já conhecia com alguma clareza as condições de vida do operariado, passou em enfrentá-las como suas próprias condições de vida. A sucessão de exílios forçados, a perseguição por parte dos Estados, o boicote a suas atividades e produções, além do aumento do tamanho da família, colocaram Marx, Jenny e os filhos em dificuldades financeiras sintomáticas das contradições sociais constadas por Marx, dado a fórmula organizativa da produção social. Como exemplo das condições de vida da família Marx, Stalybrass (2016, p.58) aponta que, ‘‘A vida doméstica de Marx dependia, pois, dos ‘‘miseráveis cálculos’’ que caracterizavam a vida da classe operária. Qualquer prazer ou luxo tinha que ser avaliado relativamente ao sacrifício de um outro prazer ou até mesmo de uma necessidade’’.

Assim, sem grandes produções além de trabalhos jornalísticos Marx chega a 1852 enfrentando as mesmas dificuldades financeiras, aproxima-se ainda mais da vida e organização operária e mantém, durante este período, o regime de estudos na biblioteca do Museu de Londres. Há um elemento exemplificador da vida de Marx naquele período, cujo centro é, o vai e vem de um casaco

(aparentemente fruto de uma herança legada a Marx) entre a loja de penhores e a biblioteca do Museu, ora acompanhemos que,

1852 foi mais um ano catastrófico para o lar de Marx. Nos primeiros meses do ano, numa tentativa para explicar os fracassos das revoluções de 1848 e o triunfo da reação, Marx estava escrevendo o *18 de Brumário*. Doente, teve que ficar de cama quase todo o mês de janeiro, escrevendo com a maior das dificuldades. Mas tinha que continuar escrevendo, por, juntamente com as doações de Engels e com aquilo que ele podia penhorar, essa atividade era a fonte de renda de um lar constituído de quatro crianças e três adultos. Na verdade, o problema não era apenas que Marx era obrigado a escrever, ele era obrigado a escrever *matérias jornalísticas*. Em junho de 1850, Marx conseguira um passe de entrada para a sala de leitura do Museu Britânico, podendo, assim, começar a pesquisa que serviria de base para *O Capital*. Mas para financiar a pesquisa ele precisava escrever por dinheiro (STALYBRASS, 2016, p.47).

De modo que, a condição financeira de Marx era essencial para manutenção de sua atividade de pesquisa no Museu. Assim, como elemento sociocultural presente àquela época, para acesso aos salões do Museu Britânico fazia-se necessário um passe de acesso à biblioteca, coisa que Marx possuía, mas para além disso, fazia-se necessário porte de elementos de distinção entre um *gentleman* e um sujeito qualquer (operário por exemplo). O elemento estético que atendia aos critérios exigidos no Museu era exatamente o casaco-sobretudo que Marx ganhará de herança. Porém, por conta das já expostas privações financeiras vividas por Marx e sua família, uma das saídas para conseguir pecúlio suficiente ao atendimento das necessidades básicas era o penhor de objetos diversos, atividade praticada por um considerável número de famílias operárias e descrita em Engels (2010).

Assim, de forma não muito diferente da realidade operária londrina, ‘‘A situação financeira se tornara tão desesperadora que Marx tinha não apenas perdido o crédito com o açougueiro e o verdureiro, mas também fora obrigado a penhorar o sobretudo’’ (STALYBRASS, 2016, p.48). Deste modo, via-se de tempos em tempos impedido de acessar as dependências do Museu para continuar seus estudos econômicos. Stalybrass (2016) descreve que Jenny chega a penhorar grande parte de suas roupas de inverno durante o verão, que penhoram ainda louças, talheres, objetos pessoais e pequenas heranças, tudo para angariar recursos adiantados para o custeio dos elementos básicos e essenciais<sup>45</sup>. Tanto em Engels (2010) quanto em Stalybrass (2016) são descritos movimentos cíclicos das mulheres de famílias operárias a caminho das casas de penhor em datas específicas, com a penhora as segundas e o resgate aos sábados, quando os operários eram remunerados e deveriam cumprir atividades sociais como o comparecimento a cerimônias religiosas, festas e *pubs*. Ao término do fim de semana, grande parte do soldo já havia se esgotado, assim as segundas, o penhor

---

<sup>45</sup> ‘‘Como em qualquer lar da classe operária, as esperanças e desesperanças dos Marx podiam ser deduzidas de suas idas às casas de penhores’’ (STALYBRASS, 2016, p.56).

apresentava-se como saída para sobrevivência ao longo da semana. O volume de idas e vindas ao penhor era tão grande, que ao final do ano um operário poderia gastar em taxas muito mais que o suficiente para custear novos objetos similares aos penhorados, um prenúncio da escravização do crédito em nossos tempos atuais.

O cenário de pauperização das condições de vida de Marx pode muito bem ser representado ainda a seguir, ‘Em setembro do mesmo ano, ele não pode escrever artigos para o *New York Daily Times* porque não tinha dinheiro para comprar os jornais que precisava ler para escrevê-los’ (STALYBRASS, 2016, p.49), de forma que, não fossem as contribuições de Engels, possivelmente seu estudo sistemático teria sido interrompido de forma definitiva, uma vez que, nem as atividades jornalísticas e o recurso ao penhor eram suficiente para a sustentação da família Marx. Até basicamente 1856 Marx enfrentará tais questões cotidianamente, uma herança recebida por Jenny neste ano será o elemento salvador das condições financeiras dos Marx, deixando para trás os tempos de pauperismo, de compartilhamento total de circunstâncias de vida semelhantes às do operariado. Como conclusão, podemos considerar que,

Marx aprendeu o que sabia sobre o funcionamento do capitalismo tendo como base, sobretudo suas conversas e atividades políticas e suas leituras no Museu Britânico, mas o que ele sabia a respeito do tipo de vida doméstica das classes operárias era resultado de aprendizagem direta (STALYBRASS, 2016, p.55).

É notório, conforme destacado anteriormente, que essa primeira metade da década de 1850 será vital para a construção base de conhecimentos necessários à formulação de *O Capital*, via o contato sistemática com os autores da economia política disponíveis para acesso na Biblioteca do Museu de Londres. Entre 1856 a 14 de setembro 1867, a trajetória de Marx se consolidará a tal ponto que sua obra-prima será enfim publicada. De toda forma, antes de destacarmos resumidamente, dado os objetivos desse estudo, às principais descobertas contidas em *O Capital* apontadas por estudos de outros autores, vale ainda realizar breve recuperação de certos momentos até chegarmos à publicação de *O Capital*.

Já em 1857, com apaziguamento das dificuldades financeiras e a estabilização em Londres, Marx continuará sua empreitada de estudos, passando cerca de dez horas diárias no Museu Britânico. Além de aprofundar os conhecimentos adquiridos a partir de 1850, nesta nova etapa já domina o inglês, assim debruça-se exaustivamente à tradição inglesa da economia política e às suas elaborações, concernentes com a explicação e fundamentação estruturativa do modo de produção capitalista. Como reflexo destes estudos, inicia a elaboração de esboços, com formulações, críticas, passagens, sistematizações e descobertas, cuja publicação será feita de forma póstuma pelo Instituto

de Marxismo-Leninismo de Berlim e Moscou entre 1939 e 1941, sobre a titulação de *Grundrisse*<sup>46</sup>, cuja introdução é um dos trechos mais referenciados, por apresentar uma síntese geral de muitas das categorias posteriormente esmiuçadas em *O Capital*. Este caderno de anotações será base para a publicação, essa sim feita em vida e supervisionada por Marx, da *Contribuição à crítica da economia política*<sup>47</sup> em 1859. Vale menção de um fato curioso presente no conjunto “Cronologia resumida” que acompanha as publicações de Marx e Engels da Editora Boitempo<sup>48</sup>, onde a publicação da *Contribuição* só não se deu anteriormente por falta de recursos financeiros e que após a sua publicação o livro foi um fracasso de vendas por conta de sua complexidade, não recebendo reconhecimento nem de pares socialistas à época.

A partir de 1860 às condições de saúde de Marx pioram consideravelmente, além disso, a segurança fornecida pela herança recebida por Jenny chega ao fim, de modo que as condições de empobrecimento tornam-se novamente uma questão cotidiana da família Marx. Entre 1860 e 1865, Marx dedica-se aos estudos da economia política, à suas condições de saúde, à produção jornalística e a algumas atividades políticas. De 1860 temos a elaboração de *Senhor Vogt*<sup>49</sup>, resposta a calúnias empreendidas por Carl Vogt. Musto (2012) mostra-nos que a obra consumiu Marx por todo um ano, afirmando que “[...] todos os principais biógrafos de Marx têm sido unânimes em considerar essa obra como uma notável perda de tempo e energia” (2012, p.40-50), por conta de seu tamanho, de dispendiosas fontes bibliográficas, que vão de Schiller a Balzac, passando por Lutero e Goethe.

Assim, Musto apontará duas características centrais a essa obra que servirão de exemplo da trajetória intelectual de Marx e de sua dialética do conflito. “A primeira é a grande importância que

---

<sup>46</sup> A melhor publicação em português está em, MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

<sup>47</sup> Marx, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

<sup>48</sup> Conforme tal cronologia Marx havia se referido à *Contribuição* com o seguinte comentário “Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre o dinheiro com tanto falta dele”. Explicitando uma crítica cômica tanto as suas condições de vida quanto à inépcia da economia política em relação a compreensão dos reais mecanismo estruturais do capitalismo. A passagem pode ser encontrada em vários livros da “coleção Marx e Engels”, essa especificadamente foi retirada da página 135 de, MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>49</sup> A respeito do contexto e da obra Musto (2012), conta-nos que, “Representante da esquerda na Assembleia Nacional de Frankfurt entre 1848-1849, Carl Vogt era, além disto, professor de ciências naturais em Genebra, onde vivia exilado. Na primavera de 1859, publicou o panfleto *Studien zur gegenwärtige Lage Europas*, no qual defende o ponto de vista bonapartista em política externa. Em junho do mesmo ano, apareceu em Londres um folheto anônimo que denunciava as intrigas de Vogt em favor de Napoleão III, especialmente as tentativas feitas para corromper alguns jornalistas no sentido de produzir versões pró-bonapartistas sobre os acontecimentos políticos em curso. A acusação – que como logo se demonstrou foi obra de Karl Blind, jornalista e escritor alemão emigrado em Londres – foi retomada pelo semanário *Das Volk*, no qual colaboravam também Marx e Engels, e pela *Allgemeine Zeitung de Augusta*. Isso levou Vogt a entrar com uma ação legal contra o periódico alemão, que não pôde refutar a denúncia em função do anonimato exigido por Blind. Embora a queixa tenha sido judicialmente rejeitada, Vogt apareceu como o vencedor moral de toda aquela querela. Assim, ao publicar a sua versão dos acontecimentos (*Mein Prozess gegen die Allgemeine Zeitung*), acusou Marx de ser o inspirador de um complô contra ele, além de ser o chefe de um bando que chantageava os participantes dos movimentos revolucionários de 1848, em particular ameaçando revelar os nomes daqueles que não estivessem dispostos a pagar o preço do silêncio” (MUSTO, 2012, p.47-48).

ele atribuiu ao longo de toda a sua existência ao estilo e à estrutura de suas obras, mesmo àquelas menores ou meramente polêmicas como *O senhor Vogt*” (MUSTO, 2012, p.50-51), questão que refletirá tanto na formulação de um método de pesquisa e estudo minucioso, quanto num método de exposição aprimorado a cada escrito e depurado completamente em *O Capital*.

Já a segunda característica, refere-se justamente aos conflitos intelectuais empreendidos por Marx, como foi com os neo-hegelianos, com Proudhon<sup>50</sup>, assim como será com Lassale e Bakunin, a força da crítica, a sua radicalidade, seu assentamento em bases bibliográficas e empíricas fortíssimas, além do talento literário onde “[...] as suas ironias estilísticas tenham sempre uma função-chave: a função da denúncia, do esclarecimento da realidade” (SILVA, 2012, p.92). Assim, Musto sustenta que “A segunda característica tipicamente marxiana que se vê ao longo do imponente trabalho de preparação de *O senhor Vogt*, é a agressividade e a irrefreável virulência com as quais ele se lançava contra os seus adversários diretos” (2012, p.51). Característica esta, pertinente então, a todo o itinerário intelectual de Marx, que assume grau elevadíssimo em *Senhor Vogt* justamente pelas calúnias que sofreu.

Já em 1863, com a continuidade dos estudos, acompanhado pelas debilidades hígdas, Marx começa a elaborar a redação definitiva de *O Capital*, organizando a obra não mais de acordo com seus métodos de pesquisa como nos *Gundrisse*, mas elaborando um método de exposição em que o mote categorial apresentado por Marx ganha tons de complexidade a cada avanço compreensivo. Em 1864 produz o Manifesto de Inauguração da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou primeira Internacional. Em 1865 concluirá a elaboração de *O Capital*. Ainda neste ano, elabora e apresenta o importante *Salário, preço e lucro*<sup>51</sup>. O texto é lido em forma de relatório no Conselho geral da AIT, será nesta obra-relatório que Marx exporá pela primeira vez algumas descobertas posteriormente apresentadas em *O Capital*, a principal delas é a *mais-valia*. Seguindo a força conflitiva da trajetória intelectual de Marx, o relatório é uma crítica direta as interpretações que Weston vinha fazendo e que foram discutidas na AIT, além disso, marcará novamente uma crítica à resignação política tantos dos proudhonianos como dos lassalianos no ceio da Internacional e das

---

<sup>50</sup> Silva aponta que, “Nunca se viu um esquitejamento crítico tão desapiedado e cruel como o que Marx submeteu Proudhon – tanto mais cruel quanto se recorda que tinham sido amigos em Paris pouco tempo antes. A crítica é tão dura que, às vezes, revela-se exagerada” (2012, p.76).

<sup>51</sup> Apesar de elaborado por Marx entre maio e junho de 1865 e apresentado em setembro na conferência da AIT em Londres, o texto só é publicado oficialmente em 1898, sob direção da filha de Marx, Eleanor, com prefácio de Edward Aveling. Vale, à título de curiosidade e de conhecimento das figuras históricas, a indicação do belíssimo filme *Miss Marx*, lançado em setembro de 2020, cuja direção esteve a cargo de Susanna Nicchiarelli, disponível para visualização no site da 44ª Mostra Internacional de Cinema em São Paulo: <<<https://44.mostra.org/filmes/miss-marx>>>. O filme abordará justamente a relação entre Eleanor e Aveling, tendo às recordações de Eleanor quanto ao pai como pano de fundo. A obra demonstrará ao mesmo tempo a força de um “feminismo-marxista” de Eleanor e as contradições machistas impostas pelas relações sociais capitalistas, questão que afetará diretamente a relação de Eleanor e Aveling.

estratégias de luta defendidas por estes grupos, aponta como resposta a tais concepções a necessária *supressão do trabalho assalariado*, como fundamento da autoemancipação dos trabalhadores, sem se resignar na luta econômica cotidiana, como propunha Weston. É claro ao encerrar a obra, afirmando que,

Impõe-se que compreendam que o regime atual, com todas as misérias que os oprimem, origina ao mesmo tempo *as condições materiais e formas sociais* necessárias para a reconstrução econômica desta sociedade. Em vez da palavra de ordem conservadora ‘*um salário justo por um dia de trabalho justo*’, devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem *revolucionária: abolição do salariado* (MARX, 1980, p.56).

Após a aparição inicial de suas descobertas neste discurso, onde Marx é enfático ao extrair a radicalidade da compreensão revolucionária da realidade social que o envolvia, seguirá enfrentando em 1866 sérios problemas financeiros e de saúde, de todo modo, conclui a revisão definitiva de *O Capital*, deixando a obra apta para publicação no ano seguinte. Ainda em 1866 estará envolvido com atividades da Internacional. Em 1867 *O Capital* é finalmente publicado em seu primeiro volume, a publicação se dá em alemão por conta de uma editoração de Hamburgo. A obra é considerada para maioria esmagadora dos seguidores e não seguidores da tradição marxista, como a sua principal produção, como síntese de uma vida intelectual inteira, como marco de continuidade e nexos lógicos de um pensamento desenvolvido ao longo de quase trinta anos. Desta forma, apresentaremos rapidamente algumas das principais descobertas desta síntese intelectual.

Uma das características centrais, já citadas neste trabalho, que permeia toda a produção marxiana é o recurso a uma *Aufhebung*, isto é, a um movimento que carrega os atos de *negar*, *conservar* e *eleva* ao mesmo tempo. De modo que, desde seus estudos iniciais de Hegel, passando pelos socialistas utópicos, por Proudhon e enfim pelos economistas clássicos, este movimento será uma das forças condutoras da construção marxiana de compreensão da realidade. Assim, em *O Capital* e nas obras que o rodeiam, como *Gundrisse, Contribuição à crítica da economia política* e *Salário, preço e lucro* tal movimento estará presente. As formulações dos clássicos ingleses serão usadas como base, como sustentação para formulações de outro grau. Obviamente o aspecto negador será claro, mas o destaque está na elevação categorial imposta pela dinâmica empreendida por Marx, cuja interpretação do modo de produção capitalista assumirá grau de complexidade não antes realizado.

Primeiro aspecto importante, que já vinha a considerável tempo sendo afirmado por Marx, mas que ganha substancialidade ainda maior em *O Capital* diz respeito à dinamicidade da história e a subordinação da realidade a tal movimento. Assim, ‘‘Contra Ricardo e contra a tradição clássica, cuja tematização do valor retoma, Marx afirma peremptoriamente a historicidade das categorias



econômicas” (Netto, 2004, p.105), isto é, a forma como os homens produzem e organizam a produção é historicamente determinada, de modo que, as categorias econômicas que representam e expõem o fluxo deste processo, acompanham as cicatrizes históricas e suas possibilidades, assim, o modo de produção capitalista e suas respectivas categorias econômicas são expressões de um determinado período histórico, de determinadas relações sociais. De modo que, novas condições econômicas, assim como as antigas condições econômicas não são algo estranho ao desenvolvimento da história. Aquilo que conforma o modo de produção capitalista e sua derivada sociabilidade não é um parâmetro único que permeou toda a história da humanidade e a permeará indefinidamente. As categorias econômicas conformadoras deste modo de produção específico obviamente devem a formas de produção pregressas, mas o homem não vive desde seu florescimento de acordo com as determinações capitalistas, e possivelmente (pois porta as potencialidades para tal) não as viverá eternamente. Marx ao captar a historicidade do ser social e de sua práxis, desvenda não só o modo de produção capitalista, mas capta a dinâmica de outros modos de produção que comportam a história da humanidade. Ao expor, por exemplo, as diferenças entre relações sociais pautadas no escravismo, na servidão e no assalariamento<sup>52</sup>, afirma claramente esta historicidade das categorias econômicas e a datação do modo de produção capitalista e de suas relações sociais.

Exposta tal questão, partamos para o que talvez seja a principal descoberta econômico-filosófica do século XIX. Marx descobre, justamente por conta dos elementos oferecidos pela realidade, a principal categoria econômica para a compreensão do capitalismo, a *mais-valia* ou o *mais-valor*. Tal categoria é essencial para o entendimento de toda dinâmica reprodutiva do capital, é o fundamento central do “sucesso” desta forma de produção e de sua considerável perpetuação e contaminação por todo globo terrestre. Assim, “De qualquer maneira, é o destaque dado à mais-valia e às suas implicações sociais que faz da teoria marxiana da produção capitalista algo único e que lhe confere seu poder de atração” (DOBB, 1983, p.155).

A constatação da existência do mais valor, isto é, a percepção da existência de um período da jornada de trabalho não remunerado, cuja função é exatamente transferir *valor* não despendido na fase inicial da produção, que envolve a contratação de *força de trabalho*, *meios de produção*, insumos e instrumentos é a descoberta central de Marx que o diferencia e o coloca em outro patamar intelectual em relação à compreensão da determinação valorativa das mercadorias. Marx ao apontar que o valor das mercadorias deriva da potencialidade do trabalho em ação, isto é, do consumo de força segue

---

<sup>52</sup> “Os modos de produção asiáticos, clássico e feudal são agrupados conjuntamente como pré-capitalistas, na medida em que tem uma particular e importante característica comum em oposição ao modo capitalista: ou seja, o fato de que o trabalho – que é formalmente livre do modo capitalista – é não livre em todos os modos de produção pré-capitalista” (KRADER, 1983, p.291).

alguns dos clássicos, porém ao apontar que o lucro, o *valor* criado após o processo de produção deriva exatamente de um tempo de trabalho não remunerado, institui uma descoberta inédita na história da economia política. Ao constatar que o *valor* das mercadorias é composto pelos gastos com *meios de produção*, com *força de trabalho* (de acordo com seu valor socialmente estabelecido) acrescido ainda de dispêndio de força de trabalho que não é paga, Marx destrincha a lógica de reprodução e acumulação do modo de produção capitalista, além obviamente, de todos os desdobramentos desta racionalidade econômica.

Diante desta descoberta Dobb afirmará que,

Deve-se observar, ademais, que Marx sublinhou sempre, com muita energia, que a força-de-trabalho era vendida não abaixo do seu valor, mas por seu valor, e esse era determinado pelas condições históricas que caracterizavam de maneira específica o modo de produção capitalista (1983, p.135).

Onde podemos inferir que, a partir de Marx (2017), nos citados gastos simplificados com a produção - *força de trabalho e meios de produção* - temos que levar em conta que, o *valor da força de trabalho* refere-se ao mínimo necessário para sobrevivência e reprodução sua e de seus familiares próximos, este mínimo é definido historicamente pelas condições socioculturais e geográficas, de modo que, não se refere apenas a um mínimo para reprodução biológica, mas também para reprodução social. Já o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária nelas contido, isto é, a quantidade de força de trabalho despendida para sua produção levando em conta condições médias de produção, acrescido ainda do valor gasto com meios de produção (que carregam trabalho anterior e se valorizam como mercadorias, uma vez exigem uma quantidade média de trabalho para sua produção). De modo que, toda mercadoria carrega ao mesmo tempo *valor de uso* e *valor* (de troca), o *valor de uso* faz referência a noção qualitativa do trabalho despendido, já o *valor* refere-se à noção quantitativa de valor despendido. Assim, mercadorias que portam o mesmo *valor*, isto é, a mesma quantidade de trabalho despendido, podem ser trocadas diretamente, ou caso não possuam igual quantidade de trabalho, podem ser trocadas proporcionalmente. Objetos que portam apenas *valor de uso* são fabricados para uso próprio de seu produtor. Caso o produtor o produza além do necessário para o seu consumo este objeto assume um caráter mercantil, uma vez que pode ser trocado por outros objetos que sejam úteis ao seu produtor, mas que contenham *valor* equivalente para a troca.

Diante disto, temos exemplificação inalcançável de Marx, demonstrando como se dá o processo de extração de mais-valia, de criação de *valor* via não remuneração de parte da jornada de trabalho.

Por ser necessário meio dia de trabalho para a manutenção do trabalhador durante 24 horas não se infira que está impedido de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e o valor que ele cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes diferentes. O capitalista tinha em vista essa diferença quando comprou a força de trabalho (MARX, 2017, p. 226-227).

O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira (MARX, 2017, p.227).

Por isso, o trabalhador encontra na oficina os meios de produção, não para um processo de trabalho de seis horas, mas de 12 (MARX, 2017, p.227).

De modo que, ao final do processo de trabalho, a mercadoria produzida portará o *valor* da força de trabalho, o *valor* dos meios de produção e o *valor* desta parte da jornada não remunerada, que apesar de não paga ao trabalhador não o impede de reproduzir-se (em condições normais de produção) de acordo com o mínimo sociocultural necessário. A troca de força de trabalho, única mercadoria a qual possui o trabalhador, por dinheiro correspondente ao seu *valor* socialmente determinado aparenta-se justa, uma vez que, todos os valores necessários para a produção da mercadoria foram liquidados pelo capitalista comprador, o *valor* criado durante o processo produtivo esconde-se nesta remuneração suficiente a reprodução do trabalhador. Diante desta situação Marx capta a situação diferenciadora entre o simples processo de produzir *valor* e o processo de produção de *mais-valor*, onde no primeiro dá-se a simples produção de mercadorias e no segundo dá-se o processo *capitalista de produção de mercadorias* (MARX, 2017). É neste movimento que Marx descobre aquilo que os economistas clássicos enfrentavam dificuldade de explicitar, a origem do *valor* criado após a produção das mercadorias, a transformação do dinheiro investido em *força de trabalho e meios de produção* em capital, em dinheiro que se reproduz via exploração do processo de trabalho e aparece como lucro.

Apresentado o salto central da compreensão marxiana em *O Capital*, passemos a exposição de outros estamentos do conhecimento nesta obra que também marcaram a diferenciação e a elevação compreensiva empreendida por Marx em relação à economia clássica. Um destes pontos de demarcação de diferenças refere-se ao conhecimento e compreensão da dinâmica do mercado enquanto eixo central do modo de produção capitalista. Marx, diferente dos apologistas do capital àquele momento, compreende um fundamento de contradição insuperável estabelecido pelo mercado. Temos para Dobb que,

Enquanto economistas ortodoxos, como Jonh Stuart Mill, viam na concorrência uma força progressiva e benéfica (contanto que o incremento natural da população fosse limitado), Marx revela seu caráter contraditório: a contradição dialética implícita na concorrência terminaria por transformá-la em seu oposto (DOBB, 1983, p.140).

Isto é, a concorrência apontada como força motriz do progresso do capitalismo e como elemento central garantidor do atendimento das necessidades humanas e reprodutivas do próprio capital, é na interpretação marxiana, fonte a médio e longo prazo, de eliminação de sua própria dinâmica, qual seja, o mercado cujo princípio é a concorrência padece de uma tendência anticoncorrencial, onde, “A acumulação do capital assume a forma de uma concentração e centralização progressiva de capitais” (MANDEL 1987, p.43). De modo que, a dinâmica do mercado qual tal se estrutura no modo de produção capitalista, direciona-se tendencialmente a redução dos autores presentes no tablado da concorrência, onde capitais maiores, com acesso a maiores possibilidades tecnológicas, com capacidade de elaboração de formas otimizadas de extração de *mais-valor* tendem a aumentar e se multiplicar de forma a eliminar capitais menores ou não adequados ao estágio médio de produção. Assim, a tendência de centralização de capitais médios e grandes em capitais gigantes e de concentração de capitais pequenos nas mãos de grandes capitais, que os eliminam do mercado via superação concorrencial pura e simples, via compra ou via incorporação.

Apontando que “A acumulação do capital (o crescimento da massa de capitais) é o objetivo e o resultado não menos inevitáveis de todos os mecanismos econômicos capitalistas” (MANDEL 1987, p.43), Marx (2017) apreende a lógica central do capital, diferenciando-o da simples acumulação de dinheiro ou posses, a constatar sua necessidade infinita de reprodução como fator central da sua determinação enquanto capital, de modo que, toda a dinâmica produtiva sob a lógica do capital, cuja existência enquanto tal é marcada pela necessidade inadiável de reprodução, estará voltada justamente a atender o anseio genético e fundamental desta forma econômica, sua reprodução via extração de *mais-valia* – conhecida por “lei do valor”. De modo que, certas tendências fundamentais, cuja validade ainda se faz presente, são apontadas por Marx visando compreender tal acumulação reiterativa. Mandel sintetiza algumas destas tendências conforme demonstrado a seguir,

Tendência a revolucionar constantemente a técnica de produção e organização do trabalho através de progresso técnicos que visam fundamentalmente economizar trabalho [...], ou seja, que substituem fundamentalmente trabalho vivo por máquinas (MANDEL 1987, p.43).

No crescimento de capitais, a parte destes consagrada à compra da força de trabalho (capital variável) cresce menos rapidamente que a parte dedicada à compra de máquinas, de matérias primas e auxiliares, de energia etc. (capital constante) (MANDEL 1987, p.43).

Essa taxa média de lucro tende a diminuir com o aumento da composição orgânica do capital (MANDEL 1987, p.43).

Assim como as crises econômicas, as crises sociais, ou seja lutas periódicas de grande amplitude entre capital e o trabalho, são inevitáveis no regime capitalista, considerando-se a tendência do capital para aumentar seus lucros às custas dos salários e de provocar crises de desemprego, e a resposta não menos inevitável dos

trabalhadores e trabalhadores assalariados, buscando defender ou aumentar seus salários e diminuir a duração média do trabalho (MANDEL 1987, p.44).

Em resumo, tais tendências se completam e se repetem na medida em que, como aponta Marx (2017), o desenvolvimento tecnológico visando aprimorar as formas de extração de *mais-valor*, eliminam sistematicamente parte da composição orgânica do capital direcionada aos gastos com *força de trabalho*, direcionando-as aos gastos com *meios de produção*. Neste processo, as tendências anticoncorrenciais de *centralização e concentração* se apoiam tendo em vista as possibilidades de pioneirismo dos capitais já consolidados. Além disso, com o desbalanceamento da *composição orgânica* com capital em favor dos gastos com *meios de produção* há a tendência de redução das taxas médias de lucro, uma vez que, a diminuição da presença do trabalho humano, da *força de trabalho* na composição, reflete na diminuição das possibilidades de produção de *mais-valor*, uma vez que o elemento único que a produz, o trabalho humano em potencial está presente em menor quantidade. O peso de investimento em *meios de produção* e tecnologia atua assim de dois modos, em um primeiro momento no puro e simples aprimoramento do processo produtivo e em um segundo, dado a diminuição do uso da *força de trabalho* como forma de aprimoramento de extração de *mais-valia* de forma relativa. Tal extração baseia-se em incremento de produtividade e pode ser combinada com a extração absoluta, com a pura e simples ampliação da jornada ou redução do *valor da força de trabalho*.

Diversas outras são as descobertas em *O Capital*, vão desde a gênese da acumulação necessária a formação do capital demonstrada via famigerada *acumulação primitiva*, a explanação da mercadoria como elemento particular e ao mesmo tempo universal de representação da lógica do capital, a compreensão do dinheiro e da moeda como equivalente geral, como mercadoria socialmente definida enquanto expressão do *valor* de todas as outras mercadorias, há ainda apontamento acerca do trabalho e de seu papel central no desenvolvimento do ser social, das formas de exploração da *força de trabalho* por meio da extração de *mais-valia*, apontamentos acerca da lógica da divisão do trabalho, do papel da tecnologia e dos *meios de produção*, das forma de pagamento do *valor da força de trabalho* mediante salário, das condições de trabalho na Inglaterra e das leis gerais e tendências deste modo de produção, tais como ciclo de crise, de valorização e desvalorização do capital e do *valor da força de trabalho*, de mecanismos indiretos de regulação da reprodução do capital como a formação de massas de desempregados e inúteis ao capital, ainda como a expansão de mercados e espaços de produção ao longo do mundo são garantidores de manutenção da acumulação necessária até certo ponto, além é claro da vitalidade da luta de classes e de suas configurações e desdobramentos.

Os temas vão muito além do exposto neste simples trabalho, cujo objetivo limitava-se a uma recuperação histórica minimamente coesa e que fosse ao mesmo tempo, suficientemente capaz de explicar o mínimo para a compreensão da transformação de Marx em Marx revolucionário e produtor de conhecimento da realidade não antes visto na história dos homens. Marx que demonstrava a historicidade do desenvolvimento social, acabou por suas formulações e ações estabelecendo-se como um dos marcos históricos mais fecundos de todo o pensamento humano, suas descobertas são uma verdadeira revolução no campo das ciências humanas e sociais, espraiam-se ainda para diversas outras especialidades do saber e demarcam, via constatação oferecida pela própria realidade, a possibilidade de transformá-la radicalmente em sentido que as necessidades reprodutivas do capital sejam substituídas pelas necessidades reprodutivas humanas, fomentando todas as possibilidades do ser social refreadas por um modo de produção cuja dinâmica não visa desenvolvê-las. Marx ao afirmar que o homem faz história acabou por fazê-la e demonstrar os caminhos para tal. Em conclusão,

O que impressiona em *O Capital*, ao contrário, é sua estrutura essencialmente *histórica*: objeto da análise e da demonstração são as particularidades de funcionamento do capitalismo enquanto sistema econômico-social ligada a determinadas condições históricas, que o caracterizam como modo de produção específico. Essa última categoria compreende as chamadas “relações sociais de produção”; o aspecto fundamental do modo de produção burguês ou capitalista, que Marx pretendia pôr em evidência, era a característica polarização social, graças à qual a propriedade se concentrava nas mãos de uma minoria (a burguesia), enquanto – precisamente por causa disso – a maioria da população (ou uma parte consistente da mesma) terminava sendo inteiramente privada da propriedade (DOBB, 1983, p.132).

Assim, toda a trajetória intelectual de Marx e sua corajosa dialética do conflito, redundaram em um movimento riquíssimo, onde foi capaz de

Fazer emergir completamente as implicações de problemas complexos; colocar em destaque a riqueza de conexões em suas determinações internas; acompanhar coerente e sistematicamente seus desenvolvimentos até suas consequências lógicas “de acordo com sua própria natureza”; antecipar seus desenvolvimentos sobre a bases de suas determinações objetivas, ao invés de limitar-se a postular, possibilidades inutilmente abstratas: tudo isso foi feito em *O Capital*; e era inimaginável que o fosse numa forma outra que não a de totalização da dialética (MÉSZÁROS, 1983, p.193).

## 2. A TEORIA SOCIAL DE MARX

O presente capítulo objetiva realizar recuperação de elementos que julgamos essenciais para compreensão da teoria social de Marx, resultado da trajetória intelectual do autor apresentada anteriormente. Regataremos abaixo não uma descrição categorial, mas o processo de conhecimento realizado e estabelecido pelo autor, que coloca suas formulações como novo paradigma no entendimento da realidade social, justamente pela concepção ‘metodológica’ e pelos imperativos a que lança mão. A recuperação destes elementos segue justamente a lógica de reconstrução do conhecimento realizado pelo autor, de sua concepção particular de sujeito e objeto e da formulação de categorias históricas através do processo de abstração de elementos da realidade.

### 2.1 NOVO PARADIGMA METODOLÓGICO

*Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas* (MARX, 2017, p.31).

Enfrentar *veredas abruptas* é a exata definição do percurso de conhecimento da realidade social empreendido por Marx. Diante do paradigma agnóstico de Kant, irracionalista de Schelling e idealista de Hegel<sup>53</sup>, Marx enfrenta todo o tipo de *canseira*, aliando-se a própria realidade social, encontra nela os elementos essenciais para seu conhecimento, partindo de premissas e imperativos diversos dos anteriores, segue o fluxo da história, embarca na correnteza dinâmica do real e se depara, expressando os movimentos do fluxo, com a forma de compreensão da realidade mais adequada ao movimento histórico e as potencialidades humanas até então. Tudo, sem nunca abandonar uma de suas máximas preferidas, traduzida em termos próximos a: “sou homem, e nada do que é humano me é estranho<sup>54</sup>”.

<sup>53</sup> Os capítulos I e II da *Introdução a uma estética Marxista* de Lukács contém excelente apanhado resumidor para o entendimento das referidas formulações.

<sup>54</sup> “Homo sum, humani nihil a me alienum puto”. Máxima escrita por Terêncio (184-159 A.c). Carpeaux (2012) em sua análise da literatura grego romana afirmará que: “[...] em Terêncio, verdade e humanidade são idênticas”. É parte da biografia de Marx, o conhecimento de tal máxima como uma de suas preferidas, justamente pelo sentido ontológico que a mesma assume. Podemos refletir se, no atual estágio do desenvolvimento capitalista e de suas premissas orientadora, a máxima de Terêncio perdeu a validade, justamente pelo estatuto desumano que tal organização social assume ao ignorar o atendimento das necessidades humanas como elemento central, além de basear-se justamente na exploração do homem, extraindo-lhe mais-valor, alienando-lhe, fortalecendo seus aspectos animalescos, descartando-o, enfim, fazendo do humano mercadoria. Logo, tomar tal máxima como inspiração é enfrentar *veredas abruptas*, justamente o que fez Marx,

De todo modo, a superação destes paradigmas, que apesar de se interessarem pelos fenômenos da realidade, dela pouco bebiam, não é feita por mera negação, muito menos por qualquer tipo de maquinação subjetiva-autônoma, mas pelo contrário, Marx apreenderá e absorverá tanto erros (visando repará-los) quantos acertos (visando preservá-los e aprimorá-los)<sup>55</sup>. Seguindo principalmente Hegel<sup>56</sup>, cuja forma de conhecimento da realidade social apresentava-se como a mais avançada naquele momento, Marx construirá caudaloso manancial de apropriação da realidade, cujos resultados deste conhecimento capturado serão extremamente adequados para o seu entendimento ativo. Conforme demonstra Pontes (1995, p.39), ‘Marx incorporou, no limite máximo possível, as descobertas e avanços parciais do seu tempo; conhecimentos advindos de observadores situados em diferentes mirantes’.

Fato impressionante é que, para além do enfrentamento intencional dos paradigmas estabelecidos, o resultado e o processo de apropriação do conhecimento elaborado por Marx, servem ainda hoje, e expressam, sem muitos reparos, a forma - justamente pelo seu resultado - mais efetiva de conhecimento da realidade, cuja complexidade e lógica enfrenta sem *canseiras* inclusive seus críticos posteriores, que ao proporem suas superação ou perda de validade, sucumbem não só ao estágio dos paradigmas de Kant e Hegel, como se apresentam por vezes, como caricaturas rebaixadas, ou como proposições de reinvenção da *roda* (que data em pelo menos cinco mil anos), cujas saídas variam do aproveitamento acrítico dos paradigmas das ciências naturais ao irracionalismo deliberado, em que alternâncias vão desde naturalização da história, apelo à pseudoneutralidade, proposição de distanciamento homem-natureza, empirismo imediatista até à ultra valorização da experiência subjetiva, a negação de qualquer expressão totalizante, ou de pura e simples afirmação de negação das capacidades de conhecimento da realidade social.

Assim, o pensamento de Marx se destaca justamente por enfrentar os paradigmas modernos anteriores e posteriores (os chamados *pós-modernos*), colocando-se como a forma de compreensão da realidade mais ‘científica’ até então, levando em conta as peculiaridades do objeto que se debruça, qual seja, a realidade social e a relação do sujeito (homem, ser social) com tal objeto. Em Marx, há a

---

afinal, mesmo a barbárie capitalista é fruto dos homens e buscar compreendê-la e superá-la é parta daquilo que nos faz humanos.

<sup>55</sup> Este movimento se define por *Aufhebung*: ‘[...] entendia-se como alguém que se apropriava criticamente de elementos criados ao longo deste processo e nesse confronto crítico lançava os fundamentos de uma concepção de mundo radicalmente nova’ (TONET, 2013, p.65).

<sup>56</sup> Coutinho (2010) apontará que Hegel é a síntese de todo o pensamento progressista burguês, justamente por carregar três premissas básicas: 1) humanismo: ‘o homem é o produto de sua própria atividade’, 2) historicismo abstrato: ‘afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade’, e 3) razão dialética: ‘racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade’, além de ‘capacidade de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva’ (p.28). Assim, Hegel, aparece como o principal expoente do progressismo burguês, o abandono, ou a crítica à ‘direita’ de suas formulações marcam o início da decadência ideológica da burguesia. A crítica - de ‘esquerda’, é efetivada pelo marxismo, pela assunção das bandeiras abandonadas pela burguesia e efetivadas pelo proletariado, pela continuação da valorização essencial da razão. Por outro lado à orientação de ‘direita’ abandona as conquistas fundamentais da tradição racional iluminista, assume os pontos regressivos do progresso, nega a *dialética*, o *humanismo* e o *historicismo*.



reconciliação entre ciência e filosofia<sup>57</sup>, há a conexão complementar entre os campos, que marca de forma congênita o processo de apreensão e síntese da realidade social na forma de conhecimento científico. A virada essencial de Marx é marcada então pela recuperação da *ontologia*, dotada de historicidade, de mobilidade, onde o homem enquanto sujeito ativo, que se relaciona assim, de forma ativa com a natureza e seus pares, assume papel central na construção do objeto do conhecimento, isto é, o concreto, o todo social, a vida e organização destes sujeitos e as derivações daí erigidas que conformaram a complexa totalidade social. Reforçando tal diferenciação central, temos que,

Totalmente ao contrário dos pensadores modernos, seu pensamento não se instaura como uma gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social (TONET, 2013, p.70).

Isto é, o estudo da vida e reprodução dos homens até àquele momento, focava-se majoritariamente, na tentativa de entendimento do conhecimento humano, porém tal objeto aparecia dissociado de qualquer relação histórica ou genética, de modo que, para o paradigma vigente as ideias apareciam como o vetor central de conformação da realidade, o conhecimento humano, como elemento *puro* e de vida própria, precedia inclusive o próprio homem. Assim, o diferenciador central é que, em Marx, há de forma primária, a inversão do idealismo que imperava no ramo de compreensão e estudo da realidade social<sup>58</sup>, de forma que, o primeiro passo dado por Marx caracteriza-se justamente pela compreensão de que “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida” (MARX; ENGELS. 2009, p.31), onde “[...] parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência” (MARX; ENGELS. 2009, p.32).

Desta maneira, para Marx, a primazia na análise da realidade está contida no objeto, cuja existência independe da consciência dos homens, logo, a realidade que antes era concebida como resultado da consciência, agora é captada como determinante da consciência<sup>59</sup>. Assim, tratando-se da análise da sociabilidade e da vida dos homens, leva-se em conta que são os próprios humanos, em sua relação intrínseca com a natureza e com seus congêneres, que constroem a sua história, porém tal

---

<sup>57</sup> Deste modo, “Na perspectiva ontológica marxiana, filosofia e ciência não são dois momentos separados ou apenas superficialmente relacionados. São dois momentos intrinsecamente articulados, que, sem perder a sua especificidade, constituem uma unidade indissolúvel no processo de produção do conhecimento científico” (TONET, 2013, p.76).

<sup>58</sup> “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, senda a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criado do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 2017, p.28).

<sup>59</sup> Lukács qualifica tal mudança como, “[...] uma anulação crítica do que é falso e distorcido, uma captação do núcleo racional que existe mesmo nos mais desenfreados processos especulativos, uma colocação materialista sobre os pés daquelas determinações nas quais estava presente um impulso à justa consciência de conexões reais, mas que – por causa da formulação idealista – não haviam podido ser desenvolvidas até o ponto de captar a verdade” (LUKÁCS, 1978, p.76).

construção é permeada pela contradição entre *necessidade e liberdade*, entre *teleologia e causalidade*, de modo que, apesar da história humana ser feita pelos próprios homens, as condições para tal realização não são necessariamente as condições desejáveis aos homens.

Centrado o *humano* na história, como parte integrante do objeto de conhecimento de Marx, ao mesmo tempo em que se qualifica enquanto sujeito da análise, Marx identificará, diferentemente dos paradigmas posteriores, que a realidade social, não é um todo acabado, construído e terminado, muito menos algo naturalmente estruturado, ou a casa de bonecas das forças ocultas e superiores que a manipulam indiscriminadamente. Captará que, se a realidade é feita pela conjunção entre ação dos homens e elementos causais diversos, isto é, que a realidade apesar de ser feita pelos homens jamais se conforma exatamente de acordo com suas vontades, e que as situações históricas progressas marcam variações intermináveis nas possibilidades de ação tanto de um elemento (homens ativos – *teleologia*) quanto de acontecimentos dos mais fortuitos (*causalidade*), a ação dos sujeitos no objeto, cunha claramente que, o imperativo da transformação social é elemento vital na formulação do conhecimento, uma vez que, demarca a rota preambular da história humana até estágio analisado por Marx.

Logo, na já citada décima primeira tese *Ad Feurbach*, afirma que, “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2009, p.122), onde lega indícios claros das motivações essenciais que o levaram a resgatar a *ontologia* como motor central da análise e conhecimento da realidade, uma vez que, ao constatar a inanidade da filosofia de até então – que se debruçava justamente no estudo das ideias, do conhecimento *puro* –, apontará de forma definitiva, o predicado movente do conhecimento humano como resultado da ação humana, qual seja; a transformação da realidade social<sup>60</sup>. Assim, ao reunir filosofia e ciência, ao devolver a filosofia ao campo concreto, ao *chão* real, e perceber que determinados períodos históricos são dotados de leis e tendências mais ou menos variáveis, Marx diferencia-se claramente de toda a tradição anterior, e coloca-se para as tradições futuras como incômodo a ser superado. Chasin é certo ao definir esta questão, já apontando os equívocos das tentativas de superação existentes,

No derradeiro aforismo *Ad Feuerbach*, Marx denuncia as incompletudes do saber filosófico até aquela hora: diferentes interpretações do mundo que não pensam e não implicam sua transformação. Não dispensa, nem muito menos sepulta, a filosofia, mas demanda uma filosofia transformadora que interprete o mundo *até o fim* e, por esta radicalidade, seja a mediação consciente de sua *transformação*. A interpretação que quer ver aí a substituição linear do pensamento pela ação é puro barbarismo teórico, que desmerece a estatura intelectual de Marx e sua elevada concepção de prática consciente (CHASIN, 1987, p.44).

---

<sup>60</sup> Conhecer é um dos momentos de transformação. O conhecimento que não se efetiva é idealismo, imaginação, masturbação mental. “Conhecer não é simplesmente contemplar. Conhecer não é refletir a imediaticidade do objeto. Conhecer é um momento do processo de transformação da realidade, seja ela natural ou social. O conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade” (TONET, 2013, p.102).

Este estamento proposto por Marx, isto é, a *ontologia* como caminho para compreensão da realidade, levando em conta a ação humana como conformadora da totalidade social, entendendo o conhecimento como direcionado necessariamente a transformação desta mesma realidade, justamente rompendo com o idealismo resignado ou acabado de até então, coloca-o como formulador, não via fabricação subjetivista, mas via captação, apreensão, de um novo paradigma no campo do conhecimento, justamente pelo seu rompimento vital com as amarras e possibilidades históricas daquele tempo, desfazendo definitivamente a cisão filosofia e ciência, e não seguindo tão pouca as segmentações interpretativas que surgiam<sup>61</sup>. Assim é urgente ter em conta que,

Marx não é um “clássico” da sociologia, da economia, da ciência política, da filosofia ou da história. Clássicos dessas ciências são Comte, Durkheim, Webber, Adam Smith, Ricardo, Maquiavel, Vico etc. **Marx é o instaurador de um padrão radicalmente novo de conhecimento**<sup>62</sup>. Afirmar isto, não significa, de modo nenhum, uma adesão acrítica a tudo o que ele afirmou. Significa, isso sim, uma adesão a esses novos fundamentos postos por ele (TONET, 2013, p.69).

De todo modo, vale ressaltar que o retorno ontológico realizado por Marx, também não se encaixa como uma formulação inveteradamente nova, no sentido que, existiam já no campo do pensamento maquinações em direção similar, porém limitadas exatamente pelas relações entre homem e natureza até então estabelecidas, a explosão do modo de produção capitalista demarca de forma gritante o papel do ser social enquanto construtor da história, por se colocar como a forma mais avançada desta construção. Porém, para além da ontologia, há em Marx o resgate irrecusável da dialética, elemento essencial para o estabelecimento de movimento na ontologia marxiana. Em Marx, está claro que o fundamento do conhecimento é *ontoprático*, isto é, deriva da atividade humana. De modo que, ser ativo (em relação aos homens) é ser ativo socialmente, numa totalidade em movimento. Logo, existir é uma atividade social, cujo material é dado como produto social, de modo que, a existência dos homens só se faz socialmente. Assim, temos que,

[...] a fundamentação ontoprática do conhecimento consolida a questão em sua forma inteligível e no devido lugar científico, facultando sua investigação concreta pela indicação de seus lineamentos estruturais. A fundamentação ontoprática do conhecimento, pela autogênese do homem e o correlativo engendramento de sua própria mundaneidade, remete, de saída, à determinação social do pensamento (CHASIN, 2009, p.105).

---

<sup>61</sup> “[...] a extravagância de Marx, que sempre irritou os cientistas burgueses, é a combinação da objetividade científica com a denúncia indignada e combativa das contradições sociais e dos interesses dissimulados da Economia Política. Assombra, finalmente, que Marx realizasse em sua própria personalidade científica aquilo que considerava como uma condição básica da desalienação: *a supressão da divisão do trabalho*. Não era um economista puro, nem um sociólogo puro, nem um político puro: era um cientista social completo, que não encontraria espaço determinado em nenhum dos “departamentos especializados” das universidades modernas, como não o encontrou nunca nas universidades alemãs do seu tempo [...]” (SILVA, 2012, p.21).

<sup>62</sup> Grifos nossos.

Estabelecida então a compreensão da *determinação social do pensamento*<sup>63</sup> como elemento vital para a construção do conhecimento acerca da realidade, Marx diferencia-se de Hegel justamente na apreensão do papel e gênese do pensamento. De todo modo, apesar da marcada distinção, a base dialética hegeliana manifestar-se-á em Marx, mesmo que *invertida*<sup>64</sup>, fazendo companhia a sua ontologia. Chasin (1987, p.50), nos mostra que, “Todavia, o que pode ser dito de passagem é que ontologia e dialética é o que *une e separa*, ao mesmo tempo Marx e Hegel, mesmo porque em ambos, por mais radicais e violentas que sejam as diferenças entre eles – e o são -, *ontologia, e dialética são inseparáveis*”.

Tal relação entre ontologia e dialética também não se apresenta como mera maquinação neurótica de Marx, mas como refluxo, resposta, as demandas que o próprio objeto social exige na explosão do modo de produção capitalista. A mudança da distribuição das classes fundada por este novo modo de produção, demarca profundamente, justamente pela *determinação social do pensamento*, formas específicas de compreensão da realidade referentes às classes que a compõe. Assim, com a consolidação da burguesia enquanto classe dominante, e a progressiva extinção das classes anteriores (quais sejam: escravos, servos, clero, nobreza, etc.), há o surgimento de uma nova classe fundamental na dinâmica de manutenção e produção desta nova forma de vida, logo, o proletariado se erige como uma das classes fundamentais para a conformação, entendimento e alteração da realidade social, enquanto a burguesia já vinha construindo como classe - ainda revolucionária e posteriormente dominante/conservadora - sua forma de interpretação e conhecimento da realidade (o liberalismo dos contratualista e dos economistas clássicos), o proletariado surge demandando precisamente a formação de toda uma cultura específica de classe que atenda seus interesses. As elaborações de Marx e de outros autores do período respondem nas diversas áreas a estes anseios. Por isso, afirma-se que,

Deste modo, a elaboração de uma ontologia do ser social não é uma invenção de Marx; não é um constructo meramente teórico. Certamente é uma construção teórica, mas, muito antes disso, é uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente (TONET, 2013, p.68).

Constatado então o *padrão radicalmente novo de conhecimento* estabelecido por Marx, a *determinação social do pensamento*, a ligação genética entre ontologia e dialética, entre ciência e

---

<sup>63</sup> “[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura economia da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. **O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência**” (MARX, 1973, p.28-29).

<sup>64</sup> “Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico” (MARX, 2017, p.29).

filosofia e os anseios do proletariado para a formação de um conhecimento de mundo correspondente aos seus interesses, avancemos mais aproximadamente a relação de Marx com Hegel, uma vez que, marca os elementos essenciais da virada marxiana em direção a crítica da realidade capitalista. A principal modificação refere-se a um ponto que já abordamos, ligado ao papel do conhecimento humano no processo de transformação da realidade. Assim, a dialética marxiana, compreenderá a realidade como potencialmente transformável, dado seu movimento histórico. De modo que, ‘Marx promoveu a modificação do conceito hegeliano de dialética na medida em que promoveu o casamento dele com uma perspectiva revolucionária, comprometida com um projeto político de transformação prática do mundo’ (KONDER, 2009b, p.31).

Essa mudança reflete-se em outra essencial, o reposicionamento do *ser* como ente primário e determinante da realidade, reforçando o aspecto ontológico em detrimento das maquinações gnosiológicas que centravam o *saber* como elemento determinante do real. Assim, ao estabelecer a ligação entre *ser* e potencialidade transformadora, Marx aproxima-se da captação de toda a dinamicidade do ser social, das suas capacidades e exponencialidades. Questão que será essencial em suas formulações ao longo da vida, justamente porque exporá a pobreza em termos de desenvolvimento humano no modo de produção capitalista, se comparado às possibilidades produtivas alcançadas. De modo que, diferentemente de Hegel, Marx não o entenderá como estágio final e definitivo do progresso humano, como aquele entendeu o Estado político burguês<sup>65</sup>. Em termos sintéticos, compreendemos que,

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciado sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: ‘formas do existir, determinações da existência’ (LUKÁCS, 2010, p.91).

Dado então que o ponto de partida em Marx é sempre o *ser* em sua historicidade e movimento, justamente como construtor e constructo da realidade, de modo que, no processo de conhecimento, diferentemente de certas propostas que cindiam sujeito e objeto, Marx entenderá que o sujeito é ao mesmo tempo objeto, justamente pela especificidade do ser social enquanto construtor da realidade social. Assim, a objetividade do conhecimento em Marx deriva justamente da relação entre sujeito e

---

<sup>65</sup> ‘Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de ‘sociedade civil’; por seu lado, a anatomia da sociedade civil dever ser procurada na economia política’ (MARX, 1973, p.28).

objeto no processo sócio-histórico - que carrega as formas de desenvolvimento da produção e organização da vida humana, levando em conta sua imanente relação com a natureza. Logo,

Marx vai estruturar não só uma nova gnosiologia – construindo processos lógicos de conhecimento, sem dissociar teoria e método – mas ainda delinear uma nova estrutura de apreensão do movimento do objeto, onde o homem é também objeto como sujeito cognoscente e interveniente na natureza e na sociedade. (PONTES, 1995, p.58).

De todo modo, apesar da consideração de proeminência do *ser* na dinâmica de construção da realidade e nas formas de organização social dos homens, Marx não abandona em segundo plano o *saber*, isto é, apesar de estabelecer a primazia do *ser*, compreende essencialmente à determinação do *saber* como vital para a vida dos homens, afirmando apenas que esta deriva da atividade humana no real, de maneira que, elucida claramente o pensamento como atividade social, na certa medida que reflete a atividade sensível do homem e sua relação com os produtos sociais historicamente erigidos. Assim, Chasin (2009, p.120) afirma que,

O *corpus* teórico marxiano delucida o complexo do pensamento congregando, analiticamente, sujeito e objeto – determinação social do pensamento e processo formativo ou presença histórica do objeto. Enfoca, pois, a atividade da consciência no interior da malha real em que ela se manifesta [...].

De modo que, a ontologia marxiana volta o interesse à forma como os homens produzem e reproduzem suas vidas, sem perder de vista, que o pensamento, o *saber*, é reflexo, ou determinado destes processos reais de construção e organização social, representados na consciência do ser social. Seguimos Chasin com sua explanação definitiva,

[...] *atividade ideal é atividade social*. O pensamento tem um caráter social porque sua atualização é a atualização de um predicado do *homem*, cujo ser é, igualmente, atividade social. Na universalidade ou na individualidade de cada modo de existência teórica – cientista, pensador etc. – o pensamento é atividade social, inclusive pelos materiais e instrumentos empregados. Em síntese, consciência, saber, pensamento etc., sob qualquer tipo de formação ideal, das mais gerais às mais específicas, da mais individualizada à mais *genérica*, dependem do ser da atividade sensível, socialmente configurado, ao qual confirmam, por sua atividade abstrata, igualmente social (CHASIN, 2009, p.106).

Apontadas tais questões introdutórias, daremos palavra ao próprio Marx para compreender seus objetivos no transcurso da sua produção do conhecimento. Temos como primeiro elemento objetivo central a noção exposta por Marx de compreender a realidade social de acordo com a sua

própria dinâmica<sup>66</sup>. Exemplo está ao apontar no prefácio de *O Capital* que deseja apreender o modo de produção capitalista a partir de suas determinações conformadoras, assim dirá que,

Nesta obra, o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação” (MARX, 2017, p.16), e ainda que, “[...] o objetivo final desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna [...]” (MARX, 2017, p.18).

Isto é, não deseja e não carrega em sua intenção de conhecimento formulações apriorísticas, mas busca nas próprias relações de produção existentes, no seu movimento e nas suas potenciais tendências a lógica mesma da realidade que se debruçará. Desta forma, seguindo o nexo geral do movimento proposto, agora apropriado ao conhecimento de uma situação concreta,

Trata-se, pois, para Marx de partir não de ideias, especulações ou fantasias, mas de fatos reais, “empiricamente verificáveis”, no caso os indivíduos concretos, o que eles fazem, as relações que estabelecem entre si e as suas condições reais de existência, para então apreender as determinações essenciais que caracterizam este tipo de ser e o seu processo de reprodução (TONET, 2013, p.79).

Porém, em Marx esta estratégia de recorrer a própria realidade para conhecê-la não objetiva a mera reprodução contemplativa dos elementos e tendências capturáveis. Na medida em que afirma o papel do conhecimento da realidade como essencial para sua transformação, Marx não se colocaria na empreitada de entendimento da condição real do modo de produção capitalista se não fosse para transformá-lo, assim, afirma sem medo que,

[...] tanto mais líquido e certo é o que atualmente temos de realizar; refiro-me à *crítica inescrupulosa da realidade dada*; inescrupulosa tanto no sentido de que a crítica não pode temer os seus próprios resultados quanto no sentido de que não pode temer os conflitos com os poderes estabelecidos (MARX, 2010c, p.71).

Onde, a *crítica inescrupulosa da realidade dada* e ausência de temor dos seus resultados e conflitos, reforça outro objetivo central de Marx, a transformação da realidade social, atendendo aos anseios da classe potencialmente revolucionária, o proletariado. De modo que apresenta “Uma filosofia que se constitui como representação radical – conhecer o mundo *até o fim*, até à *raiz* – *ontologia*; e que se *realiza* no mundo também por uma prática de raiz, por uma ação transformadora que vai *até o fim* – *revolução*” (CHASIN, 1987, p.45). Assim, Marx não apenas compreende a realidade social como potencialmente transformável, mas compreende o papel do proletariado como

---

<sup>66</sup> “Em princípio, portanto, sem levar em conta ainda outros fatores, quanto mais verdadeiro for o conhecimento que se tem do objeto, maior será a probabilidade de atingir o fim pretendido. Disso deriva a finalidade essencial do conhecimento científico: reproduzir a realidade, como ela é, em si mesma, do modo mais fiel possível” (TONET, 2013, p.101).

a classe portadora desta potencialidade<sup>67</sup>, para tal, empreenderá o conhecimento profundo das nuances que conformam o proletariado enquanto tal. Assim,

A perspectiva de Marx implicava não só uma reavaliação do papel do *trabalho material* na autocriação e na autotransformação do ser humano, como também exigia uma reavaliação do papel dos *trabalhadores* como força material capaz de, nas condições atuais, dar prosseguimento à autotransformação histórica da humanidade (KONDER, 2009b, p.30).

Diante de tal cenário, vale apresentar mais alguns elementos essenciais do processo de conhecimento em Marx, uma vez que, a peculiaridade de tal processo expressa componentes relevantes para qualquer processo de conhecimento, dado mesmo que tais imperativos derivam da obviedade explícita da realidade e do processo de apropriação desta no pensamento como teoria social. Assim, primeira questão importantíssima é que, apesar de ilimitado em possibilidades, visto mesmo a indefinição do caminho da história e da ausência de limites para o desenvolvimento humano<sup>68</sup>, toda forma de conhecimento é aproximativa e tem seus limites dados mesmo pelo próprio objeto, no caso da realidade social, um objeto em movimento, mutável.

Isto é, no processo de conhecimento da realidade social, mesmo que grande parte das determinações que a conformam sejam captadas e sintetizadas em categorias históricas, formando uma teoria social, este conhecimento será sempre parcial e aproximativo, na medida mesmo que não é possível, nem necessário, captar todas estas determinações que afiguram a totalidade, dado mesmo sua especificidade enquanto objeto e dada também a especificidade do sujeito do conhecimento, que está necessariamente inserido no objeto e é passível e formulador de seus movimentos diversos. Reforçando, “[...] o conhecimento também é sempre aproximativo. Na medida em que o objeto – a realidade – é infinita e sempre em desenvolvimento, seu conhecimento nunca poderá ser esgotado” (TONET, 2013, p.104). Isto é, apesar de ser sempre aproximativo, não há nenhum limite *a priori* para o conhecimento, mesmo que não seja necessário conhecer todo o objeto para entendê-lo e transformá-lo.

---

<sup>67</sup> “Não se tratava de colocar uma *utopia* ou um *tipo ideal* no lugar da realidade (algo *criado pelo pensamento*), com bases nas coisas, mas sem as suas “impurezas”. Porém, de apanhar a luta de classes como totalidade histórica, representando-a e explicando-a como tal, em consonância como método que Marx despreveria, mais tarde: “o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (FERNANDES, 1987, p.152).

<sup>68</sup> Obviamente existem limites temporais, biológicos, cognitivos entre outros, porém ao me referir ao desenvolvimento humano levo em conta não a vida individual dos sujeitos, mas a conformação da história e cultura humana enquanto marcha genérica continuada, com momentos de maior ou menor desenvolvimento. Assim, as não limitações do desenvolvimento humano referem-se ao desenvolvimento humano enquanto gênero, enquanto construção geracional e transicional. Engels aborda a questão da seguinte forma, “[...] a contradição entre a capacidade interiormente ilimitada do conhecimento humano e sua existência real se resolve apenas na forma de seres humanos exteriormente limitados e limitadamente cognoscentes no progresso infinito da sucessão das gerações, que, ao menos para nós, é praticamente sem fim” (ENGELS, 2015, p.152).



Deste modo, para além de aproximativo e, ao mesmo tempo ilimitado, o conhecimento é por isso mesmo formado por graus diversos de aprofundamento, isto é, existem formas de conhecimento mais ou menos aprofundadas do objeto, uma vez que, qualquer objeto social não é definido completa e instantaneamente em sua aparência, ou seja, toda objeto é dotado de determinações aparentiais, formas como se manifesta no plano mais imediato, e de determinações essenciais, formas que se manifestam no plano mais mediado<sup>69</sup>. Assim, é óbvio, mas merece ser ressaltado, que todo objeto social é composto por *aparência e essência*, sendo esta composição exatamente o que justifica o empreendimento do conhecimento científico, dado que o contato aparential, primário com o objeto não é suficiente para compreendê-lo em suas determinações essenciais, em seu movimento. É lógico, mas vale ressaltar, as determinações aparentiais são parte do objeto e o expressam, conformam o todo, mas não são suficientes para sua compreensão totalizante, na medida das possibilidades. Logo, “[...] Marx afirmou que, se houvesse a coincidência do nível fenomênico como o nível da essencialidade das coisas, qualquer forma de ciência seria dispensável” (PONTES, 1995, p.83).

Vale ainda apontar outro imperativo interessante, já citado, mas importante de ser reforçado, o conhecimento expressa as determinações do movimento da realidade e segue seus influxos, de modo que não pode ser fixo ou dogmático se deseja manter-se próximo do próprio objeto que pretende expressar ou refletir. De todo modo, como o fundamento do conhecimento da realidade é sua transformação, o conhecimento deve estabelecer níveis de formulação de pensamento e cultura que contenham princípios e projetos de mundo vinculados aos interesses do pesquisador, levando em conta sua relação de classe e seu lugar na produção social e nas suas relações. Assim, o pesquisador, o sujeito ativo no objeto, não deve temer de ao apropriar-se deste objeto na forma de conhecimento partir em seguida para a posição de crítica e transformação deste mesmo objeto. Marx cita tal movimento, sem receios de apontar sua vinculação de classe e os interesses que o orientam, dado a situação em que essa classe se encontra, assim;

Nada nos impede, portanto, de vincular nossa crítica à crítica da política, ao ato de tomar partido na política, ou seja, às lutas reais, e de identificar-se com elas. **Nesse caso, não vamos ao encontro do mundo de modo doutrinário com um novo princípio: “Aqui está a verdade, todos de joelho!” Desenvolvemos novos princípios para o mundo a partir dos princípios do mundo**<sup>70</sup> (MARX,2010c, p.72).

Convém resgatar ainda outro elemento já mencionado, mas que por sua essencialidade, não deve jamais ser esquecido, sendo que marca o elo de separação e continuidade de Hegel e Marx, tal imperativo é simples na sua complexidade; *os homens fazem a história, mas sob condições que nem*

<sup>69</sup> “[...] para Marx, o conhecimento só é possível porque a realidade não é apenas aparência, pois é a essência que confere unidade e permanência – mesmo que relativas – à enorme diversidade de heterogeneidade e ao constante fluir dos dados imediatos” (TONET, 2013, p.106).

<sup>70</sup> Negrito nosso.

*sempre lhes são consideradas adequadas.* Neste sentido, para além de terem feito história até o modo de produção capitalista, Marx atendendo mesmo aqueles anseios de formação de uma teoria do proletariado quanto ao entendimento da realidade social, aponta que a história pode, e deve no sentido do proletariado, ser novamente encaminhada a revolução social, visando desta vez não a alteração da distribuição das classes, com derrocadas e subidas, mas o extermínio definitivo das classes sociais enquanto motor da organização social. Assim, dada a compreensão das potencialidades revolucionárias contidas mesmo na realidade e na história, potencialidades estas com portador definido: o proletariado, Marx apontará o comunismo, a revolução proletária como alternativa cuja viabilidade é real, histórica, dada às condições possibilitadas pela organização capitalista da produção, pela sua extensão tecnológica. Marx não afirma a inevitabilidade de tal alternativa, mas a aponta como uma das alternativas possíveis dada à própria constituição da realidade. Diferente dos utópicos, aponta uma saída baseada nas contradições conformadoras da totalidade social burguesa. Lukács é magistral ao encaminhar que,

Como teórico desse ser e desse devir, Marx extrai todas as consequências do desenvolvimento histórico. Descobre que os homens se autocriaram como homens através do trabalho, mas que a sua história até hoje foi apenas a pré-história da humanidade. A história autêntica poderá começar apenas com o comunismo, com o estágio superior do socialismo. **Portanto, o comunismo não é para Marx uma antecipação utópico-ideal de um estado de perfeição imaginada à qual se deve chegar; ao contrário, é o início real da explicitação das energias autenticamente humanas que o desenvolvimento ocorrido até hoje suscitou, reproduziu, elevou contraditoriamente a níveis superiores, enquanto importantes realizações da humanização.** Tudo isso é resultado dos próprios homens, resultado da atividade deles (LUKÁCS, 2010, p.107).

## 2.2 O MÉTODO EM MARX

Introduzida rapidamente a questão do conhecimento em Marx, seus elementos e suas inovações, avancemos um pouco mais na elucidação da dinâmica deste processo, na medida em que nos aproximemos do questionamento da existência ou não de um método científico de estudo da realidade em Marx. Ou, de modo mais claro; *a questão do conhecimento em Marx deve passar necessariamente, pela discussão da presença ou não de uma formulação metodológica em suas obras.* Fato nesta discussão é que, o espaço dedicado a elementos que tratam desta problemática, é consideravelmente reduzido se comparado ao escopo dedicado a outras temáticas. Apesar deste aparente pouco tratamento da questão, a construção do conhecimento, que no caso de Marx tem riquíssimo resultado, passa obviamente por *formas e métodos* de apropriação do objeto em seu estudo. Assim, apesar de não existir claramente um estudo de Marx dedicado exclusivamente a problemática

do conhecimento e do método, há nas formulações do autor, indicativos de suas estratégias de ataque ao objeto e um resultado consideravelmente aproximado da realidade. Desta forma, é inegável que abordemos o tema da procedência metodológica marxiana.

Neste sentido, vale recuperar que, em Marx existe uma lógica de prioridade na relação sujeito-objeto, uma vez que, apesar da compreensão ontológica de que o mundo social é produto da ação humana, da sua interação com a natureza e com outros homens, não necessariamente os homens em todos seus estágios de desenvolvimento tem conhecimento de tal questão e se o tem, tal fato não indica que a objetividade do mundo, que o concreto, levando em conta toda a natureza, tudo aquilo que existe tanto no mundo social quanto no mundo natural está plenamente compreendido pelos homens. Assim, sabendo ainda das limitações do conhecimento, pela dinâmica mesmo do objeto real, pela sua complexidade essencial e pelas limitações sociais, nos é claro, seguindo Marx, que apesar de o sujeito ser sujeito ativo no objeto, o objeto justamente por ser o concreto tem prioridade em relação ao sujeito, isto é, o *ser*, não só social, mas *ser* concreto, no sentido de existência no mundo, precede e independe do sujeito humano, social, para existir. Deste modo, o mundo natural e o mundo social existem indiferentemente da compreensão, da *consciência* ou não de sua existência por parte do sujeito. Deste modo, há uma formulação central que pode definir tal questão explicitada por Tonet (2013, p.101), ‘‘Na perspectiva marxiana, a realidade objetiva tem uma existência independente da consciência e, portanto, tem uma prioridade sobre a subjetividade. Pode existir objeto (realidade objetiva; coisa) sem sujeito, mas não pode existir sujeito sem objeto’’.

Assim, faz-se claro a prioridade do *ser* em relação à *consciência*, dado mesmo que os elementos da realidade social (construídos e derivados das relações que os homens estabelecem) e os elementos da realidade natural (imaneente ao *ser* dos homens e por eles transformável) existem independentes da percepção correta ou incorreta dos homens. De modo que, dada à prioridade objetiva do real, a *consciência* dos homens será então determinada pela sua existência no real, assim, a subjetividade humana refletirá o padrão de conhecimento que o homem estabelece com essa realidade, no campo do conhecimento científico, com o objeto social. Em forma que, ‘‘O destaque enérgico deve recair, pois, sobre a determinação de que objetividade e subjetividade *humanas* são produtos da autoconstrutividade do homem, a partir e pela superação de sua naturalidade’’(CHASIN, 2009, p.92), ou ainda que, ‘‘A prioridade do objeto (o real) sobre o sujeito (o ideal) impõe que, para conhecê-lo, este último transforme o concreto real em concreto pensado (ideal)’’ (TONET, 2013, p.112).

Apesar então, da determinação da existência sobre a consciência, a subjetividade humana, o seu saber não é apenas algo passivo ou meramente determinado, no sentido mesmo do relevo da

dialética somada à ontologia, deve-se ter em conta que apesar da prioridade existencial do ser, do concreto, a consciência em sequência a primeira determinação, passa ela mesma a determinar o real, a existência, assim, apesar de não ser o elemento genético-fundante, é também reciprocamente recurso determinante ‘secundário’, no sentido de derivado. Assim, no processo de conhecimento, a subjetividade, a *consciência*, tem papel vital, justamente por ser onde o homem trama, se apropria dos elementos existentes na realidade. Logo, o âmbito da *consciência* é o âmbito das possibilidades, da elaboração das formas futuras de ação, de objetivação do ser e do entendimento deste ser no mundo, logo, a subjetividade, justamente por seu caráter determinado e determinante, é capaz de efetivar objetos multiformes, desde que de acordo com as possibilidades de objetivação, ou conforme aponta Chasin, ‘[...] a subjetividade é reconhecida em sua possibilidade de ser *coisa* no mundo, e a objetividade como *dynameis – campo de possíveis*’ (2009, p.99).

Feito este reparo em relação à *consciência*, passemos a noção da prática como fonte e confirmação da verdade, ou da aproximação maior possível da verdade na construção do conhecimento científico, ou da teoria social. Assim, devemos ter em voga que é na prática e por ela que se obtém a confirmação ou não da teleologia<sup>71</sup>, qual seja das possibilidades de ação previamente elaboradas na subjetividade, de outro modo, é na ação que o homem confirma e apura o seu conhecimento abstraído na consciência. Se o homem não fosse capaz de conhecer não confirmaria a si mesmo como um ser social. Logo, a verdade acerca do conhecimento se atesta, se confirma na própria realidade que foi base para sua construção na consciência. De forma definitiva, o homem testa e constrói seu conhecimento a partir da prática, logo, a ação dá lógica a abstração subjetiva, ao conhecimento subjetivado na consciência. De modo que, só é possível conhecer, saber, depois que a coisa já é, já existe, dado a prioridade do objeto – realidade social – não há conhecimento verdadeiro que preceda a existência. Reafirmando, só pode existir conhecimento se houver relação sujeito-objeto. Assim, pode existir objeto sem sujeito, mas nunca sujeito sem objeto. Em termos da prioridade lógica existencial do ser, o que não é (não existe concretamente), não pode ter consciência, pois a consciência deriva do ser. Porém, não há pensamento, consciência, isolada da prática, para que pense deve existir, logo, o homem só existe na forma ativa da prática, por isso é um ser social, por isso também Marx recorre à *ontologia*. Em cláusula consolidada, não há subjetividade autônoma da objetividade, só há subjetivo onde há objetivo<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> A dupla atividade do homem: ‘Identificado como *atividade sensível*, o homem é duplamente ativo – *efetiva e idealiza*: se é capaz de efetivação sensível, então está capacidade também a antecipar idealmente sua efetivação; e se a forma ideal é permutável em mundo sensível, então leva em conta a lógica intrínseca ao objeto moldado, ou seja, o sujeito a usa e respeita enquanto tal, o que só é possível porque a conhece. O homem *se faz* ou é um *ser prático*, então é capaz de *conhecer*, ou menos, o que permite *fazer*, confirmar sua natureza prática’ (CHASIN, 2009, p.100).

<sup>72</sup> ‘Para Marx, este princípio é a práxis, a ‘atividade humana sensível’, a ‘atividade real, sensível’. Espírito e matéria, consciência e realidade objetiva, subjetividade e objetividade são dois momentos que constituem uma unidade indissolúvel. E a práxis é esta atividade mediadora que faz com que a da conjunção desses dois momentos se origine toda

Em consequência, deve-se ter em clara observação o seguinte; não é o processo de conhecer que demonstra a apropriação mais verdadeira da ‘*verdade*’, não é um método adotado *a priori* que garante tal eficácia, mas o resultado do conhecimento, indiferente do procedimento adotado para o conhecê-lo, comparado ao próprio real, à própria ‘*verdade*’ é que garante ou não o caráter mais ‘*verdadeiro*’ de conhecimento da realidade. Por isso, seguimos Tonet quando aponta que, ‘*Não será o método, elaborado prévia e autonomamente pelo sujeito, que irá prescrever como se deve proceder. Pelo contrário, será a realidade objetiva (o objeto), no seu modo próprio de ser, que indicará quais devem ser os procedimentos metodológicos*’ (2013, p.112).

Mas para além da valorização da prática como confirmação da efetividade do conhecimento, há em Marx outro elemento central que esbarramos apenas de leve, este elemento refere-se ao ponto de vista de classe no processo de conhecimento, a existência ou não da neutralidade, do distanciamento sujeito-objeto neste processo. Percebemos anteriormente que a formulação marxiana não era mera formulação solta no mundo, sem vinculação com as especificidades e demandas históricas de sua época vivida, as formulações marxianas, pelo contrário, respondiam a uma demanda objetiva da complexidade social, qual seja; a formação de uma cultura, de um conhecimento de mundo da classe operária, visto seu papel na dinâmica e na organização da produção social e suas potencialidades enquanto classe revolucionária. Assim, diferentemente da economia clássica, dos contratualistas ou de outros pensadores clássicos de sua época e posteriores, Marx deixa bem claro sob qual prisma, a partir de que ponto de vista constrói o conhecimento.

Tal afirmação de ponto de vista, que em primeiro momento pode parecer enviesada ou desvalidadora, é na verdade a confirmação da validade mesma do conhecimento, tendo em vista que, se o ser social é determinador da realidade social, mas ao mesmo tempo determinado por esta, seu saber, sua subjetividade, sua consciência, é determinada pelo real, pela existência, pela prática social, pelo estágio das relações sociais, logo, toda forma de conhecimento, de forma explícita ou não, é influenciada por um ponto de vista de classe, tendo em conta que o sujeito é parte do objeto, este sujeito ou é ele mesmo parte da classe social que guia seu ponto de vista, ou é influenciado pelo ponto de vista de classe em sua apropriação da realidade. Logo, não há ponto de vista, não há conhecimento, não há subjetividade que não seja guiada pelos interesses, pelas percepções de mundo de uma determinada classe. A crença na neutralidade, no afastamento sujeito-objeto qualifica-se assim como mera crença, no sentido mesmo que, conforme já explicitamos não há possibilidade efetiva de se

---

a realidade social. Deste modo, o defeito do materialismo está saneado quando a objetividade é captada como objetividade social (objetivação da subjetividade). Do mesmo modo, o defeito do idealismo está superado quando a realidade é capturada como resultado da ‘*atividade real, sensível*’ (TONET, 2013, p.78).

realizar na concreticidade do real. Assim, “Na perspectiva marxiana, contudo, o rigor, a vigilância, a seriedade e os procedimentos intersubjetivos são necessários, mas não suficientes. Existe outra condição que intervém decisivamente na elaboração do conhecimento. Trata-se do ponto de vista de classe” (TONET, 2013, p.107).

De modo exemplar, temos uma demonstração feita pelo mesmo Tonet (2009), quanto à percepção do poder político a partir das diversas óticas de classe: a nobreza feudal verá o poder político como fruto da *vontade divina*, a burguesia o justificará a partir de um *contrato social* e o proletariado conceberá sua natureza via *luta de classes*. Em todas as perspectivas há um fato, o poder político. Alguma delas estará mais próxima da real significação do poder político, outras só o usarão de acordo com os interesses de classe, forjando uma ‘verdade’ útil. Podemos ainda pensar em outro exemplo, qual seja: as diferenças de propriedade privada ao longo da história, onde a nobreza verá a propriedade como resultado de sua condição de classe detentora estabelecida divinamente, a burguesia a verá como direito humano universal, fruto das suas capacidades ‘*especiais*’ colocadas em prática, e os trabalhadores a entenderão como existente justamente pela expropriação de sua força de trabalho pela classe dominante, cujo processo originário vem de uma ‘acumulação primitiva’ baseada na força e violência. Assim, fica-nos claro que não é possível escapar do ponto de vista de classe no conhecimento social, mas é possível escapar sim, do velamento funcional da exposição do ponto de vista, justamente se tal proposição for ao encontro dos interesses de classe aos quais o sujeito se vincula. Assim e sem dúvidas nessa afirmação,

[...] não pode haver neutralidade axiológica numa sociedade perpassada pelo antagonismo das classes sociais. A própria rejeição da interferência do ponto de vista de classe já é uma tomada de posição a partir de um determinado ponto de vista, não por acaso, o da classe burguesa (TONET, 2013, p.108).

Podemos chegar até aqui, e após conhecermos certos nuances da apropriação e construção do conhecimento em Marx, de suas novidades e imperativos, e nos perguntarmos então: afinal, há um método em Marx? Para começarmos a responder tal questionamento, acredito que poderíamos formular uma nova questão, afinal, porque existem dúvidas quanto à existência de um método em Marx?

Acredito que poderíamos iniciar tal resposta indicando que, em Marx não há um método como nas ciências naturais ou nas ciências sociais modernas (ou pós-modernas). A título de exemplo, podemos pensar nas formulações Weberianas, onde há formulação do *tipo ideal* como um recurso para compreensão da realidade, estabelecido *a priori* e desconectado desta própria realidade, que se prova verdadeiro na comparação com a situação real, via sua aplicabilidade. Assim, “Para saber se o curso empírico do desenvolvimento foi efetivamente o mesmo que o construído, é necessário

comprová-lo com o auxílio desta construção tomada como meio heurístico, procedendo-se a uma comparação entre o tipo ideal e os ‘‘fatos’’’’ (WEBER, 2003, p.117). No sentido que, o *tipo ideal* é um quadro do pensamento construído anteriormente e não reconstrução mental do real, isto é, seus objetivos não estão ligados a reprodução do real na forma de categorias históricas em suas determinações. De modo que, o objetivo é a formação de um quadro ideal mentalmente elaborado, cujas situações da realidade se aproximam em determinadas situações específicas, assim, ‘‘Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos<sup>73</sup>’’ (WEBER, 2003, p.106).

Como vimos até o momento, em Marx não existe um movimento similar a este, uma vez que, não há a elaboração conceitual ou tipificadora *a priori*, isto é, uma elaboração especulativa acerca do objeto que seja anterior ao contato com o próprio objeto. De modo que, se se considera método como procede Weber, ou seja, como elaboração anterior a experiência, não existe em Marx nada análogo. Além disso, Marx não formula uma teoria do método, ou um procedimento metodológico orientador a ser rigorosamente seguido e replicável, como fizeram outros cientistas naturais e sociais, exemplo pode ser a clássica obra Durkheim, intitulada de ‘‘As regras do método sociológico<sup>74</sup>’’. Feito tal reparo, observemos considerações essenciais de Chasin que respondem a nossos questionamentos,

Se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx. Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana (CHASIN, 2009, p.89).

Ou seja, afirmando e reafirmando, a forma de abordagem acerca da questão do conhecimento em Marx, difere-se mortalmente dos procedimentos metodológicos replicáveis que a majoritária parte dos cientistas, nas mais diversas áreas e diferenciações, procede. Marx não se preocupou em formular uma metodologia, uma regratura na forma de manual do como e de pôr quais meios *conhecer*, muito menos se preocupou em legar procedimentos definitivos e estabelecidos a serem efetivados anteriormente ao processo de pesquisa indistintamente ao objeto em análise, menos ainda salientou

---

<sup>73</sup> Em Weber, o elemento essencial para o entendimento da realidade social é a formulação de *tipos ideais*, justifica-os primariamente, justamente pela não consideração da existência de uma totalidade social apreensível, de modo que o objeto assume interesse não em sua existência universalmente determinada, mas sim pelo seu ‘‘significado cultural’’ enquanto fenômeno particular. De modo que, o sujeito do conhecimento assume relação indiferente frente ao objeto, no sentido que o sujeito mesmo é o produtor de conceitos, estes não relacionados com a realidade – com o objeto histórico, cuja existência mental destes conceitos se dá *a priori* das determinações gritantes do objeto, formando-se como concatenação subjetiva do pesquisador sem ligação genética com a realidade.

<sup>74</sup> DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

que o processo de conhecimento, para ser efetivo, deriva de formulações especiais, subjetivas e anteriores ao processo em si. Isto é,

Deste modo, se por método se entende, como é o sentido mais comum que este conceito adquiriu a partir da perspectiva gnosiológica moderna, um conjunto de regras e procedimentos previamente estabelecidos, que podem ser apreendidos separadamente do objeto e que serão aplicados na realização do conhecimento, então, de fato, não existe método na perspectiva de Marx (TONET, 2013, p.72).

Ou ainda,

Método em Lukács (e Marx) *não* significa arcabouço de procedimentos a serem aplicados no processo de pesquisa social. Ora, como a perspectiva ontológica significa o primado do objeto, o verdadeiro método significa apreender o movimento do objeto em sua legalidade específica, evitando aplicar categorias formalmente construídas pela mente do pesquisador (procedimento gnoseológico) (ALVES, 2010, p.38).

E também em outro autor,

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme sua vontade, para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação (NETTO, 2011, p.52).

De forma que, temos claro o que exatamente não configura método em Marx (e poderíamos citar várias outras considerações de marxistas brasileiros e estrangeiros acerca da mesma questão), quais as preocupações e procedimentos não estão presentes em seu processo de conhecimento, e quais as diferenças fundamentais da sua condução em relação às conduções sociológicas das mais diversas, como um dos possíveis exemplos. De todo modo, tal diferenciação precisa, não indica - como a alguns pode parecer - que não há método em Marx, que não há uma forma de abordagem específica do objeto por parte do sujeito.

Porém, o recurso à *ontologia*, à *dialética*, a clara percepção do peremptório do objeto, mas da posição ativa do sujeito inserido no objeto, da consideração da historicidade dos processos sociais, da determinação social do pensamento, do estabelecimento de um sujeito revolucionário específico, da adoção de um ponto de vista de classe, além de outros imperativos, impedem, justamente pela complexidade qualitativamente superior, que o procedimento de abordagem e construção do conhecimento em Marx seja colocado no bojo das formulações metodológicas replicáveis e construídas anteriormente à relação do sujeito com o próprio objeto, que têm reinado no conhecimento científico em suas diversas áreas. Marx não formula um método, justamente porque seu método é também ele, dada a constituição mesma do objeto, um método em movimento, em processo, passível de alteração, visto exatamente o papel do sujeito na construção do próprio objeto ao qual se debruça, no caso em questão, a totalidade social e suas determinações. Assim, em Marx, se há um método, e particularmente, argumentamos que há, este método é construído, criado, ao longo



do processo de pesquisa, no contato, na atividade com objeto, na própria experiência objetiva. O método é formulado pelas determinações do objeto, visando compreendê-lo a partir do seu movimento típico e essencial.

Porém, antes de adentrarmos na maior demonstração constituidora deste, é necessário fazermos dois reparos. O primeiro: o fato de não haver a formulação de um procedimento metodológico em Marx, definido e replicável, não desvalida a cientificidade do conhecimento em questão, dado, como já apontamos anteriormente, que a régua para aferição da genuinidade do conhecimento de um determinado objeto é o objeto mesmo, tendo em vista que, o que autentica a veracidade de um processo de conhecimento, de uma teoria social, é o resultado deste processo mais próximo o possível das elucidações determinativas essenciais do objeto, e não o emprego de formulações, sistemas, normas, técnicas e meios estabelecidos anteriormente e formalmente estipulados como necessários. Assim, a ausência da “questão do método” em Marx, [...] não assinala qualquer omissão ou deslize quanto ao reconhecimento do complexo do conhecimento em sua efetividade, nem indiferença em relação aos procedimentos cognitivos” (CHASIN, 2009, p.90).

Segundo; instrumentos e técnicas de pesquisa são diferentes de método, e Marx não se furtou de utilizar os primeiros ao longo de toda a sua vida. Dados estatísticos, anuários, bibliografias diversas, documentos censitários, mapas, legislações, material jornalístico, entrevistas, pesquisas empíricas, literatura e romances em geral, elementos da própria vida, tudo isso está presente na obra de Marx e serviu de base no seu processo de reconstituição da realidade na forma de conhecimento científico. Assim, e em conclusão desta questão,

Neste processo, os instrumentos e também *as técnicas* de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Estes instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados como o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes (NETTO, 2011, p.25-26).

Logo, exposto que há um método em Marx, cuja forma específica, processual e em construção responde o porquê de dúvidas da existência ou não deste método, passemos ao seu entendimento interno, reafirmando que; o método de Marx é criado, construído ao longo do próprio processo de pesquisa, não é dado anteriormente, ou *a priori*. Assim, em que consiste, ou como se dá esse método?

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2017, p.28).

Isto é, o método em Marx consiste exatamente na captação do movimento do real e de suas determinações por meio do pensamento, de modo que, a realidade é impositiva no processo de conhecimento, visto que é captada pelo sujeito via pensamento, via abstração na consciência, e a partir de tal momento, é processada na consciência na forma de conhecimento. Assim, *o método é a reconstrução mental do movimento real*, onde o concreto dado, aquilo que é aparente, é apropriado na forma de concreto pensado, na forma de abstração, de reprodução mental. Logo, o método em Marx é a forma de proceder do pensamento neste processo de apropriação do real na consciência, onde o resultado sintético deste processo aparece como conhecimento. Marx aponta que, “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado. Mas também não é este o processo da gênese do próprio concreto” (MARX, 1973, p.229). Logo, devemos ter clara noção, como nos alerta Tonet (2013) que, *o método é o caminho para a reprodução do real no pensamento e não de produção do real*. Isto é, a realidade e suas determinações existem indiferentemente da percepção intelectual do sujeito, compreendê-las em seu movimento próprio exige recurso ao método.

Dado então que, “[...] o método científico não é mais do que *a maneira de proceder do pensamento*” (CHASIN, 2009, p.128), por meio da qual o sujeito reconstrói a realidade cognitivamente, tentando sintetizá-la para compreendê-la, levando em conta suas conexões internas, suas fronteiras históricas, sua razão na constituição econômica da sociabilidade, sua gênese. Assim, “[...] na perspectiva ontológica o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem” (TONET, 2013, p.107).

Diante disto, conforme havíamos adiantado, o método não precede a relação do sujeito com o objeto, mas deriva, é determinado, justamente pelo movimento desta relação. Assim, explicitado que o método é o processo de reprodução mental do objeto na consciência, visando sintetizá-lo na forma de conhecimento apreensível, fica-nos claro a impossibilidade lógica de estabelecimento de um método que precede tal momento, justamente porque a apropriação mental, o método em movimento, só pode acontecer se o sujeito estiver em ação com objeto, e se já estiver em relação com o objeto, entendendo-se inclusive como parte constituinte do objeto. Logo, por conta da prioridade existencial do objeto e da independência de seu movimento em relação à compreensão do sujeito, não é possível a formulação de uma metodologia marxiana aplicável e replicável, uma vez as condições vivas do objeto, e da necessidade de contato com o mesmo por parte do sujeito, para que o procedimento de reconstituição mental se dê. “Por isso mesmo, para ele [Marx], não há um método que possa ser apreendido previamente ao ato do conhecimento [...]” (TONET, 2013, p.71).

O método liga-se mesmo à constituição do ser social no seu processo de relacionamento com a realidade, derivado do processo de trabalho, das capacidades teleológico-projetivas, derivadas do conhecimento, ou da tentativa de, via contato com a realidade e suas propriedades. É por este motivo, que o método aproximativamente mais verdadeiro para a captação científica do movimento real, não pode ser de matriz especulativa, muito menos constituído por pressupostos dedutivos desconexos do objeto que deseja conhecer, uma vez que, o motor de veracidade do “método” em Marx é o imperativo do objeto, do real<sup>75</sup>. Assim, o objeto central do método é a reprodução do real na sua forma de ser transposta para o pensamento, para o conhecimento científico, isto se dá, via um processo sucessivo de abstração, cada vez mais complexo e minucioso, das determinações conformadoras do real, e das relações íntimas e interligadas que o compreende.

A síntese resultante do processo de abstração mental do real, de forma sucessiva e complexificadora, é o conhecimento científico, cuja estruturação em Marx se dá por meio da elaboração de *categorias*<sup>76</sup>. Estas são a forma da síntese, justamente porque expressam na forma de movimento, o real, e possibilitam a reconstrução da totalidade social e das determinações interligadas, ou como é famoso via Lukács, a recuperação da totalidade de *complexos compostos por complexos*. Logo,

[...] a dialética não está na cabeça do pesquisador, mas sim no próprio movimento do real. Por isso, o método dialético não é apenas um método capaz de orientar a mente do pesquisador a construir tipos ideais, mas sim, um modo de ser do real, onde a função do pesquisador é exercer o controle ontológico, apreendendo as formas de ser categorial do real e as condições de sua existência. A dialética não constrói tipos ideais, mas visa apreender tipos categoriais (ALVES, 2010, p.38).

Posto isto, vale salientar que exporemos um pouco a frente o que é o processo de abstração, e como se qualifica seu resultado, ou como podemos compreender as *categorias* de análise. Porém, antes de adentrarmos nesta seara, vale diferenciarmos, ou apresentarmos uma alteridade que surge exposta por Marx e é depois alvo de debates; a diferença entre forma de exposição e forma de análise, ou entre método de exposição e de análise. Tal diferenciação surge como um dos temas presentes no debate posterior acerca do ‘problema do conhecimento’ em Marx. De todo modo, existem controvérsias das mais variadas, valendo replicar uma destas que toca justamente no processo de

<sup>75</sup> “[...] o método que propõe a ‘máxima fidelidade na reprodução ideal do objeto de análise’ mantém inalterada sua validade teórico-prática, na medida em que este processo de ‘máxima fidelidade’ significa a própria auto verificação de suas categorias em face do movimento do real” (PONTES, 1995, p.30).

<sup>76</sup> “Como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se ‘pelo real e pelo concreto’, que aparecem como *dados*; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações mais simples, Este foi o caminho ou, se quiser, *o método* [...]” (NETTO, 2011, p.42).

interpretação de Marx no Brasil. Autores como Sartori e Viana expuseram recentemente<sup>77</sup>, em conferência online, que a tradução do trecho específico onde Marx trata desta questão pode estar equivocada na sua figura em português, tendo em vista que, em lugar de ‘‘método’’ a correta tradução, segundo os autores, seria ‘‘forma’’. De todo modo, acreditamos que tal questão, apesar de relevante, não altera o sentido de entendimento aqui proposto, justo mesmo que trataremos como ‘‘método’’, conforme a fonte utilizada traduz. Vejamos então, a famosa e tão debatida passagem.

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori* (MARX, 2017, p.28).

Compreendemos deste trecho que, Marx pretende salientar a diferenciação entre o procedimento analítico e investigativo, propondo exatamente que, a *forma ou método de exposição* qualifica-se justamente como resultado, como síntese do processo de pesquisa, é o momento onde as categorias, constituídas mediante a abstração das determinações do real, são consolidadas e expostas seguindo uma lógica de construção que permite compreender o objeto a partir de suas mediações mais simples, na sua representação generalizante, mas pouco desenvolvida em termos de determinações à até suas formas mais complexas, dotadas de toda a complexidade de mediações entre as determinações que a conformarão enquanto totalidade. Vale salientar, que possivelmente um dos elementos centrais da construção do conhecimento em Marx está justamente no formato de sua exposição, acreditamos assim, que o *método de exposição* em Marx é momento central da constituição do seu método como um todo, precedendo obviamente dos elementos já apresentados anteriormente.

Já o *método ou forma de pesquisa*, é o momento onde se dá a coleta de dados, materiais bibliográficos, mapas, estatísticas, relatos e etc. Este momento, não é de menor importância, justamente porque subsidia todo o conhecimento a ser construído e auxilia no processo de sintetização teórica na forma de categorias, justamente por subsidiar, por conter partes-informação da própria realidade. Muitas vezes os elementos base deste momento, estão colocados de maneira desconexa, isto é, certos dados estatísticos ou elementos bibliográficos, dissociados, distantes entre si e de toda a *ontologia, historicidade e movimento do real* não dizem por si só muita coisa, é mister do pesquisador, do sujeito, colocá-los em movimento de acordo com as determinações da própria realidade para que passem a constituir no momento da síntese uma totalidade complexa e conexa,

---

<sup>77</sup> Conferência: ‘‘Há método em Marx? Um debate acerca de ciência, ontologia e episteme’’. Cujos convidados eram Vitor Sartori, Nildo Viana e Marden Campos. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=O11xrLpCsDs&t=5998s>>>.

justamente porque em sua manifestação real estão em movimento. Assim, este momento investigativo, apesar da perspicácia e dos imperativos paradigmáticos imposto por Marx, é comum a quase todo processo de produção do conhecimento, o que faz Marx é estabelecer a conexão entre os elementos consultados, com o processo mesmo do real e com as abstrações e reprodução do concreto realizadas.

Assim, concluindo a diferenciação, temos ainda em relevo que, “Como se vê, para Marx, os pontos de partida são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação [...]” (NETTO, 2011, p.27). Além das percepções de Netto, temos um interessante exemplo, que apresenta, justamente via análise da construção de duas das obras de Marx, como o processo expositivo e o processo investigativo, em suas *formas ou método*, são totalmente diversos. Silva (2012) nos mostrará via comparação que: nos *Gundrisse* há uma construção mais próxima do processo investigativo, do *método de pesquisa*, isto é,

Os *Gundrisse* estão cheios de frases enormemente longas, semeadas de dezenas de incisivos, parênteses, obscuridades, misturas arbitrárias de idiomas e outros traços que tornam difícil sua leitura, a despeito de um número igual de passagens brilhantes, estilisticamente acabadas e claras (p.33).

Já em *O Capital*, perceberá que,

Marx pôde concentrar nesta obra todos os seus dotes de escritor. Alcançou assim um estilo castigado, incisivo, irônico, de frases redondas e polidas, em consciente contraponto com a precisão conceitual, ou seja: plena união de signo literário com significado científico (p.33).

O que nos indica que, para além das condições de vida de Marx ao longo da elaboração dos textos, fica explícita uma diferença clara entre uma e outra, justamente por cristalizarem dois momentos centrais do “método” de Marx, o primeiro esboço apenas como reflexo inacabado do processo de pesquisa e o segundo texto como reflexo acabado do processo de pesquisa cujo método de exposição é o condutor da lógica de construção do texto.

Tais processos, justamente por sua condição de diferença, apesar de constituírem o resultado do conhecimento, podem refletir-se também numa lógica específica apontada por Lukács,

[...] tornou-se claro que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosa que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente “deduzida” da forma mais simples (2010, p.92).

Onde, se espelhando mesmo nos dois processos e em todo movimento analítico imposto por Marx, temos um caminho entre as construções simples e complexas, entre o mero conhecimento ainda

não totalmente conexo e determinado do processo de investigação e a síntese já expressa na forma de totalidade, cuja forma se dá justamente no momento de exposição e de seu ‘‘método’’ peculiar. Deste modo, as instâncias constitutivas da totalidade variam em complexidade e determinação, assim, abstrações, ou categorias teorizadas em diferentes níveis de complexidade auxiliam no entendimento dinâmico, mas aproximado, do real. Marx afirma que, ‘‘[...] é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios’’ (MARX, 2017, p.16). Isto é, a forma mais complexa contém elementos adicionais, ou maior número de determinações em relação a forma mais simples, de modo que, não é possível deduzir o complexo do simples, mas o simples do complexo, uma vez que a forma mais complexa está recheada de novos elementos antes não existentes ou pouco desenvolvidos na forma simples. Para a compreensão mais certa do elemento simples é necessário conhecer o elemento complexo, pois este contém parte dos elementos mais simples e ainda está adicionado de novas determinações. Desta forma, por conta da maior extensão do elemento complexo, não é possível deduzi-lo em sua totalidade e realidade de elemento simples, mesmo que este complexo se manifeste como continuidade do simples. Assim, a priorização das abstrações totalizantes se justifica em Marx, justamente pela complexidade de determinações nelas contidas, de modo que a aproximação teórica com a realidade se mostra mais facilitada.

Podemos perguntar então, dado o até aqui exposto, é possível seguir o método de Marx? E se sim, qual seu legado? Acreditamos definitivamente que o método de Marx, ou sua forma, ou seu processo de construção do conhecimento é, e deve ser seguido na medida mesmo que seus elementos conformam questões essenciais para a compreensão da realidade social. Obviamente que, apesar da *historicidade, da ontologia, da compreensão de movimento e transformação da história*, da definição de um sujeito revolucionário e de um ponto de vista para o sujeito, levando em conta sua presença mesma no objeto, seguir o feito por Marx não é garantia exata de um resultado conhecimento aproximado do real, tendo em vista que a regra para a validade deste conhecimento é a própria realidade em sua dinâmica, de todo modo, tais imperativos, colocam-se como o que há de mais avançado na história humana até o nosso tempo para o entendimento da realidade social, justamente por partir das determinações da própria, por prezar pela intensa interação entre sujeito e objeto, pela clara compreensão do papel ativo do sujeito e ao mesmo tempo da indiferença do objeto quanto às percepções ou não do sujeito.

De modo que, ‘‘Concorda-se, sim, com a postura que centra sua ortodoxia no Método e não em postulados e previsões que a história e a prática social mostraram e demonstraram ser, senão equivocadas, pelo menos parciais’’ (PONTES, 1995, p.36), tendo em vista mesmo que,

“Efetivamente, é interminável o processo de apreensão das raízes histórico-concretas (gênese) e a constituição sistemática (estrutura) dos complexos problemas humanos-sociais postos no ser social” (PONTES, 1995, p.83). Logo, reconhece-se que, o processo de construção do conhecimento, de apreensão via abstração das determinações da realidade visando reconstruí-la na forma de categorias, de teoria científica, como um momento essencial para o entendimento da complexidade do real, visando mesmo sua transformação. De maneira definitiva, afirmamos a centralidade do método. Assim, ficamos com a conhecida afirmação de Lukács a respeito da posição do método em qualquer tentativa de recuperação do marxismo.

O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas de superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso (LUKÁCS, 2003, p.64).

### 2.3 ABSTRAÇÃO E CATEGORIAS

Chegado a esse ponto, passemos com maior intimidade a questão da *abstração* como elemento, ferramenta, essencial no processo de reconstrução mental do real. Devemos levar primeiramente em conta, conforme nos aponta Marx, que

“O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação”(MARX, 1973, p.229).

Isto é, a realidade social, e também a natural, se caracteriza justamente por ser construída, formada, por determinações diversas, por múltiplos elementos, que se determinam e conformam mutuamente, qual seja, a realidade enquanto tal não é mera conjunção de partes dissociadas, mas complexidade mediata por complexidades menores, que a conformam justamente em totalidade, na medida mesmo, que tais complexidades não podem ser consideradas isoladamente, justamente porque, o processo de conformação e desenvolvimento destas complexidades menores não se dá de forma solitária, ou separada de outros movimentos, assim, as situações conformadoras da realidade social, quais sejam; as formas como os homens produzem, como se relacionam, como criam cultura, como se comunicam, como se expressam esteticamente, como se organizam institucionalmente, como

estipulam suas diferenças, enfim, como se fazem enquanto sujeitos sociais, apenas pode ser compreendida em sua fidelidade de existência justamente levando-se em conta a mútua determinação das situações, no sentido mesmo que, a maneira que os homens organizam a produção e a distribuição das riquezas produzidas determinará a forma como as instituições se conformarão, como as expressões estéticas serão valorizadas, como a cultura geral será formada, como as diferenças serão compreendidas, etc. De todo modo, tais complexos determinados e autodeterminados, tem sua ligação feita por mediações diversas, contraditórias e complementares, que seguirão mesmo a lógica de organização social estabelecida e os conflitos dela derivada.

Desta forma, a compreensão da realidade social em sua concreticidade e dinamicidade exige um conhecimento que se dê de forma sucessiva e sintetizante, na medida mesmo, que não é possível compreender a *mediaticidade* das determinações do real apenas de acordo com sua aparência dada, com sua imediatividade. Se assim fosse, a real estava entregue de instantâneo, de modo que a manifestação momentânea, fotográfica, fosse suficiente para defini-lo. Como já debatemos anteriormente, essa possibilidade, felizmente ou infelizmente, não se reflete no movimento do real, exigindo que os homens estipulem formas e estratégias de conhecimento intermediárias entre as determinações aparentemente imediatas e as determinações essencialmente mediatas. Vale ressaltar ainda, que todo o conhecimento produzido, seja pela forma que for, é e sempre será reprodução do real, uma vez que, reflete, para ser correto, as determinações presentes no próprio real, ou seja, não as cria ou inventa.

Assim, podemos entender o *processo de abstração* como uma das intermediações essenciais na passagem dos ramos mais superficiais de manifestação da realidade aos mais profundos. Marx, toca nesta questão ao comentar acerca dos diferentes gêneros de trabalho.

A indiferença em relação a um gênero determinado de trabalho pressupõe a existência de uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalhos reais, dos quais nenhum é já absolutamente predominante. **Assim, as abstrações mais gerais só nascem, em resumo, com o desenvolvimento concreto mais rico, em que um caráter aparece como comum a muitos, como comum a todos. Deixa de ser possível deste modo pensá-lo apenas sob uma forma particular** (MARX, 1973, p.232-233).

O que Marx apresenta, ao tocar na questão das diferentes determinações, é justamente que as determinações são as formas de apreensão do movimento real via pensamento, isto é, abstraindo subjetivamente as determinações da realidade, é possível sintetizá-las posteriormente na forma de entendimento racional, teórico, formando um quadro de reprodução no formato de conhecimento e pensamento da própria realidade. Essas abstrações, variam de acordo com as possibilidades e composições das sínteses já realizadas, no sentido que abstrações mais simples são feitas até a formação de sínteses minimamente complexas que subsidiem abstrações também ou ainda mais complexas. Porém, a escala de entendimento, no sentido de uma reprodução o mais fiel possível ao



movimento do próprio real, caminha em sentido inverso, isto é e conforme já abordado anteriormente, as determinações abstratas mais simples só são compreendidas em sua totalidade justamente quando existem determinações abstratas mais complexas que sintetizam mesmo a totalidade do movimento e abarcam as determinações simples abstraídas anteriormente. Logo, uma situação história concreta, dotada de determinações mais complexas, portará as chaves para a compreensão das determinações mais simples, justamente porque as abstrações possíveis, dada mesmo sua maior complexidade, comportam os elementos mediadores das determinações simples acrescidos de novas elementos de maior profundidade.

Logo, Marx informa-nos que, “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado” (MARX, 1973, p.229). Isto é, o processo de abstração, de *reprodução mental do movimento real*<sup>78</sup> (NETTO, 2011), é a intermediação entre o pensamento, o conhecimento subjetivado e a própria realidade, no sentido mesmo, que é via abstração que o sujeito cognoscente (e também ontologicamente ativo) capta o movimento próprio da realidade, suas determinações e mediações, reproduzindo-as no intelecto, sob a forma de pensamento abstraído, visando conhecer o próprio real e reconstruí-lo racionalmente como conhecimento científico<sup>79</sup>. *A força da abstração* (CHASIN, 2009) é o momento essencial de captura da realidade no pensamento, visando reproduzi-la como conhecimento, para ao mesmo tempo transformá-la. Assim, a abstração, como atividade do pensamento, é sempre marcada, guiada pela firmeza mesmo do objeto abstraído, assim,

[...] *a força da abstração* é, dentre outras, uma qualidade individual ou força essencial de apropriação peculiar dos objetos, que se realiza de modo específico de acordo com a sua própria natureza e em consonância com a natureza do objeto apropriado. Enquanto força performática, sua apropriação é ideal, reprodução intelectual de entidades reais, o que se confirma pelo caráter ontológico das abstrações produzidas (CHASIN, 2009, p.123).

Ou ainda,

[...] os reflexos de situações objetivas na natureza e na sociedade, que devem ser confirmadas na práxis humana a fim de se tornarem – através de um posterior processo de abstração, que todavia jamais deve perder o contato com a realidade e com a práxis objetiva – categorias lógicas (LUKÁCS, 1978, p.75).

Logo, tendo a abstração como processo essencial na formação do conhecimento da realidade social, a partir das determinações que a conformam, devemos levar em conta que o processo de

<sup>78</sup> “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. (NETTO, 2011, p.21).

<sup>79</sup> Repetindo: **Abstrair o concreto não é produzi-lo via pensamento, mas reproduzi-lo no pensamento.** “Com isso, é delineada crítica e metodologicamente a base da inversão materialista”. (LUKÁCS, 1978, p.75).

abstração, é particularmente peculiar ao ‘método’ de Marx, uma vez que, se se considera a *historicidade*, a *ontologia*, e a independência do objeto em relação ao conhecimento do sujeito como alguns dos imperativos centrais estabelecidos por Marx, deve-se também colocar a abstração neste mesmo patamar, visto que é a adoção de tal procedimento que garantirá a diferenciação entre o caminho de construção da teoria em Marx e em outros autores, uma vez que, via abstração não há presunção da conformação da realidade social dada a priori, visto mesmo que o processo de abstração tem como determinação central o próprio real. Tendo em plano que objetiva reproduzir o concreto na forma de pensamento, deve efetivamente ao concreto para sua construção, logo, parte do real para o pensamento, das determinações da realidade traduzidas na forma de pensamento, e não na tentativa de encaixe, adivinhação, premeditação do pensamento posteriormente comparada a realidade, ou de movimento de desprezo do real, do objetivo como momento preponderante. Deste modo, temos que,

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador (NETTO, 2011, p.44).

Para além da simples exposição do que seria o processo abstração, é necessário expormos qual o resultado das sucessivas repetições e sínteses daí derivadas, assim, vejamos com o próprio Marx, em que se constituem as *categorias* e com qual finalidade esse processo de construção teórica é efetivado. Uma primeira questão a ser recuperada, refere-se ao norteamento, ao desígnio orientador para a formulação de categorias que comporão uma teoria social. Como um dos aspectos elementares em Marx é exatamente a determinabilidade do real no pensamento, e a existência independente deste mesmo real em relação a percepção ou não do sujeito, as categorias obviamente são expressões da realidade no pensamento, expressam assim o movimento do real captado de forma racionalizável e sintetizante via abstração, de modo que, refletem, se captadas corretamente, a realidade, assim, não são conformadoras da objetividade, mas resultado, locução da realidade na forma de conhecimento, de teoria. Logo, é necessário,

[...] não esquecer que as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspecto particulares desta sociedade determinada, deste sujeito, e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma começa a existir, *inclusive do ponto de vista científico*, somente a partir do momento em que ela está em questão *como tal* (MARX, 1973, p.235).

Isto é, as categorias são o resultado da síntese reflexiva do método cujo motor é a *força da abstração*, as categorias são essenciais para a formulação de um conhecimento de totalidade, justamente porque, ao mesmo tempo em que expressam aspectos particulares, expressam também as determinações e mediações entre estas particularidades, de modo que são essenciais para a constituição de um conhecimento dotado de nexos, de ligação. Assim, as categorias, diferentemente

de conceitos, de tipos, de fórmulas, objetivam expressar o real em dado momento levando em conta seu movimento próprio, sua dinâmica interna. As categorias extrapolam os conceitos, justamente porque não são fixas, dadas ou imutáveis, no sentido que devem acompanhar as mudanças do objeto, sua perda de validade não está ligada a mera descoberta de conceitos mais apropriados, mas a perda da conexão e do acompanhamento das *condições de existência* e suas transformações na história. “Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. **São produtos históricos e transitórios**” (MARX, 2007, p.101).

Ao demonstrar a *transitoriedade* das categorias, uma vez que estas expressam o real em movimento e transformação, como *produtos históricos determinados*, Marx fundamenta novamente os imperativos da historicidade e da ontologia, ‘aplicando-os’ a fina análise da totalidade social e das imputações econômicas neste processo. Assim, tem em voga exatamente que, “As categorias econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações das relações sociais da produção” (MARX, 2007, p.100). De modo que, ao aprofundar-se na análise e crítica destruidora do modo de produção capitalista, tem em conta, não por mera visão subjetiva, mas por captação dos elementos conformadores pregressos e coetâneos que, a forma como os homens produzem e reproduzem suas relações sociais é historicamente datada, limitada a um determinado momento de organização social, passível de transformações como as que ocorreram em todo o processo de constituição da humanidade. Logo, as categorias que expressaram teoricamente as relações de produção são elas mesmas vetustas, confinadas e específicos momentos da organização social correspondente. Assim, as categorias econômicas expressam um determinado momento da organização social de produção, de modo que, alteram-se ou perecem de acordo com as alterações no processo real de vida. Exemplo claro desta constatação temos em,

Em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância. É como uma iluminação geral que modifica as tonalidades particulares de todas as cores. É como um éter particular que determina o peso específico de todas as formas de existência que nela se destacam (MARX, 1973, p.235).

Sendo assim, as categorias aparecem como essenciais para a constituição de uma síntese totalizante, de uma teoria social adequada ao entendimento da essencialidade e ligação dos vários *complexos* que compõe a realidade social. Estas são vitais, uma vez que, expressam de forma histórica e determinada o concreto em sua variedade, e são ainda, justamente pelo papel para Filosofia proposto por Marx, - qual seja: a transformação da realidade em que se debruça -, essenciais indicativos das transformações a serem efetivadas pela classe com potencialidade revolucionária, tendo em vista que, para além da simples expressão da realidade, as categorias expressam suas contradições, e assim, ao furtar-se da recorrência única ao imediato, e propor o mergulho ao mediato e a organização destas

mediações, as categorias, como conformadoras de uma teoria social de classe, e voltada a esta classe, mas que preza pelo crivo do real como prova de validade, são as bases fundamentais para o entendimento da realidade social, tendo em vista que são a melhor forma de expressão racional do processo real, expõe e põe a nu, todas as ‘falsas’ determinações que constituem-se como expressão de dominação burguesa. As categorias, ao mesmo tempo que desvendam, por refletirem, a realidade social, apontam para os cumes que o poder de transformação revolucionária deverá alcançar. Uma vez que, são históricas e transitórias, já que espelhadas no real, as categorias dão a chave, ratificam o poder da ontologia e da historicidade como vitais no processo de autolibertação do proletariado enquanto classe portadora do potencial revolucionário.

Embrenhando-se então na crítica da sociedade burguesa, Marx voltar-se-á, principalmente em *O Capital* para a sintetização e formulação das categorias econômicas essenciais que exprimem e externam na forma de conhecimento científico, a lógica de reprodução e funcionamento da sociabilidade burguesa. Assim, desvendará a lógica histórica de gênese e formação desta forma de sociabilidade, encontrando neste processo as pegadas que indicam o entendimento definitivo das formas de organização da produção passadas e a trilha de volta que as leva a organização contemporânea capitalista. É neste processo que encontrará certas categorias centrais até então na constituição humana, como a *luta de classes*, e categorias particulares, ou específicas – justamente pelo seu papel vital – do modo de produção capitalista, como o *mais-valor*. Diferentemente de toda a econômica política, assim como já havia feito com a ontologia e filosofia de até então. Isto é, ao formular as categorias econômicas definidoras desta forma de produção, obviamente lançando mão da *Aufhebung*, Marx estabelecerá um novo paradigma de análise da realidade social, tendo em visto os imperativos, que são aplicados, por que assim o são, a compreensão da lógica econômica fundante desta forma de sociabilidade. Exemplo, desta definição de um novo paradigma, que se fundamenta, apropria e aprimora as formulações existem até àquele momento, está em,

Os economistas exprimem as relações de produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas. Proudhon, que tem diante de si essas categorias já formadas, quer explicar o ato de formação, a geração dessas categorias, princípios, leis e pensamentos (MARX, 2007, p.96).

Onde, para além de constatar a *a-historicidade* e naturalização de questões *não-naturais*, de forma velada ou intencional, rebaixada ou simplesmente impossibilitada, da economia política burguesa e clássica, constata também a ineficiência de teorizadores que se colocam ao lado do socialismo, como Proudhon, em constatar a gênese mutável, histórica e fundamentalmente ontológica das categorias econômicas, e de sua determinabilidade em todo o processo de vida e de organização dos homens. Assim, Marx funda um novo paradigma no processo de análise da realidade, que se espalha e contamina por todos os âmbitos do conhecimento teórico-científico da realidade social, uma

vez, sua multiplicidade analítica e recusa de segmentação aos moldes catedráticos. Diante deste novo paradigma, temos como exemplo o seguinte parágrafo de Marx, onde as questões abordadas até aqui aparecerão,

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este facto, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção e de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente não apagados, continuam a subsistir nela, se enriqueceram de toda a sua significação. A anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior, quando essa forma superior é já conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc. Mas nunca à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e veem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa (MARX, 1973, p.234).

De forma que, conforme já demonstramos anteriormente, o processo de sistematização de categorias, espelhadas como se dão, na própria realidade social e visando a ela reproduzir como conhecimento científico, seguem obviamente as determinações postas pelo objeto, de modo que, as categorias gerais e econômicas que expressam a forma de vida burguesa, o movimento e organização de sua sociedade correspondente, são capazes, justamente por sua maior complexidade, vinculada a complexidade de mediações destas relações sociais, de possibilitar, o entendimento do desenvolvimento do humano progresso, oferecendo as nuances constitutivas deste movimento, justamente por conterem os germes desenvolvidos e alterados que marcaram as formas de organização social anteriores<sup>80</sup>, que reverberam na atual, que se modificaram, que se extinguíram, mas que objetivamente são as bases genéticas, formadoras do modo de produção capitalista.

O salto paradigmático de Marx avança no sentido de demonstrar essa historicidade das categorias expressivas do modo de produção capitalista, no entendimento de seu desenvolvimento e transformação histórica, de modo que, as relações sociais de produção burguesas não são como o queriam demonstrar os economistas clássicos e burgueses, naturais, definitivas, universalmente estabelecidas, trans-históricas, perfeitas e inabaláveis, mas na verdade, são relações de produção cuja gênese de constituição deriva de relações sociais progressas, de suas transformações e contradições, do movimento da luta de classes, do desenvolvimento tecnológico e do domínio do trabalho humano, logo, Marx coloca em derrisão, justamente por sua superioridade analítica, toda a tradição filosófica

---

<sup>80</sup> Entretanto, não deixaria de ser menos verdadeiro que as categorias simples são a expressão de relações em que o concreto ainda não desenvolvido pôde realizar-se sem ter ainda dado origem à relação ou conexão mais complexa que encontra a sua expressão mental na categoria mais concreta; enquanto que o concreto mais desenvolvido deixa subsistir essa mesma categoria como uma relação subordinada” (MARX, 1973, p.230-231).

e econômica existente até então, não negando sua importância e construção, mas qualificando-a de forma paradigmaticamente revolucionária.

## 2.4 IMPERATIVOS METODOLÓGICOS

Para reforçar a tese de inauguração de um novo paradigma no conhecimento e na ciência por parte de Marx, - vinculados mesmo a adoção de um perspectiva explícita atendendo os anseios e ações da classe, que por conta de sua condição de existência e sobrevivência, carrega a munição necessária, mesmo que efetivados ou não, para exercer o processo de autoemancipação, via revolução, da sociabilidade pautada na organização da produção cindida em classes e de seus respectivos quadrantes orientadores, vinculados todos a extração de *mais-valor* visando a revalorização do capital capaz de financiar e perpetuar a atual produção de mercadoria de forma exponencialmente mais lucrativa - , é necessário que apresentemos, mesmo que torne o texto e os objetivos deste maçantes, aquilo que entendemos, com o auxílio mesmo dos diversos comentadores, e fundamentalmente presente na obra fundadora, como os imperativo centrais, inevitáveis e essenciais que orientam os caminhos adotados por Marx e o resultado do processo de conhecimento por ele elaborado. Assim, partamos a aproximação da historicidade (já mencionada, mas agora aprofundada na pena de Marx), da totalidade, da mediação e da contradição, compreendidos por nós como imperativos metodológicos essenciais.

Assim, para compreendermos o imperativo da historicidade é necessário que nos aproximemos da utilização feita por Marx em seu processo de apreensão da realidade social. Diante disto, faz-se mandatório que partamos de sua elucidação do surgimento e desenvolvimento do ser social, enquanto sujeito ativo construtor de história. Deste modo, vale recuperamos os *atos históricos* fundantes do ser social, sua relação direta com trabalho e com os processos de transformação da natureza como resposta a necessidades primitivas e sua exuberante complexificação até os atuais dias.

De maneira simplificada, Marx apontará que o ser social começa a formar-se enquanto tal na medida que encontra processos minimamente lógicos e ordenados para atender suas necessidades vitais mais diretas. Assim, o ser social ainda em formação (entre o estado animal e o estado social), parte de necessidades primárias vitais que de algum modo necessitam de correspondência para além da sorte e aleatoriedade do meio natural. Deste modo, a partir do momento que este ser em formação, esse sujeito que para responder suas necessidades primárias burla alguma barreira mínima dos

processos naturais e dados, inicia-se a faísca necessária para sua formação e consolidação posterior enquanto ser social dotado da capacidade de trabalho.

O recurso a transformação da natureza, mesmo que de forma primitiva e calcada na pouquíssima cognição lúcida da ação transformadora, marca o início do processo de trabalho e dos atos históricos constituidores. Como exemplo, podemos apresentar diversas situações, como a transformação de um tronco oco de madeira em cumbuca para coleta de água, uso de minerais pontiagudos como objeto cortante, argila sobre a pele para a proteção do contato de insetos, ou diversos outros exemplos de atividades primitivas de transformação, de traspassamento das barreiras naturais, de modo que, elementos naturais são transformados, ganham função não-natural visando atender a uma necessidade primária específica. Marx e Engels, exemplificam tal momento como:

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX, ENGELS, 2009, p.40-41).

Deste atendimento da necessidade inicial, ainda primitivamente lúcida, formando mesmo as capacidades cognitivas, derivarão necessidades secundárias. Isto é, do atendimento da necessidade primária há a manipulação da natureza de modo que altere o sentido próprio do elemento natural adaptando-o a um novo sentido não-natural, tal qual um pedaço de mineral pontiagudo, que por processos sistemáticos de erosão soltou-se de um rocha maior, caindo em repouso em determinado solo, mas que, pela necessidades de corte de um animal ou ainda para lascas outras rochas encontradas pelo ser social em formação, transforma-se em uma cunha, uma arma ou até em objeto produtor de som, ganhando função e sentido completamente diferente de seu estado natural pré-manipulação do sujeito em formação, tornando-se uma ferramenta, um instrumento. Assim, deste processo inicial, onde adquire um grau mínimo, mas gigantesco perto do estado animal, de conhecimento acerca das possibilidades de utilização desta nova ‘ferramenta’, este ser social em formação começa a produzir novas necessidades, e tais necessidades dão andamento nos atos históricos que o fundarão, uma vez que, complexificarão em larga medida o grau da manipulação da natureza e de superação de suas barreiras.

Diante disto, “[...] a própria primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação conduz a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico” (MARX, ENGELS, 2009, p.41-42). De outro modo, da própria necessidade natural e do sucesso das inúmeras tentativas, mesmo que pouquíssimo conscientes, e aqui falamos de milhares ou até milhões de anos (se expandirmos tal formação para

além do homo sapiens e irmos ao homo erectus por exemplo<sup>81</sup>), surgirão novas necessidades. Logo, o ser que existia em estado natural, de acordo com a aleatoriedade da natureza, passa a manipulá-la em alguma medida ao seu favor, complexifica-se, transformando não só a natureza manipulada, mas a si mesmo, na medida que vai conhecendo, estabelecendo meios, formando ferramental que o auxilie neste processo. Assim, nunca é demais recuperar a clássica máxima de que *o ser social ao transformar a natureza, transforma também a si mesmo*.

Neste processo de manipulação minimamente consciente da natureza visando atender necessidades primárias e secundárias, em que aquele ser em estado antes animal passa a cada momento a um estado social, dá-se também uma alteração nas relações que tais seres estabelecerão entre si. O estamento social se estabelece para além das barreiras naturais, das pulsões animais de procriação, da formação de bandos em cavernas à relações em agrupamentos maiores, cujas relações estreitas são ampliadas, de modo que, na medida mesmo que aquele sujeito isolado ou pertencente ao seu núcleo de procriação, passa por conta das necessidades primárias, a manipular a natureza em sentido de transformá-la, e deste processo inicial formula novas necessidades e soluções para tais, complexifica a si mesmo, ao mesmo tempo que estabelece relações potencialmente complexificadas com a própria natureza e com seus pares, de modo que, amplia não só o seu domínio, mesmo que primitivo sob a natureza, mas adquire finalmente funções e necessidades sociais que vão além das pulsões de agrupamento animal. Engels e Marx apontarão que,

[...] os homens que, dia a dia, renovam a sua própria vida começam a fazer outros homens, a reproduzir-se – a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a *família*. Essa família, que à princípio é a única relação social, torna-se mais tarde, quando o aumento das necessidades cria novas relações sociais e o aumento do número de homens cria novas necessidades [...] (MARX, ENGELS, 2009, p.42)

Desta forma, e partindo destes atos históricos fundadores, estão dadas as bases para a formação e consolidação do ser social, tal processo potencialmente, marca a fundação da história social, das capacidades por conta de processos milenares, de que sujeitos primitivos, de um determinado grupamento, evoluam no sentido de alterar a história natural, de modificar a natureza e

---

<sup>81</sup> Diamond (2019) em seu problemático e determinista, mas ao mesmo tempo interessante, *Armas, germes e aço* aponta no primeiro capítulo algumas semelhanças transicionais entre o homo sapiens e homo erectus indicando a derivação do primeiro ao segundo, mas ressaltando que apesar disso, “[...] O *homo erectus* era mais que um macaco, mas muito menos que um humano moderno” (p.36). De toda forma, mas em diferentes graus, os erectus, os neandertais e os cro-magnon, executam algumas funções de manipulação da natureza. Os neandertais por exemplo já enterravam seus mortos, os cro-magnon manipulavam tipos de armas e realizavam trabalhos artísticos, enquanto os erectus manipulavam alguns pequenos e simples artefatos pouco ou nada transformados de seu estado natural. Homo erectus mais antigos datam de até 1,8 milhões de anos na Europa, neandertais mais antigos datam de até 130.000 a 400.000 anos na Europa e Ásia, e os cro-magnon datam de no mais tardar 50.000 anos na Europa. Já os sapiens mais antigos datam de até 300.000 anos na África. Vale ressaltar ainda que os cro-magnon eram a ramificação europeia dos homo sapiens, seu grau de desenvolvimento já era tão superior que por volta de 40.000 atrás “[...] os modernos Cro-magnon de alguma forma usaram sua superioridade tecnológica, assim como suas habilidades para a linguagem e seu cérebro, para infectar, matar ou deslocar os homens de Neanderthal, deixando para trás pouca ou nenhuma prova de hibridização entre os dois” (p.41).



suas propriedades, de adaptá-las a suas feições, visando atender suas necessidades primárias básicas e vitais, criando necessidades secundárias que o vão humanizando e complexificando as relações que estabelecem entre os seus pares, tornando-se um ser efetivamente social, que constrói a história por suas feições sociais cooperativas e organizativas. Deste modo, a passagem do animal com meras pulsões biológicas ao estamento social é marcada por uma dupla relação,

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos em que circunstâncias for e não importe de que modo e com que fim (MARX, ENGELS, 2009, p.42-43).

Vale ressaltar, porém, que apesar desta dupla relação, Marx é incontestemente em afirmar que, há considerável diferença entre o ser animal e o ser social, entre o estado selvagem e o estado humano, na medida que, “[...] o animal produz apenas sob domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, [...] o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira [...]” (MARX, 2010, p.85). Há assim, uma diferença qualitativa essencial na forma de relacionamento com a natureza, de manipulação da mesma de acordo com as feições desejadas e da superação do atendimento único e exclusivo das pulsões biológicas.

Chegado até aqui, podemos compreender os atos históricos fundantes do ser social, como parte e derivados do intercâmbio que o homem passa a estabelecer com a natureza, isto é, o trabalho. Na medida que consideramos que o homem é um ser natural (que se torna social) e sua relação com a natureza é imanente ao seu processo de existência. Assim, trabalho é a mediação entre o natural e o social, é o elo de unificação entre os dois momentos, ao mesmo tempo que é o salto qualitativo entre tais momentos. Deste modo, a manipulação da natureza visando transformá-la para além de seu estado natural, como processo de trabalho é justamente o que distinguirá este ser social dos outros seres animais em existência. Temos de levar em conta então que, por mais que o ser social, o *homem humanizado* não se reduza simplesmente a manipulação transformadora da natureza, para Marx este processo é um marco histórico essencial e determinante do ser social e de suas formas de vida posteriores. Assim, não é possível compreendê-lo em suas relações mais modernas desconsiderando o papel determinante do trabalho no processo de autotransformação do ser social, de construção de sua sociabilidade, tendo em vista mesmo que tal intercâmbio com a natureza aparece como elemento insuprimível do ser social.

Dito isto, avancemos nos desdobramentos da complexificação das relações entre os homens na medida que o processo de trabalho se desenvolve. É necessário, por em relevo que as relações que tais seres passam a assumir superam a lógica biológica, e ganham o status social na medida em que, as necessidades complexificadas são atendidas não mais pela manipulação solitária e dissociada da

natureza, mas pela transformação em conjunto, organizada da mesma. Os homens, aqueles seres primitivos que se agrupavam em cavernas, passam a exercer atividades ordenadas de transformação da natureza, o processo de trabalho torna-se um processo social, que complexificado pode ser distribuído entre os sujeitos sociais nas mais diversas formas, visando produzir instrumentos, alimentos, meios, conforto e etc., de forma coletivizada.

Há assim, um germe da divisão das atividades de trabalho nos mais profusos critérios, em que há a complexificação das relações sociais de produção dos meios de atendimento as necessidades (primárias e secundárias) do grupo. Com o desenvolvimento de tal processo, chega-se em certo momento da autoconstruída história humana em que a cisão das atividades vai muito além da manipulação primitiva separada em critérios sexuais ou etários, alcançando diferenciações inclusive no âmbito do planejamento do processo de trabalho enquanto tal e da execução do mesmo. Da inicial concepção do processo de trabalho constituído pela necessidade – ideiação prévia da ação a ser realizada – realização do trabalho – e em caso de sucesso, atendimento da necessidade realizada por um único sujeito, chega-se à execução social de tal processo, onde determinados indivíduos concebem a prévia ideiação e outras a executam. Obviamente, há um desenvolvimento temporal gigantesco até tal cisão, sociedades com algum grau de complexificação já estão se formando neste momento. Desta forma, Marx e Engels (2009, p.45) apontam que, “A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual [*geistigen*]. A partir deste momento, a consciência *pode* realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente [...]”.

Deste período, que avança da divisão simples, primitiva de tarefas, nas já diversas identificações conhecidas, até a divisão do processo de trabalho entre projeção e execução temos um grau de complexificação das relações sociais admirável, da produção simples e dissociada à produção social associada até a produção social diversificada entre projetores e executores há um longo caminho de desenvolvimento do ser social, que a partir deste momento passa a ser marcado por um forma de divisão do trabalho específica, que dará a tônica das formas de organização social posteriores e na apropriação do produto social do trabalho coletivizado. Assim, “Com a divisão do trabalho, [...] está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade [...]” (MARX, ENGELS, 2009, p.46-47).

Desta maneira, em prospecto temos um cordel de desenvolvimento do ser social que culmina numa determinada divisão do trabalho e de organização social subsequente, que deriva daquela necessidade primária atendida por um tipo rudimentar de transformação da natureza para além de

seus estado natural, seguido pela formação de novas necessidades, que exigirão formas mais avançadas ou menos primitivas de atendimento, que alcançaram em determinado momento um estatuto que supera os anseios biológicos animais simplesmente, marcando assim a complexificação do ser em formação como ser social, que transforma a si mesmo e a seus pares ao relacionar-se de forma manipulativa com a natureza, criando para si funções sociais complexas tais como os agrupamentos de indivíduos, a linguagem, a arte, o amor, etc., chegando até as formas mais diversificadas de divisão do trabalho, que em determinado momentos vão para além da execução cooperativa e assumem formas de divisão interna ao processo de trabalho e seus momentos de ideação e ação, alcançando assim em determinado momento, possibilidade de produção de elementos excedentes, o que possibilitará a libertação da consciência para outras *práxis*, para a diversificação quase infinita das potencialidades do ser social, em superação as barreiras naturais.

Deste modo então, o imperativo da historicidade aparece como essencial no processo de compreensão da realidade social, tendo em vista mesmo os *atos históricos* que fundam o ser social, associados ao seu processo de trabalho, enquanto imanente relação orgânica com a natureza e complexificada por relações sociais diversas. Desta forma, o ser social apesar de se autotransformar neste processo, qualifica-se como tal, se compreendermos sua transformação como transformação social, vinculada as formas de relacionamento que estabelece com a natureza e com seus pares. A compreensão da história dos homens, da história para além das barreiras naturais deve levar em conta o produto histórico social coletivo, isto é, o saldo legado das relações estabelecidas entre os homens no processo de transformação da natureza. A história, por mais que feita por indivíduos, não é feita por indivíduos dissociados, mas por sujeitos sociais determinados por relações históricas específicas correspondentes ao grau de complexificação de tais relações e ao domínio ou agressividade das barreiras naturais casuais. Diante disto, afirma Marx que,

Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas (MARX, 2017, p.18).

Sendo assim, o imperativo da historicidade marca a desnaturalização da história humana, justamente porque compreende o processo de formação de desenvolvimento humano como um processo de formação de seres sociais em relacionamento, vinculado a órbita das relações de transformação da natureza visando atender necessidades naturais e sociais complexificadas, através do processo de trabalho e de sua organização específica. Assim, lançar mão da historicidade é partir de um ponto de compreensão da realidade social que não padece de fábulas neutralizantes, naturalizantes, idílicas ou teológicas a respeito da história humana e dos marcos progressos de sua

formação. Marx é enfático, principalmente em sua crítica aos idealistas alemães e a economia política clássica. Mostra, seu desacordo com tais concepções nas seguintes passagens,

Dizendo que as relações atuais, as relações da produção burguesa, são naturais, os economistas querem dizer com isso que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, houve história, mas não haverá mais (MARX, 2007, p.110).

Ao contrário da visão idealista da história, não tem de procurar em todos os períodos uma categoria, pois permanece constantemente no *solo* histórico; não explica a práxis a partir da ideia, explica as formações das ideias [*ideenformationen*] a partir da práxis material e chega, em consequência disso, ao resultado de que todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos não pela crítica espiritual, pela dissolução na “Consciência de Si” ou pela transformação em “fantasmas, “espectros”, “visões etc., mas apenas pela subversão [*Umturz*] prática das relações sociais reais de que derivam esse fantasia idealista – a força motora da história, também da religião, da filosofia e de toda as demais teorias, não é a crítica, mas sim a revolução (MARX, ENGELS, 2009, p.58).

Na primeira passagem, aponta a prática comum ainda repetida e talvez até super reforçada, de eternização, naturalização ou quando não, paralisação da história em certo ponto, por muitos dos ideólogos da burguesia. Podemos lembrar as “*robinsonadas*” cometidas pela economia política clássica expostas pelo próprio Marx, que tentam dissociar o desenvolvimento dos sujeitos de sua feição social, eternizada no livro de Defoe ou em *o naufrago* de nossos tempos, o filme hollywoodiano homônimo, em que o Crusoé moderno se salva justamente por seguir à risca suas práticas alienadas do trabalho coletivo capitalista, isto é, aquilo que aprendeu se relacionando com os homens e com a natureza. Ou ainda na famosa tese do *fim da história* de Fukuyama, onde o modo de produção capitalista aparece como ponto mais alto e insuperável da história humana. Ou ainda em produções literárias ou audiovisuais em que personagens de outro tempo histórico e organização produtiva diferente apresentam incrivelmente as mesmas preocupações da última hora de nossos dias, como em algumas novelas que falseiam o período colonial brasileiro. Há ainda, em grande parte da economia moderna, a aplicação da lógica de mercado mais atual a povos primitivos ou sociedade antigas, como nas explicações do dinheiro ou de produtos simples como *forma mercadoria* em tempos em que a organização social não se pautava em preceitos minimamente similares aos da atualidade capitalista.

A resposta de Marx ao caminho a se seguir para a real compreensão, porque mais próxima da realidade (justamente por levar em conta seu processo histórico de formação) vem na segunda passagem, onde esclarece aos idealistas que para o entendimento da vida dos homens e de sua organização, deve-se ter em voga as relações materiais que estes estabelecem, a forma como produzem, como realizam o intercâmbio com a natureza, porque é esta, e suas relações sociais

correspondentes que determinam as formas de consciência do homens<sup>82</sup>. De modo que, compreendendo então como os homens produzem materialmente sua vida, abrem-se as portas, justamente pela chave da historicidade, das feições espirituais dos homens, da sua consciência determinada por estas relações, e por sua capacidade social de autotransformação, ou como o mesmo cita, de *revolução*.

Nesta linha, destacamos que a realidade social, a elucidação das relações sociais se dá pelo entendimento desta enquanto construção histórica, como reflexo da historicidade do homem. Assim, tratando desta história enquanto processo de autotransformação do ser social, via intercambio com a natureza e relações entre seus pares, devendo sempre à contradição entre necessidade e liberdade, Marx demonstra, ainda na crítica ao idealismo que,

Ele não vê que o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada diretamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes o produto da indústria e da situação em que se encontra a sociedade, e precisamente no sentido de que ele é produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada um das quais, sobre o ombro da anterior, desenvolvimento sua indústria e o seu intercâmbio. Modificando a sua ordem social de acordo com necessidades diferentes (MARX, ENGELS, 2009, p.37).

Diante disto tudo, constata claramente que a história dos homens, a realidade social não está dada ou paralisada, mas é fruto mesmo das ações destes nesta realidade, derivam das relações que estabelecem entre si e a natureza, de modo que, as passagens de uma forma de organização social a outra são passagem majoritariamente conduzidas pelas ações dos homens, pelo seu desenvolvimento enquanto ser social em determinadas formas de organização do trabalho. Assim, pensar, como faz Marx em superação da ordem capitalista, por meio do imperativo da historicidade é ter em mente o papel autotransformador do ser social, das relações materiais que estabelece e as finalidades que elenca. Deste modo, para a efetivação das potencialidades transformadoras do homem, para a realização da finalidade ontológica e das potencialidades de classe rompedoras com a organização capitalista das relações sociais (rompimento que foi feito também a antigas formas de organização social), faz-se necessário certo desenvolvimento das condições materiais para tal efetivação, tornando a contradição necessidade e liberdade sanável, isto é, historicamente possível. Assim e para concluir este tópico, ‘A ‘libertação’ é um ato histórico, não um ato do pensamento, e é efetuada por relações históricas, pelo [nível] da indústria, do com[ércio], da [agri]cultura, do inter[câmbio] [...]’ (MARX, ENGELS, 2009, p.35-36).

---

<sup>82</sup> E é nesta esteira que, ‘A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem os homens’ (MARX, ENGELS, 2009, p.44).

Apresentado o imperativo da historicidade tal qual se dá no processo de apreensão da realidade em Marx, passemos a outro imperativo metodológico presente na forma de apreensão da realidade social. Lembramos obviamente, que tais imperativos são complementares entre si, não podem ser dissociados, nem compreendidos com efeito de *apriori* ou mera replicabilidade nas tentativas de entendimento da organização e da vida dos homens. Salientamos tal aspecto, justamente pelo caráter do imperativo metodológico que trataremos em questão. Conforme abordamos até aqui, o padrão de conhecimento, o paradigma inaugurado por Marx, é composto por uma série de elementos, de preceitos e de imperativos que não devem, não podem, e não serão compreendidos em dinamicidade própria se tomados em separado, classificados, conceitualizados. Entendemo-los como categorias em movimento, determinadas pelas condições do processo real de reprodução dos homens (levando em conta as relações entre si e a natureza), categorias estas, que em movimento, para que compreendidas minimamente próximas de sua manifestação *verdadeira* devem ser tomadas como interligações, conexões, como *complexos* formadores da complexa realidade social. Assim e após este pequeno resgate, partamos ao imperativo da totalidade, justamente pelo caráter que este assume.

Em primeiro aspecto, devemos levar em conta que a realidade social é uma totalidade, na medida em que é composta por '*microrealidades*', por partes, por movimentos próprios, que em seu conjunto a conformam. Tal conformação, obviamente não se manifesta como a mera soma de situações, como mera operação matemática. A realidade social, parece-se mais com um quebra-cabeça, mas não convencional com imagens estáticas, mas um quebra-cabeça complexo, com imagens em movimentos, com diferentes peças, com diferentes encaixes, com possibilidades de fraturas e adições. Este quebra-cabeça em movimento, a realidade social em sua dinamicidade é composta então, por peças dotadas também de complexidade, com sentido próprio, mas que só ganham vida, movimento, só podem ser compreendidas em seu real lugar e fluxo quando interligadas a outras peças que a rodeiam e formam a imagem dinâmica em seu todo. Assim, a realidade social é o conjunto deste nosso quebra-cabeça complexo, formado por imagens em movimento e em constante processo de montagem e desmontagem, a imagem mostrada pelo encaixe das peças está sempre em transformação, alteram-se as peças, altera-se também o conjunto formado.

Deste modo, compreender a realidade social como totalidade, implica conceber que, pode-se até isolar e dissociar situações ou peças, assim como fazemos no processo de abstração, porém, para uma apreensão mais profunda, nas entranhas, ou mais real, não se pode apenas analisar uma situação dissociada das peças que a rodeiam e do quadro geral que conformam. Pode-se olhar o horizonte do topo da montanha, ou de um dos pontos da trilha que levam ao pico, mas é claro, lógico, que a visão do topo será sempre mais completa, mais dotada de elementos que a visão em menores altitudes. Assim, Tonet aponta que, 'Totalidade, portanto, como princípio metodológico, significa que nada

pode ser compreendido de modo isolado” (2013, p.116). Netto afirma em mesmo sentido que, “Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma *totalidade dinâmica* – seu movimento resulta do caráter *contraditório* de *todas* as totalidades que compõe a totalidade inclusiva e macroscópica” (2011, p.57). E Pontes na mesma esteira dirá que, “A totalidade é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua, possuem um imanente movimento” (PONTES, 1995, p.81).

Marx ao tratar da questão da totalidade, obviamente a compreende como uma abstração filosófica, como uma possibilidade do conhecimento, limitada pelas barreiras intrínsecas ao processo de abstração, ao tempo de vida dos sujeitos do conhecimento e definitivamente a própria mobilidade e locomoção da totalidade a que se debruça, a realidade social. De todo modo, deixa claro que apesar da totalidade aparecer como uma abstração possível no processo de conhecimento e apreensão da realidade, a totalidade, as peças, as situações, os complexos que formam a complexa realidade social em seu todo, não são apenas abstrações, ou ajuntamento de categorias abstratas, a totalidade social corresponde ao movimento histórico, social, ontológico, a dinâmica das relações estabelecidas entre os homens e a natureza. Deste modo, *a totalidade no processo de conhecimento* é um ajuntamento de abstrações e categorias, porém tais são extraídas, decodificadas do movimento do real, são formulações derivadas da realidade social, correspondem a ela, e assumem a feição de categorias no processo de conhecimento justamente porque reconhecem que sua base determinativa, a vida real, o concreto, está em movimento, em permanente transformação pelas capacidades humanas imanes derivadas da mediação central com a natureza e com suas potencialidades sociais. De outro modo, a realidade social existe, é feita pela junção das ações dos homens e das intempéries da natureza, de todo modo independe do conhecimento dos homens maior ou menor a respeito dela. Ou de outra forma, a totalidade existe, está em processo de transformação constante, captá-la minimamente no pensamento, torná-la composta por categorias vivas, móveis na forma de conhecimento é parte do processo empreendido por Marx.

Sendo assim, não encontraremos em Marx uma definição direta, uma referência específica acerca da totalidade enquanto categoria filosófica abstrata definitiva. Mas pelo contrário, em Marx existem diversas demonstrações da lógica da realidade social enquanto totalidade no seu procedimento de conhecimento, sistematização e exposição do movimento desta realidade. Exemplo mais famoso de exposição da totalidade social no modo de produção capitalista é *O Capital*<sup>83</sup>, onde

---

<sup>83</sup> Ademais, no *Capital*, Marx expressa formulações que resumem o problema como um todo, as quais evidenciam como a dialética de universal e particular seja a mais exata determinação do problema através precisamente desta mesma dialética, do reflexo em forma lógica de um fato fundamental: o de que o ser é um processo, o da natureza histórica do ser de qualquer formação econômica e, portanto, também do capitalismo. A extinção da dialética à qual nos referimos é, ao mesmo tempo, a extinção da concepção histórica. No *Capital*, Marx dá a este problema formulações que indicam, de

por meio de abstrações categorizadas menos complexas relacionadas com outras categorias abstraídas mais complexas, Marx vai montando o dinâmico quebra-cabeça que expõe o processo de funcionamento, de ordenamento do modo de produção capitalista em sua generalidade, não partindo de elementos ou elocubrações apriorísticas, mas resgatando internamente as medições e contradições do movimento da realidade social capitalista, de sua totalidade para formar um conhecimento racionalizável desta realidade, deste objeto concreto.

Exemplo, pode ser demonstrado no entendimento que faz Marx do direito, da política e do Estado. Este apesar de compreender que tais são fenômenos próprios e com ordenamentos singulares, não podem, para sua efetiva compreensão, serem tomados separadamente de outros momentos da vida social se se deseja entendê-los em seu movimento e mediação real e objetiva. Assim, sempre fará questão de apontar que, “[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]” (MARX, 2008, p.47). Isto é, para compreender a totalidade das relações jurídicas que regem a sociabilidade capitalista, não se pode tomá-las em separado das formas de organização da produção que comandam tal sociabilidade, tendo em vista o prospecto de *determinabilidade* entre relações econômicas e relações políticas ou jurídicas. As segundas, expressam-se de acordo com os movimentos das primeiras. Demonstração simples, ainda que em texto de juventude, a seguir,

Qual é, então, o poder do Estado político sobre a propriedade privada? O *próprio poder da propriedade privada*, sua essência trazida à existência. O que resta ao Estado político, em oposição a essa essência? A *ilusão* de que ele determina, onde ele é determinado. Ele rompe, é verdade, a *vontade da família e da sociedade*, mas apenas para dar existência à *vontade da propriedade privada* [...] para reconhecer essa existência com a suprema existência do Estado político [...]” (MARX, 2010, p.116).

Ou ainda, quando aponta que, “Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, [...], ou na vida privada [...], ou na ineficiência da administração, que depende dele [...]”, porque, “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade de administração, [...] sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição” (MARX, 1995, n.p). Uma vez que, se não observar a determinação estrutural entre relações sociais de produção, Estado e política, não se compreende totalmente, ou de forma minimamente próxima de sua realidade fundamental, quais as mediações que os imbricam, quais os nuances os conformam e qual o lugar de suas peças no dinâmico quebra-cabeça da totalidade social.

---

uma maneira evidente, isto é, sobre a base de relações concretas e de tendências econômicas de desenvolvimento, o justo caminho nesta questão de metodologia”. (LUKÁCS, 1978, p.85).



Neste caminho, Marx é enfático ao dizer que, “Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 2008, p.47). Isto é, a totalidade social, movimento desde sua raiz da realidade social e da vida dos homens, deve por exemplo, sempre associar suas peças componentes com outras peças tais que carregam as determinações econômicas. Obviamente, podem ser compreendidas sem estas, e carregam um sentido próprio sem estas determinações, e não devem todas as mediações e movimento as estas, mas em alguma medida precisam estar associadas às determinações econômicas, às relações sociais de produção para que compreendidas em sua totalidade própria e inseridas na totalidade social carregada de seu mais *verdadeiro* sentido. Emblemática demonstração do que estamos tratando é a famosa consideração de Marx a seguir,

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p.47).

Expressar o imperativo da totalidade de acordo com o próprio movimento interno da realidade social é momento constante da obra de Marx e uma das marcas maiores de seu êxito na produção de conhecimento, no desvelamento das determinações essenciais desta. Como notamos nos demonstrativos acima, Marx sempre firmará mediações, imbricações entre categorias mais simplificadas que capta via abstração do movimento real com categorias mais complexas captadas da mesma forma, visando reconstituir o quadro de ordenamento desta totalidade social de acordo com suas nuances mais próprias. Deste modo, não podemos deixar de expor uma das passagens em que o autor trata do processo de reconstituição da totalidade social via abstração e formação de categorias. Acompanhemos o que expressa Marx,

O todo, na forma em que aparece no espírito como totalidade pensada, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático. Antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito; e tanto mais quanto a atividade do espírito for meramente especulativa, meramente teórica. Por consequência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro (MARX, 1973, p.230).

Podemos enfatizar de tal passagem que, a tentativa de reconstituição da realidade social na forma cognitiva via processo de abstração, deve sempre, levando em conta as categorias decodificadas, pautar-se basilarmente - porque só o pode ser para apropriar-se de forma minimamente próxima do real -, na própria realidade social como objeto material, real, existente. Assim, a

decodificação da realidade social na forma de categorias abstratizadas, para aproximar-se do objeto que deseja conhecer deve prezar pelo imperativo da totalidade, considerando que o próprio objeto, a realidade social, apesar de ser reconstituído em partes, em categorias, existe como totalidade, como um todo associado, determinado, interligado, de modo que, sua formatação na forma de conhecimento deve compreendê-lo como tal, como complexo total, formado de outros complexos que se relacionam e se determinam.

Marx em um dos textos em que trata ligeiramente acerca da questão do método diz, “[...] o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral” (MARX, 1973, p.27). Assim, partamos a tentativa de concretização de tal sugestão apresentado um imperativo central nesta *passagem*, a mediação. Trataremos desta em seus dois aspectos, no processo de conhecimento como interligação das categorias em movimento e como elemento real, material, existente na totalidade social, fruto e apoio para a ação dos homens nesta realidade.

Em primeira medida devemos encarar que, a partir de certo grau de manipulação humana na natureza, esta relação orgânica – o trabalho, assumirá feições em tal nível de complexidade que seu caráter torna-se de relação mediada, isto é, a manipulação grosseira, primitiva, inicial do homem com a natureza, onde este ressignifica um objeto natural aleatoriamente depositado no mundo, como um pedaço de madeira ou uma lasca de pedra, ganhará para além desta interação imediata, homem-objeto natural e sentido reestabelecido, um aspecto mediado, qual seja, em determinado momento de manipulação da natureza, a relação entre o homem e esta ganhará um terceiro elemento, isto é, o homem passa a utilizar-se de ferramentas extracorpóreas para a transformação do objeto natural em algo que não era antes, a relação vai além da ressignificação - madeira que vira cuia, e se torna de transformação - madeira vira ferramenta para a transformação de outro objeto natural visando atender as necessidades do ser social em formação. Esta primeira forma de mediação, de terceiro elemento na relação homem natureza, proveniente mesmo de uma relação anterior similar, instituiu a mediação como parte da formação humana. Deste modo, as mediações são também produtos históricos, e determinadas pela atividade do homem<sup>84</sup>.

Obviamente, tal como a relação homem e natureza assume em determinado momento uma forma mediada, via ferramentas e utensílios, o aspecto da mediação também invadirá as relações que os homens estabelecerão entre si. Deste modo, ao desenvolver-se enquanto ser social, o homem

---

<sup>84</sup> Inspira-nos Tonet com a seguinte consideração: “[...] a relação do homem com a natureza, como fica demonstrado pela análise do ato do trabalho não é uma relação imediata, mas realidade através de um conjunto de mediações. São essas mediações, tanto materiais (ex: ferramentas), quanto não materiais (ex: linguagem) que estabelecem uma dinâmica entre sujeito e objeto. Essas mediações são necessárias porque não há uma relação direta e imediata entre o fim pretendido e a realidade objetiva. A realidade tem que ser transformada para adequar-se ao objetivo almejado pelo sujeito” (TONET, 2013, p.104).

complexifica a si mesmo e as mediações matérias e não-materiais que prescindirá. As mediações não-materiais são aquelas mediações sociais, isto é, que delimitam as relações entre os homens, tais como a linguagem, o afeto, o agrupamento, etc. As mediações materiais estão envolvidas no processo concreto de relacionamento da natureza, na interação explícita com esta na materialidade do real. Tanto as mediações materiais quanto imateriais atuam em sentido de facilitar, auxiliar, tornar possível o processo de transformação da natureza imanente ao ser social. As mediações, derivam do trabalho, isto é, são fruto das transformações que homem opera na natureza e em si mesmo, ao mesmo tempo que invadem este processo na medida que as relações naturais e sociais se complexificam, complexificam-se também as mediações.

Tomando então o imperativo da historicidade, qual seja a realidade social é historicamente determinada pela atividades dos homens, e da totalidade, isto é, a realidade social é composta por uma infinidades de movimentos, complexos, momentos e intempéries que a conformam como um todo, de modo que, compreendê-la é ter em conta que sua composição é dinâmica, suas partes constituintes, suas peças apesar de carregarem sentido próprio, só o podem ser compreendidas se entendidas como formadoras de uma totalidade social móvel, transformável. Na medida que, a realidade social enquanto determinação histórica e totalidade, é composta por uma série de mediações que dão liga ao seu corpo, ao seu movimento, e são as mais diversas mediações que diferenciam em grau de complexidades os diferentes momentos da totalidade social. E que, se as mediações fossem estáticas, a realidade social em pouco se diferenciaria ao longo da história humana. Poderemos perceber que, são as mediações em seu caráter de complexidade, isto é, o nível de relacionamento entre homem e natureza, homem e seus pares, que apontarão o estágio de humanização do homem, de domínio da natureza e distanciamento do convívio selvagem. Logo, as mediações são um interessante indicativo para o processo de conhecimento da realidade social, tendo em vista que carregam pela sua existência, o nível de relacionamento humano e natural. Neste sentido, temos que

Tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem *os sistemas de mediações* (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *indiferenciada* – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso” (NETTO, 2011, p.58).

Portanto,

As mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou (PONTES, 1995, p.78).

Diante disto temos em voga que, a realidade social não é um *todo caótico*, um estratagema somatório, uma composição de situação dissociadas, mas é a articulação entre relações e mediações,

entre peças que para dotadas de sentido completo se relacionam e se determinam. A realidade é mediada de ponta a ponta, e o grau destas mediações é que dá a tônica, a pista, do estágio de organização social, das relações sociais de produção, da forma como os homens agem e pensam. Neste sentido, as mediações são reais, compõe a totalidade (de forma material e imaterial) como intermediação entre homem-natureza e homem-homem. Mas as mediações são também, ferramentas, indicativos estratégicos no processo de reconstituição do real via abstração, isto é, na construção do conhecimento através da reconstrução da realidade no pensamento, uma vez que, constroem-se categorias mais ou menos complexas, concebem-se mediações entre estas, que aparecem na forma de categorias mediadoras que dão contorno a tais categorias mediadas, que as relacionam na reconstituição da totalidade social, dando um panorama racionalizável da constituição desta realidade. Neste sentido, ‘‘Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da *razão*, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética’’ (PONTES, 1995, p.81). Deste modo, as mediações dão movimento ao processo de abstração, são a suspensão das categorias de seu nível estático à abstração pensada ao nível de movimento, categorias relacionadas em forma de totalidade, mediadas, reflexo e provenientes da realidade captadas na forma de pensamento.

Neste sentido, as mediações (materiais e imateriais) que se conformam na atividade dos homens, que dão liga a totalidade social e ao mesmo tempo são indicativos estratégicos no processo de reconstituição do real via abstração e categorização no pensamento, constituem-se como imperativo metodológico essencial para Marx, na medida que indicarão o caráter das relações sociais em sua totalidade e historicidade, ao mesmo tempo que derivam do trabalho<sup>85</sup>. O desenvolvimento do trabalho e das relações complexificadas que o rodeiam, devem e criam mediações mais potentes, mais interrelacionadas que darão o tom deste desenvolvimento humano e social. Deste modo, não se pode prescindir do trabalho e assim, das mediações sociais e naturais que dele fazem parte. Logo,

A atividade produtiva é o mediador na relação sujeito-objeto, entre o homem e a natureza. Um mediador que permite ao homem criar um modo humano de existência, assegurando que ele não recuará para o estado natural, não se dissolverá do objeto. ‘‘O homem vive da natureza’’, escreve Marx, o que significa que a natureza é seu corpo, com a qual ele deve permanecer em contínuo intercâmbio para não morrer (MESZÁROS *apud* PONTES, 1995, p80).

Assim, vejamos o uso que faz Marx da mediação no entendimento da realidade social, não porque é aplicável, mas porque constitui a dinâmica própria do real, porque indica o grau de

---

<sup>85</sup> ‘‘Neste sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelos momentos relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas’’ (PONTES, 1995, p.81).

desenvolvimento, o estágio das relações sociais estabelecidas. Se compreendemos o intrínseco relacionamento das mediações com o intercâmbio entre homem e natureza, com o trabalho, levando em conta seu aspecto material e imaterial, seu papel na constituição histórica e total que é a realidade social, não podemos conhecer esta mesma realidade social sem levar em conta o aspecto das mediações que a dão liga, que intercedem nas relações naturais e sociais estabelecidas. Desta forma, e por sua *intrinsicabilidade* em relação ao trabalho, é que Marx não ignora a faturação das mediações em seu processo de reconstituição da realidade social na forma de conhecimento. Sendo assim, afirma, sem recair em economicismo, justamente porque quando trata do tema, leva em conta a relevância, o papel de prova, de demonstração das mediações na investigação, que as determinações econômicas, isto é, as relações de produção, a reprodução da relação orgânica homem-natureza e suas relações sociais derivadas, são o indicativo mais certo, justamente porque tratam das formas de organização da vida e da sobrevivência humana, para a compreensão da realidade social enquanto objeto a ser conhecido, e para além deste objeto primário, para a compreensão do próprio ser social na dupla posição de sujeito e objeto. Assim, afirma Marx que,

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo que quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência (*Lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material (MARX, ENGELS, 2009, p.24)

Neste mesmo sentido e entendendo as mediações como chave para o conhecimento do estado das relações sociais e dos seres que as constroem é que Marx prescindirá, fará das mediações imperativo necessário em suas tentativas de reconstrução da realidade social. Ao reconhecer que a forma como os homens produzem sua vida materialmente, relacionando-se e organizando-se entre si, determinando desta maneira como agirão e pensarão, como tocarão suas vidas, como transformarão a natureza, alçará a importância das mediações nesta reconstituição, tendo em vista que estas são reais, podem ser capturadas no processo de abstração e darão o movimento essencial, por que esta é sua tônica, na tentativa de reconstrução da totalidade social como conhecimento, como pensamento racionalizável. Assim, entender o estágio das mediações, o seu grau de complexidade, seu papel de determinação nas relações estabelecidas, possibilita compreender de forma mais fiel, mais próxima dentro dos limites, como a realidade social está organizada. É desta forma, levando em conta a historicidade, a totalidade e o aspecto indicativo e em movimento das mediações que Marx conseguirá distinguir a situação das relações sociais e as determinações preponderantes desta. O grau e complexidade das mediações é indicativo das diferenciações históricas da totalidade social em construção e intervenção permanente do homem. Tal imperativo aparece no trecho seguinte, como está presente em grande parte da trajetória intelectual de Marx.

As diferentes fases do desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diferentes de propriedade; ou seja, cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX, ENGELS, 2009, p.26).

Onde, as mediações por indicarem – pela sua complexidade, o estágio das relações sociais, justamente porque pertencem as relações estabelecidas pelos homens entre si e com a natureza, são elas também históricas, porque dotadas de movimento, porque feitas, executadas pelos próprios homens, e conformam a totalidade social em transformação por este. As mediações então, corresponderão a um determinado momento de vida dos homens, seu grau de complexidade indica justamente este momento. ‘Assim, sempre que falamos de produção, é à produção num estágio determinado do desenvolvimento social que nos referimos – à produção de indivíduos vivendo em sociedade’ (MARX, 1973, p.213).

Como aponta Pontes (1995), as mediações mais complexas, mais humanas, mais distantes da barbárie, devem - porque dela derivam imanentemente, mesmo que não materiais, ao estágio da organização do trabalho. Assim, a autonomização ou não possível do homem em relação a natureza, é indicada pelo grau das mediações. O ser dos homens, deriva do trabalho e das mediações estabelecidas. Deste modo, são as condições objetivas, as relações sociais de produção, que conformarão o ser espiritual do homem, isto é, suas condições subjetivas e suas mediações não materiais. Assim, ‘Aquilo que eles são coincide, portanto, com a produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção’ (MARX, ENGELS, 2009, p.25).

Ao passarmos então pelos imperativos da historicidade, da totalidade e das mediações, que tanto são reais e objetivos, como auxiliam e são premissas para o processo de conhecimento da realidade social, devemos levar em conta um último imperativo que aqui trataremos, o da contradição. Como está em Marx, como é parte de sua trajetória intelectual e de sua exposição da dinâmica do real, o movimento próprio da totalidade social com toda sua historicidade e mediações é permeado pelo fator da contradição. Dizemos isto porque, a realidade é uma totalidade, historicamente determinada, com mediações que permeiam o trabalho e as relações sociais, mas que, como tal não se deu de forma uniforme, traçada, definida a priori ou seguindo caminho único. O atual estado das relações sociais, do trabalho, da organização da vida humana não se deu como um destino natural, como um acordo mútuo entre os sujeitos sociais ativos. A história, a vida humana é infiltrada por uma série de contradições e não há no momento indício de que estas contradições não a seguirão constituindo.

Deste modo, devemos ter em vista, como o faz Marx, que as relações estabelecidas entre os homens, que as formas escolhidas ou limitadas pela e para a transformação da natureza, pelo modo de organização da vida não são, não foram, e possivelmente não serão uma escolha unânime, uma decisão universal. Todos os movimentos humanos a partir do momento que estes se constituíram como seres sociais, como transformadores da natureza, são atravessados por contradições, por embates impostos pelos próprios homens e pelas condições e aleatoriedades da natureza. A realidade social na sua forma total, histórica e mediada é composta por uma série de contradições e são estas mesmas, que asseguram tanto seu movimento como suas possibilidades de transformação pelos sujeitos que a constroem.

Assim, aquele quebra-cabeça dinâmico e em movimento, composto por peças mediadas que é a totalidade social, não necessariamente possui um encaixe perfeito entre as peças, ou mesmo lugar definido para estas. As peças, como relações constituídas entre sujeitos sociais, podem e o são muitas vezes, peças em contradição, em movimento e em choque. As relações sociais, nos diversos estágios do desenvolvimento humano assumem contradições das mais diversas, e tais são as responsáveis pelo seu caráter de potencialidade transformada e de movimento. Assim, a totalidade social, apesar de compor um *complexo de complexos*, não é um todo estático e muito menos harmônico, a totalidade social se constitui enquanto tal, justamente porque é permeada por mediações e contradições diversas e históricas.

O atual estágio produtivo, o modo de produção capitalista, desde seu surgimento a seus instantes mais atuais elevou e eleva o patamar das contradições a um ápice histórico não antes visto. Tal patamar, apesar de ser comparado a outras formas de organização da reprodução da vida social passados não aparece à primeira vista como um patamar explícito como os regimes escravistas ou servis por exemplo, na verdade carrega como expressão massiva de sua exponencialidade justamente o seu caráter velado, aparentemente não mediado e desconexo, como elemento central que eleva as contradições do capitalismo aos mais altos topos da história humana em termos de explosividade e irracionalidade. As contradições atuais, derivadas das formas de intercâmbio com a natureza e de relacionamento entre os homens, são pelo próprio desenvolvimento destas, permeadas de contradições irresolvíveis dentro da própria organização capitalista, justamente porque, este modo de produção se baseia em contradições desumanas e incompatíveis com as mediações materiais e imateriais possíveis de estabelecimento. Marx afirma que, “[...] as formas produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição” (MARX, 1973, p.29). E alerta que,

São os sinais dos tempos, que não se deixam encobrir por mantos purpúreos ou negras sotainas. Não significam a ocorrência de milagres amanhã. Eles mostram

como as classes dominantes já começam a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação (MARX, 2017, p.18).

Mas antes ainda de demonstramos sucintamente algumas das muitas contradições expostas por Marx a partir de seu processo de conhecimento da realidade social, precisamos fazer mais algumas considerações a respeito deste imperativo metodológico. Engels em seu *anti-Duhring* aponta que, “Enquanto encaramos as coisas como inertes e inanimadas, cada um para si, uma ao lado da outra e uma depois da outra, de fato não depararemos com contradições entre elas” (ENGELS, 2015, p.151). Isto é, aqueles que concebem, que pretendem conhecer a realidade social, mas não a compreendem com uma totalidade histórica em movimento, isto é, não levam em conta as mediações que a permeiam, não a percebem como uma complexidade dotada de superfície e profundidade, caem na armadilha do velamento oferecido pelo modo de produção capitalista. Na medida mesmo, que se concebe a realidade social como um objeto desconexo, como partes que não se interligam, como um estágio natural e até final do desenvolvimento, torna -, porque não se ultrapassa a superficialidade, a aparência dessa realidade -, difícil, se não impossível (e muitas vezes deliberadamente tocado neste sentido mesmo) conhecer, aproximar-se das contradições que compõe a totalidade social capitalista. Isto é, as contradições desumanas, irracionais e não solucionáveis internamente, são historicamente diferenciadas justamente porque assumem um caráter veladamente complexo. Se se encara esta realidade capitalista como inerte, desconexa e natural, ignora-se (deliberadamente ou não) suas contradições e deste modo, não se conhece tal realidade em sua totalidade e veracidade.

De todo modo, como argumento o mesmo Engels (2015, p.151) em sequência, “[...] tudo muda completamente de figura assim que examinamos as coisas em seu movimento, em sua mudança, em sua vida, na incidência recíproca umas sobre as outras. Nesse caso, envolvemo-nos imediatamente em contradições. O próprio movimento é uma contradição [...]”. Isto é, na medida mesmo que no processo de conhecimento da realidade via reconstrução abstrata na forma de categorias, leva-se em conta imperativos metodológicos centrais como a totalidade, mas não um todo estático e disforme e sim como movimento e transformação, a historicidade como preponderante da conformação deste todo pelo homens e das mediações como termômetro da complexidade das relações sociais e de sua dinâmica, pode-se compreender as contradições para além do seu cínico velamento capitalista, transpassando a congelada superfície e atingindo a móvel e fria profundidade dos dias atuais e de suas relações sociais. Assim, conhecer a totalidade social em sua dinâmica é levar em conta o papel das contradições em sua conformação. Logo, seguimos com Engels (2015, p.152), “Portanto, a vida também é uma contradição é uma contradição presente nas próprias coisas e processo que continuamente se põem e se resolvem; e, assim que cessa a contradição, cessa a vida e instaura-se a morte”.



Diante disto, avancemos a demonstração do imperativo da contradição na exposição de Marx. Diversos são os exemplos ou situações das contradições que permeiam a forma de produção e relacionamento mais conflituoso da história humana até então, exporemos algumas simples situações a título de demonstração, desejando demarcar a contradição como um daqueles imperativos metodológicos essenciais no processo de conhecimento da realidade social empreendida por Marx. Este imperativo tanto quanto os anteriores, não é, como já expomos, um imperativo simplesmente replicável, dogmatizado, aprioristicamente definido, fruto de uma elucubração subjetiva e iluminada, mas sim, elemento constitutivo da realidade social, componente imanente das atuais relações sociais, e é na exposição de Marx desvelado, apresentado, na medida de seu tempo histórico, demonstrando a natureza contraditória e insustentável da realidade social capitalista.

Aspecto contraditório essencial e que se relaciona com o que abordamos, e um dos mais tratados por Marx ao longo de sua trajetória intelectual, vem de sua preocupação desde a *lei do furto da madeira* a até seu último texto em vida, qual seja; a tendência deste modo de produção que, apesar de possuir condições nunca antes vistas de domínio da natureza e controle da escassez, isto é, de possuir condições produtivas suficientes para suprir as necessidades humanas e libertar o ser social de suas obrigações mais selvagens e repetidas, elevando suas praticamente infinitas potencialidades, reproduz ao mesmo tempo a mais plena pobreza e escassez para grande parte dos sujeitos envolvidos no processo<sup>86</sup>. Expressão está na sua exposição da *lei geral da acumulação capitalista*, onde aponta que,

Graças ao progresso humano da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista, onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador, e não este o instrumental. Esta lei se transmuda no seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX, 2017, p.756).

Onde continua afirmando que, “Infere-se daí que, na medida em que se acumula capital, tem de piorar a situação do trabalho, suba ou desça sua remuneração” (MARX, 2017, P.757). E ainda para concluirmos que, “Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de

---

<sup>86</sup> “[...] em vossa sociedade a propriedade privada está suprimida para nove décimos de seus membros” (MARX; ENGELS, 2017, p.17). Ou em 2016 pela BBC, “A riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes. Essa é a conclusão de um estudo da organização não-governamental britânica Oxfam, baseado em dados do banco Credit Suisse relativos a outubro de 2015”, disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118\\_riqueza\\_estudo\\_oxfam\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn). Disponível também no relatório da Oxfam: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/uma-economia-para-os-99/>.

miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, constituído da classe cujo produto vira capital” (MARX, 2017, P.757).

Deste *trabalho atormentante*, desta *escravatura e degradação*, temos um outro fator contraditório basilar que se diferencia dos anteriores modos de produção pela sua dimensão e aparência. A produção no modo capitalista uniformiza-se e globaliza-se como uma produção social global, isto é, a existência de produtores individuais dissociados, voltados ao atendimento exclusivo de suas necessidades, ou que não direcionam sua produção explicitamente a produção de mercadorias é em seus raros casos uma excepcionalidade, no atual estágio das relações sociais, a produção atinge um caráter social uniformizante, que a torna toda ela direcionada a produção de mercadorias voltadas para a troca, visando a reprodução de capital. Assim, ao mesmo tempo que os sujeitos aparecem socialmente interligados, forçadamente dispostos para produzir em conjunto, em espaços conglomerados, voltados a produção de mercadorias que muitas das vezes não serão revertidas em *valores de uso* para os próprios, esta forma de organização social do trabalho os desassocia, na medida mesmo que os abstratiza e uniformiza. Desta forma, temos que, “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio” (MARX, 2010, p. 81). E para além disto, deve-se levar em conta que,

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas, Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismos para o trabalhador (MARX, 2010, p.82).

E esta produção apesar de seu aspecto social total, uniformizante e abstrato, ao mesmo tempo contém uma forma de apropriação da produção que é privada. Os sujeitos do trabalho vêm-se esvaziados porque estão desconectados do resultado material de sua produção. Na medida que se submetem, por questão de sobrevivência, a venda de sua força de trabalho aos detentores de capital, abdicam do resultado da produção, já que sua força de trabalho durante este processo não os pertence, já que não os pertence também os meios necessários para tal produção. Assim a produção social, que exige força de trabalho da maioria dos sujeitos sociais, é apropriada privadamente pelos detentores de capital e de meios de produção, constituídos eles mesmo do excedente de valor extraído do processo produtivo sob a forma de *mais-valor*. Deste modo, “O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (MARX, 2010, p. 80).

Diversas outras contradições essenciais e determinantes da organização social capitalista são expostas por Marx, temos por exemplo a exposição dos preceitos de *liberdade* no capitalismo e sua vinculação explícita com a forma propriedade privada, onde 'A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano a *propriedade privada*' (MARX,2010b, p.49). Desta forma, "[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro" (MARX,2010b, p.49). O que significa que, apesar da diferenciação clara da noção de liberdade se compararmos o regime escravista, - onde não só um determinado tempo de uso de força de trabalho pertence ao comprador, mas todo o homem, todo o ser social durante sua vida inteira ou em grande parte dela pertencem ao comprador, vinculando a existência do sujeito exclusivamente a uma ferramenta, a uma existência unicamente voltada ao processo de produção -, mas que na liberdade capitalista, os sujeitos que detém sua força de trabalho vêm-se obrigado a vendê-la, por valores de troca que não têm controle e dificilmente podem barganhar, tendo em vista o volume de sujeitos na mesma condição, a exponencial automação produtiva, expulsão de muitos do processo produtivo e a necessidade implícita de reprodução do capital que rebaixa constantemente o valor da força de trabalho ao seu mínimo, impondo-lhe a força bruta ou a força do desemprego de seus semelhantes. Assim, liberdade no modo de produção capitalista é mera relação de subordinação velada, ou se é 'livre' possuindo propriedade privada, meios de produção e capital, ou se é livre para vender sua força de trabalho, ou se é livre para padecer.

Outra das muitas contradições genéticas da organização capitalista da vida é apresentada por Marx na sua constatação do dinheiro enquanto equivalente geral e no papel místico que este assume tanto no processo de produção quanto na vida social. Marx deixa claro que; o dinheiro é uma mercadoria como qualquer outra, mas que é despida de seu valor de uso original, natural e assume o caráter de expressão do valor de troca geral e equivalente a toda e qualquer outra mercadoria facilitando o processo de troca. Porém, com o andar das relações capitalista o dinheiro na medida em que é equivalente geral, perde aos olhos da realidade capitalista sua função única e exclusiva e assume uma espécie de fetiche, de posição divina e natural em que de equivalente geral, mercadoria destituída de seu valor de uso próprio para que assuma o valor de troca geral, torna-se o objetivo total e único das relações sociais. Assim, o dinheiro perde, porque é velada pelas próprias relações sociais assumidas, seu caráter real, sua forma lógica de expressão, e assume um caráter divino, onde o processo de produção, que existe, capitalista ou não, para suprir necessidade humanas (mesmo que superficiais) assume o caráter de processo de produzir dinheiro, dinheiro que na medida que ganha aspecto simples e replicável torna-se capital. Assim, em meio, em equivalente geral de outras mercadorias, em expressão de valor, o dinheiro torna-se aparente motor do processo produtivo,

assumindo a forma capital e suprimindo a real objetivação da produção humana a partir da transformação da natureza, qual seja, atender às suas necessidades naturais e sociais. Deste modo,

O dinheiro humilha todos os deuses do homem – e o transforma em mercadoria. O dinheiro é o *valor* universal de todas as coisas, constituído em função de si mesmo. Em consequência ele despojou o mundo inteiro, tanto o mundo humano quanto a natureza, de seu valor singular e próprio (MARX,2010b, p.58).

Nesta medida, e apresentadas algumas das contradições do modo de produção capitalista presentes nas exposições de Marx, é necessário salientarmos, que apesar da constatação certa de que as atuais relações sociais de produção se calçam imanentemente em contradições não resolvíveis em seu interior, o autor como já apontamos anteriormente, não compreende estas contradições apenas em seus aspectos negativos. Como demonstramos, as contradições são o movimento do real, indicam suas possibilidades de transformação, são elas que conformam a totalidade histórica e mediada que é a realidade social objeto do conhecimento de Marx. Deste modo, as possibilidades de superar as contradições existentes são as próprias contradições, tendo em vista que, como já demonstramos nenhum movimento na história humana é uniforme, natural, dado e consenso geral, são as contradições que marcaram os pontos essenciais de transformação, onde se deslocarão as relações sociais. As contradições são as brechas, são os trilhos potenciais das transformações sociais, as contradições encerram nelas mesmas a possibilidade de sua superação. Se não se manifestassem e existissem como contradições, como o querem muitos dos ideólogos da burguesia, não indicariam as possibilidades transformadoras humanas, as possibilidades de alterações *radicais* no modo de produção, nas relações sociais. O próprio modo de produção capitalista gesta-se de contradições inexoráveis da produção e organização feudal, assim como esta gestou-se de contradições precedentes. É na brecha das contradições que a história caminha, que os homens alteram os rumos de sua vida. Deste modo, Marx entenderá que,

As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo (MARX, 2008, p.48).

Assim, para Marx, as contradições apontam os problemas a serem resolvidos, e como na organização capitalista estas são imanentes, não passíveis de resolução interior, ou de reformas como muitos ainda ingenuamente acreditam, carregam em seu germe, a possibilidades real e histórica de condução a transformações sociais profundas, radicais. Desta forma, e como possibilidade real, justamente por constituir a realidade social, por ser parte de sua dinâmica que, “[...] o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (MARX, 2008, p.48). Ou seja, as contradições explícitas em que se assentam as atuais

relações materiais e imateriais, carregam nelas mesmas, pois há aqueles sujeitos sociais que a confrontam, os germes para sua superação<sup>87</sup>. Enquanto determinadas situações não se elevam ao estágio de contradição, tais ainda não são dotadas dos elementos materiais necessários para a sua transformação.

Deste modo, “Na realidade, e para o materialista *prático*, isto é, para o *comunista*, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar na prática as coisas que ele encontra no mundo” (MARX, ENGELS, 2009, p.36). De forma que, a nova organização social possível, como novos preceitos produtivos, com um novo domínio da natureza, com outra organização do trabalho, com formas mais humanas de existência, com uma liberdade não vinculada à propriedade, é pensado, tencionado e potencializado em sua existência nas contradições do modo de produção capitalista. Assim, “Chamamos comunismo ao movimento *real* que supera o atual estado de coisas. As condições desse movimento resultam dos pressupostos atualmente existentes” (MARX, ENGELS, 2009, p.52).

Diante de todo o exposto e para finalização de tópico proposto, vale abusarmos, apesar do exagero nesta última etapa, de mais uma das passagens de Marx, nela há a marca do papel das contradições, da sua importância, uma vez que, ao mesmo tempo marcam os *problemas*, as pedras no calcanhar das atuais relações sociais, mas que também carregam, as potencialidades de superação e transformação destas questões, e superação que vá além da mera reforma ou reparo, mas que torne-se radical, que elimine as contradições vigentes, que abra uma nova época na história humana, livre de uma das contradições mais aprofundadas até então, a contradição entre classes. Vejamos então como as contradições da organização produtiva capitalista abrem brecha para transformações sociais que a superem,

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 2008, p.47-48).

---

<sup>87</sup> “[...] as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 2008, p.48).

### 3. PARTICULARIDADE BRASILEIRA E SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo tratará especificamente do Serviço Social brasileiro, inserido na dinâmica capitalista de *entificação colonial* (CHASIN, 2000), e de sua aproximação com a teoria social de Marx. Para tal, recuperaremos a formação sócio histórica do país a partir de determinados momentos exemplificadores de suas generalidades, para tal recorreremos a autores brasileiros clássicos que em suas análises partiram justamente da influência da teoria social em questão e dos imperativos metodológicos que lhe são característicos. Em seguida efetivaremos recuperação dos momentos de *reconceituação e renovação*, do surgimento da *intenção de ruptura* (NETTO, 2011), da pretensa vitória desta corrente, da formação dos espaços representativos, das legislações e regulamentações profissionais, e do desenvolvimento da relação com a teoria social de Marx ao longo deste processo. Neste momento lançaremos mão de uma gama diversa de autores do Serviço Social, que também se advogam influenciados pela teoria social de Marx e que terão diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento da profissão e os caminhos assumidos.

Por fim, ainda neste capítulo, apresentaremos então nossa pesquisa realizada na Revista Serviço Social e Sociedade, de acordo com parâmetros metodológicos expostos anteriormente. Nesta etapa, exporemos dados quantitativos e nossas considerações a respeito. Assim, recuperado o marxismo de Marx, a trajetória do Serviço Social até o Marx e o marxismo, e a considerável produção de conhecimento da categoria desde então, acreditamos que será possível atingir, mesmo que parcialmente, nossos objetivos após a conclusão do capítulo em questão.

#### 3.1 *AURORA BURGUESA, VIA COLONIAL E REVOLUÇÃO PASSIVA: A QUE PÉ ESTÁVAMOS QUANDO AQUI SE CONSOLIDAVA O DOMÍNIO DO CAPITAL INDUSTRIAL?*

Ao tratarmos da colonização do Brasil e precisamente de seu *sentido*, nada mais justo que recuperarmos brevemente, apoiados em Caio Prado Jr., o contexto da colonização da grande América e de suas particularidades ao norte, ao centro e ao sul do extenso continente. Logo, nos termos de Prado Jr. (1942), ao norte do grande continente temos colônias de povoamento, seguindo um modelo

societal europeu, tanto em termos populacionais como organizativos, adotando obviamente o caráter mercantil, porém de pretensões autônomas, com vínculo territorial estabelecido e valorização desta extensão, construído sobre a base de genocídio, extermínio e saque das populações originárias ali localizadas. Já ao norte, e principalmente ao sul do grande continente, na particularidade brasileira, não há formação de um povoamento de pretensões autônomas, não há a fundação de uma nova sociedade mesmo que pretensamente independente, criam-se colônias produtivas, cuja base populacional majoritária era composta pelos indígenas e por negros traficados sob o regime escravo. Assim, reina, não ironicamente, a orientação mercantil total, voltada ao atendimento do mercado externo, do comércio europeu, de modo que, não há vínculo territorial entre europeus e terras ao sul, a população originária só existe enquanto força de trabalho, os ‘colonos’ são na verdade os negros escravizados, também vistos apenas como força de trabalho e humanos de segunda categoria. Diante disto,

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR, 1942, n.p).

Assim, para que não nos reste dúvidas, deve-se deixar claro que, o *sentido da colonização* da América é a expropriação de recursos dos territórios colonizados, é o desenvolvimento da empresa colonial mercantil, assumindo ao sul, principalmente no Brasil, o caráter de grande plantação produtiva de portugueses e espanhóis. Já ao norte, na nova Inglaterra (e o nome não é mera coincidência, tal como no Brasil), assumindo o caráter de novo lar dos emigrados, onde a mercantilização será colocada em marcha com padrões autônomos e formação social minimamente independente. Ambos os processos atendem aos anseios mercantis, porém sob formas e angulações diversas, e que terão desdobramentos bastante diferentes nessas formações sociais particulares. O Brasil será e ainda é sob alguns aspectos, a grande feitoria-fábrica colonial, sua população originária e seus colonos são apenas força de trabalho, o europeu é o grande organizador e empreendedor do processo, responsável pelo ordenamento de expropriação total, da terra, dos recursos e da força de trabalho, cuja exemplificação histórica e marca precisa da sociabilidade brasileira, será a escravidão. Assim, em conclusão com nosso autor,

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem

como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JR, 1942, n.p)

Dito isto, avancemos da colonização, de seu sentido geral na particularidade brasileira, para um momento histórico específico de seu desdobramento. A escolha deste momento não é corriqueira, apesar do salto histórico notável, não o fazemos por ignorar outros elementos do Brasil colônia, mas para retratar justamente a transição do padrão colonial vigente para as tentativas, mesmo que forçadas de alteração dos moldes produtivos no país, fracassados e empreendidos a custas da crise generalizada de um modelo agroexportador focado na monocultura. Assim, tratamos, apoiados em Prado Jr. (1986) do período que vai de 1850 a 1889, não atoa, nomeada pelo autor de *aurora burguesa*, isto é, de primeiras manifestações da inserção de uma burguesia como classe dominante no país, mesmo que erigida de formal totalmente diferente das ascensões clássicas europeias, de modo que, a burguesia brasileira nascerá de uma crise econômica do padrão produtivo monocultor exportador, irrompe das entranhas das elites coloniais e está atrelada hereditariamente a estas, logo, não ocorreu, como não caberia em nossa formação, nenhum tipo de processo revolucionário ou libertador de caráter burguês, nenhuma tomada de rédea da história por esses sujeitos, mas a confluência quase metamórfica entre forças dominantes coloniais que gestam e complementam as nascentes formas dominantes burguesas.

Desse quadro da *aurora burguesa* derivada não de um evidenciamento de protagonismo de classe, mas de metamorfose de parte das elites agrárias, somadas a uma conjuntura de esgotamento do modelo agroexportador escravista, com a derrota mundial da duas últimas commodities que guiaram o Brasil colonial (cana-de-açúcar e café), aliadas a pressão abolicionista externa e interna, podemos agora avançar as considerações que tratam exatamente dos desdobramentos desta *aurora*, isto é, da inserção do modo de produção capitalista em seu caráter industrial verdadeiro, evicção que se dará obviamente após a crise generalizada do café e seus desdobramentos econômicos.

Chasin (1999), autor a que deveremos as considerações abaixo, lembra-nos, apoiando-se justamente em um dos imperativos de Marx que, a determinação econômica é essencial e genética em relação a formação e desenvolvimento do Estado no modo de produção capitalista. Assim, os desdobramentos político-jurídicos no país respondem necessariamente as relações sociais e a organização produtiva empreendida no país, deste modo, aquele *sentido da colonização* e o caráter desta colonização estarão plenamente relacionadas as determinações econômicas dominantes. Logo, por mais que existam diferentes formas de Estado no capitalismo em sua generalidade, todas essas formas, inclusive a brasileira, são determinadas essencialmente pela organização econômica e a ela devem. Deste modo,



[...] a sociedade pode se apresentar mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas (CHASIN, 1999, n.p).

Feito tal reparo, vale salientar que, uma destas *formas de ser no ir sendo* capitalista é a *via prussiana*. Denominação de Marx, *via prussiana* refere-se a um processo específico de constituição do modo de produção na Alemanha, antiga Prússia pré-unificação nacional. Chasin (1999), conta-nos que a *via prussiana* é caracterizada pela congregação de atraso e progresso, onde as alterações sociais se dão *via conciliação*, *via reformismo* ‘pelo alto’, sem rompimentos e revoluções como na França e Rússia. Citará uma série de exemplos onde Marx e Engels constatarão, desde 1843, as debilidades da inserção alemã no capitalismo. Padecendo de progresso produtivo envolto em relações semi-medievais, marcado por inserção fabril débil sem legislação específica e etc. Desta forma, ‘É sempre, portanto, o caráter retardatário e conciliador do processo alemão que é ressaltado’ (CHASIN, 1999, n.p).

Em continuidade, Chasin (1999) destaca que a inserção capitalista de *via prussiana* é caracterizada por um papel específico das classes dominantes, onde a burguesia não assume papel revolucionário, não toma rédeas políticas de rompimento com as relações feudais, aposta na conciliação com as forças dominantes pré-existentes e com suas formas de organização do Estado. Assim, o desenvolvimento econômico se dá, mas acompanhando por pouquíssimas progressões no Estado, que congrega relações econômicas modernas com elementos políticos e organizativos ‘atrasados’. Para exemplificar tal questão, Seguindo Lenin, Chasin (1999) dirá que existem duas formas de transição da propriedade agrária rumo ao capitalista, a forma reformista e a forma revolucionária. Obviamente, o caminho prussiano carrega lentas e gradual transformação do latifúndio feudal em latifúndio burguês, através de processo de expropriação do campesinato. Em termos definitivos,

[...] a *via prussiana* do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora [...]. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, [...] refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos clássicos [...] (CHASIN, 1999, n.p).

Com os elementos apresentados anteriormente e com os apontamentos do autor, provisoriamente pode-se entender a inserção brasileira no capitalismo como similar à de *via prussiana*. De todo modo, e escoltando Chasin (1999), uma série de características as aproximam – *via prussiana* e ‘*via brasileira*’, o que não as identifica perfeitamente ou faz da *via prussiana* um

modelo ou tipo aplicável, como um *tipo ideal*. Assim, deve-se ter em mente que, a consideração da via prussiana tem importância teórica para entendimento da ‘via brasileira’ de inserção no capitalismo na medida que, “[...] importa-nos como particular contrastante aos casos clássicos; [...] Particular contrastante do qual se avizinha o caso brasileiro, também diverso dos casos clássicos” (CHASIN, 1999, n.p).

Deste modo, a proximidade dessas ‘vias’ se dá em termos gerais, como formas alternativas de inserção capitalista em relação aos tipos clássicos de evicção deste modo de produção – principalmente sob seu aspecto industrial, como os casos inglês e francês (pioneiros, mas diferentes), existem semelhanças nas diferenças entre o caso prussiano e o caso brasileiro. Sendo assim,

[...] tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia [...] (CHASIN, 1999, n.p).

Tais semelhanças, porém, são, como afirmamos, semelhanças nas diferenças, assim, “[...] o caminho prussiano, na totalidade concreta do processo real alemão, põe-se de modo distinto daquele em que se põe na totalidade concreta do processo real brasileiro” (CHASIN, 1999, n.p). Em síntese, a identificação entre os casos está ligada ao patamar de diferenciação com os casos clássicos, de “*singularidades distintas acolhíveis*”.

Ao analisarmos mais profundamente os processos, como faz Chasin (1999), as distinções entre as particularidades ‘irmãs’ se manifestam. Exemplo é que, se em ambos os casos a grande propriedade rural tem papel central, na Prússia a propriedade rural é de origem feudal, enquanto no Brasil origina-se da empresa colonial e das formas mercantis respectivas, derivadas justamente daquele *sentido*. Ou ainda, se em ambos os casos a expansão tecnológica industrial é retardada, na Alemanha a partir do século XIX tal atraso é recuperado, assumindo posteriormente caráter de potência imperialista na disputa pela partilha do mundo, enquanto no Brasil não há rompimento com o atraso, segue-se a subordinação aos centros do modo de produção capitalista, há rearranjo da produção, sem alteração no lugar subordinado do país na disputa global. Assim, “[...] o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio” (CHASIN, 1999, n.p). Desta forma, essas diferenças nas semelhanças servem efetivamente para; afirmar as distintas particularidades de inserção no capitalismo além das formas clássicas, que mesmo em distinção, de tipo ‘colonial’ e de tipo prussiana,

marcam-se como “[...] dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é nem se põe como o mesmo” (CHASIN, 1999, n.p).

Vale deixarmos claro que, consideramos como o faz autor consultado que a inserção no capitalismo, a entificação de uma país a tal modo de produção, está determinadamente ligada ao domínio do capital em sua forma industrial e seu espraiamento, assim, fazer necessário “[...] entender que os caminhos particulares são caminhos diversos para o “verdadeiro capitalismo”, e que este é posto pela forma do capital industrial” (CHASIN, 1999, n.p). Deste modo, as formas não clássicas de viabilização capitalista ocorridas na Prússia e no Brasil se caracterizam justamente pelas formas como o capital industrial se segmentou nesses países, de modo que, para entendê-los, “[...] há que atentar para o modo pelo qual se pôs a industrialização nos casos que nos tangem de imediato” (CHASIN, 1999, n.p).

Portanto, buscando compreender como a industrialização se põe no caso prussiano, ou alemão, Chasin (1999) recupera dados apontando que, enquanto já havia ocorrido na Inglaterra, há um século, a revolução industrial (1760 dá seu início) e o desenvolvimento da grande indústria e maquinaria nos ramos têxteis se colocavam em marcha, na Itália e na Alemanha por sua vez, apenas em 1870 ocorriam as unificações territoriais que davam a condição de país a tais regiões, propiciando assim o início das perspectivas para uma industrialização mais aprofundada. Diante disto, deve-se ter em mente que, “Considerando que são precisamente as últimas décadas do século XIX que marcam a arrancada imperialista, e que a Revolução Industrial na Inglaterra é do último quartel do século XVIII, está bem grifado o capitalismo tardio de tais países” (CHASIN, 1999, n.p).

Em 1860 a Alemanha, que completa sua unificação apenas 10 anos depois, ainda era pouquíssimo desenvolvida em termos industriais, havendo predomínio da produção agrícola, presença de sistemas corporativos e da manufatura, isto é, produção de baixa tecnologia envolvida<sup>88</sup>. Não há, deste modo, perpetração da grande indústria ou maquinária. Apenas entre 1860 a 1913 ocorre a expansão industrial alemã, segundo dados apresentados por Chasin (1999), a produção industrial

---

<sup>88</sup> Para compreensão das diferenciações definitivas entre produção de caráter industrial, isto é, grande indústria, manufatura e corporações consultar Moraes Neto (1998), que se apoia basilarmente nos capítulos XI, XII e XIII do Capital de Marx, que tratam da cooperação, da manufatura e da grande indústria, justamente para desfazer alguns erros interpretativos ainda hoje cometidos por autores renomados com grande influência no Serviço Social. Assim, Moraes Neto (1988) assevera que, na grande indústria a função do trabalhador se identifica com o monitoramento, vigia e garantia de funcionamento do trabalho morto, das máquinas automáticas. A intensificação do trabalho e a redução dos postos de trabalho já está contida na grande indústria. Enquanto na manufatura, o trabalho vivo, a força de trabalho é o principal motor do processo produtivo, assim, ainda não há um controle da produção atrelada ao ritmo das máquinas, isto é, não ocorreu ainda a superação dos limites do trabalho humano (físicos, biológicos, culturais, políticos, etc.). Na grande indústria, a produtividade está atrelada ao ritmo das máquinas e não dos trabalhadores, assim, não se exige formas de gerenciamento do trabalho como as de Ford, Taylor ou Ohno – direcionadas ao ritmo humano do trabalho, que são exemplos mais ‘modernos’ da adaptação da manufatura.

aumenta sete vezes no período, e o valor dessa produção é multiplicado por dez. Assim, a Alemanha em um período de 40 anos sai de uma situação semifeudal e passa a ocupar o *segundo lugar mundial entre os países industrializados*, atrás apenas do Estados Unidos. Logo, “Esta expansão industrial se viu acompanhada de uma rápida concentração econômica: a produção industrial cresceu três vezes mais rapidamente que o número de empresas” (CHASIN, 1999, n.p). O caso italiano é apresentado pelo autor como uma similaridade em menor escala do caso alemão, com processo de industrialização se iniciando apenas em 1880, dez anos após o fim da unificação, assumindo já feições grandes o suficiente para que na primeira grande guerra (1914-1918) a Itália alcance condições de buscar seu botim imperialista. O Japão, como outro exemplo citado pelo autor de entificação tardia do capitalismo industrial, apenas durante a primeira guerra tem seu processo de industrialização acelerado, ocorrendo até 1920 grande ampliação da capacidade produtiva de aço e energia elétrica do país. Deste modo, como nos diz o autor, “Seja como for, nos três casos estamos diante de objetivações capitalistas tardias - e que não são acompanhadas pelo progresso social que marca os casos clássicos, mas que atingem o estágio imperialista no alvorecer do século XX ou muito pouco depois” (CHASIN, 1999, n.p).

Temos assim que, na luta imperialista pela divisão do mundo ocorrida nas duas grandes guerras (2ª guerra ocorre entre 1939-1945), tais países, de entificação capitalista tardia e de desenvolvimento industrial recente, conseguiram colocar-se no jogo, mesmo com suas debilidades e atrasos. Alemanha, por exemplo, apesar de ter assumido o segundo lugar na produção industrial mundial ainda sofrerá com deficiência de matéria prima e com pouco campo de escoamento produtivo no mundo, apesar de capacidades produtivas presentes que a elevam a tal patamar produtivo. Assim, “[...] em 1876, enquanto a França e a Inglaterra já gozavam de suas imensas possessões, o campo colonial alemão era quase inexistente”, acarretando que, “[...] enquanto em 1913 a Inglaterra dirigia 40% de suas exportações para suas possessões, a Alemanha só encaminhava a suas colônias mais evoluídas menos de 0,5% das suas [...]” (CHASIN, 1999, n.p).

Desta forma, a tardia industrialização alemã, mesmo tendo atingido o estado de potência produtiva mundial, fará com que o país sofra com a falta de mercados para a saída e impulsionamento de sua produção, de modo que, fez-se mister, para a sobrevivência alemã colocar-se no jogo imperialista, apostar suas fichas na disputa de colônias e territórios aptos a fornecer-lhe não só as matérias primas não disponíveis localmente, como a comprar-lhe suas mercadorias. Diferentemente dos países de inserção e consolidação clássica de domínio do capital industrial, com lastro de desenvolvimento tecnológico produtivo longo, presença temporal maior da grande indústria e maquinária, além de incrementos técnicos e que assim, já haviam dominando e subjugado grande parte do território mundial apto a fornecer matéria prima e ser mercado consumidor, a Alemanha

(Itália, e até Japão) por conta de sua inserção tardia, mesmo alcançando grande capacidade produtiva, padecia de territórios para efetivar sua influência imperialista.

Deste modo, necessita a Alemanha de entrar em disputa com as forças clássicas capitalistas em buscas destes territórios, a saída imperialista alemã é a guerra, a disputa direta por colônias e zonas de influência via conquista e dominação, via tomada de tais territórios dos países de entificação clássica. Como conta-nos Chasin (1999), a saída nazista na Alemanha e a saída fascista (em menores proporções) na Itália são expressões político-ideológicas de uma necessidade capitalista destes países de inserção imperialista nos mercados mundiais, visando recuperar através da força, o atraso histórico a que padeceram por conta de sua consolidação tardia e de sua demora na efetivação da grande indústria como padrão produtivo dominante. Assim, fascismo e nazismo, enquanto atraso político-ideológico, e obviamente humanitário, servem e se condensam como estratégia de expansão capitalista destes países de caráter tardio, que tentam, via força e desagregação, lutar pela dominação imperialista com as ascendências de inserção clássica. Logo, faz-se necessário, “[...] compreender o fascismo enquanto totalidade. Não apenas, portanto, no raquitismo de uma abstração politológica, ou numa também abstrata lei geral economicista” (CHASIN, 1999, n.p). De modo que se deve enfatizar, visando cometer erros analíticos básicos que,

[...] é realmente verdadeira a conexão orgânica entre grande indústria, capital financeiro e fascismo. Mas não é verdadeira em geral, mas na particularidade do capitalismo tardio, quando casos, que assim se objetivaram, emergem, na fase imperialista, na condição de elos débeis da cadeia imperialista (CHASIN, 1999, n.p).

Enquanto nos países de via clássica, de urgência e solidificação do capital industrial, já havia captação da democracia e formação da ideia de nação como estratégias políticas e ideológicas úteis para seu projeto imperialista de dominação mundial dos mercados, o fascismo (e nazismo), como demonstra Chasin (1999), expressa-se como forma própria dos países de inserção tardia, que se adaptou como estratégia para efetivação da dominação, através da tentativa de ocupação do que já havia sido ocupado pelo países de entificação clássica, disputa que se dará por meio da guerra, e das conhecidas atrocidades ocorridas, exemplificadas justamente na segunda grande guerra.

De modo que, em síntese, a ideologia fascista se põe e mostra como uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, na particularidade, nunca é demais repetir, do capitalismo tardio, quando emerge como elo débil da cadeia imperialista (CHASIN, 1999, n.p).

Assim, no caso alemão, por exemplo, o nazismo era a estratégia burguesa própria para a disputa de territórios de influência imperialista, visando a objetivação total deste capitalismo tardio e de sua expansão, via guerra, repressão e agressão sistemática. Em termos mais claros, o nazismo fez parte das necessidades internas de expansão e manutenção do capitalismo alemão, dada suas

características de efetivação tardia e de atraso inicial do complexo industrial, da estrutura política e ideológica, que o colocaram em posição inferior aos países de consolidação clássica.

Dito isto, avancemos a particularidade do caso brasileiro, apontando, como o faz Chasin (1999) que, a *via colonial* de inserção no capitalismo (típica do Brasil), como formulação categorial própria do autor, configura-se pela ausência de um antecedente de humanismo utópico, formação do projeto ideal de cidadão e da ordenação político-jurídica democrática. Logo, não é parte de sua história pré-capitalista (do Brasil colonial e de seu *sentido*) a existência de movimentos populares profícuos atendidos e participativos nas estruturas de poder. Além disso, a burguesia, tão logo erigida numa metamorfose, ou é ela mesma a antiga classe dominante transformada ou fiel aliada dessa. Assim, as mudanças se dão pelo alto, via concessão e conciliação, completamente afastadas de alterações bruscas e menos ainda revolucionárias ou libertadoras.

Portanto, como antíteses as vias clássicas de efetivação do capitalismo na forma industrial total, tanto Brasil, como Alemanha (e Itália) não conheceram revoluções burguesas, logo, são processos tardios (ou hipertardios) de inserção do capital industrial, onde as classes dominantes realizam papéis pela metade e aliam-se ao que havia de classe dominante e estrutura política retrograda, tanto feudal como colonial. De todo modo, como nos apresentou Chasin (1999), já em 1920 tanto Alemanha como Itália haviam recuperado o tempo perdido, ao menos em capacidade produtiva e tecnológica, entrando na corrida imperialista a procura de sua fatia, o Brasil, por outro lado, estava longe, muito longe, de tal estágio.

Chasin (1999) cita dados afirmando que, ainda em 1933 (início da dominação do partido nazista na Alemanha) não havia no Brasil um parque industrial de padrão tecnológico minimamente avançado, mas apenas parque de transformação de matérias primas importadas, com pouquíssimos recursos técnicos. Se há na Alemanha e Itália um industrialização tardia, no Brasil o processo é hipertardio, e por conta disso, mera paródia dos processos citados. Diante disto, “[...] a industrialização tardia da via prussiana é o drama, enquanto a industrialização hiper-tardia da via colonial é a penosa comédia” (CHASIN, 1999, n.p). Como economia agroexportadora de caráter colonial, a partir de 1930 o Brasil começará a buscar, pois necessita, de estratégias e alternativas a tal modelo econômico, dadas as debilidades e limitações das commodities aqui produzidas até então. Com a crise do café, que gesta a *aurora burguesa* anteriormente assuntada, chega-se ao esgotamento do padrão agroexportador monocultor e dependente. Assim, para uma síntese,

É precisamente num panorama dessa ordem que principia a brotar a industrialização brasileira. Abstraindo secundárias erupções anteriores, é apenas no bojo contraditório do auge e concomitante desequilíbrio do sistema agro-exportador que a industrialização brasileira, de fato, tem início (CHASIN, 1999, n.p).

O país enfrentará um problema cíclico na tentativa de abandono do caráter agroexportador rumo a industrialização, uma vez que, por conta de sua matriz agrícola monocultora histórica (voltada em quase totalidade para o escoamento da produção rumo ao exterior), a realização de capital e o financiamento da produção também acompanha o padrão externo de dependência, deste modo, “[...] a realização do valor da economia agro-exportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agro-exportadora” (CHASIN, 1999, n.p). Logo, como não havia praticamente nenhuma realização de capital no mercado interno, não existiria, obviamente, capital nacional disponível para impulsionar a produção industrial nacional nascente. Consequente, a parte do capital que cabia ao produtor agrária brasileiro muitas vezes direcionou-se ao pagamento dos financiamentos externos, inviabilizando possibilidades de investimento no aprimoramento técnico da produção agrária, e muito menos no fomento da produção industrial de larga escala e padrão tecnológico relevante. Desta maneira, por muitas vezes o setor agrário não só não cedeu capital a outros setores como acabou por sugar capital destes para avançar nas condições em que podia. “É, pois, sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardatárias, configurantes do capitalismo híper-tardio brasileiro, que se põe a industrialização [...]” (CHASIN, 1999, n.p).

Ponto chave é que, mesmo diante de tal situação, assim como nos processos alternativos de entificação do capitalismo industrial, no momento em que a industrialização brasileira se espraia (nas suas debilidades), surgem significações ideológicas e políticas próprias que respondem funcionalmente as necessidades de expansão do capital industrial e de manutenção das classes dominantes incompletas. Diferentemente da Alemanha e Itália onde o desenvolvimento industrial pôs-se em tal marcha que atingiu o patamar de disputa imperialista, no Brasil o processo foi tímido, sendo tímidas também as justificações político-ideológicas que os acompanharam. Se na Alemanha tivemos o nazismo e na Itália o fascismo, no Brasil surgiu um embrionário *Integralismo* proposto por Plínio Salgado (político e jornalista conservador, que funda o movimento da Ação Integralista Brasileira entre 1934–1937), tão farsante em relação ao nazifascismo como o parque industrial brasileiro em relação ao alemão. Assim,

[...] o atraso de tal objetivação, se no caso alemão, e também no italiano, se marca não só em comparação com os casos clássicos, mas também pelo fato de a industrialização destes países ter principiado posteriormente às primeiras lutas do proletariado, no caso brasileiro se grifa obviamente em relação aos casos clássicos, também em relação às objetivações do capitalismo tardio [...] (CHASIN, 1999, n.p).

Logo, se Alemanha e Itália entram tardiamente na partilha capitalista pelo mundo, o Brasil chega tão atrasado que lhe resta apenas a posição de objeto de disputa das forças imperialistas, posição que já ocupava por sinal e que definiu todo o seu *sentido*. Como continua o autor,

É, pois, na particularidade de uma formação imperialisticamente subsumida, e que principia hipertardamente a consecução da forma industrial de produção, que aparece e se põe a proposta ruralista do integralismo pliniano. É precisamente, portanto, uma erupção ideológica diretamente atada ao processo que faz transitar o país da economia agro-exportadora para a forma urbano-industrial (CHASIN, 1999, n.p).

Deve-se deixar claro que, o integralismo de Plínio Salgado, compõe-se genericamente por um reação ruralista ao capitalismo industrial recém inserido no país, assim, é antimoderno, crítica romântica ao capitalismo, interpretando as mudanças, conflitos e contradições sociais da época como derrocada da civilização, propondo então não a entrada nessa diapasão de acontecimentos (guerras mundiais, comunismo, crises do capital), mas a recusa desse ‘novo mundo’ e o retorno a vida pré-capitalismo, ao agrarismo colonial que aqui imperou. Deste modo, aponta Chasin (1999, n.p) que, ‘[...] ao contrário do fascismo que, no fundo, é uma combinação de expansão econômica com regressão social, política e ideológica, o integralismo pliniano articula visceralmente duas regressividades: a deste último plano, e a regressividade econômica’.

As regressividades unidas se manifestam na medida que, diante da posição do país frente ao imperialismo, frente ao desenvolvimento técnico industrial, frente aos conflitos bélicos, o integralismo propõe como estratégia (ideológica, política) de sobrevivência (econômica) não a entrada em uma luta onde se pode apenas perder, mas a recusa a participação nessa luta e o retorno ao padrão de vida anterior à voragem capitalista. Assim, ‘[...] convencido também de que, em face dele, não dispõe, nem mesmo em percentagem mínima, dos recursos para uma defesa material efetiva, lança à arena de luta o combate espiritual ao imperialismo’ (CHASIN, 1999, n.p).

Diante disto, vale ressaltar novamente que, tais manifestações ideológicas e políticas típicas de inserção tardia do capital industrial, derivam diretamente das condições objetivas e materiais de tais inserções, assim, essas representações ideológicas e planificações políticas (como foi o integralismo) são respostas determinadas as alterações econômicas e suas respectivas relações sociais. Se na Alemanha e Itália o avanço tecnológico e industrial chegou ao ponto de necessitar da expansão da zona de influência desses países levando-os a disputa imperialista através da sua da força, da ação bélica e da recolonização de territórios já colonizados, no Brasil, por outro lado, as debilidades da inserção do capital industrial são tais que produzem uma expressão ideológica fenomênica tão débil quanto, no sentido de oferecer não progresso, avanço e conquista (ainda que ao custo da eliminação de qualquer respingo de humanidade), mas o retrocesso, o retorno, a volta ao atraso que ainda não se foi, a regressividade agrária, para justamente tentar preservar algum padrão humanístico<sup>89</sup>, mesmo

---

<sup>89</sup> Preceitos bem dúbios afinal, pois o ruralismo brasileiro de larga escala sempre esteve assentado no horror escravista, e até em nossos dias, padece de relações trabalhistas bastante desumanas.



que centrado em preceitos teológico irracionais, assentados no catolicismo extremado<sup>90</sup>. Levando em conta que,

As inelidíveis diferenças essenciais de objetivação do “capitalismo verdadeiro”, nas particularidades indicadas, mostram-se, então, palpavelmente como concretos geradores de diversas necessidades, incluídas, aí, as necessidades ideológicas. De tal sorte que o fato ideológico fascista se põe como uma totalidade distinta da totalidade do fato ideológico integralista” verdadeiro” (CHASIN, 1999, n.p).

Assim, apesar da pequenez e da regressividade integralista, da recusa ao mundo e ao progresso, sabendo mesmo das debilidades e da ausência de armas para enfrenta-los, diferentemente do fascismo e do nazismo, o integralismo, por conta de toda a formação sócio-histórica brasileira e de suas características pluriétnicas, não teve como questão nodal a vinculação racial, a ideia de raça superior, as bases de um darwinismo social sem fundamento real. Além disso, o integralismo seguiu dogmas religioso definidos, seus limites e objetivos são por eles impostos, diferentemente do nazifascismo, que teve por objetivos a dominação de um “raça superior” e de seu modo de vida superior, mesmo que saibamos, como já apontamos, que esses objetivos escondiam na verdade os anseios de dominação das burguesias desses países no mundo capitalista. Deste modo,

Ostensivamente, e até mesmo de forma acusada por adeptos do fascismo, as bases fundantes do integralismo e do fascismo são distintas e perfeitamente discerníveis, repercutindo isto no conjunto dos dois ideários, e de forma decisiva. Diríamos melhor que necessidades de objetivação social diferentes, em condições diversas, levaram a reflexões de natureza distintas determinando ideologias que de modo nenhum podem ser confundidas (CHASIN, 1999, n.p).

Para concluirmos a questão, como aponta o autor, o nazismo/fascismo se configura como *irracionalismo extremado, ideologia que não propõe, mobilizada para o saque* (imperialista), onde, “Na consecução da acumulação capitalista dispõe-se a esfacelar literalmente o homem e o mundo” (CHASIN, 1999, n.p). Já o integralismo, segue o autor, incrustado numa colônia e seu *sentido*, entende a *fragilidade dessa frente ao mundo imperialista* e propõe não a participação ou tentativa de rompimento com sua condição, mas *propõe um retrocesso, um salto para trás*, entendendo o sujeito rural, a vida rural, agrária como *totalidade humana possível*. Deste modo, como aponta “[...] Só uma formação do capitalismo hiper-tardio poderia ainda dar margem, em plena época das guerras imperialistas, a que reflexões desse calibre de puerilidade reacionária se dessem”. Por fim e de forma

---

<sup>90</sup> Enquanto “o *irracionalismo fascista não conhece barragem*”, segue o destruir e conquistar, o integralismo é barrado pelas doutrinas da igreja, de modo que, “[...] O racismo fascista desconhece qualquer destes lineamentos, posto arbitrariamente, arbitrariamente procede. É mais amplamente irracionalista que o irracionalismo próprio do integralismo. Aquele inventa sua lógica, este, no limite, adota os valores de uma lógica que o transcende, e à qual, numa porção de seu tecido conceitual, se subordina” (CHASIN, 1999, n.p).

definitiva, “O fascismo esfacela para expandir; o integralismo retrocede com medo do esfacelamento” (CHASIN, 1999, n.p).

Feita tal recuperação, avancemos rumo a Carlos Nelson Coutinho, resgatamos o autor, que analisando o mesmo processo, partindo das mesmas coordenadas de José Chasin, isto é, da ideia de *via prussiana*, da formação alemã e suas características como indicativo analítico para avaliação da formação brasileira, nos apresentará esboço desta pós-consolidação do capitalismo no país. Tal resgate se dará, de certo modo em termos comparativos a Chasin, não apenas para explicitar similaridades, diferenças e complementariedades, mas também por conta da importância da recuperação categorial e das conclusões de Coutinho para grande parte do Serviço Social brasileiro, influenciando com relevância numérica as produções da categoria. Nas publicações de assistentes sociais brasileiros que assim se identificaram na Revista Serviço Social e Sociedade, a título de exemplo, constatamos em nossas pesquisas que, entre 1979 a 2009 Coutinho é citado consideráveis vezes, e tais citações variam em 12 diferentes textos ou versões de textos do autor, por outro lado, José Chasin no mesmo período, não é citado nenhuma vez. Fato similar ocorre quando analisamos a presença de Gramsci e Lukács, enquanto o italiano é lembrado 21 vezes em artigos de assistentes sociais, Lukács é citado apenas 10 vezes. Assim, fica demonstrada a influência de Coutinho, e de Gramsci em conjunto nas publicações do Serviço Social. Essa diferença numérica, após as exposições a seguir, se refletirá diretamente na relação entre Serviço Social e teoria social de Marx. Assunto abordado mais intensamente ao fim deste capítulo.

Vale salientar que, diferentemente de Chasin (1999) que da *via prussiana* parte posteriormente para uma categorização própria assentada na *via colonial*, Coutinho (1988) lança mão de categorias gramscianas para compor seu escopo interpretativo, em certa medida autoral, chegando a conclusões, que para nós, são no mínimo polêmicas quando colocadas em frente a teoria social de Marx.

Avancemos, demonstrando que, segundo Coutinho (1988), e é daí que vem a justificação de sua formulação – as Caio Prado Jr. e de José Chasin também -, durante algum tempo houve predomínio de uma interpretação da realidade brasileira e das formas de superação do atraso bastante peculiar, tal visão encampada principalmente pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), fruto do domínio do marxismo-leninismo vindo da URSS, enxergava o Brasil como particularidade semicolonial e semifeudal, necessitando, para romper com seu atraso, de um revolução de caráter democrático burguesa, isto é, a burguesia brasileira deveria conduzir o país rumo a modernidade, para aí sim, estarem colocadas condições mínimas de tentativa de rompimento da ordem capitalista pelos trabalhadores. Essa visão, segundo o autor vigora desde os anos de 1930 até, mesmo que residual, a década de 1970.

O autor, assumindo justamente algumas categorias gramscianas, nos oferecerá outra abordagem analítica de gênese e desenvolvimento da realidade brasileira, primando enfoque, como nos interessa neste tópico, ao momento de passagem do país rumo ao ‘capitalismo verdadeiro’, em suas feições industriais. Segundo Coutinho (1988) a transição do país rumo ao moderno capitalismo, aquele onde há premência do capital industrial, não se dá através de nenhum processo revolucionário ativo empreendido pela burguesia nacional, muito menos, por um processo revolucionário de rompimento com uma situação de dominação ou dependência. Assim, assenta-se em moldes similares ao da *via prussiana*. Logo,

Por um lado, gradualmente e ‘pelo alto’, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro, como a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribui para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social (COUTINHO, 1988, p.106).

Como assevera o autor, os dois movimentos que conduzem o país rumo ao capitalismo consolidado, contam com um sujeito ativo bastante incomum, o Estado. Isto é, não são processo de transição tocados por uma burguesia revolucionária que conduz, rumo a um projeto de modernidade, classes subalternas. Mas na verdade, processo de transição de poder no âmago da classe dominante, onde novas frações, em especial a surgente burguesia de feições não agrárias, assume o controle da situação, sem ações transformadoras, mas apoiando-se no Estado - instrumento próprio de sua classe, no afastamento das forças populares, na repressão.

Segundo Coutinho (1988) analisar esse momento de transição no Brasil, bastante peculiar afinal, é tarefa que pode ser feita lançando mão da formulação de transição de tipo, ou *via prussiana*, desenvolvida melhor por Lenin. Porém, para o autor, a formulação por si só aplicada a realidade brasileira é incompleta para a particularidade aqui presente, deste modo, faz sentido utilizar o conceito de *via prussiana* aliado a formulação de Gramsci, *revolução passiva*. Com bem define,

[...] um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir ‘de baixo’, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação ‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas medidas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes (COUTINHO, 1988, p.108).

Assim, a revolução passiva, como processo de transição, conta com um momento de *restauração*, de bloqueio de processos revolucionários ativos, embrionários ou em andamento, ao mesmo tempo em que, apela ao momento de *renovação*, visando captar certas demandas, aspectos e anseios do processo ativo interrompido, visando formar consenso, referendando a transição ensimesmada que almeja. Como aponta,

Não seria difícil documentar também nas principais transformações “pelo alto” que tiveram lugar no Brasil a presença dos dois momentos apontados por Gramsci: como reações a movimento populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em “restaurações que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e preparam o caminho para novas transformações reais (COUTINHO, 1988, p.109).

Isto é, os processos de *revolução passiva* no país, e muitos podem ser os exemplos, como o golpe do Estado Novo ou até mesmo a transição para a democracia pós crise da ditadura, apesar de contarem com o vital elemento da restauração, são, mesmo com suas travas e amarras, processos de transformação e como tais, conduzem a um destino diferente de sua partida. Assim, mesmo marcados pela restauração, pela barragem ou banimento de processos transformadores genuínos, em gestação ou em potencial, as transformações de tipo revolução passiva, podem, como geralmente acontece, alterarem consideravelmente a estrutura de poder dominante, obviamente não a conduzirá as mãos das classes subalternas (tendo em vista que seu objetivo é justamente excluí-las), mas certamente marcará uma mudança interna, um rearranjo de poder nas classes dominantes, tal como tivemos transição/metamorfose da elite agrária para a um burguesia industrial nascente, ou de uma burguesia produtiva e subordinada para a dominação completa de um burguesia externa representada por frações internas.

Assim, além dessa alteração na balança de poder interno das classes dominantes, os processos de revolução passiva, da maneira que demonstra Coutinho (1988), como momentos de alteração significativa da estrutura de poder, trazem também consigo elementos modernizantes, avanços, acelerando, como se deu no país, processos de industrialização após 1930 ou 1964, ou avanços político-formais, como a democracia na década de 1980, ou ainda legislação trabalhista da década de 1930. Obviamente, tais alterações, apesar de significativas, pouco tocam no equilíbrio da luta de classes, tendo em vista que o objetivo primordial do processo é justamente conservar as classes em seus respectivos lugares, garantindo transições suaves e controladas.

Coutinho (1988) traça paralelo entre os objetivos econômicos do fascismo na Itália e os objetivos econômicos de um processo que ocorre no país, a ditadura inaugurada em 1964. Segundo o autor, ambos os momentos, apesar das diferenças consideráveis, são ao fim, momentos cujo sentido aponta para a consolidação do capitalismo em sua forma industrial verdadeira, sob apoio reforçado da estrutura estatal, não apenas com seus aparelhos repressores, mas como empreendedor de risco, colocando em andamento o funcionamento total do capital, preservando sua reprodução, assegurando o amplo controle de classe. Assim, segundo o autor, preservou-se interesses não só da burguesia industrial como das frações do capital financeiro, as oligarquias tradicionais e o setor agrário modernizado. Assim, momentos bárbaros, antidemocráticos, violentos, atenderam, e por isso ocorreram, a anseios das classes dominantes, e principalmente, das burguesias industriais.

Da revolução passiva, podem derivar duas causas-efeitos, que conforme Coutinho (1988) apropriando-se de Gramsci são: a *ampliação autoritária do Estado* e o *transformismo*, como estratégias de exclusão das forças populares. Segundo o autor, essas causas-efeitos estão plenamente ligadas a uma característica determinativa essencial de processos do tipo revolução passiva, isto é, processos em que não há um sujeito ativo, determinado e exposto, papel a ser ocupado pela burguesia nacional, mas aparentemente delegado ao corpo repressivo e burocrático do Estado. Burguesia esta que, em contrapartida, é débil, incompleta, quando não subordinada a suas parselhas exteriores, de modo que, por conta disto mesmo e do processo de metamorfose que enfrenta em sua *aurora*, não assume seu papel social, não controla plenamente os processos de transformação, restando ao Estado, o representando dos interesses dominantes, através de seu corpo burocrático e repressivo conduzir tais processos.

Assim, como demonstra Coutinho (1988) as transformações no Brasil, são principalmente alterações internas na balança de poder da burguesia, onde as frações da classe dominante, alternam, acompanhando as necessidades de reprodução do capital, o papel de domínio, delegando a direção, a condução ao Estado, tal como seu deu com o apelo ao corpo repressivo-burocrático em 1964. De todo modo, “[...] não significa absolutamente que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua ‘revolução’: fez isso, precisamente, através do modelo da ‘revolução passiva [...]’” (COUTINHO, 1988, p.113).

Deste processo de dominação econômica, sem hegemonia política clara, que está posto sob responsabilidade do corpo assessorio do Estado, deriva de todo modo, a necessidade não só da *coerção*, mas também do *consenso*. A coerção, como momento inicial preponderante é mais fácil de empreender, dando-se mesmo no momento da restauração, do impedimento de evicções ativas. Já o consenso, necessita de elementos para referendá-lo, entre eles, justamente o de renovação. Como cita Coutinho (1988) neste momento da renovação, há uma categoria chave de Gramsci para entender a formação, ou tentativa, de consenso nos processos passivos de revolução, o *transformismo*. Este dá-se não apenas como forma de ‘criação’ de consenso, mas como meio de captação de frações, de sujeitos, de grupos que podem ou não pertencer, ou estarem ligados, aos anseios da classe dominante.

Aludindo a Gramsci, Coutinho (1988) aponta duas formas de *transformismo*, a primeira de tipo *molecular*, que no país esteve ligada a captação de sujeitos da oposição política (por interesses diversos e mais amplos exemplos), além de intelectuais (que vão para o corpo burocrático do Estado por conta da débil cena cultural/intelectual possível). Ambos os sujeitos, políticos e intelectuais são por vezes potencialmente ligados aos interesses das classes subalternas, neutralizados posteriormente pelo cooptação transformista. A segunda forma de captação, se dá através do *transformismo de*

*grupos inteiros* e até frações significativas de classe. No país, como aponta Coutinho (1988, p.115), o populismo é expressão clara dessa forma, tendo em vista que, a prática populista, tanto de Getúlio, Kubitschek, ou até de Lula e Bolsonaro recentemente, tenta captar trabalhadores, frações dos trabalhadores, movimento sociais e sindicatos através de concessão de benesses, de direitos de categoria, de proposituras direcionadas, como aumento salarial a determinada fração, como concessão de certo benefício ao grupo direcionado. Indo além dos exemplos do autor, temos o exemplo de nossos dias desse processo encampado na ampliação do Auxílio-emergencial que visava cooptar um grupo de até 40 milhões de sujeitos da classe trabalhadora que se encontravam em situação de pauperismo, na posição de reserva do mercado de trabalho, ou ainda nos significativos aumentos ofertados aos militares. Mas, como indica o autor, nem sempre o transformismo de grupos ou frações de classe se efetiva plenamente no país, tendo em vista que, os meios objetivos para sustentar as concessões não estão disponíveis, ou não interessam plenamente as classes dominantes em longo prazo, além obviamente, da resistência de grupos que não são cooptáveis com tanta facilidade.

Da *revolução passiva*, ao *transformismo*, avançamos rumo ao que Coutinho (1988) chama de teoria “*ampliada*” do Estado. Como aponta o autor, em transições de tipo passiva como as que se dão na particularidade brasileira, há uma tendência, a partir de determinado momento, em algumas de suas manifestações, através da instrumentalização do Estado, de que ocorra um fortalecimento da *sociedade política* (aparelhos coercitivos e burocráticos de dominação) em face a certa subordinação da *sociedade civil* (*aparelhos privados de hegemonia*, aparelhos de classe independentes ao Estado). Como demonstra o autor, a diferença no equilíbrio entre sociedade civil e política faz com que formações se aproximem ou afastem de definição de formação de tipo *oriental* ou *ocidental*.

Como demonstra Coutinho (1988) recorrendo a Gramsci, em *formações de tipo oriental* há realce do Estado, da sociedade política, com subordinação ou anulação da sociedade civil, dos aparelhos privados de hegemonia independentes. Já nas *formações de tipo ocidental* há maior ajuste na relação entre Estado, sociedade política, e sociedade civil. A diferenciação não se aplica pela mera lógica geográfica, nem de forma direta, mas leva em conta os aspectos próprios das formações, e a variedade de determinações imbuídas.

Ainda nessa diferenciação, Coutinho (1988) novamente recorrendo a Gramsci aponta que, a luta de classes, varia em termos estratégicos a depender da formação, oriental ou ocidental. Se há maior equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política é possível apostar na *guerra de posição*, através dos aparelhos privados de hegemonia. Se há fortalecimento da sociedade política e retração da sociedade civil, aposta-se na *guerra de movimento*, no embate revolucionário direito, tal como realizado pelos bolcheviques em 1917 na Rússia.

De todo modo, Coutinho (1988) faz reparo, realçando que, as formações enquanto tais, são parte de processos históricos em movimento, assim, existem momentos de transformação, de transição entre a preponderância oriental para a ocidental, ocorrendo uma *ampliação do Estado*, através não do simples fortalecimento dos sociedade política, mas evicção equilibradora da sociedade civil. Esse processo de ampliação do Estado, que abre brechas consideráveis para a incubação e nascimento da sociedade civil como elemento estrutural relevante pode ser considerado parte de um processo de ocidentalização de certas formações sociais. É a partir daqui que, as principais polêmicas, ao menos em nosso ver, vão se manifestar, polemicas estas que tem forte influência no Serviço Social como aludimos anteriormente e o faremos posteriormente.

Neste momento, para o autor, o Estado não é mais apenas elitista, ensimesmado, restrito as classes dominantes, na medida que se complexifica, amplia, abre brechas para que sofra influência e determinação dos aparelhos privados de hegemonia das classes sociais em geral, inclusive dos aparelhos dos trabalhadores, como partidos, sindicatos, movimentos sociais, organizações políticas em geral e etc. Assim, há a possibilidade de “[...] uma mudança de estratégia por parte do movimento operário” (COUTINHO, 1988, p. 118). *Da alteração da estratégia de guerra de movimento para guerra de posição.*

Diante disto, voltando ao contexto brasileiro, vale salientar, como faz Coutinho (1988) a condição característica do país nesse trânsito entre formação oriental e ocidental. Como aponta o autor, principalmente na fase colonial e imperial o país padecia de elementos típicos de uma formação de tipo oriental, porém, permeada de elementos, de traços ocidentais, na medida mesmo em que era clara a obliteração de aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas, com o extremo aniquilamento dado pelo estamento escravista, existam em contraposição elementos de ampliação, como na Proclamação da República com a cisão entre Igreja e Estado, ou existência de partidos políticos. O avança rumo a ocidentalização, se dá, mesmo com todos os percalços posteriores, a partir de determinados marcos, plenamente relacionados ao momento de *aurora burguesa*. Vejamos.

A abolição da escravidão e, mais tarde, o começo do processo de industrialização fazem com que o capitalismo se torne o modo de produção predominante no Brasil; a estrutura social do país se torna mais complexa, mais moderna, ainda que o “moderno” permaneça estreitamente vinculado com o atraso pré-capitalista, sobretudo no campo (COUTINHO, 1988, p.122).

Marca-se daí em diante, certos avanços lentos e graduais, típicos de transformações através de revoluções passivas, mas que complexificam lentamente a configuração do Estado brasileiro, mesmo com andamentos e interrupções. Da *aurora burguesa* em diante, surge na cena política a presença minimamente organizada dos trabalhadores nas décadas de 1910 e 1920, marcando a complexificação da luta de classes no país sob égide da predominância do capital industrial. O golpe

do Estado Novo, como demonstra Coutinho (1988) é momento de interrupção do processo de ocidentalização, mas ao mesmo tempo carrega elementos modernizadores consideráveis. Com o fim da Era Vargas, novamente o caminho da ocidentalização, do equilíbrio de sociedade política e sociedade civil se abre, os trabalhadores voltam à cena política, os partidos e sindicatos se ampliam. Entre 1955 a 1964, como demonstra o autor, a ocidentalização segue avançando, com o fortalecimento de uma série de aparelhos privados de hegemonia. Por outro lado, o golpe de 1964 e seus desdobramentos interromperão novamente o caminho da ocidentalização, principalmente com o AI-5, que não apenas reforçam a sociedade política e seus aparelhos repressivos, como tenta suprimir os aparelhos privados da sociedade civil.

De todo modo, como segue demonstrando Coutinho (1988), ainda na década de 1970, esses aparelhos privados, mesmo que legalmente interrompidos, ressurgem com maior força e vitalidade, justamente ao apoiarem-se na resistência antiditatorial, no apelo à democracia e enfim a ‘‘crise do milagre’’ que derruba a fraca sustentação do regime, tendo em vista que este, apesar de tentar sufocar os aparelhos privados da sociedade civil que lhes fossem contrários, apoiando-se nos aparelhos de coerção, não tinha base de apoio, de legitimidade suficiente ou minimamente popular hegemônica.

Assim, por conta dessa debilidade, desse *consenso passivo* (COUTINHO, 1988), dessa incapacidade de mobilizar massas para defendê-lo e sustentá-lo, o regime ditatorial teve que assegurar, mesmo a contragosto, alguns elementos ocidentais, como o parlamento e a existência de partido de semioposição. Assim, no momento em que a força dos aparelhos privados que vinham se formando através da contestação do regime atingiu certo ápice, no meio de sua crise de reprodução, não havia mais possibilidade de sustentação, mesmo apoiando-se em todo o fortalecimento possível dos aparelhos coercitivos, da sociedade política, a premência do modelo ditatorial em termos econômicos tornou-se insustentável, mesmo para as classes dominantes, que partirão assim, por meio de algumas de suas frações, para a tentativa de efetivar mais uma transição controlada, mais uma transformação ‘‘pelo alto’’, mais um processo de transformação por meio de uma *revolução passiva*, valendo-se substancialmente do *transformismo*. Essa transição será abordada à frente por Chasin.

Desta forma, antes de encerrarmos, vale destacarmos que para Coutinho (1988), a ditadura, com toda as suas contradições, foi momento de consolidação definitiva do capitalismo industrial no país, momento este, que apesar dos desequilíbrios, sedimentou as bases para a ocidentalização definitiva de nossa formação, isto é, seu fim, marcou o início do equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política, isto é, a ‘ampliação do Estado’ nos moldes ocidentais. Centrados na redemocratização.



Segundo o autor, e aqui temos um das principais polêmicas de sua obra, desse momento em diante, isto é, do fim do regime autocrático passando para o período democrático, têm-se, por necessidade, o processo de transição definitiva das estratégias de ação das classes subalternas no país, com a consolidação desse *Estado ampliado*, a *guerra de movimento* típica das formações orientais, aqui empreendida bravamente, mas pouquíssimo efetiva por grupos como àquele de Carlos Marighella não faz mais sentido, isto é, a violência revolucionária não está adaptada à modernidade de nosso Estado ampliado, assim, através de seus aparelhos privados de hegemonia e da disputa pelo Estado, as classes subalterna brasileiras devem apostar na *guerra de posições*, na disputa pelo controle da sociedade civil e sucessivamente do Estado, desse modo como encerra Coutinho (1988), e aqui demonstraremos a contradição explícita mais à frente, a democracia no país se tornará a via única para a construção do socialismo. Formulação esta que como veremos, abrirá, involuntariamente ou não, um buraco negro que leva ao *politicismo* e ao *democratismo*, capazes de atrair quase toda e qualquer força crítica posterior, inclusive o Serviço Social. Mas antes disso, vejamos os desdobramentos da *via colonial*, ou da *revolução passiva*, sob a ótica de Florestan Fernandes.

### **3.2 DOS DESDOBRAMENTOS DA VIA COLONIAL: CARACTERÍSTICAS GERAIS DA DEPENDÊNCIA**

Diante do quadro apresentado, da recuperação do *sentido* de nossa colonização, das características gerais que nortearam a economia e as relações sociais coloniais, o contexto conturbado de *aurora* da fraca burguesia no país, acompanhado pela evicção *hipertardia* do capital em sua forma industrial, onde determinados elementos mantiveram-se permanentemente frequentes, provando que aquele momento da colonização, a princípio desconectado das atuais determinações reais, na verdade é parte da cadeia contínua que compõe o movimento da formação da realidade brasileira, com todas as travas e debilidades, que serão regularmente atualizadas sob bases capazes de mantê-las, preservá-las, mesmo que ao custo de fusioná-las com novas necessidades, que garantam não só a manutenção do país em seu lugar na divisão internacional do trabalho, como também garantam a subordinação e sabotamento, desde os escravizados aos atuais trabalhadores assalariados, garantindo a manutenção e reprodução das fracas classes dominantes aqui existentes, forças essas que se configuram em gênese pela pura metamorfose, permanecendo sua subordinação frente ao capital externo, real administrador dos caminhos nada populares e radicais neste país.

Assim, visando mostrar a perduridade de certos elementos e sua proximidade com as determinações econômicas brasileiras no capitalismo já consolidado, vale recuperamos Fernandes

(1975), na medida que este aponta novos elementos, indicando que, apesar das bases tradicionais de dominação perdurarem, com o desenvolvimento e consolidação do capitalismo moderno, de feições industriais, há formação de uma dinâmica econômica, social e política nova que recentra a dominação além dos padrões tradicionais coloniais. De todo modo, e levando em conta mesmo essa nova centralização da dominação além dos padrões tradicionais, que carrega um aspecto modernizador, tal movimento é adaptado e ajustado sistematicamente ao desenvolvimento capitalista dependente, padecendo da *junção de elementos modernos e tradicionais*.

Para o autor, há um intenso esforço de manutenção e aperfeiçoamento dos padrões produtivos e de dominação, que se configura na conjunção da ação de influências capitalistas externas apoiadas nas ações de manutenção e estabilidade das forças dominantes internas, criando um processo de *modernização dependente*. Assim, o desenvolvimento da sociedade de classes na América Latina, precisamente a particularidade brasileira, apresenta aspectos circulares, de mudança, manutenção e reiteração que se aproximam constantemente.

Fernandes (1975) demonstra que, esse processo é constituído por três momentos, que balizam a junção de ações externas e internas, atuantes no sentido de controle da dinâmica social, direcionada ao projeto capitalista dependente executado por ambos os lados, que se vinculam por interesses conjuntos. Para o autor, há (1) o aumento do controle externo, (2) a ampliação dos privilégios dos setores internos que atuam em “parceria” ao capital externo (exemplificadas na ampliação do controle autoritário e da exploração) e por fim, (3) o aumento da massa do capital produzida nacionalmente destinada ao exterior, ampliando e intensificando a exploração do trabalho. Esses três momentos marcam o impedimento total de qualquer passagem da *dependência* rumo a autonomização das economias latino-americanas, e são marca real do processo brasileiro. Necessário inclusive acentuar como tais características aprofundam-se a partir de golpe civil militar de 1964, que sabidamente contou com a projeção externa para sua realização, e focou-se na assunção de tarefas econômicas inditasas por parte do Estado, que sustentaram possibilidades de reprodução do capital rumo ao exterior, cujos custos para realização jamais seriam realizados pelo capital privada por si só.

Tal conjunção de ações externas e internas é reforçada, para que atinja seu objetivo, ao bloqueio funcional sob aqueles que detém apenas a força de trabalho. De modo que, mesmo que estes sujeitos se organizem, são insuficientes os esforços, tendo em vista que, todas as transformações estruturais tocadas pela dominação conjunta capital interno-subordinado ao capital externo-dominante, são mínimas e irrelevantes, e não alteram, ou no máximo, rearranjam o cenário social ao cumprimento dos interesses de acumulação impostos pela dinâmica dependente. Diante deste cenário, o autor constata que, diferentemente do centro capitalista, o surgimento das lutas de classes na

América Latina não se impõe como impedimento ao surgimento de barreiras sociais gigantescas, mas intensifica tal processo, de maneira a reforçar o distanciamento entre as classes em disputa, impossibilitando qualquer acordo entre estas ou a efetivação de garantias mínimas que homogeneizem as diferenças, como se deu em parte mínima, mas dominante da Europa.

Assim, partindo do pressuposto da subordinação interna vinculada ao controle do capital central, mesmo as classes dominantes locais na América Latina estão expostas a tal relação, de modo que assumem os interesses externos como seus, incorporando as mudanças estáveis exigidas pela lógica dependente em troca de segurança de dominação e privilegiamento que lhes é assegurada pelo exterior. Tanto é que, conforme aponta Fernandes (1975) as teses de desenvolvimento e criação de possível autonomia interna via relação de dependência com os centros capitalistas proliferam na América Latina, assegurando a manutenção do padrão de dominação dependente e assumindo estratégias que conduzem a um futuro inexistente de autonomia. Qualquer empreendimento das forças internas não pode lograr atingir qualquer tipo de autonomia sozinho, teses desenvolvimentistas ou reformistas por parte da burguesia local apenas se põe em andamento quando representam os interesses externos ou se beneficiam de conjunturas favoráveis ao aumento da produtividade e exploração, que sucessivamente também atenderão aos interesses do capital internacional.

Fernandes (1975), aponta então que, por mais que o desenvolvimento interno seja necessário até para a manutenção das formas dependentes de organização, nenhuma das alterações dos padrões locais de dominação e produção se dá de forma autônoma, todas passam pelo crivo do capital central e dos limites de desenvolvimento que atendam aos interesses de proliferação dos capitais a serem extraídos nas periferias. Por conta das relações estabelecidas entre burguesia interna e externa, nenhuma das proposituras locais poderá conduzir ao rompimento do padrão de dependência, pela própria dependência que as forças dominantes locais padecem das centrais. Assim, as impulsões de crescimento que se dão nas periferias, são e o devem ser, para atender os interesses de quem as elabora, incompletas e parciais.

Na medida que tais alterações internas se dão sob a velocidade desejada e imposta pelo exterior capitalista, e se dão em sociedades com formação *tradicional-colonial*, estas apresentam-se como “eternas”, cíclicas revitalizações dos padrões aqui já empreendidos, ou seja, como simulada *modernização do arcaico*, como fusões entre elementos produtivos e sociais modernos e antigos, operando o que Fernandes (1975) chama de *modernização do arcaico* ou *arcaização do moderno*.

Desta forma, as burguesias locais e seus auxiliares, “as classes altas ou médias”, apenas proporão soluções para os problemas “nacionais” que interessam ao conjunto de sua classe e a garantia de sua posição na dinâmica capitalista dependente. Assim, neste padrão de dominação

centro-periferia apoiado em um acordo entre as burguesias externa-internas, os interesses dos que detém apenas a força de trabalho, dos trabalhadores e suas franjas, não cabem minimamente no cenário decisório, mesmo que se atendidos visando apenas a manutenção da coesão social. Logo, conforme aponta o autor, a apropriação repartida do excedente nacional dividido entre os sócios burgueses, tende e assume a direção única da organização social periférica e dependente, de modo que, a força de trabalho e as respectivas relações a ela impostas assumem um padrão de mercantilização ainda mais intensos que no centro, coexistindo mesmo formas de exploração pré-capitalistas e formas de extração de *mais-valor* ultra automatizadas, isto é, relações escravistas em concomitância com trabalho técnico super qualificado na grande indústria.

Fernandes (1975) argumenta que, tal cenário de intensificação da já intensa exploração da força de trabalho, tendo em vista a necessidade de extrair ainda mais migalhas para o sócio minoritário (burguesia local) da consorcio centro-periferia consolidado pelas burguesias, recai sobre os trabalhadores, debilitando seriamente as potencialidades de ação de classe dos sujeitos explorados. As questões de sobrevivência e competição em tal cenário chegam a tal nível que a solidariedade de classe se vê sistematicamente impedida e sabotada, levando inclusive aqueles que conseguem os postos formais de assalariamento a sedução muito mais fácil dos anseios burgueses culturais, políticos e econômicos. Tal movimento assume proporções tão gritantes, que os vinculados ao assalariamento enxergam em tal estamento possibilidades reais de ascensão social, mesmo que obviamente falsas. Tanto se dá, que o tradicional paternalismo e o moderno populismo, feições *transformistas*, tornam-se grandes ferramentas de atrofiamento das possibilidades auto emancipatórias dos trabalhadores.

Seguindo, Fernandes (1975) demonstra que, apesar de tal cenário tendencial, e do domínio apoiado da burguesia nacional, não se pode sempre responder com violência aos resquícios organizativos dos trabalhadores e sua órbita. Há por vezes, e de forma estratégica, mesmo que atenda os interesses dessa classe demandante, a cessão por parte da dominação dependente, de dispositivos e mudanças estáveis, que garantirão a “continuidade de ordem”, mesmo que tais alterações sejam feitas seguindo claramente a lenta e gradual imposição externa de movimento. Nada mais claro a título de exemplificação, o fim da ditadura civil militar e o mergulho rumo a democracia e a constituição, que apesar de romperem com ciclos bárbaros de violência (e sabemos que Estado segue tão ou mais violento<sup>91</sup>), ao fim, preservaram padrões econômicos, políticos e legais semelhantes,

---

<sup>91</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) “[...] reconheceu 434 mortes e desaparecimentos políticos entre 1964 e 1988, dos quais a maioria ocorreu no período do regime”. A lista de vítimas das incontáveis brutalidades pode ser consultada em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_mortos\\_e\\_desaparecidos\\_pol%C3%ADticos\\_na\\_ditadura\\_militar\\_brasileira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mortos_e_desaparecidos_pol%C3%ADticos_na_ditadura_militar_brasileira). Em contraste tão depressivo quanto, temos manchete de 2021 anunciado que: “Polícia do Rio matou, em média, uma pessoa a cada dez horas desde 1998 - Nesta quinta-feira, a operação mais letal da história do estado resultou em 25 mortes, entre elas a de um policial civil”. A reportagem conta-nos que, “Entre janeiro de 1998, início da série histórica divulgada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), e março deste ano, 20.957 pessoas morreram em confronto com a polícia no

apenas atualizados sob bases de dominação mais amenos, mais afeiçoados aos anseios dos trabalhadores, mantendo-os o máximo possível à margem do processo de transição, sob as auspiciosas estratégias ideológicas de valorização de uma nova forma de Estado, que apesar de um simulacro de alteração, mantinha em si, as mesmas funções e respondia aos mesmo interesses, as classes dominantes no país e a reprodução otimizada do capital. Sob ditadura ou democracia caminharemos, desde que o capital esteja se reproduzindo de forma ‘saudável’. Assim, das duas dinâmicas, tanto a do conformismo quanto as de tentativa de rompimento da ordem, a dominação centralizada exercida pelo padrão capitalista dependente encontra mecanismo para torná-las úteis. Deste jeito, todos os momentos decisórios são repetições do afastamento sistemático dos trabalhadores, mesmo que assumam o falso papel de reforma e reorganização.

De todo modo, esse ciclo repetitivo de decisões vindas do centro, filtradas pelas burguesias internas e impostas goela à baixo dos trabalhadores podem, ao mesmo tempo, gerar um problema de legitimidade da dinâmica dependente em movimento. Isto é, conforme expõe Fernandes (1975), a dinâmica dependente despreza em tal medida as mediações com os trabalhadores nos processos decisórios, assentando-se em forma de desigualdades econômicas gritantes, superexploração e violência, que ao mesmo tempo que atenderão as exigências capitalistas, criarão paradoxalmente um distanciamento muito grande entre qualquer anseio dos trabalhadores e o processo real imposto pelo acordo entre burguesias, o que apesar de garantir a reprodução do padrão dominante necessário à manutenção da acumulação de capital pelo centro e de restos pelos burgueses periféricos, abre campo para *ações fora e contra a ordem* por parte das forças do trabalho. De outro modo, o padrão dependente despreza tanto as demandas dos trabalhadores, que os afasta em demasia das possibilidades de controle empregadas no centro, abrindo campo para tentativas além da ordem. Plenamente exemplificadas nos movimentos nascidos contra a *autocracia burguesa*, indo da luta armada, ao socialismo e humanismo católico até as grandes greves do ABC, que escancaram as debilidades de legitimidade do padrão da dinâmica dependente.

Tal situação, não só gera uma tensão inevitável na dinâmica social aparentemente coesa, como ceifa, porque assim encontrou as estratégias necessárias, qualquer possibilidade de conciliação entre classes, ou mediações reorientadoras da dependência, há nas palavras do autor “[...] a institucionalização do capitalismo selvagem” (FERNANDES, 1975, p.84). Deste modo, por conta de um contrato que já existe entre classes dominantes locais e externas, não sobra espaço neste

---

Estado do Rio”. E complementa contando que, “Analisando-se o primeiro trimestre do ano, o de 2021 se mostra o mais letal da série histórica, com 453 mortes em confronto. Este ano, o mês com mais ocorrências foi março, o último cujos índices foram divulgados pelo ISP, com 157 mortos”. Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/policia-do-rio-matou-em-media-uma-pessoa-cada-dez-horas-desde-1998-25007223>.

encontro para a conjunção com os trabalhadores, não só porque os interesses são plena e escancaradamente antagônicos, como não interessa as primeiras qualquer ação neste sentido. Assim, a exclusão dos trabalhadores e de suas franjas da dinâmica social é o perigoso paradoxo da dependência, que solidifica esse padrão como único possível enquanto este modo de produção mantiver suas feições globais. As limitações e sepultamentos impostos pela dinâmica dependente se manifestam inclusive nas tentativas, frustradas, justamente pela incompletude e inadaptação dos experimentos de aplicação dos padrões culturais, políticos e econômicos vindos do centro, no sentido mesmo que, a ordenação estrutural imposta à periferia barra as potencialidades modernizadoras (mesmo em sua positividade), justamente por que tais potencialidades não podem aqui se desenvolver plenamente, dado sua necessária fusão com o que há de mais arcaico. Assim, não é possível simplesmente importar padrões culturais e organizativos dos centros capitalistas, mas também não é possível produzi-los autonomamente aqui, de modo que, criam-se padrões organizativos mistos e particulares, aqueles mesmos que misturam a modernidade típica dos centros com o arcaico típico das influências colônias e tradicionais ainda existentes.

Para Fernandes (1975, p.86), pode-se demonstrar tal peculiaridade e partir de “três tempos simultâneos de subdesenvolvimento”. Um: as forças produtivas não são devidamente exploradas, mesmo que obsoletas, contém ociosidade, não realizam toda a produtividade possível, assim, pela lógica superexploradora e externamente direcionada, não há nem mercado interno nem interesse de atendê-lo, tendo em vista a condição de não reconhecimento dos não vinculados ao assalariamento. Dois: o acordo entre as burguesias interna e externa assume a feição mercantil, os interesses nacionais ou de camadas “médias” e “baixas” não entram na conta do acordo. Tudo se direciona na manutenção do padrão dependente em vigência, mesmo que tal se mostre claramente insustentável a longo prazo. Três: Os trabalhadores e as frações que os orbitam são cada vez mais afastados das “decisões modernizadoras”, são os que produzem e pagam pela acumulação e dela nada ou pouquíssimo usufruem. São bombardeados na exploração física e ideológica cotidiana.

Assim, os trabalhadores e suas organizações podem até captar a dinâmica do subdesenvolvimento, mas tendem a apontar soluções “dentro da ordem” impossíveis de realização pela dinâmica desta ordem dependente. Aspirações autonomistas, modernizadoras, reformistas e contra dependentes surgem, mas não centram o modo de produção capitalista em sua totalidade como elemento determinante a ser eliminado e a eliminar em conjunto a lógica capitalista dependente que aqui impera. E aqui, não podemos deixar de perceber, como demonstraremos mais claramente à frente, como o Serviço Social torna-se refém de tais aspirações no momento em que acredita as estar superando. Para Fernandes (1975), a própria dependência acaba por impedir críticas pós dependentes, além da ordem, anticapitalistas e totalizantes que compreendam tal dinâmica como parte de um

movimento global de autossustentação centro-periferia, que assumiu feição insuperável dentro das possibilidades capitalistas de rearrumação.

Sustentará Fernandes (1975) que, o padrão capitalista de dependência, como ‘ordem social competitiva’ vigente na América Latina, é diferente pelas particularidades históricas óbvias, mas não tão diferente assim, do modelo clássico europeu de efetivação capitalista. Para o autor o ‘capitalismo moderno’ se espalha reproduzindo formas típicas e peculiares de efetivação, que fazem parte de um processo totalizante e global de dominação, que adapta as condições periféricas as suas feições e interesses, aburguesando as forças dominantes e afastando os sujeitos do trabalho desde sua origem. A competição capitalista na periferia e a sua liberdade, foi servida apenas aos sujeitos dominantes, aos emissários do centro controlador. Todos os outros sujeitos, desde as feições servis e escravizadoras de povos originários e africanos, passando pela posterior proletarização e a vinculação ao assalariamento são sistematicamente afastados de qualquer tipo de controle ou tensionamento que mude a direção central assumida na dinâmica dependente. Para o autor, em sociedades onde a concorrência entre as classes se deu de forma mais dinâmica e intensa, há uma certa homogeneização entre estas no atual capitalismo moderno, diferentemente das periferias, onde a ordem societária só tem única e exclusivamente uma direção, a de exploração e transferências de capital ao centro sem a vinculação do atendimento dos interesses nacionais, em que qualquer tensionamento ou tentativa de nivelamento entre as classes é logo interrompido. As bases democráticas, de participação no consumo e de garantias legais mínimas reforçam as diferenças entre a concorrência e a relação entre as classes no centro e na periferia.

Para Fernandes (1975, p.94), na América Latina ‘[...] a ordem social competitiva opera muito mais no sentido de consolidar e de manter as vantagens relativas das classes ‘altas’ e (em menor escala) das classes médias’. Neste quadro, qualquer organização ou intenção reformadora dentro da ordem empreendida por estas classes mostra-se ineficaz, e tentativas para além da ordem são imediatamente suprimidas, pela pulsão ideológica ou pela violência direta. Para além deste movimento, há a própria fraqueza das classes dominantes locais, que por conta de seu papel de sócio minoritário, dependente, executora de recados, é também por essência débil, tanto nas tentativas de empreendimentos modernizadores próprios, de mediações com os trabalhadores, ou de garantia de legitimidade de seu papel social.

Deste modo, as burguesias periféricas, são em si débeis, fracas, não assumiram e não o podem assumir seu papel de reformação social. De modo e por conta mesmo desta fraqueza, vêm-se em dupla ameaça, tanto pela burguesia externa quando pelos trabalhadores e suas organizações internas. Em vista disto, incorporam-se a dinâmica dependente como fiéis escudeiros, garantindo seus

privilégios e assegurando uma posição de segurança neste ordenamento social assumidamente cíclico, que está sepultado para o futuro. Fernandes (1975, p.97) aponta que,

A burguesia e a pequena-burguesia "usam" a classe social e o regime de classes de maneira muito semelhante à que, no passado, as chamadas oligarquias tradicionais "usaram" o estamento e o regime estamental, isto é, como um veículo de autodefesa, de auto-afirmação e de auto-realização.

Para o autor, essa posição de dupla ameaça consolida uma burguesia e seus ascletras em "horizontes intelectuais muito estreitos" (FERNANDES, 1975, p.99), de modo que, negam as potencialidades de classe condutora de uma "revolução nacional", de afirmação de um padrão capitalista próprio afiançado pelos trabalhadores, pelo consagrado e subserviência exclusivamente reprodutora da dependência, do subdesenvolvimento, e da fraqueza de sua posição histórica. Assumem, portanto, posição estratégica similar a posição colonial tradicional, tornam-se incapazes, por endossarem as medidas incapacitantes, de oferecer um reordenamento, mesmo que burguês nacional de feições próprias, isto é, negaram seu papel histórico em troca da rendição às burguesias que o realizaram no centro.

Fernandes (1975), esclarecerá que, diante de tal cenário três vias poderiam aparecer como solucionadoras do impasse cíclico dependente, julgando que duas mostram-se incapazes de cumprir esse rompimento. A primeira seria a abertura a incorporação total das econômicas da América Latina na dinâmica global capitalista (prelúdio do enlevo neoliberal), o que se apresenta como arroubo desenvolvimentista, mas é a plena e total subordinação, a redução inclusive da existência das forças burguesas nacionais, em detrimento do controle integral e não mediado do capital central. A segunda tentativa, configuraria como uma maior democratização dos privilégios a que goza a burguesia nacional, isto é, uma divisão menos grotesca das migalhas que lhe são jogadas pelo centro. Para Fernandes (1975) esta via seria a tentativa de uma revolução dentro da ordem, impraticável por exigir mudanças na dinâmica capitalista aqui imposta como já demonstrado, ainda mais com a consolidação dos grandes monopólios como novas forças de dominação global. A terceira via seria da "revolução contra a ordem", isto é, as empreitadas socialistas e comunistas a serem realizadas a partir das potencialidades autotransformadoras dos trabalhadores e das franjas que os cercam. Aponta o autor que tal saída é a única viável no sentido de rompimento com a dependência, porque preza pelo rompimento com a dinâmica global capitalista que a estimula. Deste modo, a conclusão não pode ser outra além da percepção de que não há como romper com o estamento da dependência sem romper mesmo com o modo de produção capitalista e sua dinâmica de classes. As saídas dentro da ordem perderam o bonde da história ou se renderam. Forças que não assimilaram tal consideração, invariavelmente caíram no *politicismo*, que será apresentado a seguir, e possivelmente apostaram na *democracia como valor universal*, visto posteriormente.



### 3.3 O REINO DE 40 ANOS DO *POLITICISMO* (E TUDO INDICA QUE OUTROS MUITOS VIRÃO)

Pensando nas possíveis saídas do ciclo de dependência que mantém as relações sociais e seus apoios políticos, jurídicos e ideológicos em pleno funcionamento no país, mesmo que exigindo periodicamente rearranjos, que em aparência e apenas nela, indiquem certas modificações, voltemos a Chasin (1982), que faz análise de um processo real onde as saídas solucionadoras apontadas por Fernandes (1975) se colocaram de certa maneira em disputa, e novamente a dependência, se manteve vencedora. Vejamos.

Há 40 anos atrás, nos idos 1982, José Chasin publicou texto, carregado de seu estilo literário característico, analisando o processo de eleições diretas para governadores, senadores, prefeitos, deputados federais e deputados estaduais que aconteciam no referido ano. Aludindo a realidade brasileira e a elementos que considerou essenciais na condução de sua reflexão, o mesmo inicia o texto comparando o cenário político da época à uma dança, um tango, onde oposição e governo dançam uma música velha e sem conteúdo. Nessa dança, o PDS (Partido Democrático Social - sucessor do ARENA) rico e poderoso conduz o passo ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que cai no jogo do governo, prestes e se entregar a seus charmes e intenções. Tal introdução metafórica, faz-se extremamente real no continuar da dissertação, e traz-nos elementos a pensar até as atuais eleições, de outubro de 2022.

Para o autor, a construção das grandes greves do ABC entre 1978-80 foram momento de possibilidade concreta, de um *se objetivo, tão objetivo, que está objetivamente perdido*. As possibilidades ali existentes justamente condiziam com a alteração da condução da dança, com o rompimento do domínio PDS, isto é, existiram como possibilidade quase única na história brasileira de rompimento com o ciclo de dependência, através da manifestação efetiva de força dos trabalhadores, principalmente os sindicalizados da grande indústria paulista. Porém, por motivos a serem explicitados, quem dançou ao fim do baile foram os próprios trabalhadores, uma vez que as possibilidades de construção de projeto alternativo capaz de aglutiná-los não vingaram e o processo eleitoral de 1982 não representou seus interesses. Para Chasin (1982), a constatação da derrota da possibilidade de efetivação de um projeto alternativo dos trabalhadores àquele momento está manifesta no próprio processo eleitoral de 1982, que por sua constituição carrega em si a vitória do capital, da burguesia, de modo que, a realização do mesmo como o foi, exemplifica essa derrota. Segundo o autor, a derrota do projeto genuíno dos trabalhadores deveu-se justamente a ausência de oposição partidária alternativa, isto é, ideologicamente independente e com força para isso. Assim, o

processo eleitoral se apresentou apenas como possibilidade de negação ao PDS, de escolha do “menos pior”. Situação essa que nos lembra, apesar das diferenças essenciais e conjunturais, nada menos que o processo eleitoral que nos ronda no momento.

Para Chasin (1982), a ausência de alternativa partidária (viável) no pleito eleitoral – como expressão de um processo maior, é fruto da *politicização* do processo. Assim, o *politicismo*, que já dominava o jogo oposição/governo, será a tônica do processo eleitoral. Politicismo esse que nos orbita 40 anos depois com força de atração ainda maior. E politicismo esse que está entre as maiores causas dos caminhos (dúbios) tomados pelo Serviço Social no momento mesmo em que se julgava efetivamente crítico da realidade capitalista.

Vale, de todo modo, ressaltar com faz Chasin (1982) que, esse politicismo diz respeito a uma compreensão da totalidade via primado de sua dimensão política, isto é, a não compreensão em suas múltiplas determinações, contradições e mediações. Logo, há uma apreensão da política enquanto esfera determinante e central da realidade, aparecendo como falsificação intelectual idealista, amputada do real e extremamente funcional à burguesia. Dizemos isto pois, ao supervalorizamos as determinações políticas, velamos as determinações essenciais de conformação da organização social capitalista, quais sejam, as determinações econômicas, do modo de produzir e das relações sociais congregadas. Deste modo, a compreensão do papel do Estado e do Direito ficam totalmente comprometidas. A nosso ver, é provável que aquele Coutinho (1979;1988) tenha adotado tal caminho de certa maneira, e o Serviço Social o acompanhou.

Em suma, esse politicismo inverte as formas de determinação do complexo social, sobrepondo o político aos diversos elementos desse complexo, ignorando a primazia fundante da economia na realidade. O politicismo funciona na mesma lógica do economicismo, com termos inversos. Assim, para Chasin (1982), esse politicismo acentua o que de pior há no *liberalismo à burguesia brasileira*: a cisão entre economia como elemento a ser tratado na esfera privada, e política como elemento a ser tratado na esfera pública. Estado/mercado, falsa dicotomia liberal<sup>92</sup>. Dicotomia essa que ronda amplamente os debates atuais e orchestra a banda que conduz a dança entre os inimigos partidários da vez. Deste modo, quem suprime o debate econômico da sociedade – funcionalmente a serviço da classe dominante, esconde-o atrás da política, ao mesmo tempo que enfeitiça a oposição e desagrega

---

<sup>92</sup> “Ao pensamento liberal dos contratualistas vai somar-se o pensamento econômica de Adam Smith. Sua única citação sobre a mão invisível em “A Riqueza das Nações” passou a ser a expressão fajuta cultuada por liberais afinados com os interesses da livre iniciativa e da exploração do trabalho e a não intervenção do Estado na econômica, hipostasiando uma concepção de que o mercado pode regular os egoísmos e otimizar as relações comerciais entre os homens. [...] Portanto, para ele, o mercado deveria ser a instituição reguladora e não o Estado, pois o mercado atuaria aglutinando os egoísmos em prol do bem da nação, promovendo sua prosperidade” (OLIVEIRA, 2020, p.139).

os trabalhadores. Retrato se dá naquele liberalismo utópico teológico de negação do Estado, hoje explicitado sob *novo* molde.

Essas precisas considerações sobre a contaminação do politicismo, como meio de entendimento da realidade, que afunda possibilidades alternativas de construção de um projeto genuíno dos trabalhadores e que conduz as oposições *dentro da ordem*<sup>93</sup> para o jogo das forças dominantes não se deu no vazio ou sem objetivos. O processo de greves do ABC ao final da década de 1970 e início de 1980 marca para o autor momento único na história do país, onde as possibilidades de interrupção do baile, ou ao menos das músicas que o enfeitam poderia acontecer. Para Chasin (1982), naquele contexto, os grevistas foram capazes de desvelar cortinas, ao menos em partes, mas não conseguiram olhar através da janela. Isto se deu, devido a debilidade econômica e política da burguesia de *via colonial* ou *dependente*, que, por conta disto, tem o politicismo como forma genética estratégica de ação, visto que, sua situação débil é paradoxalmente a garantia e manutenção de seu processo de acumulação. Segundo Chasin (1982), romper com a subordinação econômica da via colonial (a qual a própria burguesia nacional é refém), é romper com a burguesia dela derivada, o politicismo é contra fórmula eficaz de impedimento de qualquer tentação neste sentido. A função do politicismo, em termo sintéticos, assenta-se na castração da oposição, dos trabalhadores e de algumas frações ‘progressistas’ da burguesia, aquelas que se aventuram a tentar romper o ciclo de dominação centro-periferia.

Por conta do próprio politicismo, a ditadura civil-militar sempre se mostrou ‘aberta’ a reparos políticos-institucionais e jurídicos-formais, desde que a condução econômica (o real fator determinante velado) permaneça intocada ou seja ligeiramente ajustada para favorecer o processo de acumulação. Assim, a dita abertura democrática, fruto em muito do acúmulo de forças expressadas nas jornadas grevistas, apresenta-se como uma dessas etapas de reparo institucional, marcada justamente pela eleição de 1982. Para Chasin (1982) a derrota anunciada dos trabalhadores neste processo se dá justamente porque a oposição atua, entra na dança da lógica politicista (e não sai dela desde então), isto é, está sob hegemonia ideológica do governo militar (enquanto representante da

---

<sup>93</sup> Chasin (1989) faz importante reflexão sobre os aparelhos que se colocavam como esquerda, ou em oposição de alguma forma à burguesia e as frações dominantes no Brasil naquele pleito eleitoral, diferenciando-os como *de esquerda* e *na esquerda*, ou fora da ordem e dentro da ordem, de modo que, “[...] o partido do trabalho, o órgão de atividade política *de esquerda* é aquele que anuncia a emancipação do trabalho e o fim do poder político” (CHASIN, 1989, p.91), isto é, por sua natureza está fora da ordem. Em contrapartida, as forças na ordem, ou *na esquerda*, são aqueles partidos de oposição, de plenas feições liberais, que disputam os cargos de representatividade do Estado, à serviço da burguesia, como foi o MDB na autocracia, ou o PT ainda hoje. Como bem dizia o autor neste texto, em que se propõe a analisar a crise da esquerda no pleito eleitoral de 1989, o PT em, “[...] todo o seu discurso e empenho pela *democracia participativa* é perfeitamente coerente, enquanto partido estacionado em moldes plebeus *na esquerda* do arco política do capital” (CHASIN, 1989, p.93), isto é, enquanto partido dentro da ordem.

burguesia), tornando-se incapaz de apresentar qualquer tentativa ou projeto de alteração das relações sociais, da organização produtiva, em suma, da determinação econômica.

Diante deste cenário, e da possibilidade concebida, mas abortada, é enfático Chasin (1982) ao afirmar que, apenas os trabalhadores são interessados e capazes de romper com o politicismo, de retornar à totalidade, de se colocar em seu lugar na história brasileira. Porém, não há no processo eleitoral de 1982 força capaz de organizá-los, conduzi-los ou de ofertá-los projeto econômico alternativo. E os próprios também não tem elementos suficientes de organização para conduzir tal ruptura. Nada muito distante de 2022, onde soma-se a ausência de projeto alternativo uma conjuntura de aberrações e crises (inclusive sanitárias) que evocam oposições a dança, mesmo que música mais suave as conduza. Assim, o processo eleitoral de 1982 marca uma das etapas desse aperfeiçoamento institucional, agora já consolidado, do politicismo reinante. O fio condutor daqueles tempos, e de nossos tempos, segue no ali construído *‘muda para nada mudar’*. A ausência do elemento determinante do real, no caso, a política econômica, acompanhada pelo arrocho, pelo endividamento externo, pela transferência de capital para o exterior, adicionada da fome, da informalidade, da redução drástica dos postos de trabalho, da destruição climática, do terrorismo moral, de uma pandemia e de vários outros elementos, é marca do processo eleitoral quarenta anos depois daquele permeado por alguns desses elementos.

Não se deve de todo modo crer que, as classes dominantes no país formam um bloco único e consonante. Suas divergências vêm da crise do ‘milagre’ de 1973, que causará a desfragmentação dos diversos setores da burguesia, que depois da acumulação oferecida, preocupam-se em não pagar o ônus da crise, o que fomentará, em grande medida, esse rearranjo político institucional. Assim, a dissonância no interior da burguesia se dá justamente pela definição das saídas possíveis para retomada da reprodução normal do capital, sem prejudicar as remessas de capital das frações nacionais e internacionais, sacrificando o Estado, como ideal inditoso, e socializando a crise e seus custos com os trabalhadores.

Vale lembrar, de todo modo, que o próprio ciclo grevista dos trabalhadores paulistas entre 1978 a 1980 contribuiu para que a forma política se atualizasse. A etapa anterior cumpriu seu papel de subordinação, possibilitando acumulação de certo capital, além da desfragmentação dos trabalhadores e domesticação da oposição – enfrentadas nas citadas greves, que ao mesmo tempo em que acompanham o esgotamento interno do modelo autocrático em sua própria natureza, também expôs a necessidade de reformulá-lo, reforma que pela dança da burguesia, se dará via politicismo, isto é, descartando o projeto dos trabalhadores que em alguma medida expos as necessidades de

alteração. Assim, há uma reformulação pelo alto, excluindo os autores de seu pontapé, e evitando que os mesmos fizessem parte do processo.

Diante disso, como aventou Chasin (1982) essa ‘*travessia do bonapartismo a institucionalização da autocracia*’ teve de imobilizar as massas, continuar arrastando e confundindo as oposições partidárias, além de controlar as resistências e as ambições internas de setores fragmentados da burguesia, insatisfeitos com a crise do milagre e as possibilidades de competição no mercado nacional/mundial. Essa passagem, será, segundo o autor, a passagem à autocracia institucionalizada, passagem mediada pelo politicismo, pelo apagamento das determinações econômicas como questão central da crise social brasileira e de suas contradições genéticas. O movimento grevista de 1978-80 era a grande chance de negação ao politicismo e não vingou, sua direção não conduziu a totalidade, assim, a última amarra da passagem estava derrotada, sua marca e constatação era a eleição de 1982. A transição por ela imposta, é a garantia da manutenção da estrutura econômica e de suas bases de auxílio, decide-se apenas quem pagará o ônus. No caso serão os trabalhadores, via Estado, cumprindo seus interesses genéticos de reprodução do capital. A dívida externa desde então é exemplo desse ônus socializado.

A agora autocracia institucionalizada, redemocratizada, aperfeiçoa sua manifestação politicista ao assumir expressão jurídica, tendo em vista que, torna-se ainda mais poderosa em seus objetivos, enquanto a ditadura, apresentava desequilibradamente a manifestação armada do politicismo. Por conta de sua incompletude histórica essa passagem é a única possível a burguesia nacional, uma vez que, esta é incapaz de assumir os interesses nacionais, e que assim, para a manutenção de sua condição está sempre em guerra com as outras classes locais, afinal, vivem das migalhas da superexploração, enquanto transferem capital para o centro capitalista. Assim, aponta Chasin que:

[...] a autocracia burguesa institucionalizada é a forma da dominação burguesa em “tempos de paz”, o bonapartismo é sua forma “tempos de guerra”. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia (CHASIN, 1982).

Para exemplificar essa oscilação, o autor relaciona 1937 (golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas) e 1964 (golpe civil-militar), apresentando suas respectivas transições ao final dos processos de vigência. Desta forma, em 1945-46 (fim do Estado Novo) o Brasil apresentava alguma possibilidade de saída via industrialização mesmo que hipertardia (que se iniciou), havia certa proeminência do PCB no quadro político (neutralizada), além da uma perspectiva liberal de desenvolvimento industrial, e de uma saída burguesa democrática. Fora que, o contingente operário

era muito menor, passível de controle por via jurídico-institucional, com as diversas regulamentações trabalhistas. Por isso, o aparelho repressor do Estado novo era “amador perto de 1964”. Assim, Vargas não consegue completar a transição entre bonapartismo e autocracia institucionalizada. Sua tentativa de reforma pelo alto fracassa, visto as barreiras existentes na conjuntura, e a desfragmentação da burguesia nacional.

Já em 1982 (fim da ditadura civil-militar), o Brasil carrega uma dívida externa gigantesca, país completamente imobilizado e dependente do capital internacional. Não há proeminência comunista, os Partidos Comunistas são dilacerados pelo Stalinismo, há uma dita crise do socialismo com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e grande parte da esquerda, do mesmo modo, apresenta-se estilhaçada, em ampla dispersão ideológica. As alternativas liberais são basicamente o ‘gauchismo’ de Brizola e seu legalismo, há agora uma gigante massa operária, mas ainda refém do controle jurídico e repressivo, além das políticas de superexploração vigentes e galopantes. Diferente de Vargas, a autorreforma da ditadura apresenta-se como promissora, a transição a autocracia institucionalizada está quase completa, e não há elemento que a vá impedir, a oposição está morta, a burguesia só se interessa pela manutenção da acumulação, tanto faz a forma política vigente. Assim, a oposição aceita a alteração política proposta pela burguesia, as greves vão perdendo força e não vigam, os trabalhadores vêm-se então abandonados, sem projeto capaz de acampar seus anseios. E assim segue, já que 40 anos depois, temos certeza do sucesso da transição aos que a ela interessavam. Fato essencial para o sucesso dessa transição é:

[...] a desconsideração, por parte das oposições constituídas, especialmente das esquerdas, de que a edificação democrática, no Brasil, é essencialmente função do movimento das massas trabalhadoras; em outros termos, o desconhecimento ou a ignorância prática do caráter decisivo da centralidade operária na questão democrática (CHASIN, 1982).

Assim, as oposições endossam a transição politicista proposta, ‘pelo alto’, e não aglutinam os trabalhadores em sentido de rompê-la. Tal forma de ser a agir repete-se, mesmo com a ascensão destas oposições ao poder e a iminente possibilidade de retorno.

Ainda no tema, Chasin (1982) aponta certa diferenciação entre as burguesias e suas vias de objetivação do capitalismo. Consideramos tal diferenciação relevante, tendo em vista que, mostramos quais possibilidades e perspectivas da burguesia nacional e as motivações de suas apostas migrantes em ‘projetos políticos’ aparentemente diversos e contrários, mas que atendem ao fim e ao cabo (de Collor e Bolsonaro à FHC e Lula – o grevista) seus próprios interesses, tendo em vista que, o Estado e a estrutura jurídica aparentemente alterada nestes ‘projetos’ na verdade manteve-se conservada em essência, isto é, à serviço desta burguesia e de seu interesse vital; a ‘normal’ reprodução do capital. Deste modo, como já citamos anteriormente, para as burguesias de via clássica

a democracia foi objetivo (por conta de seu caráter revolucionário), para as de via prussiana e italiana não se configura objetivo inicial, e para as de via colonial (particularidade nacional) jamais esteve em voga. Assim, no Brasil “[...] ou o proletariado arrasta a burguesia para uma equação democrática, ou é por ela submergido na diluição dos formalismos liberais” (CHASIN, 1987), sejam eles mais ou menos democráticos em aparência, mesmo que a condução e as políticas econômicas mantenham-se as mesmas.

Diante desta diferenciação e da constatação da inexistência de preocupações democráticas das burguesias típicas de via colonial, vale seguirmos algumas reflexões do autor acerca das possibilidades da democracia no país. Para Chasin (1982), se a democracia tiver como centro norteador o proletariado, sua objetivação não pode ser voltada as formas institucionais (e o foi na maioria dos casos, inclusive permeando o Serviço Social), tendo em vista que a objetivação tem de estar articulada a matrizes mais substantivas, isto é, as determinações econômicas que afetam os trabalhadores. A institucionalidade na via colonial não pode, e não o poderá por sua natureza constituir-se enquanto âmbito de construção da democracia burguesa, muito menos da proletária, logo, a aposta no Estado, no Direito e na Política não pode ser alternativa tangível. Em via colonial, a única forma de construção democrática efetiva, real, relacionada ao significado genético, é a construção dos trabalhadores, Pois, “[...] a “democracia” possível da hiper-retardatária burguesia brasileira se resume na legalização, na institucionalização da sua insuperável negação da própria democracia” (CHASIN, 1982). Assim, a democracia (para o ser) em países de via colonial *rompe necessariamente* com os elementos estruturantes desta forma de desenvolvimento, quais sejam, o arrocho, superexploração da força de trabalho, subordinação ao capital internacional, etc, etc. Esquecer tal necessidade de rompimento é ignorar o processo objetivo, material de formação histórica do Brasil e de suas possibilidades de alteração. Onde o erro de análise, fatalmente causa um erro de ação.

Dito isto, fica claro que a ‘democracia’ proposta pela burguesia via transição do bonapartismo à institucionalização representada por 1982 e a agora novamente proposta em 2022, não pode romper com nenhum desses elementos, romper com eles seria destruir a si mesmo, fato impossível. Assim, crer nesta democracia, neste Estado é ceder a dança da burguesia, é cair em sua armadilha.

Na medida em que as oposições, em especial as esquerdas - mantiveram e reproduziram a ignorância prática da centralidade operária, desconheceram a necessidade de romper o politicismo, e não compreenderam o imperativo de um programa econômico de transição democrática - é que elas sucumbiram ao ardid do politicismo e, hoje, depois de uma longa trajetória, à qual não se nega valor de resistência e até momentos de pesado sacrifício, mas essencialmente tecida de equívocos, desembocam na melancólica posição de colaboracionistas da politicização das eleições de novembro, levada a cabo pelos interesses e a vocação do sistema. Por isto as eleições de novembro já se perderam como arma, no processo de abatimento do regime vigente (CHASIN, 1982)

Se substituíssemos eleições de novembro por outubro, temos a análise da saída proposta pela oposição atual e as limitações de seu resgate à democracia proposto, nada menos que roupagem mais adequada para a condução da subordinação burguesa no país, e afinada com aquela *guerra de posição* apresentada por Coutinho anteriormente. Desta forma, a transição via politicismo, que nega as determinações econômicas, subsumindo-as ao aprimoramento político, é em si, antidemocrática. Assim, Chasin (1982) aponta que não há saídas reformistas no capitalismo de via colonial, sua reforma implica necessariamente algum grau de questionamento de sua lógica econômica. Infelizmente, tais lições não estão no bê-á-bá da esquerda, e muito menos na oposição que a diz representar. Logo,

Enquanto o sistema faz as eleições politicizadas para afastar e garantir o quadro econômico, as oposições, enredadas, por dentro e por fora, pelo ardid politicista, afastam a questão econômica para “garantir as eleições” e “conquistar a democracia. Pois, para além de fazer o processo convergir na direção dos interesses do sistema, as oposições confundem e desarmam, desorganizam e desmobilizam o movimento de massas (CHASIN, 1982).

Se o ciclo grevista de 1978 a 1980 representou o germe de uma possibilidade de construção de um projeto alternativo dos trabalhadores, onde a oposição demonstrou-se incapaz de sintetizar os interesses e forças dos trabalhadores, ou apostou em outras estratégias mais *modernas*, hoje nos 2022, não há germe algum vivo, e as oposições menos ainda se importam em sintetizar os interesses dos trabalhadores. Como fizeram em 1982, fazem em 2022, isto é, “[...] em vez de partirem das massas e visarem as eleições, visaram as eleições e foram às massas; levaram às massas a perspectiva das eleições, invés de levarem às eleições a perspectiva das massas” (CHASIN, 1982).

Em conclusão, que parece feita por um comunista consumido pelo *pessimismo da razão* na véspera das eleições de outubro de 2022, Chasin (1982) disse, “O pouco que resta a fazer, numa eleição duplamente politicizada, é a sobra da escolha tópica, a opção reduzida entre o ruim e o péssimo, enxotando, evidentemente, o tenebroso, que é o valete partidário do sistema, o PDS [...]”, ou em nosso triste caso, o bolsonarismo<sup>94</sup>. E escolhas desse tipo, devem, principalmente a evolução do *politicismo* ao *democratismo*, que apresentaremos a seguir.

---

<sup>94</sup> O bolsonarismo, que na sua insanidade e distopia lembra-nos em muitos momentos, apesar de abrir mão de certas bandeiras para o bem da burguesia nacional e do capital central, o projeto integralista sob novas bases. Como conta-nos Chasin em outro texto já citado, “A antimodernização pliniana é mais extremada, manifestando-se, na crítica romântica ao capitalismo, e na reação diante do que toma como a derrocada mundial deste (o primeiro conflito mundial, as crises de superprodução e desemprego, a instauração do estado soviético), como um salto para trás em busca de formas pré-capitalistas de entificação social. Donde, numa expressão formal, ao contrário do fascismo que, no fundo, é uma combinação de expansão econômica com regressão social, política e ideológica, o integralismo pliniano articula visceralmente duas regressividades: a deste último plano, e a regressividade econômica” (CHASIN, 1999).



### 3.4 DO POLITICISMO AO DEMOCRATISMO

Coutinho (1979), em texto que expõe claramente as bases daquilo que chamaremos de *democratismo*, como elemento complementar e derivado do *politicismo*, que tanto influenciará o Serviço Social posteriormente, levantará questões, indicando que, a discussão à respeito da ligação entre socialismo e democracia sempre esteve em órbita ao pensamento marxista, sendo inclusive fonte de polêmicas entre diferentes correntes da tradição, rondando os momentos posteriores a Revolução de Outubro de 1917 e seus possíveis caminhos. Segundo o autor, apesar e por conta mesmo dos caminhos tomados na URSS, estabeleceu-se no seio do marxismo certa rejeição a tal via, de modo que surgem concepções diferenciadas a respeito da ligação entre socialismo e democracia. Apoiando-se principalmente nas formulações italianas ligadas ao eurocomunismo, indicará que, a democracia transcende o tempo histórico burguês, de forma que não é funcional apenas a reprodução da dominação dessa classe, mas valor universal, necessário para abrir portas rumo ao socialismo.

Diante do cenário europeu e da influência da corrente eurocomunista, o autor afirmará que no Brasil, tal movimento de caracterização da democracia como valor universal também rondava as forças progressistas em ação no país. Assim, conforme aponta, no contexto brasileiro, passagem da década de 1970 para a década de 1980, período de crise da *autocracia burguesa*, “[...] aquilo que une a todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção [...]” (COUTINHO, 1979, p.34), ou de outro modo, concentrava-se energias àquele momento na luta pela democracia, como denominador comum de várias forças que atuavam ao tempo, apesar de extensas diferenças.

Para o autor, não existiam motivações suficientes que interpusessem negativamente a necessidade de uma luta conjunta, apesar das diferenças, pela democracia. Assim, como assevera Coutinho (1979), aqueles que compreendiam a democracia como forma de dominação burguesa, isto é, aqueles que não a tomavam como valor universal, estavam padecendo de uma visão estreita desta e em sucessão, do Estado. Neste caso, “Essa visão estreita se baseia, antes de mais nada, numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa” (COUTINHO, 1979, p.34). Onde, enxergamos a total predominância da visão eurocomunista.

Baseando-se em tal concepção, Coutinho (1979) afirmará que, dada a conjuntura brasileira àquele momento, não cabia na luta contígua aspirações diretas ao socialismo, mas a busca pela consolidação de instrumentos democráticos que oferecessem os pressupostos para uma futura construção do socialismo. Essa percepção se dará a partir da defesa de dois pontos centrais; “[...] o

vínculo socialismo-democracia é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo [...]” e, “[...] a *renovação democrática* do conjunto da vida nacional [...] não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira” (COUTINHO, 1979, p.35).

Coutinho (1979), para defender seu primeiro ponto, isto é, a genética ligação entre socialismo e democracia como categoria pertinente ao marxismo, apontará que não se pode realizar identificação apriorística entre *gênese* e *validade*, qual seja, a democracia apesar de parte integrante da consolidação do modo de produção capitalista, baseando-se justamente no reconhecimento do pluralismo, não necessariamente, por ter-se originado aí, pertence exclusivamente a este momento histórico e só a ele é funcional. Assim, começa o autor a determinar uma justificação trans histórica para a democracia, demovendo-a da sociabilidade burguesa em exclusividade, isto é, universalizando-a para além do domínio dessa classe. E parte significativa de tal elemento, está para o autor, na constatação de que “[...] a conservação e a plena realização desses institutos democráticos, conservação e realização que são asseguradas em grande parte – e muitas vezes em oposição aos interesses burgueses atuais – pela luta do movimento operário organizado” (COUTINHO, 1979, p.36). De modo que, para o citado, mesmo na sociabilidade capitalista, muitos dos instrumentos democráticos são e foram garantidos pela ação organizada dos trabalhadores, logo, não se devem necessariamente a ações e definições burguesas.

Nessa toada, continua Coutinho (1979) afirmando que, pós modo de produção capitalista, as divergências e indefinições quanto aos rumos das formas de organização social continuarão a existir, de maneira que, a democracia aparecerá como garantia de que as diferentes manifestações estarão plenamente representadas politicamente. Desta forma, defende que,

A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, portanto, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista (COUTINHO, 1979, p.36).

Assim, como segue argumentando o autor, a luta pelo socialismo, têm por condição, não como mero momento tático, a consolidação e aprofundamento da democracia, mesmo que na sociabilidade capitalista.

De toda maneira, como esclarece Coutinho (1979) uma futura democracia socialista, como continuidade universal da democracia, não é mera derivação da democracia burguesa. Por outro lado, como segue fazendo polêmica, não é a democracia socialista também a destruição definitiva do

Estado tal como o conhecemos, mas sim, criação de novos institutos políticos, insinuando certo erro compreensivo por parte de algumas correntes<sup>95</sup>. Deste modo aponta que,

A concepção segundo a qual a velha máquina estatal deve ser destruída para que se possa implantar a nova sociedade – uma metáfora que é muitas vezes entendida em sentido demasiadamente literal – que indicar precisamente que a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou mudança de função) de novos institutos políticos [...] (COUTINHO, 1979, p.37).

Em continuidade, segue o autor informando-nos que, esses novos instrumentos devem garantir a participação de sujeitos políticos coletivos, que se organizam de baixo pra cima, tal como sindicatos, associações profissionais, partidos, comitês e etc. Sujeitos estes que já existem e são parte do movimento de evolução política no capitalismo, que levam, queiram as classes dominantes ou não, a uma socialização da política.

Ainda em seu ponto, Coutinho (1979) tentará esclarecer que o socialismo não abarca apenas a socialização dos meios de produção, mas também a socialização da política e de seus instrumentos, isto é, numa socialização dos meios de governos e de participação da vida política. Desta forma, uma sociedade socialista não eliminaria apenas a apropriação privada da produção social coletiva, mas os meios privados de dominação política, onde a sociedade reabsorve o Estado, rompendo com uma alienação política, refuncionalizando os mecanismos tradicionais da democracia, ampliando sua representatividade. Aqui, ainda mais que antes, a influência do eurocomunismo se manifesta claramente, a crítica a URSS se condensa, apontando que tais proposições não se consolidaram na posterioridade daquele processo revolucionário, necessitando criar, como proporão os eurocomunistas, outra saída. E para reforçar seu ponto, alicerçando-se em Pietro Ingrao, dirá que a preocupação central é fundar um caminho que esteja a meio termo entre o modelo soviético e a social democracia reformista. Assim propõe uma “[...] articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta [...]” (COUTINHO, 1979, p.39).

Diante de tal posição, Coutinho (1979) empreenderá a tentativa de diferenciar as concepções liberal e marxista de democracia. Segundo o autor, a concepção liberal padece de uma falsa equalização dos sujeitos, da autonomização do mercado e da valorização vaga da pluralidade. Diante de tais elementos, a partir de determinado momento, o Estado se descola da sociedade civil, e passa a congregiar interesses capitalista gerais, impondo tais interesses ao todo da sociedade. Assim, o Estado liberal coloca-se como a abstrata representação de todos, apesar de funcionar para preservar

---

<sup>95</sup> Pachukanis discorda, ao apontar que, “Marx, portanto, concebia a transição para o comunismo desenvolvido não como uma transição para novas formas de direito, mas como extinção da forma jurídica em geral [...]” (2017, p.79). E aqui também, “[...] conceberemos o direito não como um acessório de uma sociedade humana abstrata, mas como uma categoria histórica que corresponde a um ambiente social definido, construído pela contradição de interesses privados” (2017, p.86).

os interesses burgueses como classe em totalidade. Por outro lado, a concepção socialista reconhece que o Estado não é plural, que os sujeitos não são homogeneamente iguais, mas sim, reféns da hegemonia de classe. Diante disto, a luta socialista dá-se, em grande parte e nesse momento, pela hegemonia do Estado, que após seu sucesso, não o instrumentaliza como mero corpo burocrático tal como faz a burguesia. Logo, “A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade de seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidade de base, etc.)” (COUTINHO, 1979, p.40).

Para o autor, a extinção do Estado, é a extinção da dominação burguesa do Estado, do seu aparelhamento privado. Como defende então, “[...] a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda” (COUTINHO, 1979, p.40). Deste modo, nos termos que expõe não há uma desvinculação total, mas uma continuação, com caráter trans histórico, de alguns elementos e instrumentos democráticos existentes no modo de produção capitalista.

Caminhando para a defesa de seu segundo ponto central, qual seja, a necessidade urgente de uma renovação democrática no país ao tempo em que escrevia, Coutinho (1979) exporá que a tarefa primordial naquele momento, ligada justamente a evicção da democracia no país, referia-se luta para derrota do regime militar instaurado em 1964 e então vigente. Regime esse que, segundo o autor, era expressão histórica da realidade brasileira. Neste ponto, vemos claramente que, as tarefas urgentes do momento podem ter-se confundido com tarefas históricas maiores e posteriores, assim, a conjuntura em questão pode, como em nossa percepção o fez, ter obliterado a visão do todo das tarefas a serem empreendidas pelos trabalhadores no país na vereda de rompimento com o modo de produção capitalista, assim, o conjunto de necessidade de renovação democrática, que exigia certas tarefas, ofuscou as tarefas de rompimento definitivo com o capitalismo.

Marchando, de todo modo, o autor fará recuperação da *via prussiana* como padrão de entificação capitalista no país conforme já apontamos anteriormente. Demonstremo-la para registro,

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais (COUTINHO, 1979, p.41).

Daí em diante, partindo daquela mesma base de Chasin, chegará a algumas conclusões diferentes. Para Coutinho (1979) o ponto alto da *via prussiana* no Brasil é justamente a instauração da *autocracia burguesa*. Segundo o autor tal momento foi capaz de congrega capitalismo monopolista e grande latifúndio, ao mesmo tempo que excluiu as forças populares da vida política formal. Neste cenário, a renovação democrática é a tarefa exclusiva das forças progressivas, e se dava justamente visando romper com o ciclo de *via prussiana* que se repetia, onde de certo modo, passa a caber aos trabalhadores a efetivação de incumbências não realizadas pela burguesia nacional, entres estas estava inclusiva a ampliação do Estado, tendo em vista o caráter restrito, o afastamento entre sociedade política e sociedade civil, empreendido pelo regime militar.

Para Coutinho (1979), e aqui temos uma conclusão significativa, naquele momento devia-se trabalhar para a consolidação da democracia liberal, para a ampliação do Estado, mesmo que a burguesia continue a detentora da hegemonia, isto é, siga ocupando o papel de classe dominante. De outro modo, “Em termos de conteúdo, isso significa que as formas hegemônicas do novo regime liberal, continuarão a ser, durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa hegemonia seja exercida de modo menos absoluto e despótico que sob o atual regime” (COUTINHO, 1979, p.42). Portanto, para o autor, valia o aprofundamento da dominação burguesa no país, sua sofisticação, realizada pelos trabalhadores e forças progressistas, visando a tentativa de rompimento com o ciclo de entificação de tipo *prussiana*.

Segundo Coutinho (1979) o estabelecimento da democracia liberal e de um *Estado ampliado* seriam etapas necessárias para a construção, via luta e vitória posterior, de uma democracia socialista, naquele formato que o mesmo defendeu anteriormente de elevação e superação das conquistas liberais. Segundo o autor, tais elevações de certas conquistas seriam suficientes para alterar não apenas a estrutura político-jurídica do ordenamento social no país, como também possibilitaria alterações da estrutura produtiva econômica. Tal argumentação parece-nos de certa forma invertida em termos de determinação, tendo em vista a prioridade, do estamento econômico sob o político, não a partir de um economicismo vulgar, mas da compreensão de que as próprias conquistas liberais a serem ampliadas são elas mesmo instrumento de sustentação, pois por ele estão determinadas, da estrutura econômica. O autor aponta que tal elevação refere-se à adoção de “[...] medidas que eliminem gradualmente as bases econômico-sociais que não só tornaram possível a emergência da “via prussiana” elitista e oligárquica, mas que contribuem para reproduzi-la (de modo ampliado) permanentemente” (COUTINHO, 1979, p.43). Não está claro, ao menos para nós, através de quais instrumentos se daria tal elevação, tendo em vista que, a preocupação está na ocupação política do

Estado liberal e de suas conquistas democráticas, o que parece inviabilizar *a priori*, qualquer alteração dos estatutos econômicos via tal caminho<sup>96</sup>.

Ainda nesta questão, e já formulando aquilo que chamaremos de *democratismo*, Coutinho (1979) assevera a necessidade de uma democratização da economia, onde a produtividade no país amplie-se, mas amplie-se em benefício dos trabalhadores. Além disso, essa democratização exigiria, a implementação de medidas contra monopólios, latifúndio e imperialismo, através de um amplo debate que congregue as forças sociais interessadas. Aqui, perguntamo-nos claramente, como e porque, o Estado liberal, - mesmo que ampliado e sob hegemonia da burguesia, apesar da realização da tarefa de democratização empreendida pelos trabalhadores-, implementaria tais medidas, tendo em vista que estas inviabilizaram a reprodução normal do capital, isto é, o interessa geral da classe que o hegemoniza. Não conseguimos compreender quais motivações levariam o Estado liberal, mesmo que democratizado e *ampliado* a realizar tais tarefas<sup>97</sup>. Na verdade, parece-nos que com esse novo grau de sofisticação da dominação, o caminho está aberto justamente ao contrário e ainda legitimado pelas forças e classes oponentes, já que agora podem participar em alguma medida. Percebemos ainda que, neste momento da argumentação aqueles autores que são responsáveis pela formação do acabou categorial clássico do marxismo não são invocados pelo autor, e temos alguma certeza de que, essas proposições não estão abarcadas em tal arcabouço<sup>98</sup>.

Voltando a Coutinho (1979) o mesmo dirá que é necessário nesse momento de aprofundamento político que as forças populares participem dos momentos decisórios, a partir daquilo que chamará de socialização crescente da política, como antídoto da *via prussiana*. Como resgata, ainda na vigência da autocracia burguesa, isto é, da predominância da sociedade política sob a sociedade civil, tal processo pôs-se de algumas formas em andamento, tendo em vista o surgimento

---

<sup>96</sup> Marx ao menos nesses trechos nos parece indicar tal impossibilidade, apontando que, “O Estado jamais encontrará no ‘Estado e na organização da sociedade’ o fundamento dos males sociais [...]” (MARX, 1995, n.p). Enfatizando ainda que, “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (Idem, Ibidem, n.p), uma vez que, “Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria **eliminar a si mesmo**, uma vez que ele só existe como antítese dela. Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, na essência da sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida. O suicídio é contra a natureza. Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo” (Idem, Ibidem, n.p). Ou ainda, “Daqui resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc. etc. não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si [...]” (MARX; ENGELS, 2009, p.47).

<sup>97</sup> Marx (2010, p.116) também não parece compreender quando afirma, “Qual é, então, o poder do Estado político sobre a propriedade privada? O próprio poder da propriedade privada, sua essência trazida à existência. O que resta ao Estado político, em oposição a essa essência? A ilusão de que ele determina, onde ele é determinado. Ele rompe, é verdade, a vontade da família e da sociedade, mas apenas para dar existência à vontade da propriedade privada [...] para reconhecer essa existência com a suprema existência do Estado político [...]”.

<sup>98</sup> O citado Lenin por exemplo, diz aqui que, “Estado: um produto do caráter inconciliável das contradições de classe” (LÊNIN, 2017, p.27), onde “[...] o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito das classes (Idem, Ibidem, p.29).

de forças coletivas organizadas contrárias ao regime, ou nos termos que usa, na ampliação de aparelhos privados de hegemonia dos trabalhadores e dos sujeitos do campo progressista. Para o autor, tarefa necessária para o aprofundamento democrático está então na formação de coligações, frentes, unificações dessas forças populares, desses aparelhos privados de hegemonia num *bloco democrático e popular*, que servirão não apenas para o rompimento com a *via prussiana*, mas também como força para a construção da democracia socialista posteriormente.

Assim, recuperando aqui o que havíamos apresentado anteriormente, Coutinho (1979) aponta que a saída para a luta pelo socialismo no país, com a consolidação da democracia, com a ampliação do Estado, com o equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política, deve-se centra na *guerra de posição* em detrimento da *guerra de movimento*, isto é, centrar na lutar pela hegemonia do Estado, da sociedade política, através dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, afastando-se de rompantes, ou da violência revolucionária direta, como realizado em outros momento da história, tais como na própria URSS, ou mesmo a luta armada empreendida por alguns grupos contra a *autocracia burguesa*, ou mesmo anteriormente, com as famosas ações de Prestes e Marighella, chamadas pelo autor de *golpismo de esquerda*. Assim, para o autor, a justificativa pela *guerra de posição* dá-se pois,

A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que tornarão realista a questão da conquista democrática do poder do Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levam a recuos desastrosos (COUTINHO, 1979, p.40).

Para Coutinho (1979), e aqui temos claramente os elementos de seu *democratismo* – reflexo, determinado diretamente do fenômeno do *politicismo* –, existiam àquele momento tarefas da renovação democrática. A primeira referia-se à consolidação das conquistas democráticas e de um regime de liberdade, que possibilitariam, com a participação dos sujeitos sociais interessados, a formulação uma Assembleia Constituinte. Processo que como sabemos, se deu posteriormente, em 1988, e que manteve *ipso litteris* os mesmos valores, preceitos e exigências liberais típicas, centradas na preservação da propriedade privada<sup>99</sup>. A segunda tarefa referia-se à formação de unidade, de aliança com todas as forças que desejassem aprofundar a democracia rumo a uma democracia de massas, capaz de implementar as medidas contra o capital monopolista e o imperialismo, para em um futuro, possibilitar a construção de uma sociedade socialista *fundada na democracia política*.

---

<sup>99</sup> Marx, ao analisar o teor da carta Francesa de 1789, por uma questão de proximidade territorial e temporal (fato que não afeta nossa análise geral), dirá em seu manuscrito que “[...] os assim chamados direitos humanos, os *droits de l’homme*, [...], nada mais são do que os direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade” (MARX, 2010, p.48).

Essas considerações de Coutinho (1979), que aqui chamamos de *democratismo*, como derivação do *politicismo*, são, conforme aponta Oliveira (2020) muito caras ao Serviço Social e após sua elaboração, passam e influenciá-lo diretamente. Como indica,

Essa análise torna-se a referência que embasa a maioria ou a totalidade dos autores do Serviço Social que discutem política social, direitos, cidadania e Estado no Brasil. É comum lermos que a Constituição Federal de 1988 é resultado de árduas lutas da classe trabalhadora incorporadas, pela primeira vez, pelo Estado brasileiro. De fato, a CF/88 expressou os anseios da sociedade brasileira, tanto da classe trabalhadora quanto da classe dominante (OLIVEIRA, 2020, p.134).

Além disso, refletindo sobre tal influência, a autora faz questão de nos lembrar que, esse momento de efervescência das forças populares, da ampliação do Estado na década de 1980, com crescimento da participação popular, a partir do aumento das forças progressistas, ou nos termos usados por Coutinho, na ampliação dos aparelhos privados de hegemonia pós equilíbrio entre essa a sociedade civil, é acompanhado por outro lado por uma série de ajustes econômicos estruturais que agiram não no sentido da *democratização da economia* ou de medidas anticapital, mas de aprofundamento da dominação burguesa, e principalmente das forças externas no país. Assim, a democracia, como aparente vitória no plano política para o campo progressista, veio acompanhada no plano econômico, de medidas que são a total afirmação da dominação do capital e dos interesses da classe dominantes. A democratização de um lado, “[...] veio acompanhada, no plano internacional, de uma ofensiva do capital sob a denominação de neoliberalismo, inviabilizando a sua materialização no que se refere aos princípios normativos da CF” (OLIVEIRA, 2020, p.134). E complementa, deixando claro que, apesar da empolgação da época, “[...] as Constituições são normativas cujas premissas se orientam pelo pensamento liberal clássico que tem sua origem nas obras de Hobbes e Locke” (OLIVEIRA, 2020, p.135). Isto é, estão, como está a brasileira, bastante distante de qualquer projeto da classe trabalhadora ou das formulações marxianas e marxistas clássicas.

Deste modo, para a autora, como afirmamos anteriormente, alguns princípios centrais estão presentes em todas as cartas constitucionais, afinal, estas dedicam-se justamente a estabelecê-los e preservá-los, questão que se mantém premente na carta brasileira de 1988. Assim, “Os princípios da liberdade, da vida e da propriedade privada serão as premissas que orientarão essas cartas e sobre elas se assentará a lógica do direito liberal. Sobre as bases do liberalismo serão constituídos os poderes executivo, legislativo e judiciário, formando o Estado moderno” (OLIVEIRA, 2020, p.138). E, para além das feições político-jurídicas do liberalismo, alguns princípios econômicos liberais permearão o núcleo dos elementos formadores das cartas constitucionais, núcleo este que também estará presente, mesmo que sob moldes mais modernizados, na CF/88. Assim, diante de tais princípios e entrelaçamento, deve-se ter claro que, “[...] a constituição serve para criar ordenamentos normativos e que devem ser controlados pelo Estado para o bom funcionamento da sociedade evitando abuso do



poder, harmonia entre os poderes, defesa da soberania e dois pressupostos que aparecem em todas elas, a garantia da propriedade privada e a igualdade jurídica entre os homens” (OLIVEIRA, 2020, p.140).

Onde não nos resta dúvida recuperar que, “São essas as premissas que norteiam a CF/88 no Brasil. Um documento em defesa da propriedade privada, dos direitos civis e da exposição de uma série de direitos sociais sem, porém, no que se refere a estes, estabelecer as condições objetivas de sua materialização” (OLIVEIRA, 2020, p.140). Deste modo, o apreço pela Constituição e o otimismo em torno dela por parte do Serviço Social, crendo pôr em prática uma *renovação democrática*, como etapa para a construção do socialismo posteriormente, em deliberada influência do *democratismo* de Coutinho (1979), ansiando neste momento aliar-se definitivamente a um projeto da classe trabalhadora, aparentemente apoiado na teoria social de Marx não fez sentido, tendo em vista que, como aponta Oliveira (2020), os princípios e os considerados avanços contidos na Constituição, assim como as ações dentro da democracia liberal não colocavam em ameaça a reprodução normal do capital, mas na verdade referendavam o Estado como aparelho de exercício da dominação burguesa, inclusive não existindo certeza de que aquelas conquistas democráticas postas na Carta seriam executadas, já que dependiam de recursos orçamentários para tal.

Assim, deve-se ter em mente ainda que, no momento mesmo em que o país parte para a democratização, e por isso mesmo, na aposta otimista de cumprimento de algumas responsabilidades sociais nunca cumpridas na história do país, no cenário mundial em contrapartida, o capital está direcionando seus Estados centrais em coordenada contrária, tendo em vista que passou por um momento de esgotamento produtivo e dificuldade de reprodução. Logo, a democratização vem acompanhada por uma ofensiva tremenda do capital, diretamente de suas forças centrais, buscando recuperar taxas de lucro e reprodução perdidas. Deste modo,

[...] esgotado o *boom* do crescimento capitaneado pelo endividamento externo, era o momento do acerto de contas e quem deveria pagar a conta eram os países dependentes, que impossibilitados de avançar no debate da superação da pobreza e da miséria, acenaram com a democratização e universalização no exato momento em que estava saindo de modo tais expressões (OLIVEIRA, 2020, p.144).

Aqui, ignorava-se em parte tal contexto, muito por conta da premência do *politicismo* e do *democratismo*, de modo que a confiança obliterada na “[...] ideia de que o capitalismo poderia superar suas contradições e colocar em marcha novos processos produtivos fez crer na possibilidade de que o *welfare state* poderia ser ampliado a todos os cantos do planeta, como meta a ser perseguida por governos de tendências políticas diversas e sem análise do significado concreto do modo de produção capitalista” (OLIVEIRA, 2020, p.146). Isto é, ignorou-se a teoria social de Marx, seu método, seus imperativos.

De todo modo, antes de mais considerações, daremos um passo atrás, onde recuperemos brevemente o Serviço Social na particularidade brasileira, agora que já conhecemos, mesmo de forma sintética, alguns dos elementos centrais que a compõe e diferentes formulações que influenciaram (ou não) as percepções da profissão.

### **3.5 DESDOBRAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA**

Nas décadas de 1930 e 1940, o Serviço Social brasileiro começa a se formar enquanto elemento interventivo na realidade social, dado o movimento assumido por esta. Há um processo nascente de industrialização no país, que mesmo a curtos passos e com forte oposição oligárquica e agrária, fomenta o êxodo rural sem precedentes até então na história do Brasil. Esta população que migra dos campos, tanto pela falta de terras, quando pela eliminação de postos em alguns setores em crise, como por políticas de incentivo direto, visando suprir a demanda por força de trabalho nos centros urbanos que se conformarão em torno da industrialização emergente, não estará plenamente adaptada às necessidades exigidas pelo novo padrão produtivo e tecnológico. Assim, assistentes sociais, em sua maioria mulheres das classes médias com vinculação religiosa, serão demandadas para intervir junto a famílias migradas, visando adequá-las a cultura exigida pelos novos padrões urbanos. Desta forma, estas assistentes sociais não atuarão balizadas por preceitos científicos ou metodológicos próprios, e cumprirão peremptoriamente as funções de acomodação de seu público alvo às demandas do capital e do Estado brasileiro, aplicando perspectivas de cariz teológico e moral, reprimindo comportamentos e modos de vida “desviantes”. Os novos migrados, para encontrarem-se aptos como força de trabalho ao capital industrial, deveriam assumir a risca uma cultura do trabalho resignado, voltada à família e à obediência. Caberá ao Serviço Social acompanhar e disseminar tal perspectiva. Logo, devemos levar em conta que,

Desde a emergência do Serviço Social brasileiro na década de 1930, existia um claro entendimento sobre a importância da cultura na formação e no exercício profissional. Pode-se afirmar, sinteticamente, que a cultura profissional presente nesse período era fortemente balizada por uma visão de mundo que entendia a “questão social” como uma questão moral, na qual a(o) assistente social deva intervir procurando “adaptar e ajustar” os indivíduos que sofriam algum tipo de “problema”. A sua base era essencialmente doutrinária, o que significa a existência de uma determinada cultura profissional com fortes influências religiosas, conservadoras a até reacionárias, em que pese as diferentes formas com que isso objetivou nas diversas realidades latino-americanas (MOLJO; SILVA, 2019, p.119).

Com tal perspectiva, não havia àquele momento, a construção de um conhecimento próprio do Serviço Social, muito menos tentativa de entendimento da realidade que superasse minimamente

os preceitos institucionais centrais, como a teologia, o moralismo, o punitivismo e o sentido resignado do trabalho. Alguma ou outra formulação mais organizada da atuação do Serviço Social, de seus objetivos sistematizados, de técnicas ou instrumentos de atuação, provinha diretamente das teorizações do Serviço Social europeu e americano, que seguindo os mesmos preceitos centrais começavam a fundi-los, mesmo que confusamente, com teorias sociais diversas. Há assim, com o aumento dos desígnios à profissão, anseios de sua formalização, como intervenção profissional, dado que a situação de êxodo rural, crescimento dos centros urbanos e da força de trabalho vinculada ao capital industrial se aprofundará na década seguinte. De todo modo, não se pode ignorar que,

[...] o pensamento conservador, seja ele mais avesso ou mais adequado às transformações propiciadas pela revolução burguesa claramente consolidada na primeira metade do século XIX, foi o componente que sustentou a gênese do Serviço Social como profissão e determinou certa cultura profissional (MOLJO; SILVA, 2019, p.121).

Enquanto a força de trabalho no país ainda se encontrava em processo de transição entre atividade agrária e urbana, isto é, ainda não havia se consolidado enquanto proletariado, organizado em classe, subordinado à lógica capitalista industrial de produção, as contradições sociais não se manifestavam ainda na proporção que assumiram a partir da década de 1950. Neste período, dado o grau de urbanização e sua tendência exponencial de aumento, pode-se considerar que já há de forma completa, a formação de uma classe operária no Brasil espalhada pelos grandes centros urbanos. Assim, os conflitos sociais pontuais, manifestados nas famílias e comunidades, assumiram teor coletivo e social, as primeiras greves e demandas ainda na década de 1920 compostas por poucos ofícios, serão agora grandes concentrações de operários nos mais diversos ofícios, as teorias sociais anticapitalistas como o até 1930 dominante anarquismo e o já então dominante socialismo impulsionado pelas revoluções russa e chinesa se tornarão parte da cultura deste proletariado formal, o que afetará diretamente o andamento da normalidade desejada pelo capital industrial em formação. Assim, o leque de demandas e sucessivamente de atuação do Serviço Social se expandirá, exigindo não só maior número de pessoas aptas a executá-las, como também formulações próprias que facilitem e disseminem formas de atuação pertinentes aos objetivos exigidos. De orientadora social, conselheira familiar, religiosa e moral, as assistentes sociais, agora já com um novo perfil embrionário, tornar-se-ão literalmente controladoras da força de trabalho, interventoras nos bolsões de pobreza, amenizadoras dos conflitos sociais. Desta forma,

Foi nesse complexo cenário que as (os) assistentes sociais demonstraram interesse pelo campo da cultura, indagando sobre o pauperismo que se vivia – e ainda se vive – na América Latina, entendendo que uma das causas desses processos era o ‘atraso cultura’ dos ‘setores marginais e empobrecidos’, que deviam ‘modernizar-se’, ou mesmo tempo em que a economia e as cidades se modernizavam (MOLJO; SILVA, 2019, p.122).

Dá-se então, uma alteração considerável no padrão de ação do Serviço Social, no sentido que, ao atuar diretamente na “questão social” brasileira, conhecendo alguma de suas nuances, e sendo demandado por uma base mais ampla e complexa, o Serviço Social teológico, moral e familiar vai se transformando, seguindo a linha da formalização que se inicia anteriormente, em profissão, com rol extenso de atuação e vinculação direta ao capital industrial e ao Estado. Deste modo, exige-se, como se dá na própria sociabilidade brasileira, uma modernização, essa claramente de sentido ainda conservador, mas modernização, dado o grau de alteração do arquétipo profissional existente. Assim, novas formas de intervenção e de tentativa de compreensão da realidade surgirão mais adaptadas a dinâmica capitalista brasileira, logo, “É nesse momento que o Serviço Social se apropriou do “desenvolvimento de comunidade”, disseminado pela Organização das Nações Unidas (ONU), fazendo deste um dos instrumentos privilegiados para a intervenção profissional” (MOLJO; SILVA, 2019, p.122).

Se levarmos em conta o grau que as contradições assumidas em países de particularidades de assunção ao capitalismo como o Brasil, isto é, países tardios e dependentes, de *via colonial*, com posição subordinada na divisão internacional do trabalho, há na transição entre as décadas de 1950 e 1960 um aprofundamento ainda maior do domínio do capital externo, principalmente na realidade latino-americana. Tendo em vista que ocorreu então o massivo êxodo rural, com a formação de um proletariado enquanto classe, com seus meios de organização e reivindicação, além é claro e em consonância com isto, a formação de gigantescas massas de reserva industrial e das franjas não aceitas para estas atividades (o caso da população negra do Brasil, escravizada por 300 anos no país, e depois de livre da escravidão, limitada de todas as formas ao acesso da terra e empurradas para as favelas e bolsões de pobreza nos centros urbanos), o grau das contradições na América Latina será exponencialmente ameaçador ao desenvolvimento normal dos planos impostos pelo capital internacional ao capital nacional subordinado. Exemplo do potencial das contradições nos trópicos é a revolução cubana em 1959. Assim, como ação preventiva, dá-se uma série de golpes, de restrições e de impugnações ao longo da América Latina, visando refrear, de forma violenta, se as ações fleumáticas se tornarem ineficazes, as demandas e organizações dos trabalhadores e suas franjas, que assumem ou começam a influenciar diretamente os rumos de condução de alguns dos Estados latino-americanos.

Desta forma, como profissão interventiva, ligada diretamente aos pobres e aos trabalhadores, o Serviço Social, mesmo que de base e atuação conservadora (desde teológica ao falso cientificismo positivista) não ficará impassível na nova dinâmica de organização social nos trópicos. É neste momento, que há internamente, dado os fatores externos, uma tentativa de mudança e questionamento das saídas exigidas e oferecidas pelo capital industrial controlado internacionalmente e pelo Estado.

É então, na passagem da década de 1950 para a década de 1960, já com as intervenções preventivas e golpistas se proliferando nas sociedades latino-americanas, que parte da profissão começará a questionar a ‘alternativa’ desenvolvimentista e o tratamento violento e punitivista direcionado aos trabalhadores, lembrando que já há neste momento, uma mudança no perfil profissional, agora composto ainda em sua maioria por mulheres, mas muito próximas, quando não oriundas mesmo do proletariado e de suas franjas. Deste modo,

No âmbito do Serviço Social, os debates mais promissores se iniciaram durante o Movimento de Reconceituação latino-americano, processo este denominado por José Paulo Netto (1991) como uma ampla e heterogênea revisão das bases do Serviço Social tradicional, envolvendo grande parte do continente centro-sul americano, situado em um espaço temporal bem definido embora não exato: 1965-1975 (MOLJO; SILVA, 2019, p.123).

Diante deste cenário, Iamamoto (2018) identifica que um dos marcos de contestação das saídas e requisições oferecidas para e pelo Serviço Social, está assentado na aproximação de parte do corpo de assistentes sociais às teorizações até então não presentes no rol consultivo da profissão. Para a autora, a partir deste momento, e em parte considerável da América Latina, grupos de assistentes sociais passam a ter contato com teorizações não necessariamente reiterativas ou a serviço exclusivo dos interesses do capital. Vinculado ao contato direto com as contradições presentes na realidade social latino-americana, o Serviço Social em algumas de suas partes, passa a compreender tais contradições como disputa entre classes, isto é, superam a visão conservadora e funcional de entendimento dos ‘desajustados contra a normalidade’, mas passam a compreender a luta feroz entre classes, entre burgueses e proletariados como motor da sociabilidade latino-americana e de seu modo de produção regente. Assim, e diante de tal percepção, aproximar-se-ão alguns dos grupos ao marxismo e a teorizações anticapitalistas. Neste momento, em que os profissionais já de novo perfil deparam-se com a pobreza nua e crua, com a clareza das contradições capitalistas, aproximam-se também das demandas destes sujeitos, e deste modo, passam a compreender o mundo a partir da perspectiva genuína do proletariado, qual seja, o marxismo, o socialismo, o comunismo, vinculados as particularidades e singularidades locais e culturais. Desta forma,

A primeira aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo – universo cultural e político inteiramente estranho e alheio à nossa história profissional - ocorre, nas décadas de 1960-1970, a partir do Movimento de Reconceituação na América Latina. Este é um marco na aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas (IAMAMOTO, 2018, p.212).

Conhecido como Movimento de *Reconceituação* latino-americano, tal guinada de certos grupos profissionais ao longo do continente, marca a primeira aproximação de peso da profissão ao marxismo, marca um dos primeiros momentos em que organicamente, a profissão passa a vincular-

se com a população que deveria controlar e adaptar. Como aponta Iamamoto (2018, p.214), as principais preocupações da *reconceituação* eram: a compreensão do desenvolvimento latino-americano levando em conta suas singularidades e particularidades no universo capitalista, tendo em vista captar a ação profissional na história do continente, a formação de um projeto profissional amplo que se vinculasse as lutas sociais em oposto ao tradicionalismo e conservadorismo, a ascensão de um estatuto científico à profissão, com aprofundamento da politização profissional vinculada aos anseios dos ‘‘oprimidos’’, além da reforma da formação profissional.

Deste modo, nota-se neste momento, uma confusão persistente entre estatuto profissional, militância política e pedagogia. Há ainda uma deficiência material de produções marxistas vinculadas aos clássicos e fundadores. Percebe-se também, que as aproximações realizadas pelos grupos em questão, muitas vezes estavam vinculadas a organizações atreladas ao partido comunista soviético e ao seu ‘‘*marxismo-leninismo*’’ difuso, controverso e pouco devedor de Marx e dos clássicos. De toda forma, os objetivos profissionais, levando em conta a conjuntura de dominação direta e explícita do capital internacional, via intervenções políticas e militares extremamente violentas com os trabalhadores e suas franjas, levou parte da profissão no continente a se aliar a estes mesmo sujeitos, assumindo em sua atuação profissional as demandas que estes impunham a sociabilidade capitalista e à sua administração via Estado. Desta forma, o foco participacional, coletivista e conscientizador será o mote de ação daqueles que se aliam a *reconceituação* como resposta profissional mais lógica a dinâmica vivida. Assim, ‘‘Os assistentes sociais latino-americanos assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e ‘‘marginalizados’’ na região’’ (IAMAMOTO, 2018, p.213-214).

De todo modo, como primeira aproximação, dotada de problemas diversos a serem enfrentados, a reconstrução teórica do marxismo por parte da *reconceituação*, foi carregada de nuances débeis, não por mera incapacidade dos grupos pretendentes, mas por dificuldades materiais e influências reais. Desta forma, Iamamoto oferece perfeito resumo das adversidades e infortúnios que tornaram a *reconceituação* frágil e inviável em longo prazo no continente, padecendo em certos países para a hegemonia conservadora ali já instalada. Vejamos,

Estabelecia-se frequentemente uma relação de identidade entre militância e profissão, deixando de lado suas diferenças e impedindo assim a análise de suas mútuas relações. Tais caminhos condicionam também os condutos teóricos pelos quais se deu a aproximação ao marxismo: manuais de divulgação do ‘‘marxismo oficial’’, autores descobertos na militância política (Lênin, Trotsky, Mao, Guevara) cujas produções eram seletivamente apropriadas numa ótica utilitária em função de exigências prático-imediatas. Difunde-se, ainda, uma clara dissociação entre o chamado ‘‘materialismo histórico e o materialismo dialético’’. Estão ausentes dessa primeira aproximação a categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx – e a teoria do valor e sua autovalorização pela exploração do trabalho, fruto

da extração e mais valia, ou seja, a Crítica da Economia Política (IAMAMOTO, 2018, p. 214).

Desta forma, parece-nos claro, que esta primeira aproximação com o marxismo -, por mais que louvável e de grande vitalidade em termos de luta e tentativa de entendimento da realidade social, levando em conta a cultura do proletariado e suas potencialidades enquanto classe -, padece ao mesmo tempo, de incongruências de tal mote, que inviabilizaram, como o só poderiam, o espraiamento da tentativa ao longo de todo o corpo profissional continental, tendo em vista o entendimento equivocado a respeito do papel social de uma profissão, da extensão e caracterização do proletariado e dos trabalhadores em geral, do entendimento científico e metodológico do próprio marxismo, além da influência quase inapelável das experiências socialistas em andamento pelo mundo, que careciam em muito de referências essenciais que construíram o marxismo de Marx. Em suma e como aponta Iamamoto (2018, p.215), as principais influências teóricas e políticas desta primeira aproximação em certa medida frustrada, foram o marxismo-leninismo oficial dos países soviéticos, a influência da revolução chinesa, o estruturalismo de Althusser, as práticas pedagógicas de Freire e a teologia da libertação. Tais influências, por mais que historicamente vitais, demonstrações claras da força do proletariado e de suas potencialidades, horizonte de alternativas ao capitalismo e seu modo de organização da produção e da vida, são hoje compreendidas como compostas por algum tipo de equívoco, tanto prático como teórico, desde o relatório de Krushev à guinada ao mercado chinesa, ao claro positivismo de Althusser e até aos limites da pedagogia como elemento transformador e da vinculação intrínseca entre a teologia da libertação e a igreja, uma das instituições mais funcionais a organização social burguesa.

De todo modo e seguindo o balanço realizado, não se pode perder de vista, apesar dos problemas e debilidades que,

Transcorridos pouco mais de 50 anos do Movimento de Reconceitualização na América Latina, pode-se afirmar que o maior legado teórico da experiência reconceitualizadora foi a aproximação da profissão com a perspectiva marxista e a abertura de interlocução com outras áreas do conhecimento. Os aportes da tradição marxista através de tendências diversas, permitiram rever as bases conceituais da profissão, seu projeto Ético-político e suas ações prático operativas (SIMIONATTO, 2018, s/n).

Feito esta pequena e breve menção do Movimento de *Reconceitualização*, apontado sua novidade central ligada à crítica da sociabilidade latino-americana, vinculando-se com a tentativa de aproximação ao marxismo, com seus problemas de entendimento e aprofundamento teórico e com seu saldo sem conta de dúvidas essencial para o desenvolvimento do Serviço Social, avancemos para o segundo momento de aproximação entre Serviço Social e marxismo apontado por Iamamoto (2018), contido em um processo maior que acontece no Brasil. O momento de *Renovação* do Serviço Social,

já não tem a extensão latino-americana, mas aprofunda-se no Brasil como um processo essencial no desenvolvimento da profissão neste país.

O processo de *Renovação* tem um caráter teórico mais amplo que a *reconceituação*, uma vez que, não se restringe a uma perspectiva crítica e anticapitalista, mas também apresenta feições neoconservadoras e aportes científicos funcionais a ordenação social e produtiva burguesa. De todo modo, o momento mais efetivo e duradouro do processo de *renovação* do Serviço Social no Brasil deve diretamente ao movimento de *reconceituação* latino-americana, e é este justamente o apontado como o segundo contato do Serviço Social com o marxismo. Porém, antes de nos aprofundarmos, devemos ter clareza que: *Renovação* e *Reconceituação* não se confundem, tendo em vista que, ‘‘A palavra reconceituação, por sua vez, tem um perfil latino-americano com clara tendência de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador (MOLJO; SILVA, 2019, p.123), e a *renovação* refere-se a um processo estritamente brasileiro, teoricamente mais amplo e que contém a segunda aproximação persistente e capilar entre Serviço Social e marxismo no continente. Para Yamamoto, este momento qualifica-se como ‘‘A segunda aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista, expressa-se na superação do movimento de reconceituação, cuja referência é a experiência brasileira na crise da ditadura e das lutas pela democracia (IAMAMOTO, 2018, p. 215). Assim, aprofundemo-nos.

O processo de *renovação* do Serviço Social brasileiro, durante a ditadura militar no Brasil, marca a ambiência da pluralidade na profissão, pluralidade que extrapolaria formas e métodos de atuação e passaria a permear o âmbito de produção do conhecimento e orientação teórica profissional. Como particularidade de um processo latino-americano maior, conhecido como *reconceituação*, o Serviço Social brasileiro em sua *renovação*, depara-se como uma série de surgentes demandas, decorrentes mesmo das alterações do padrão capitalista brasileiro, voltado à modernização, cujo mote liga-se ao crescente processo migratório campo-cidade, à incursão do Estado como empreendedor de risco, e a tentativa de industrialização, que rebatem obviamente na alteração do padrão social urbano, acelerando exponencialmente as contradições entre classes, tendo em vista o crescimento considerável do proletariado e de suas franjas no cenário social, enquanto classe minimamente organizada, mesmo que de forma forçada e desinteressada pelo próprio espaço produtivo.

Desta forma, a ‘‘questão social’’ torna-se elemento constituinte fundamental da cena autocrática, condensando naquele período não só um padrão de Estado específico, mas classes dominantes corporativizadas em torno de um projeto de desenvolvimento, que apesar de manter o padrão histórico de dependência, carrega traços claros de modernização, tal qual ainda, o fortalecimento do proletariado na cena social.



Diante de tal modernização, Netto (2011), apontará mudanças consideráveis que afetam o Serviço Social de até então, mudanças que giram desde a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais, tanto estatal como empresarial, visando o controle da força de trabalho *in loco* ao ambiente produtivo e *ex situ* a este ambiente, voltando as incursões na reprodução cotidiana dos sujeitos. Tais incursões alteram em alguma escala seu padrão, transcendendo da mera lógica caritativa genética e assumindo perspectiva técnica-burocrática, visando suprimir os abalos possivelmente causados pela multiplicação da ‘questão social’, o que marcará a refuncionalização profissional, exigindo assim novos padrões de conhecimento que sustentem tal alteração. Deste modo, combinar-se-ão estratégias de apaziguamento, que caberão a este Serviço Social modernizado, somadas as violações de força sistemática empreendidas pelo Estado da *autocracia burguesa*.

Tais condições históricas tornaram possível a gestação de um novo perfil profissional, ainda no período ditatorial: consolida-se um mercado de trabalho efetivamente nacional para os assistentes sociais, cresce o contingente profissional, realiza-se efetiva inserção da formação nos quadros universitários, sujeita às exigências de ensino, pesquisa e extensão. Instala-se a pós-graduação *stricto sensu* nutrindo a produção científica, o diálogo acadêmico com áreas afins, o mercado editorial e a renovação dos quadros docentes (IAMAMOTO, 2018, p. 216).

É neste caldo, de alterações macro societárias e particulares à profissão, que o processo de *renovação* se dá, visando, estabelecer formas de ação e de conhecimento embasatório, capazes de atender as demandas em voga. Obviamente, tal processo acompanha um marco, também fundamental da profissão, a sua inserção nos ambientes de formação universitária e o contato com as diversas formações destes espaços e suas respectivas matrizes teóricas, em que se abrem as portas expostas por Netto (2011), para a *cientifização e laicização* da profissão. É neste quadro, de mudança considerável do processo de formação profissional, agora ligado à organização acadêmica do conhecimento, que a profissão passará por mudanças consideráveis em sua lógica própria de conhecimento, diversificando-a de forma praticamente inédita até então em sua história.

Ante esta diversificação do conhecimento, produzida por todo este movimento sociopolítico modernizador, que o processo de *renovação* se colocará em marcha a partir de três principais correntes identificadas por Netto (2011) como: a) *perspectiva modernizadora*, cuja matriz teórica fundamenta-se no positivismo e estruturalismo, com perspectiva pseudocientífica de neutralidade. A b) *reatualização do conservadorismo*, com a premissa de recusa do positivismo e das incursões marxistas, recuperando por sua vez tendências conservadoras da profissão, inspirando-se em certa *fenomenologia*, rodeada pela recuperação religiosa velada, com ênfase caritativa psicossocial.

Já terceira vertente, essencial deste processo, é conhecida como c) *intenção de ruptura*, vertente diretiva atualmente hegemônica da profissão, ainda mais se levado em conta

especificamente os processos organizativos e formativos do Serviço Social<sup>100</sup>. Este momento é o considerado por Iamamoto (2018) a efetiva segunda aproximação entre Serviço Social e marxismo, assim, nos debruçaremos sobre ele. Diante do cenário social brasileiro, parte dos assistentes sociais vinculados com as lutas sociais, com os anseios dos trabalhadores, contrários a intervenção do capital externo via ditadura militar e propensos a repensarem a profissão em termos similares aos objetivos da *reconceituação*, debruçam-se sob o marxismo visando estabelecer uma nova identidade profissional em consonância com as vinculações estabelecidas. É em Belo Horizonte, entre 1972 e 1975, que o “método BH” nasce, como tentativa pioneira de vinculação entre intervenção profissional planejada e baseada no marxismo. O projeto inovador planejava intervir, mais ou menos aos moldes da *reconceituação*, em uma comunidade mineira (em duplo sentido) próxima à capital. Temos assim que,

O Brasil dispunha, nesse período, de um pólo de resistência à essa vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), pioneiramente integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como se expressou nos países de língua espanhola, com forte interlocução com as experiências chilenas. Ela é também traz em si as limitações teórico-metodológicas e as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento (IAMAMOTO, 2018, p. 216).

Isto é, apesar do pioneirismo e da relevância histórica única nos rumos do Serviço Social brasileiro, a experiência de Belo Horizonte, tão como a *reconceituação* padecia de debilidades comprometedoras para seu andamento, além de ter sofrido forte repressão da ditadura militar, que obrigou a Universidade a encerrar a experiência, demitir e expulsar os envolvidos. Assim, faz-se mais que necessário, ressaltar algumas contradições neste decurso.

Uma primeira contradição emblemática, que é marcada obviamente pelas limitações conjunturais, históricas e políticas, está ligada à apropriação do marxismo por parte desta vertente. Tal apropriação mostra-se débil já na surgente experiência, questão que não é ignorada, e certamente reconhecida, pelas próprias idealizadoras da incursão de Belo Horizonte e por seus analistas posteriores. Netto (2011) perceberá traços de voluntarismo e ecletismo, marcando a apropriação como débil justamente por beber em fontes secundárias a Marx. A exemplo desta consideração Lessa (2016) indicará que existia incompatibilidade entre a análise de classes presente na experiência e a análise marxiana da questão, uma vez que, partia do pressuposto de existência de

---

<sup>100</sup> “A visão tripartite – positivismo, fenomenologia e marxismo -, bem como os ecletismos e sincretismo dela decorrentes, provocaram um amplo e profícuo debate intelectual na compreensão das matrizes do conhecimento, na concepção de teoria e de metodologia a elas inerentes e, especificamente, na unidade entre história, teoria e método que preside a formulação marxiana” (SIMIONATTO, 2018, s/n).

uma “classe oprimida”, questão que segundo o autor impossibilita a definição clara da classe potencialmente revolucionária, na medida em que simplifica a luta de classes entre ‘opressores e oprimidos’, de modo a velar a complexidade da contradição pertinente ao modo de produção capitalista, uma vez que mistifica o conflito entre classes abstratas, distanciando consideravelmente da formulação de *luta de classes* marxiana. Iamamoto analisando o processo aponta,

O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o "Método Belo Horizonte" explica aquela "invasão": o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de "marxismo-leninismo" na sua versão tida como "oficial"; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: "a prática como fonte de teoria" (IAMAMOTO, 2018, p. 216).

De todo modo, e apesar dos problemas apontados, que mesmo aqui explicitados, não apagam em nada o pioneirismo, a coragem, a vitalidade da experiência, dada a violenta conjuntura brasileira, as ameaças veladas e reais sofridas, a vinculação orgânica com os trabalhadores e com aqueles que lutavam pelo fim da ditadura, além ainda, da força para realizar o enfrentamento interno, no seio da profissão, às vertentes que por sua própria posição reforçadora e conformista, já nasciam privilegiadas e apenas modernizavam o que havia de pior na intervenção profissional. Assim, se há Serviço Social tal como vemos hoje, se existem programas como o que este autor está vinculado, e ainda se existem bibliografias como as consultadas e como este singelo trabalho que trata do tema, todas devem a coragem da experiência de Belo Horizonte, àqueles que tiveram a audácia de contestar o conservadorismo e o tradicionalismo e aqueles que tocaram por toda a América-Latina a *reconceituação* pregressa. Desta forma, devemos ter em conta que, “A proposta denominada “Método de Belo Horizonte” ou “Método BH”, mesmo que por meio de um ‘marxismo sem Marx’, demarca, teórica, ideológica e politicamente, a aproximação do Serviço Social brasileiro às ideias marxistas” (SIMIONATTO, 2018, s/n), e ainda que,

No que se refere à cultura profissional, será nesse período – na segunda metade dos anos 1970, e, sobretudo, a partir dos anos 1980 –, na esteira da tradição de BH, originalmente de base althusseriana, fiel legatária da reconceituação latino-americana e tecida nas lutas operárias do início dos anos 1970, que o Serviço Social se aproximará dos marxismos e aprofundará seu debate com essa tradição (MOLJO; SILVA, 2019, p.124).

Os desdobramentos da *intenção de ruptura* e da experiência de Belo Horizonte são considerados por alguns ainda em andamento, de todo modo, podemos ressaltar momentos que conduziram ao estreitamento da relação entre Serviço Social e Marxismo. “Portanto, foi exatamente na tradição que se expressou no Método BH, seu legado e crítica, que será gestada uma nova cultura, responsável pela direção estratégica claramente posta na década de 1990” (MOLJO; SILVA, 2019, p.126). Deste legado, podemos destacar como faz Netto (2011) e uma infinidade de autores como

Simionatto (2018)<sup>101</sup>, a pesquisa de Iamamoto e Carvalho<sup>102</sup>, considerada por estes o primeiro contato efetivo com o marxismo de Marx, compreendendo o Serviço Social inserido em uma totalidade social complexa, histórica, mediada e contraditória.

Outro desdobramento, que na verdade é parte constituinte, mas que desde então se torna elemento presente na chamada *cultura profissional* pode ser expresso a seguir,

Esse projeto expressa uma nova configuração da cultura profissional, inserida dentro dos projetos mais amplos da diversa esquerda brasileira, buscando a afirmação e ampliação da cidadania, em tempos marcados pela revisão do ‘entulho autoritário’. [...] Nas condições claramente postas pelos anos 1980, a afirmação de diretos, na ampla e diversão tradição de esquerda, *expressou-se como pauta necessária a qualquer projeto libertário*, embora, em hipótese nenhuma, se possa identificar emancipação política e emancipação humana (MOLJO; SILVA, 2019, p.125).

Para além então, desta marca que torna-se inerente a profissão, de vinculação com os interesses dos trabalhadores, e da produção de conhecimento, por alguns sujeitos na profissão, alicerçada em um marxismo mais próximo do de Marx, podemos destacar ainda, como o fazem Moljo e Silva (2019) a presença de Gramsci e Lukács como grandes interlocutores, como autores inspiradores do marxismo mais proeminente do Serviço Social, de todo modo, como o fazem as autoras, não se pode deixar de mencionar, que nem sempre são tratados em consonância com a complexidade da obra de ambos e associados a tradição marxiana originária, o que cria, em muitos casos, um marxismo próprio ao Serviço Social, que apesar de ser legatário de um processo extenso de aproximação, e de tentativas de consolidação, ainda deve, como deviam as experiências pioneiras em termos de qualidade e extensão do marxismo abdicado. De todo modo, como advoga Simionatto, ‘É incontestável que a produção teórica do Serviço Social entre os anos 1980 e 1990, conforme indicamos, centrou-se na ampliação e no aprofundamento dos fundamentos teórico-metodológicos vinculados à vertente marxista’ (2018, s/n). Assim, têm-se tentado aprofundar no marxismo enquanto tradição e nas formulações marxianas, apesar de não termos total ciência do balanço qualitativo e até quantitativo das produções levando em conta toda a sua multiplicidade.

De toda maneira, deve-se ter claro que, ‘O início da década de 1990 demarca uma nova fase para o Serviço Social brasileiro, um momento de ampliação e adensamento do espectro de suas tendências teórico-metodológicas e ideopolíticas’ (SIMIONATTO, 2018, s/n). Nova fase, porque também as relações sociais capitalistas assumem uma feição ainda mais aprofundada em termos de

---

<sup>101</sup> ‘A pesquisa histórica desenvolvida por Iamamoto e Carvalho abriu caminhos inéditos no estudo do marxismo, nas investigações sobre a categoria trabalho, na atividade profissional enquanto trabalho, nas polêmicas em torno do processo de trabalho do assistente social, mantendo-se como bibliografia obrigatória no campo dos fundamentos do Serviço Social’ (SIMIONATTO, 2018, s/n).

<sup>102</sup> IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2013.

contradições e de potencialização da *lei geral de acumulação capitalista* (MARX, 2017), mas também, porque nesta década a profissão consolidará marcos regulatórios e orientadores aparentemente em acordo a tradição teórica que desponta como hegemônica, pela força do corpo que a toca e pelo papel histórico desempenhado. Neste sentido que,

“É justamente nesse cenário de dominação do capital sob a ótica neoliberal e na “contracorrente” da chamada crise do marxismo e do projeto socialista que o Serviço Social desencadeia, no início dos anos 1990, um novo processo de revisão curricular, culminado com o documento das Diretrizes Curriculares, aprovadas pela ABEPSS e pelo conjunto das unidades de ensino em 1996” (SIMIONATTO, 2018, s/n).

Além ainda, dos códigos de ética de 1986 e 1993, como tentativas de alusão aos preceitos minimamente próximos aos interesses dos trabalhadores e na conformação de “outra sociabilidade”, Moljo e Silva (2019, p.129) fazem um balanço deste processo, apontando que, “Não são nada desprezíveis os acontecimentos e as transformações que se sucederam nos mais de vinte anos que separam a oficialização do atual Código de Ética e a formulação do que se convencionou denominar “Projeto Ético-político Profissional” no âmbito do Serviço Social brasileiro”.

Apesar disso, por mais que Simionatto (2018, s/n) aponte que, “Do início dos anos 1990 adentrando os anos 2000, ampliou-se a produção do Serviço Social no âmbito do marxismo, a partir de Marx e da tradição marxista, tanto na discussão teórica quanto nas mediações com o fazer profissional<sup>103</sup>”, é necessário levar em conta, que apesar de hegemônica, a corrente legatária da intenção de ruptura e que se aproxima do marxismo não é única, exclusiva e uniforme no interior do Serviço Social. Conforme demonstramos, desde o processo de *renovação* no Brasil, o elemento da pluralidade, da existência de diversas concepções de profissão, baseadas numa diversidade teórica que vai do cientificismo ao misticismo, confirma a ameaça ao projeto de tentativa de ruptura e ao estreitamento da relação entre Serviço Social e marxismo.

Todavia, outras expressões do conservadorismo têm atingido o Serviço Social brasileiro. As tendências pós-modernas, na sua ampla heterogeneidade, têm múltiplas orientações que transitam da absoluta capitulação à ordem burguesa à sua oposição (pelo menos intencionalmente). Considerando essa diversidade, é preciso ressaltar três aspectos: a) o conservadorismo dessa perspectiva não se identifica propriamente com aquele que sustenta na vertente de cariz sistêmico; b) trata-se de uma tendência que alimenta diversas perspectivas irracionistas emergentes a partir das condições históricas bem definidas: a ordem tardia do capital (Mandel, 1985); c) ainda que marcada por perspectivas diversas, existe um eixo bem definido que

---

<sup>103</sup> Simionatto (2018) identifica alguns elementos que confirmam sua tese, como a presença considerável do marxismo na base teórica e na literatura do Serviço Social, a qualificação de abordagens voltadas aos clássicos do marxismo, ampliação de eixos analíticos nacionais e internacionais baseados no marxismo e a maior presença do marxismo nas graduações públicas em detrimento das graduações privadas e à distância.

sustenta amplamente essa orientação e as situam como parte da pós-modernidade (MOLJO; SILVA, 2019, p.138).

Deste modo, faz-se necessário realçar a necessidade de aprofundamento do marxismo, com o fortalecimento nos processos de formação, pesquisa e produção de conhecimento, visando à compreensão da realidade social enquanto totalidade mediada e contraditória, para que assim, compreenda-se também o papel social do Serviço Social, sua funcionalidade histórica, sua vinculação intrínseca com as necessidades do capital e de seu representante político, o Estado. De modo que, mesmo que se vincule ou intente vincular-se aos interesses dos trabalhadores, tenham-se em voga as limitações estruturais de sua atuação, dado mesmo seu estamento profissional, sua condição de assalariamento e sua função auxiliar na manutenção das relações sociais capitalistas, tanto exercendo o controle, como garantindo a sobrevivência daqueles que compõe as reservas do trabalho ou que nem a isso são considerados aptos. Tal aprofundamento do marxismo deve levar em conta ainda, a difusa relação entre Serviço Social e marxismo, que historicamente mostra-se permeada por debilidades impostas pela própria realidade social, e que de alguma maneira ainda perdura na atualidade, tendo em vista que, o processo de ruptura com o tradicionalismo e conservadorismo foi e é uma *intenção* em andamento e que, a pluralidade de saídas teóricas em maior ou menor grau, fomenta *ecletismos* e *sincretismos*. As novas ameaças pós-modernas, não se manifestam apenas como oposição teórica, mas infiltram-se em parte do marxismo na categoria, enfraquecendo-o de suas potencialidades, deturpando-o.

Estudos como o de Lessa (2020) e Oliveira (2020) também tratam em alguma medida da aproximação entre Serviço Social e marxismo e seus desdobramentos. Assim, apontam interessantes considerações acerca do tema, que em contraponto a algumas considerações expostas acima, levam-nos a questionamentos e motivações para a pesquisa aqui proposta.

Primeira questão intrigante refere-se à concepção do papel social e histórico do Serviço Social, uma vez que, está diretamente vinculado aos anseios de reprodução da sociabilidade capitalista, intervindo diretamente no controle da força de trabalho, o que torna estranho em certa medida pensar a princípio que tal profissão poderá voltar sua base teórica para arestas anticapitalistas como intentou-se e autoproclamou-se fazer na efervescência da *intenção de ruptura*. Oliveira (2020) é clara ao apontar o significado social e histórico do Serviço Social, reforçando que, apesar das mudanças paradigmáticas ao longo do desenvolvimento da profissão, certas raízes são indissociáveis de sua existência, e manifestar-se-ão enquanto existir, dada sua vinculação vital com o modo de produção capitalista, em maior ou menor grau de acordo com as determinações históricas e composições teóricas orientadoras. Deste modo,

Ainda de acordo com o significado sócio-histórico da profissão, é importante ressaltar que o Serviço Social só existe para exercer o controle da força de trabalho ocupada e desocupada. Esse controle é, *grosso modo*, feito por medidas que nada têm de emancipatórias, mas sim de punição e violência. Ao contrário da expansão das políticas sociais, assistimos a políticas de combate ao *lupemproletariado*, com aumento do efetivo de polícia, de leis mais rigorosas, redução da maioria penal, chacinas, linchamento, prisões etc. No caso do Brasil, a redemocratização não veio acompanhada da socialização da renda, pelo contrário, esta ficou apenas no âmbito da normatividade constitucional. É assim desde o surgimento da profissão, apenas se reatualizam os valores burgueses, adequando-os à realidade econômica. Comunitarismo, família, trabalho e bom comportamento são reatualizados de forma perversa, uma vez que as mazelas não são postas como problemas da ordem desigual do capital, mas como incapacidade de os indivíduos se realizarem numa ordem democrática que permite o desenvolvimento desses sujeitos de forma ampla (OLIVEIRA, 2020, p.224).

Apesar da imanência da existência do Serviço Social atrelado a reprodução do capital, a profissão no Brasil consegue avançar para além das determinações únicas de seu papel histórico em determinadas situações como no período da *renovação*, em que se começa a formar a à alienígena relação com o marxismo. Lessa (2020) aponta uma questão, que mostrará quão conturbada é tal aproximação, dado mesmo a conjuntura enfrentada pelo marxismo naquele tempo, tendo em vista que,

[...] no momento, enfim, em que as derrotas revolucionárias iam se tornando cada vez mais evidentes com a consolidação da nova ordem burguesa –, foi então que o Serviço Social reformulou seu código de ética para nele incluir, como finalidade da atividade profissional, uma sociedade emancipada, sem classes e sem exploração do ser humano pelo ser humano (LESSA, 2020, p.211).

Diante disto, será inegável que o marxismo já estranho ao Serviço Social dada o papel da profissão e os preceitos teóricos anticapitalista do marxismo, ainda afetado pelas derrotas históricas que vinha sofrendo e que sofrerá posteriormente, além é claro das limitações conjunturais brasileiras já apresentadas, não se entranhará tão consolidadamente na profissão, como as próprias autoras citadas anteriormente haviam constatado. Por isso, é necessário tratarmos da questão de existência e vitalidade de uma vertente hegemônica na profissão, descendente da intenção de ruptura. Tanto Lessa (2020) quanto Oliveira (2020) terão considerações relevantes a respeito. Ambos entenderão que, por conta mesmo das dificuldades apresentadas e da própria pluralidade inaugurada na *renovação*, a tal hegemonia, parece que, não é assim tão capilar quanto aparenta. Deste modo, vejamos suas considerações.

Inegavelmente, a intenção de ruptura fortalece-se com o processo de redemocratização do país, favorecida em boa parte, pela vanguarda política e inserida nos espaços de representação da classe trabalhadora e que logo assume os espaços representativos da categoria profissional como Cress, Abepss e universidades públicas e nas PUCs. Logo esses profissionais assumem essas entidades representativas e ganham destaque nas pesquisas, protagonismo na produção de conhecimento, maior espaço nas editoras e na disputa em relação à

reformulação do código de ética, do currículo e da Lei de Regulamentação da Profissão. Disso resulta a hegemonia que comumente se faz referência quando aludimos ao PEPP. Ou seja, o predomínio de um grupo com afinidade política, o que não quer dizer teórica, que passa a ser protagonista nos espaços de maior visibilidade da categoria (OLIVEIRA, 2020, p.202).

Trocando em miúdos, indica-nos que, existe sim um legado marxista da renovação, tal legado é relevante, forma uma considerável vanguarda, mentora das principais instituições da categoria, mas que, tal vanguarda e seus pupilos apesar de construtores da *intenção de ruptura* não necessariamente formam uma posição teórica em conjunto e para além disso, não representam o caldo total e homogêneo da profissão. De modo que, exista muito mais uma hegemonia auto reconhecida, mas que não reflete a totalidade da profissão e que numericamente é pouco expressiva em relação ao contingente profissional. Nesta mesma toada, Lessa (2020) adensa o questionamento ao hegemonismo proclamado expondo problemas bem atuais de organização da categoria, como a seguir,

Desde o Congresso da Virada, os espaços de organização profissionais, tanto locais (municipais) quando nacionais, foram se convertendo, de órgãos de luta pela democracia, em instâncias estritamente profissionais e que tendem a uma atuação cada vez mais corporativa e colada ao Estado. Ao mesmo tempo, os grandes congressos e eventos da profissão vão sendo “profissionalizados” e se tornam fontes de lucro para as grandes empresas organizadoras de eventos turísticos. Nossos encontros se tornam cada vez mais confortáveis e luxuosos, ao preço não pequeno de excluir de sua participação praticamente toda categoria profissional. Não seria um exagero dizer que apenas o setor mais bem pago da profissão, uma vasta minoria, pode hoje se dar ao luxo de participar dos momentos coletivos que tomam as decisões mais importantes para nossa vida profissional. Abre-se, assim, uma enorme distância entre a porção mais esclarecida, mais bem remunerada e de melhor formação, e o amplo conjunto de profissionais (LESSA, 2020, p.211-212).

Este “setor mais bem pago” é justamente composto por parte da vanguarda e dos descendentes da *intenção de ruptura*, que pelo protagonismo assumido ascenderam as instâncias diretivas e ao estrelato editorial na produção de conhecimento. A própria Revista Serviço Social e Sociedade exige nos atuais dias contribuição financeira em dólares para publicação. Apesar disso, os eventos organizados pela dita hegemonia carregam em si ainda mais contradições, como por exemplo aponta Oliveira (2020),

[...] percebemos que somente em torno de 1% dos assistentes sociais participam dos espaços de representação profissional, das publicações mais consistentes e periódicas em revistas e livros. Uma profissão que conta atualmente com 200 mil profissionais não pode se limitar somente a debater conjuntura internacional e brasileira ou ainda comemorar a presença de 3 mil inscritos num evento considerado de amplitude nacional, caso do CBAS (OLIVEIRA, 2020, p.133).

De modo que, o legado marxista da *intenção de ruptura* e sua hegemonia enquanto corrente teórica, levanta, e muito, questionamentos pertinentes, se realizarmos uma análise totalizante do processo de aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx e seus desdobramentos atuais.



Assim, não podemos deixar de expor contundente conclusão de Oliveira (2020), que aliada aos estudos consultados acima, ocupas-nos com uma série de interrogações e motivam-nos a aprofundar a pesquisa no tema conforme propomos aqui. Por tudo isso conclui que,

[...] podemos constatar que o Serviço Social não tem um projeto hegemônico, nunca o teve. Uma elite intelectual e acadêmica tratou de construir uma hegemonia nos espaços de representação da categoria e nas publicações mais expressivas, criando uma ideia (falsa) de que o Serviço Social é marxista. Nossa concepção entendendo o Serviço Social como sincrético, eclético em que predomina a convivência silenciosa entre perspectivas práticas e teóricas, bastante divergentes entre si, como os adeptos do reformismo, do pós-modernismo, do conservadorismo e do marxismo e suas diferentes compreensões deste. Aqui somos obrigados a concordar com Paula (1992) sobre a coexistência de vários marxismos, em que cada um acredita ser o portador da verdade (OLIVEIRA, 2020, p.217)

Deste modo, tanto Lessa (2020) como Oliveira (2020) recuperam, como a bibliografia consultada anteriormente, a relação entre Serviço Social e marxismo na história brasileira, levando em conta as particularidades e singularidades do capitalismo no continente latino-americano. Os dois estudos chegaram a conclusões instigantes, ambos apontam sinteticamente que -, dado mesmo a aproximação conflituosa e conturbada, seu desenvolvimento restrito a determinados ambientes da categoria, as imposições e conjunturas do real, a alienação que não poupa os que ela compreendem, a infiltração das teses pós-modernas, a perseverança dos conservadorismos modernizados, as novas exigências legais do Estado em suas políticas sociais, a ampliação de graduações privadas e a distância, o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores na luta de classes, a proliferação de assistentes sociais desempregados, e a debilidade qualitativa de grande parte da produção de conhecimento na categoria, restrita muitas vezes a polos específicos e conhecidos, quando não a grande parte da vanguarda da intenção de ruptura sem muita renovação -, a relação entre Serviço Social e marxismo, apesar de histórica e temporalmente duradoura, é muito mais frágil que aparenta, chegando-se mesmo a ser possível questionar se há um real domínio do marxismo como corrente teórica hegemônica, e em que medida o Serviço Social apropria-se da teoria social de Marx e qual sua relação com a cotidianidade da profissão.

Tal debate está em aberto e em plena construção, a sua própria existência é prova de sua vitalidade e necessidade. Deste modo, intentamos visando investigá-lo em sua dinâmica real, material, como se dá a aparição numérica da teoria social de Marx nas produções de assistentes sociais publicadas naquela que é a principal revista da categoria, a *Serviço Social e Sociedade*. Que a relação entre Serviço Social e teoria social de Marx é determinante para o desenvolvimento da profissão não temos dúvidas, cabe compreendermos, e o tentaremos dentro de nossos limites, em que estado anda tal relação, **se estão em um encontro casual ou se estão em estágio de afinidades eletivas.**

### 3.6 SERVIÇO SOCIAL E TEORIA SOCIAL DE MARX: UM ENCONTRO CASUAL

Goethe (1992) dedica-se as *afinidades eletivas* em romance homônimo, retratando a história de um casal, que ao receber visita de uma sobrinha e um amigo, têm sua vida revirada por um sentimento de atração quase natural, que liga pares através da separação do par anterior, ligação quase química, que na união dos elementos em fusão, cria algo inseparável e novo. Como bem aponta Lowy “Para Goethe, há uma afinidade quando dois seres ou elementos “procuram um ao outro, atraem-se, apoderam-se um do outro e, em seguida, em meio a essa união íntima, ressurgem de forma renovada e imprevista” (2011, p.130). Parte daí, nosso questionamento se há, entre Serviço Social e teoria social de Marx, algum tipo de *afinidade eletiva*, que os atraí quase naturalmente, os liga e os fundiona, os faz abandonar seus pares anteriores, criando entre eles uma forma renovada derivada desta conexão. Isto é, a partir do momento que segmentos do Serviço Social intentaram se colocar em ligação com a teoria social de Marx, a profissão abandonou seu par anterior? Abandonou sua gênese e função social, transformando-se em algo renovado?

E esses questionamentos não vem apenas da leitura do romance de Goethe (1992), mas também do relatado uso de *afinidades eletivas* por um já citado autor, Max Weber. Neste, como nos conta Lowy “[...] afinidade eletiva é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo” (2011, p. 139). Tal uso, parece à princípio bastante apropriado para a relação entre Serviço Social e teoria social de Marx, como estamentos diferenciados que a partir de certo momento podem ter entrado em ação e convergência mutua, como verificaremos se ocorreu ou não.

Essa digressão, ao olharmos o título deste tópico parece resolvida, isto é, em nossa compreensão não há ligação do tipo *afinidade eletiva* entre Serviço Social e teoria social de Marx, para nós, e demonstraremos as razões, os dois estamentos se colocaram em relação intensa, mas casual, não abandonando seus pares pregressos, não convergindo mutuamente em uma forma renovada. Apesar de Lowy apresentar que para o estabelecimento de *afinidades eletivas* faz-se necessário que “A seleção e a escolha recíproca implicam uma distância prévia, um intervalo cultural que deve ser preenchido, uma descontinuidade ideológica” (LOWY, 2011, p.141), questão pertinente e lógica ao relação entre Serviço Social e teoria social de Marx, para nós, não é nenhuma surpresa que tais estamentos jamais poderiam colocar-se em *afinidades eletivas*, e baseamos essa percepção nos dados coletados em nossa pesquisa, mas também na distância genética não fundível entre os dois

estamentos, mesmo que tenham caminhado em conjunto, pelas intenções de partes celulares de um dos elos, a partir de determinado momento.

Essa distância genética, já abordada anteriormente, é lembrada na medida que “[...] a tradição marxista e a tradição profissional do Serviço Social nos mostram que elas provêm e estão enraizadas em espectros culturais muito distintos. Eu diria que, no limite, são espectros quase excludentes” (NETTO, 2022, p.4). Isto é, como bem resgatamos no primeiro capítulo, o marxismo, e ressaltando principalmente o marxismo de Marx, entre em erupção como resposta cultural, teórica, mas principalmente como formulação revolucionária baseada nas mediações e contradições presentes na totalidade social, que respondem ao anseios da classe trabalhadora, na medida que é, não apenas crítica e compreensão das relações sociais capitalistas, mas determinação não parcial, do papel da classe trabalhadora, como força produtora da riqueza social e excluída de sua apropriação, propondo o rompimento deste ciclo, e o estabelecimento de novas relações sociais baseadas na *emancipação humana*. O Serviço Social tem sua gênese e função, como apresentamos linhas acima, ligada a reprodução normal da sociabilidade capitalista, como instrumento funcional a tal propósito, adaptou-se as mudanças que essa própria sociabilidade passou, assim, de derivação teológica-caritativa para lidar com os pobres, rumou ao caminho de estatuto profissional, reconhecido e validade socialmente, produtor de conhecimento, que atua sob as refrações da “questão social” visando mediá-las a partir de uma série de instrumentos, políticas e legislações, cujo o maior campo de atuação centra-se no Estado, mas que, da derivação religiosa a esse estatuto profissional, mesmo com todas as adaptações, com a modernização, laicização e cientificização, não deixou de cumprir seu papel social genético, qual seja, garantir a reprodução normal das relações sociais, através do controle, diverso, ampliado e sofisticado, da força de trabalho e suas franjas. Assim, enquanto a teoria social de Marx nasce como expressão teórica-revolucionária dos trabalhadores, o Serviço Social nasce como expressão funcional, ligada à Igreja e posteriormente ao Estado, de garantia, através do controle diverso, da classe trabalhadora dentro das necessidades exigidas pela classe dominante, a burguesia. Assim, os pares da relação inicial não são apenas opostos, mas inimigos, que aos extremos da relação, lutam por sobrevivência.

Apesar das contradições insuperáveis, o Serviço Social, como resgatamos, por uma série de mediações da realidade latino-americana, mas principalmente da particularidade brasileira afetada pela universalidade capitalista do centro, passa, a partir do processo de renovação já explicitado, por meio de algumas frações, a procurar justamente aquela expressão que em gênese está no total polo oposto de seu significado de existência. É sabido que de início esse encontro foi bastante conturbado, e se por um lado houve grande empenho de parte do Serviço Social, por outro, este empenho não encontrou bem a teoria social de Marx, mas espantinhos e correntes diversas de sua derivação geral,

o marxismo. Por conta das já aludidas diferenças, tal relação começa, e para nós ainda continua, como encontro fortuito, casual, sem grande dedicação das partes. Essa questão fica explícita a partir do conhecimento que,

[...] a interlocução com a tradição marxista, salvo na entrada dos anos 80 (como veremos) operou-se basicamente *sem a referência direta à teoria social de Marx*, valendo-se especialmente de intérpretes e de manuais de divulgação de qualidade discutível. Ou seja, também no relacionamento com a tradição marxista reiterou-se entre nós uma velha tara do Serviço Social – a ausência de um exame das fontes originais da reflexão sobre a sociedade (NETTO, 1991, p. 85-86).

Isto é, o Serviço Social ao mirar na teoria social de Marx, muitas vezes acabou encontrando cômicos intérpretes, que apesar de advogarem-se herdeiros de tais formulações, estavam muito distantes de seu real significado. Novamente recorrendo a Netto, vale ratificar,

[...] o fato é que na inspiração marxista de que se socorrem os formuladores belo-horizontinos se encontram os nós problemáticos que rebatem comprometedoramente na sua contribuição renovado. Trata-se de uma inspiração que, jejuna de uma reflexão sobre as fontes originais, integrou o marco teórico-metodológico da construção de Belo Horizonte toda a contaminação positivista que vinha do leito da Segunda Internacional, refratada pela leitura mais sofisticada dos epistemologismo que, pós-stalinista, não se liberou dos laivos dogmáticos. O “marxismo sem Marx” que enforma a reflexão belo-horizontina, precisamente à falta de um sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista – numa “síntese” que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do marxismo vulgar, necessariamente eclético (Lukács, 1974<sup>104</sup>) (NETTO, 2005, p.287-288).

Assim, como fica demonstrada, a principal experiência daquele momento inicial da *intenção de ruptura* apesar do planejamento em relacionar-se com a teoria social de Marx, pouco avançou nesse sentido. De todo modo, como resgata literatura que trata do tema, há após esse momento da experiência de BH, outro momento em que a aproximação fez-se mais fecunda, e a partir dele, tornou-se corriqueira nos grupos profissionais que visavam assumir teorização que dá forma ao projeto revolucionário da classe trabalhadora, momento esse que se cristaliza na publicação do livro “Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. A alegada consolidação da relação entre Serviço Social e teoria social de Marx após esse marco representativo, que segundo parte da literatura aludida fez-se em muito progredir ao longo do tempo é, talvez depois de nossas percepções cotidianas internas ao ambiente acadêmico de formação em Serviço Social e aos espaços da prática profissional, a principal motivação desta pesquisa ora em movimento.

<sup>104</sup> LUKÁCS, G. História e consciência de classe. Porto: Escorpião, 1974.

São conhecidas as afirmações que reconhecem um início conturbando de relação, mas que vai ajeitando-se até que a teoria social de Marx se torna não apenas teoria orientadora central do Serviço Social, mas elemento constitutivo do Projeto Profissional e das Diretrizes Curriculares, de modo que, a corrente que se advogou legatária do marxismo no interior da profissão alçou-se ao posto de hegemônica, de controladora das entidades representativas da categoria. Deste modo, como bem resgatamos em Simionatto (2018) e como dá a entender Netto (1991), houve um momento de descompasso entre Serviço Social e teoria social de Marx, momento superado a partir da consolidação acadêmica e dos marcos, como os de Iamamoto e Carvalho (2013), além das regulações profissionais. Tanto o é, que o mesmo Netto na década de 90, afirmava que,

Se visualizo na inteira década que se inicia no próximo ano, a tendência que me parece mais plausível, no marco da formação profissional dos assistentes sociais, é a que comporta a definitiva inserção, nela, das problemáticas típicas da tradição marxista (NETTO, 1991, p. 91).

[...] arisco-me a visualizar a próxima década como um decênio em que a tradição marxista se inserirá fortemente na formação dos assistentes sociais (NETTO, 1991, p.92-93).

Inserção definitiva essa, que para o autor dependia de 3 elementos: a) do desenvolvimento teórico da profissão, b) do desenvolvimento das correntes que recorrem ao legado marxista e, c) das condições de operacionalização do ensino (NETTO, 1991).

Diante deste quadro, antes de enfim apresentarmos nossos dados e algumas considerações sobre estes, vale dizermos que essa mesmo Netto, no corrente ano (2022), isto é, mais de 30 anos depois do otimismo condicionado acima, apresentou em palestra recente, um balanço que faz referência justamente a essas percepções. Neste balanço, percebe por exemplo que, “[...] a interlocução entre o Serviço Social, enquanto profissão, e a tradição marxista, esta é extremamente importante. Ela já se configurava nos anos de 1980, prosseguiu e hoje se encontra bastante vulnerabilizada” (NETTO, 2022, p.2). Dando indícios, tais como os que percebemos e captamos em nossa pesquisa, que aquela consolidação que se encaminhava não seguiu os rumos proclamados. De todo modo, na mesma toada, faz questão de apontar que a tentativa de encontro entre Serviço Social e teoria social de Marx, “[...] não transformou o Serviço Social em um Serviço Social marxista, mas ela ofereceu a assistentes sociais, inclusive aqueles que não eram e não são marxistas, instrumentos de análise que lhe abriram a via para um conhecimento mais preciso do seu objeto de intervenção” (NETTO, 2022, p.8).

Assim, da otimista consolidação da relação entre Serviço Social e teoria social de Marx (o que parecia *afinidade eletiva*), para a constatação da real fragilidade e da ausência de um Serviço Social marxista (isto é, de um encontro casual), passemos a apresentação dos dados colhidos em nossa

pesquisa. Nunca é demais lembrar que, buscamos analisar todas as publicações da *Revista Serviço Social e Sociedade* entre 1979 a 2020. A pesquisa vasculhou o referencial bibliográfico de todos os artigos publicados. Para além disso, buscou identificar artigos de assistentes sociais brasileiros que se auto declaravam como tal nas marcações do texto, dentro do escopo total de artigos publicados. Foi ainda possível quantificar o volume de artigos totais que haviam se referenciado bibliograficamente a Marx, e quantos artigos de assistentes sociais que assim se identificaram haviam se referenciado bibliograficamente a Marx. Ainda, definimos um grupo de marxistas clássicos e marxistas brasileiros eminentes <sup>105</sup> visando quantificar numericamente os artigos em que estes são citados nas referências bibliográficas e em quantos artigos de assistentes sociais que se identificaram as referências estão presentes. Esses dados estarão expostos no tópico de anexos deste trabalho, divididos em quesitos e períodos comparativos.

De todo modo, aqui, como estamos focados justamente em descobrir em que pé anda aquela relação entre Serviço Social e teoria social de Marx, recuperaremos os dados que tratam, segundo os critérios que estabelecemos, das produções de assistentes sociais e conseqüentemente da aparição ou não de Marx na bibliografia dos artigos. Em cômputo geral, isto é, entre 1979 a 2020, foram publicadas 139 edições da Revista Serviço Social e Sociedade, essas revistas carregam em seu interior um total de 1159 artigos, numa média aproximada de 8 artigos por revista. No período analisado, destes 1159 artigos, 322 são artigos de assistentes sociais que se identificaram como tal, assim, 27,78% dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade entre 1979 a 2020 são de assistentes sociais auto identificados. De outra forma, do total de artigos publicados na principal revista da categoria, 72,22% não foram escritos por assistentes sociais. Fica claro que, a produção da categoria não é predominante em seu principal veículo de comunicação científica. Assim, repete-se ao nosso ver, um padrão de dependência da profissão a outros campos de conhecimento. Daquela média aproximada de 8 artigos por revista, cerca de 2 são de assistentes sociais.

Quando avançamos para a análise direta aos artigos de assistente sociais publicados na revista entre 1979 a 2020, percebemos que, daqueles 322 artigos, apenas 66 artigos citam em seu referencial a teoria social de Marx, isto é, apenas 20,49% dos artigos de assistentes sociais carregam em sua bibliografia algum texto de Marx. Logo, nesses 42 anos, 1 em cada cinco assistentes sociais citou Marx no referencial. Da média aproximada de 2 artigos de assistentes sociais por revista, temos

---

<sup>105</sup> Autores da tradição marxista clássica: Marx, Engels, Lenin, Rosa, Trotsky, Stalin, Lukács, Gramsci, Mészáros, Hobsbawm e Mandel. Já como referências brasileiras, utilizamos como base autores com notório reconhecimento pelo Serviço Social no campo do marxismo, tais como Behring, Yamamoto, Ianni, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, José Paulo Netto e Ricardo Antunes.

apenas 0,47 artigo por revista de assistente social que se refere a Marx na bibliografia, o que indica que em média a cada duas revistas publicadas há um artigo de assistente social citando Marx presente.

Mas esses já alarmantes dados, que indicam que não há relação quase nenhuma entre Serviço Social e teoria social de Marx, ao menos não na revista em questão, agravam-se ainda mais quando fazemos a comparação entre o total de publicações e aquelas que são de assistentes sociais que se referem a Marx na bibliografia do artigo. Por exemplo, se levarmos em conta o total de artigos publicados entre 1979 a 2020 na Revista, isto é, 1159 artigos, apenas 66 artigos estão no critério de terem sido redigidos por assistentes sociais e carregarem na bibliografia algum texto de Marx, o que quer dizer (pasmem!) que, apenas 5,69% do total de artigos públicos na Revista Serviço Social e Sociedade nos 42 anos analisados são de assistentes sociais que citam diretamente Marx. Se avançarmos para a média anual de publicações, temos que, a cada ano aproximadamente 30 artigos são publicados no total, destes apenas 1,57 artigo por ano é de assistente social e faz referência a Marx, assim, a cada 3 anos, em média aproximada dos 42 anos analisados, há 2 artigos publicados por assistentes sociais que carreguem Marx no referencial do texto. Fica claro, explícito que, não há interlocução profunda, não há hegemonia, não há apoio na teoria social de Marx, não há presença significativa do autor no referencial teórico dos artigos escritos por assistentes sociais publicados nos 42 anos analisados da revista. A presença da teoria social de Marx, de textos do autor é residual e pouco expressiva. Aqui, temos claro a não existência de nenhuma *afinidade eletiva* nessa relação, mas a pura expressão de uma relação tímida, fortuita, meramente casual, acidental.

Sabemos de todo modo que, como já apresentamos, a relação entre Serviço Social e teoria social de Marx só vai avançar, como trata a literatura corrente, a partir da segunda metade da década de 1980, com projeções de real efetivação na década de 1990 e aprofundamento nas duas décadas iniciais do século XXI. Assim, pode ter ocorrido, como de certa forma ocorre, mas pouco, a tendência de redução dos dados reais motivada pela influência dos primeiros anos da relação. Desse modo, dividiremos os dados em dois períodos de 21 anos (1979-1999 e 2000-2020), a título de comparação e melhor exposição da questão, visando eliminar futuras e injustas críticas. Ressalto que na aba de anexos colocaremos tais dados por ano, para que o leitor se aproprie melhor destes.

Vejamos, entre 1979 a 1999 foram publicadas 61 Revistas Serviço Social e Sociedade, carregando um total de 520 artigos, isto é, uma média de 8,52 artigos por revista. Já entre 2000 a 2020 foram publicadas 78 revistas (aumento de 1,27 vezes em relação ao período anterior), carregando 639 artigos (1,22 vezes mais artigos que 79/99) com média de 8,19 artigos por revista (0,96 da quantidade anterior). Em relação a artigos de assistentes sociais que assim se identificaram, ente 1979 a 1999, registrou-se a existência de 99 artigos, 19,03% do total de publicações no período, uma média de três

artigos nessa condição a cada duas revistas publicadas. Já entre 2000 a 2020, registram 223 artigos de assistentes sociais auto identificados (aumento de 2,25 vezes em relação ao período anterior), representando 34,89% do total de artigos publicados. Uma média aproximada de 5 artigos nessa condição a cada 2 revistas publicadas. Aqui, neste ponto, percebemos que existem diferenças entre os períodos, e que realmente o período de 1979 a 1999 rebaixa os dados totais dos 42 anos, escondendo um crescimento das publicações de assistentes sociais na revista entre 2000 a 2020. De todo modo, essa duplicação aproximada na quantidade de artigos de assistentes sociais de um período para o outro ainda não é capaz de anular o fato de que as publicações da categoria não chegam nem a metade das publicações totais, de modo que, mais de 65% das publicações na revista *Serviço Social e Sociedade* nos últimos 21 anos analisados (2000-2020) são de outras áreas do conhecimento, o que novamente reafirma um padrão de dependência da profissão a outros campos de conhecimentos no seu principal veículo científico.

Agora observemos, em relação comparativa dos períodos, a quantidade de artigos de assistentes sociais que carregam Marx na bibliografia. Entre 1979 a 1999, dos 520 artigos publicados ao total das revistas nos períodos, apenas 10 artigos (!) são de assistente sociais que citam Marx, o que representa 1,92% do total de artigos publicados, numa média aproximada de 1 artigo a cada 7 revistas. Em relação apenas a artigos de assistente sociais, apenas 10,10% dos profissionais citaram Marx diretamente. Deve-se deixar claro que, esse fenômeno ocorre não só porque a tal relação não existia, mas também porque os padrões e normas de escrita da ABNT ainda não existiam, o que dificulta identificar referenciais. Apesar disso, houve um esforço de vasculhar estes textos em seu corpo na busca de citações diretas a textos de Marx, o que encontrou quase nenhum resultado.

Mas voltemos, entre 2000 a 2020 há uma mudança no panorama, o que indica realmente a tendência negativa do período anterior no escopo total da análise. Assim, nesse segundo período de 21 anos, do total de 639 artigos publicados na revista, 56 artigos são de assistentes sociais e trazem Marx na bibliografia, o que representa, 8,76% do total, registrando um crescimento de 4,5 vezes em relação ao período anterior. Assim, apenas 25,11% dos assistentes sociais que publicaram na revista durante 2000 a 2020 citaram Marx. Isto é, a cada 4 artigos escritos por profissionais da categoria, 1 cita Marx na bibliografia. Numa média do período, a cada 4 revistas publicadas, temos 3 artigos de assistentes sociais referenciados na teoria social de Marx. Tais dados indicam-nos claramente que, em comparação ao período que vai de 1979-1999, a relação tímida e acidental registrada, avança entre 2000 a 2020, aumentado certa de 4,5 vezes, porém, ao analisar a expressão deste aumento algumas coisas ficam claras. A quantidade de artigos de assistentes sociais que citam Marx segue ainda inexpressiva em relação ao total, de modo que, no principal veículo de publicações da categoria quase não existem artigos de assistentes sociais dialogando diretamente com a teoria social de Marx,



afastando de vez a possibilidade de *afinidade eletiva*. Quando partimos apenas para a análise da categoria, isto é, dos artigos publicados por assistentes sociais, há uma evolução no panorama, se antes, entre 79-99, apenas 1 a cada 10 profissionais que publicava na revista citava diretamente Marx, agora (2000-20), 1 a cada 4 profissionais cita o autor. Isto é, a cada 4 artigos publicados por assistentes sociais, 3 não sofrem influência direta da teoria social de Marx, não citam o autor. Assim, mesmo em nosso século, a relação que se consolidaria e avançaria, não se efetivou. O otimismo de Netto (1991) da década de 90, foi devastado pela própria constatação de Netto (2022) deste ano, que aponta a vulnerabilização da relação entre teoria social de Marx e Serviço Social.

Esses dados nos levam a algumas considerações que apresentaremos a seguir:

1. Marx não aparece nas publicações de assistentes sociais na revista Serviço Social e Sociedade como principal referência, como autor influenciador central por meio de sua teoria social. Assim, ou não há real influência da teoria social de Marx na categoria, ou a categoria ainda se apropria de um *marxismo sem Marx*, que pode ou não padecer de um *marxismo vulgar*.
2. Diante disto existem duas possibilidades, ou a grande maioria dos autores que não cita Marx bebe de uma fonte teórica plural - quando há teoria envolvida; ou aqueles que se advogam marxistas e não recorrem a teoria social de Marx estão repetindo o padrão acima, isto é, utilizando-se mais de fontes secundárias, e por vezes bem distantes do fundador da tradição, em lugar de consultar as formulações genéticas do autor. Obviamente sabemos da datação histórica de algumas formulações de Marx, mas como apresentamos anteriormente, sua formulação teórica estabeleceu-se no campo da compreensão da realidade social como novo estamento paradigmático, tal fato não se dá porque todas as formulações são tabuletas bíblicas, corretas e insuperáveis, mas justamente porque estão apoiadas num procedimento metodológico bastante particular, cujo princípio, objeto e fim estão centrados (e o são) a dinamicidade da própria realidade em suas contradições, mediações e historicidade, componentes essenciais para essa totalidade em movimento. O processo de abstração parte do real e volta a ele na forma de conhecimento, o sujeito está inserido no objeto, é por ele determinado e ao mesmo tempo o determina. Deste modo, mesmo para aqueles que se advogam seguidores da tradição posterior as formulações de Marx, do amplo campo do marxismo em geral, uma compreensão minimamente viva do objeto em questão exige, e não se pode abrir mão, dos imperativos que fizeram da teorização de Marx paradigma. Quando se bebe única e exclusivamente em fontes secundárias, não há garantia, inclusive pois quem acessa a fonte desconhece, se as águas que ali correm vêm ou não de afluentes da nascente original. Assim, a presença ampla de autores secundários, do grande campo do marxismo sem vinculação direta com os paradigmas metodológicos de Marx, indica, em grande medida, ou ausência mesmo de relação entre Serviço Social e teoria Social de Marx, repetindo aquele padrão do momento da aproximação, ou recusa pensadas das teorizações marxianas.

3. Olhando apenas para a aparição de artigos produzidos por assistentes sociais, podemos apontar o fato de que a produção de conhecimento da categoria, ao menos na revista pesquisada, é bastante residual, ainda mais se levarmos em conta que consultamos o principal veículo de propagação de conhecimento do Serviço Social. Assim, aquela profissão que dizia, após um primeiro momento em que era totalmente refém da produção de conhecimento de outras áreas, tornar-se independente, tornar-se polo de conhecimento, tornar-se campo nas ciências sociais aplicadas de referência, ao menos no material em que pesquisamos, não se mostrou efetiva. Sabemos que o Serviço Social como campo que produz conhecimento, mas não produz teorias próprias, precisa apoiar-se em estamos teóricos, porém tal necessidade não é única a profissão e não pode servir de esconderijo para que no principal caderno científico da categoria, as formulações ocupem espaço secundário em relação a outros campos do conhecimento. Como nossos dados indicam, há um crescimento considerável de produções de assistentes sociais nos últimos anos, mas não suficiente nem para ocupar metade das publicações e não sabemos, pois este não era nosso objetivo, sob quais bases teóricas estão apoiando-se aqueles 3 em cada 4 artigos que não citam Marx, suspeitamos que em reformismo diversos, teorizações pós-modernas, conservadorismos sofisticados entre outros.

4. Desse 3 a cada 4 artigos de assistentes sociais (entre 2000 a 2020) que não citam Marx, sobram obviamente aqueles, que apesar de todas as dificuldades, tentam resgatar o legado teórico do autor. De todo modo, não sabemos com total clareza, mas fizemos uma análise superficial da questão que indica que, os artigos de assistentes sociais que citam Marx não são de autoria de um gama diversa de sujeitos, mas pelo contrário, o número de autores é bem menor que o de artigos, assim, parte das publicações são de autoria dos mesmos sujeitos, que tratando de temas similares recorrem as formulações de Marx, e grande parte destes sujeitos são justamente aqueles da vanguarda da *intenção de ruptura* ou pupilos acadêmicos destes. Assim, o grupo de assistentes sociais que recorrem a teoria social de Marx é bastante restrito. Além disso há outra questão, infelizmente a citação de Marx no artigo não é garantia nenhuma de que o texto está apoiado em suas formulações, a citação pode ser pelo viés de pilar teórico, mas também pode se dar no sentido da crítica, ou mesmo aparecer como mera formalidade, isto é, sem diálogo direto, apenas registrando uma categoria por alto, ou citando para preencher bibliografia. Uma avaliação desse tipo envolveria uma análise de conteúdo através da coleta qualitativa dos dados, infelizmente não tivemos a possibilidade de realizar tal empreitada, porém, avaliando as possibilidades, a realizamos a título de teste em alguns textos e digo que, os resultados não foram nada convincentes. Dos alvos de teste, pouquíssimos faziam um diálogo apoiado na teoria social de Marx, a maioria da citações era mera formalidade para ratificar um posição não manifesta teoricamente no texto, ou em outros termos, parecer marxista citando algum texto de juventude como o Manifesto Comunista ou Ideologia Alemã, e quando não, para nossa surpresa,

existiram artigos em que Marx estava listada no referencial bibliográfico, em algumas situações mais de um vez, mas simplesmente não era utilizado ao longo de todo o artigo.

5. Tratando das referências, em nossas amostras podemos afirmar que; os textos de Marx que são citados, e como dissemos, muitas vezes só há citação e nenhum diálogo ou apoio em sua teoria, mesmo que crítico, não necessariamente são aqueles textos em que há um aprofundamento da sua compreensão, como bem resgatamos em nosso capítulo 1, de maior maturidade. Obviamente, toda a sua trajetória intelectual é uma sucessão de acontecimentos interligados que vão moldar Marx desde seu democratismo ao comunismo, de todo modo, no âmbito acadêmico, no espaço de produção de conhecimento, sabemos claramente que existem textos do autor que dão maior panorama da compreensão da realidade social, justamente porque neles os imperativos metodológicos foram postos em toda sua complexidade. Por exemplo, numa amostra que temos dos textos daqueles autores que definimos com marxistas clássicos e marxistas brasileiros renomados registramos a citação a Marx em 43 formas diferentes, nessas *O Capital* aparece citado em 11 oportunidades, nas mais diversas edições e formatos, porém não há indicação clara dos capítulos ou volumes citados, e os trechos em questão são quase sempre os mesmo trechos recorrentes, presentes por exemplo nas obras dos marxistas brasileiros renomados, o que indica um não contato direto e profundo com a obra central de Marx, mas repetição de citações usadas por autores secundários. Ao todo são citados 9 textos diferentes de Marx, com maior presença do Manifesto Comunista e da Ideologia Alemã, escrito junto com Engels. O primeiro publicado em 1848 no calor dos acontecimentos da Europa como um manifesto político direcionado aos trabalhadores, isto é, um panfleto político, e o segundo escrito em 1846, mas não publicado pelos autores, vítima então da *crítica roedora dos ratos*.

6. Tais questões indicam que, não se justifica, ao menos sob nossa perspectiva e base de dados, nenhuma convicção de que há hegemonia de uma dita corrente marxista no interior do Serviço Social. Pode até existir uma hegemonia de concepções críticas e progressistas, que abarquem desde um democratismo liberal de padrões humanistas, propostas reformistas, afirmações identitárias pós-modernas, isto é, desvinculadas da questão de classe, marxistas de escopo geral, marxistas que bebem em fontes clássicas e por aí em diante, mas não há, de nenhum modo, e os dados dizem por si, uma hegemonia marxista, e principalmente assentada na teoria social de Marx no interior da profissão. Primeiro que, hegemonia política e hegemonia intelectual são coisas diferentes, e para nós há uma hegemonia política do campo crítico progressista, enquanto não há hegemonia intelectual do campo marxista, e muito menos daqueles poucos que vão a teoria social de Marx. Essas considerações não são nossas, mas já estão em Oliveira (2020) e Lessa (2020), que reforçam a percepção da existência de bolsões de vanguarda acadêmica, ligada aquele projeto de ruptura e que ainda tentam, resistem em busca da teoria social de Marx, mas bolsões estes tão reduzidos e típicos como em outras áreas das ciências sociais, ou seja, existem professores espaçados, pequenos grupos e nichos de estudo, alguma

linha de pesquisa que apoia-se em Marx, acastelada nas pós-graduações. A massa dos profissionais, principalmente aqueles fora da Universidade, não fazem a menor ideia (e não os culpo) do que seja a teoria social de Marx, a importância de seu paradigma metodológico e de seus imperativos, justamente porque as formações profissionais não abarcam tais temas e quando abarcam são residuais, tais como na Economia, na Filosofia, nas Ciências Sociais, na Psicologia, no Direito e etc.

7. Se a produção na Revista Serviço Social e Sociedade mostrou-se extremamente residual quando avaliamos quantitativamente a presença de textos formulados por assistentes sociais que citavam Marx, e identificamos parcialmente por outro lado que grande parte destes pertencem a um grupo de sujeitos específicos, a vanguarda e seus pupilos da *intenção de ruptura*, vinculados em maioria aos espaços acadêmicos públicos, principalmente aos programas de pós-graduação, e que mesmo a presença de Marx nestes textos parece-nos em alguma medida não se dar sem problemas, podemos presumir que nem mesmo aqueles núcleos reduzidos, vácuos acadêmicos e sujeitos dispersos que tentam se apoiar na teoria social de Marx o estão fazendo sem incongruências, o que indica que, mesmo aqueles poucos que ainda tenta relacionar-se com tal teoria social não o fazem sem dificuldades, padecem de incompreensões e distorções tais as que padeciam os antecessores, isto é, caindo no *marxismo vulgar*.

8. Assim, não apenas existindo o reforço numérico já apresentado indicando que a relação entre Serviço Social e teoria social de Marx praticamente inexistente, e que as aproximações nesse sentido são extremamente residuais, existem como já aludimos, fortes indícios de debilidade qualitativas nessas residuais aproximações. Logo, se nos vácuos acadêmicos, nos pequenos nichos que possuem condições para apropriar-se de forma mais complexa das formulações teóricas de Marx, a coisa ainda caminho com problemas, imaginemos como não está a compreensão da massa da categoria a respeito de tal teorização. Dados recuperados por Oliveira (2020) indicam que o perfil profissional segue quase o mesmo de 40-50 anos atrás, isto é, tais dados demonstram que há amplo desconhecimento por parte da categoria do que seria o apregoado projeto profissional crítico hegemônico, o que aponta que sua adesão está centrada nos centros acadêmicos onde a vanguarda da *intenção de ruptura* orbita. Além disso, Oliveira (2020) cita estudo constatando que menos de 1% da categoria participa de seu principal encontro, ou ainda que quase 80% dos profissionais tem vínculo institucional com o Estado, ou que menos de 20% estão sindicalizados, ou que menos de 10% dos estudantes participam de movimentos sociais e partidos políticos, ou ainda que quase 90% dos profissionais tem alguma vinculação ou crença religiosa. Deste modo, tal como os estatutos regulatórios foram elaborados pelas parcelas da vanguarda que ocuparam a hegemonia política na profissão, a referência a teoria social de Marx também está restrita a espaços fechados, ao corpo acadêmico vanguardista ou legatário, reforçando a debilidade do quadro que marca a possível relação que tratamos.

9. Esses afastamentos compreensivos entre nichos profissionais reforça um padrão histórico da profissão, que sempre foi marca de seus processos e nossos dados indicam que continua sendo, qual seja, existe uma clara dicotomia entre teoria e prática. Os espaços acadêmicos no país surgem permeados por tal cisão, as Universidades eram espaços restritos a alguns sujeitos, e querendo ou não, havendo-se ampliado o ingresso sob quais formas sejam, alguns dos preceitos seguem os mesmos, e o Serviço Social inserido nesse ambiente não está imune a tais processos. Deste modo, sabemos claramente que as referências a teoria social de Marx estão totalmente ligadas ao ambiente acadêmico em certos nichos, e desse modo mesmo, muito afastados da massa da categoria. Sabemos ainda que, a própria formação profissional é transpassada por momento que por vezes segmentam fases, isto é, um começo teórico e uma conclusão ligada as disciplinas práticas. Mas para além disso, o que mais preocupa é, sabemos que a relação com a teoria social de Marx não se efetivou (o que nossos dados apontam), assim, suas formulações estão restritas a certos grupos, e que, essas formulações dão chaves analíticas e de procedimentos que demonstram a não validade de segmentações que isolam teoria e prática, tendo em vista que na própria consignação metodológica de Marx, prática e teoria são momentos que formam unidade no processo de conhecimento, primeiro que, só há um ser se este existe, não há consciência sem existência, assim, o objeto do conhecimento é a realidade em movimento, é o ser das objetivações sociais, abstraídas na forma de pensamento, pelo sujeito inserido nesse mesmo objeto, que devolverá o resultado de seu conhecimento, na forma de categorias capazes de expressar a realidade social. Assim, o desconhecimento da teoria social de Marx reforça a dicotomia teoria-prática, com implicações que vão além do processo de tentativa de conhecimento da realidade para transformá-la, mas afetam possibilidades organizacionais práticas da profissão, além de reproduzir segmentações históricas defasadas e danosas. Como nos conta Oliveira (2020), uma certa dicotomia teoria-prática segue existindo com a cisão entre ciclos de disciplinas, não havendo ainda a determinação de referencial técnico bibliográfico mínimo, somada a definição categorial do objeto profissional pouquíssimo clara, onde, não há fechamento de conteúdos programáticos mínimos, e abertura vazia, a um pluralismo que deixa grandes espaços teóricos que podem ser preenchidos (e estão sendo) por qualquer influência, muitas vezes totalmente opostas a teoria social de Marx.

10. Tal desconhecimento teórico, com suas implicações no processo de saber e nos processos organizacionais e operativos, ocasionará outra forte questão, e os nossos dados indicam a gravidade da coisa. O Serviço Social por meio da corrente que detém a hegemonia política, que pode ou não coincidir em parte com as frações mínimas que vão as fontes originais, estabelece a partir de determinado momento, um Projeto Profissional, com valores, princípios e compromissos, alguns formalmente registrados como aqueles no Código de Ética, e outros não, que assumiam fidelidade com um projeto maior, de caráter societário; o da classe trabalhadora, questão esmiuçada

pioneiramente por Netto (1999). Como indica Oliveira (2020, p.120) “[...] o projeto da classe trabalhadora deve conter, na sua gênese, um componente revolucionário que visa a superação da ordem capitalista e, por conseguinte, à eliminação da propriedade privada dos meios de produção e das instituições morais e legais que fundamentam o projeto conservador, quais sejam, a igreja e o Estado”. Deste modo, a profissão ao alegar assumir projeto profissional balizado em tais mediações acima descritas, não apenas parece desconhecer quais os limites de projeto profissional, quais as fronteiras de atuação de uma profissão inserida a *divisão social e técnica do trabalho*, como também, dos limites próprios do Serviço Social. Para nós, tal proposição indica a vigência de projetos que caminham em paralelo mas que não podem se colidir, pois além de terem dimensões e possibilidades diferentes, competem a sujeitos cuja a gênese é totalmente diversa. E isto se deve justamente a ausência de uma interlocução, comprovada numericamente, com a teoria social de Marx, indicando desconhecimento de elementos essenciais da realidade social, das contradições e mediações que conformam a totalidade das relações sociais em vigor. E para além disso, como já aludimos e reforça Oliveira (2020), a ampla maioria dos pensadores do projeto foram os sujeitos da profissão já ligados a movimentos sociais anteriores, deste modo, uma minoria numérica no escopo total da categoria. O que acaba nos indicando que, esse projeto profissional é muito menos real, hegemônico e pertencente a grande massa da profissão (que não verdade pouco o conhece) como propalado, além disso, apesar de advogar assentar-se em projeto revolucionário, está muito mais próximo do reformismo, e deste modo, completamente distanciado da teoria social de Marx, e segmentado em pequenos nichos acastelado no âmbito acadêmico. Assim, deve-se ter claro por tudo que foi apresentado “[...] que o Projeto Ético-Político nunca foi e não é hegemônico, portanto, que não tem um projeto vinculado à classe trabalhadora, mas muito mais consoante com o projeto conservador, no máximo reformista, de humanização das relações no bojo da sociedade capitalista [...]” (OLIVEIRA, 2020, p.133). E os dados refletem isso.

11. Mas para além destes encontros e desencontros, que para nós estão assentados justamente na ausência de uma relação entre Serviço Social e teoria social de Marx, resta-nos uma dúvida, se a corrente marxista não é hegemônica intelectualmente e apenas constitui a corrente que detém a hegemonia política (socializada com uma gama de outras perspectivas), quais são as outras correntes e orientações teóricas que podem estar permeando o interior da profissão? Isto é, se nos 42 anos analisados, a cada 5 assistentes sociais que publicaram artigos na Revista Serviço Social e Sociedade apenas 1 citava Marx, quais eram as influências e orientações seguidas pelos 4 restantes? Netto (2022, p.5) responde em partes, ao dizer que “[...] o Serviço Social, com o seu conservadorismo, também abrigou tendências sociais reformistas. O Serviço Social não surge como fruto do reacionarismo, brota como fruto do conservadorismo”, já indicando duas correntes aqui, uma reformista e outra conservadora, mas na mesma palestra, identifica uma terceira, que se divide, mas é influenciada por

um base única, o pensamento pós-moderno, qual seja, “Por outro lado, preciso dizer que fiquei preocupado porque o que vejo hoje é o identitarismo associado ao neoconservadorismo no Serviço Social” (NETTO, 2022, p.10), e para completar indica que, “No Serviço Social existe um conservadorismo mais sofisticado, que posa de pós-moderno, que cita autores da moda, que usa os jargões da mídia” (NETTO, 2022, p.11). Assim, percebemos claramente, a partir de nossos dados e das indicações de Oliveira (2020) que, não há hegemonia marxista no Serviço Social, a influência da teoria social de Marx está longe da representatividade numérica mínima, de modo que, o Serviço Social está permeado, como esteve na *renovação*, por uma miríade de influências, que vão deste o reformismo *politicista e democratista* ligado a um contexto de otimismo não realizado, ao resgate de conservadorismo positivista e teológico, ao recurso as *teorias da moda*, assentadas nos diversos pós-modernismos, mais ou menos identitários, fragmentados e desvinculados das relações sociais capitalistas reais, como mesmo aqueles conservadores e sofisticados, típicos de um subjetivismo tal que nega grandes questões objetivas e centra o indivíduo isolado na sociabilidade.

12. Para encerrarmos nossas teses *ad* Serviço Social, sem copiarmos Marx, adicionando uma décima segunda evitando a *farsa e a tragédia*, não temos receio de afirmar que: Não existem possibilidades objetivas para afirmações como as que alegam que o Serviço Social é eminentemente marxista, ou que há uma hegemonia do marxismo no interior da profissão. Na verdade, em nossos dados e em nossa pesquisa, estão expostas as questões que afirmam que, não há relação minimante expressiva entre Serviço Social e teoria social de Marx, levando em conta obviamente as publicações da principal revista da categoria. Deste modo, fica-nos claro não apenas que o Serviço Social em larga escala não se apoia nas formulações de Marx, como também não compreende sua teoria social. Se a profissão que alega estar baseada nessas formulações a compreendesse ao menos de maneira ínfima, saberia que não existem possibilidades reais e genéticas de tais estamentos andarem juntos e que, qualquer assunção de um projeto societário revolucionário dos trabalhadores, isto é, da teoria social de Marx, indica não só o fim das atuais relações sociais, como da propriedade privada, da apropriação privada do fruto do trabalho coletivo, do Estado, e como não do próprio Serviço Social. Tarefas que não competem a uma profissão, mas são parte da *autoemancipação do homem*, tocados pelos sujeitos que portam as potencialidades revolucionárias em nossos tempos, a classe trabalhadora organizada, estando aí inclusa a massa de assistente sociais desvinculados de suas obrigações empregatícias e institucionais, de seu papel social estabelecido.

## ANEXOS

## 1. TABELA COMPARATIVA: DADOS COLETADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE ENTRE 1979-2020

<b>VALOR/PERÍODO</b>	<b>1979-1999</b>	<b>2000-2020</b>	<b>1979-2020</b>
<b>Quantidade de revistas publicadas no período</b>	61	78 (1,27x) <sup>106</sup>	139
<b>Quantidade de artigos publicados no período</b>	520	639 (1,22x)	1159
<b>Média de artigos publicados por revista no período</b>	8,52 artigos por revista	8,19 artigos por revista (0,96x)	8,33 artigos por revista
<b>Média de artigos publicados por ano</b>	24,76 artigos por ano	30,42 artigos por anos	27,59 artigos por ano
<b>Quantidade de artigos publicados com referências estabelecidas</b>	159	346 (2,17x)	505
<b>Percentual de artigos com referências estabelecidas em relação ao total de artigos publicados no período</b>	30,57%	54,14%	43,57%
<b>Quantidade de artigos com referências estabelecidas por revista</b>	2,60 artigos por revista	4,43 artigos por revista	3,63 artigos por revista
<b>Quantidade de artigos com referências estabelecidas por ano</b>	7,75 artigos por ano	16,47 artigos por ano	12,02 artigos por ano
<b>Quantidade de artigos publicados com referências a Marx</b>	55	152 (2,76x)	207
<b>Percentual de artigos publicados com referências a Marx em relação ao total de artigos publicados no período</b>	10,57%	23,78% (2,24x)	17,68%
<b>Quantidade de artigos com referências a Marx por revista</b>	0,90 artigo por revista	1,94 artigo por revista	1,48 artigo por revista
<b>Quantidade de artigos com referências a Marx por ano</b>	2,61 artigos por ano	7,23 artigos por ano	4,92 artigos por ano

<sup>106</sup> Em relação a quantidade no período anterior. Exemplo, a quantidade de revistas publicadas entre 2000-2020 é aproximadamente 1,27 vezes maior que quantidade de revistas publicadas no período 1979-1999.



<b>VALOR/PERÍODO</b>	1979-1999	2000-2020	1979-2020
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais que se identificaram como tal</b>	99	223 (2,25x)	322
<b>Percentual de artigos de assistentes sociais que se identificaram como tal em relação ao total de artigos publicados no período</b>	19,03%	34,89% (1,83x)	27,78%
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais que se identificaram como tal por ano</b>	4,71 artigos por ano	10,61 artigos por ano (2,25x)	7,66 artigos por ano
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais que se identificaram como tal por revista</b>	1,62 artigo por revista	2,85 artigos por revista (1,75x)	2,31 artigos por revista
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais com referências estabelecidas</b>	27	138 (5,11x)	165
<b>Percentual de artigos de assistentes sociais com referências estabelecidas em relação ao total de artigos publicados no período</b>	5,19%	21,50%	14,34%
<b>Percentual de artigos de assistentes sociais com referências estabelecidas em relação a quantidade de artigos de assistentes sociais que se identificaram como tal</b>	27,27%	61,88%	21,24%
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais com referências estabelecidas por revista</b>	0,44 artigo por revista	1,76 artigo por revista	1,18 artigos por revista
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais com referências estabelecidas por ano</b>	1,28 artigo por ano	6,57 artigos por ano	3,92 artigos por ano
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais com referências a Marx</b>	10	56 (5,6x)	66
<b>Percentual de artigos de assistentes sociais com referências a Marx em relação ao total de artigos publicados no período</b>	1,92%	8,76% (4,56x)	5,69%
<b>Percentual de artigos de assistentes sociais com referências a Marx em relação em relação a quantidade de artigos de assistentes sociais que se identificaram como tal</b>	10,10%	25,11% (2,48)	20,49%
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais com referências a Marx por revista</b>	0,16 artigo por revista	0,71 artigo por revista (4,43x)	0,47 artigo por revista
<b>Quantidade de artigos de assistentes sociais com referências a Marx por ano</b>	0,47 artigo por ano	2,66 artigos por ano (5,65x)	1,57 artigo por ano

## 2. TABELA COM DADOS ANUAIS COLETADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

PERÍODO: 1979-1999

Ano de publicação	Número de revistas publicadas	Total de artigos por ano	Artigos com referências pré-estabelecidas	Artigos que citam Marx	Artigos de assistentes sociais auto declarados	Artigos de assistentes sociais com as referências pré-estabelecidas <sup>107</sup>	Artigos de assistentes sociais com Marx na bibliografia
1979	1	10	1	1	1	0	0
1980	3	30	6	3	13	3	3
1981	3	30	4	0	7	1	0
1982	3	25	2	0	5	0	0
1983	3	22	4	1	2	2	0
1984	3	23	5	1	1	1	0
1985	3	28	5	0	4	1	0
1986	3	28	10	6	7	2	1
1987	3	23	6	4	4	2	1
1988	3	27	9	1	4	2	0
1989	3	26	13	5	3	2	0
1990	3	23	7	3	4	0	0
1991	3	18	5	2	4	3	0
1992	3	27	10	4	4	2	1
1993	3	25	13	5	5	2	2
1994	3	28	13	6	7	0	0
1995	3	25	8	2	7	0	0
1996	3	24	10	1	3	0	0
1997	3	29	9	4	5	1	1
1998	3	27	11	3	3	1	0
1999	3	22	8	3	6	2	1
21 anos	61	520	159	55	99	27	10

<sup>107</sup> Autores da tradição marxista clássica: Marx, Engels, Lenin, Luxemburgo, Trotsky, Stalin, Lukács, Gramsci, Mészáros, Hobsbawm e Mandel. Já como referências brasileiras, utilizamos como base autores com notório reconhecimento pelo Serviço Social no campo do marxismo, tais como Behring, Iamamoto, Ianni, Fernandes Coutinho, Chasin, Netto e Antunes.

### 3. TABELA COM DADOS ANUAIS COLETADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

PERÍODO: 2000-2020

Ano de publicação	Número de revistas publicadas	Total de artigos por ano	Artigos com referências pré-estabelecidas <sup>108</sup>	Artigos que citam Marx	Artigos de assistentes sociais auto declarados	Artigos de assistentes sociais com as referências pré-estabelecidas	Artigos de assistentes sociais com Marx na bibliografia
2000	3	19	8	4	6	3	2
2001	4	36	13	4	16	9	2
2002	4	33	16	8	11	7	3
2003	4	35	11	4	10	3	1
2004	4	34	19	9	16	10	7
2005	4	31	15	10	8	3	1
2006	4	35	13	3	11	6	2
2007	4	34	18	7	7	5	1
2008	4	37	13	4	11	2	0
2009 <sup>109</sup>	4	34			10		
2010	4	32	22	6	19	17	5
2011	4	31	15	6	17	12	4
2012	4	31	22	11	6	4	2
2013	4	25	20	10	8	8	3
2014	4	30	24	16	10	7	5
2015	4	30	23	8	11	8	4
2016	3	26	21	10	8	7	4
2017	3	25	18	10	8	5	3
2018	3	24	18	9	13	12	5
2019	3	26	20	6	10	7	1
2020	3	31	17	7	7	3	1
21 anos	78	639	346	152	223	138	56

<sup>108</sup> Autores da tradição marxista clássica: Marx, Engels, Lenin, Luxemburgo, Trotsky, Stalin, Lukács, Gramsci, Mészáros, Hobsbawm e Mandel. Já como referências brasileiras, utilizamos como base autores com notório reconhecimento pelo Serviço Social no campo do marxismo, tais como Behring, Iamamoto, Ianni, Fernandes Coutinho, Chasin, Netto e Antunes.

<sup>109</sup> Encontramos dificuldade de coleta de dados deste ano dada a disponibilidade da Revista na biblioteca da Faculdade de Serviço Social/UFJF. De todo modo, os mesmos não afetam o panorama da análise realizada até aqui.

**REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

ALI, T. Introdução. In. MARX, K; ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALVES, G. Lukács e o Século XXI: Trabalho, Estranhamento e Capitalismo Manipulatório. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

BRAZ, M. Partido e Revolução: 1848 - 1989. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CHASIN, J. "Hasta cuando?" A propósito das eleições de novembro. São Paulo: Ensaio, nº10, 1982.

CHASIN, J. A Miséria Brasileira - 1964-1994: do golpe militar à crise social. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. São Paulo: Ensaio, nº17/18, 1989.

CHASIN, J. A via colonial de entificação do capitalismo. In: O Integralismo de Plinio Salgado - Forma de Regressividade no capitalismo Hípertardio. São Paulo, Ad Hominem/UNA, 1999, (2ª edição).

CHASIN, J. Marx: da razão do mundo ao mundo sem razão. In: CHASIN, J. (Org.). Cadernos Ensaio - Marx hoje. 1.ed. São Paulo: Ensaio, 1987.

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

COUTINHO, C. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", in: C. N. Coutinho e M. A. Nogueira (orgs.), Gramsci e a América Latina. São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

COUTINHO, C. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al (orgs.). Encontros com a Civilização Brasileira, vol.9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COUTINHO, C. Cidadania e modernidade. Perspectivas. São Paulo: v.22, 1999.

COUTINHO, C. O estruturalismo e a miséria da razão. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DIAMOND, J. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2019.4

DOBB, M. A crítica da economia política. In: HOBSBAWM, Eric. (Org). História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Boitempo: 2010.
- ENGELS, F. Anti Dhuring. São Paulo, Boitempo, 2015.
- ENGELS, F. Discurso diante do túmulo de Karl Marx. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, p. 367-368, 2018.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Global Editora, 1981.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, F. Nós e o marxismo. In: CHASIN, J..(Org.). *Cadernos Ensaio - Marx hoje*. 1.ed. São Paulo: Ensaio, 1987.
- GOETHE, J. As afinidades eletivas. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.
- HOBBSBAWM, E. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: HOBBSBAWM, Eric. (Org). *História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983c.
- HOBBSBAWM, E. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: HOBBSBAWM, Eric. (Org). *História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.
- HOBBSBAWM, E. Prefácio. In: HOBBSBAWM, Eric. (Org). *História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- IAMAMOTO, M. Marxismo e Serviço social: uma aproximação. In: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.18, n.2, P. 204-226, ago. a dez. / 2018.
- IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2013.
- ILAESE. ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. v. 1, nº 03, outubro, 2021 São Paulo: ILAESE, 2021.
- KONDER, L. A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.
- KRADER, L. Evolução, Revolução e Estado: Marx e o pensamento etnológico. In: HOBBSBAWM, Eric. (Org). *História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- LÊNIN, V. O estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LESSA, S. A crise da esquerda e do projeto ético-político do Serviço Social. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.
- LESSA, S. Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho. 3ª Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- LOWY, M. A teoria da revolução no jovem Marx. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LOWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2013.
- LOWY, M. Sobre o conceito de ‘afinidade eletiva’ em Max Weber. In: PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142.
- LUKÁCS, G. As bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: ALVES, G. Lukács e o Século XXI: Trabalho, Estranhamento e Capitalismo Manipulatório. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MANDEL, E. O lugar do marxismo na história. São Paulo: Editora Aparte, 1987.
- MARX, K. A miséria da filosofia. São Paulo: Escala, 2007.
- MARX, K. *Ad Feuerbach*. In: MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. Cartas dos anais franco-alemães. In: MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010c.
- MARX, K. Crítica a filosofia do direito de Hegel, São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, K. Crítica da economia política. In: Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano. Belo Horizonte: Revista Práxis, n.5, 1995. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>. Acesso em: 15/04/19.

MARX, K. Introdução à crítica da economia política. In: Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, K. Prefácio. In: Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Salário, preço e lucro. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MCLELLAN, D. A concepção materialista da história. In: HOBBSAWM, Eric. (Org). História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MÉSZÁROS, I. Marx "filósofo". In: HOBBSAWM, Eric. (Org). História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MINAYO, M. C. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(3): 621-626, 2012.

MOLJO, C; SILVA, J. Cultura Profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social em debate. In: Guerra, Yolanda; Lewgoy, Alzira, Moljo, Carina Berta, Serpa, Moema, Siqueira da Silva Jose Fernando. (Org.). Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica. 2ed.Campinas: Papel Social, 2019, v., p. 115-149.

MORAES NETO, B. Fordismo e ohnoísmo, trabalho e tecnologia na produção de massa. Estudos Econômicos. São Paulo, Vol. 28, N. 2, abr.-jun. 1998, p. 317-349.

MORAES, R. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUSTO, M. Marx e o caso Vogt: apontamentos para uma biografia intelectual (1860 –1861). Novos Rumos, Marília, v.49, n.1, p.45-46, Jan-Jun, 2012.

NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social, 1999. Disponível em: [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf).

Acesso em 18 de nov. 2022.

NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011..

NETTO, J. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. Marxismo e Serviço Social: elementos para pensar a pesquisa, a produção do conhecimento e os desafios do trabalho dos assistentes sociais. In: HILLESHEIM, J. Marxismo e Serviço Social: palestra do Professor José Paulo Netto. Revista Katálysis [online]. 2022, v. 25, n. 3 [Acessado 17 Novembro 2022] , pp. 661-674.

NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, J. Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cotez, 2004.

NETTO, J. Notas sobre o marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. In: O marxismo e seus rebatimentos no Serviço Social. Caderno ABESS, n.04, 1991.

OLIVEIRA, E. Redemocratização e serviço social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985. Curitiba: CRV, 2020.

PACHUKANIS. E. Teoria geral do direito e marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAULA, J. A produção de conhecimento em Marx. Cadernos ABESS, n.02, 1992.

PONTES, R. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

PONTES, R. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

PRADO JR, C. O império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889). In: História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.



PRADO JR., C. “Sentido da Colonização”. Formação do Brasil Contemporâneo, 1942. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/junior/1942/mes/90.htm>.

PRADO JR, C. O império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889) In: História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, L. O estilo literário de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SIMIONATTO, I. As abordagens marxistas sobre os fundamentos no Serviço Social. In Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica. Guerra, Lewgoy, Moljo, Silva e Serpa (Org), Campinas, Papel Social, 2018.

STALLYBRASS, P. O casaco de Marx: roupa, memória e dor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

STEDMAN JONES, G. Retrato de Engels. In: HOBBSAWM, Eric. (Org). História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

TONET, I. Método Científico: uma abordagem ontológica. São Paulo, Instituto Lukács, 2013.

TONET, I. Pluralismo metodológico: falso caminho. In: Democracia e Liberdade?. Macéio, EDUFAL, 2007.

VAZ, H. Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx. In: CHASIN, J.’’.(Org.). Cadernos Ensaio - Marx hoje. 1.ed. São Paulo: Ensaio, 1987.

VILAR, P. Marx e a história. In: HOBBSAWM, Eric. (Org). História do marxismo: I - O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

WEBER, M. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (org.) Weber [Col. Grandes Cientistas Sociais] pp. 79-127. São Paulo: Ática, 2003.